



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO ECOTONAL
DO NORDESTE
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE: UFPI-UFC-UFRN-UFPB-UFPE-UFS-UESC-UFERSA



Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente

Associação Plena
em Rede



ERMÍNIA MEDEIROS MACÊDO

EXPERIÊNCIAS SOCIOPRODUTIVAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO
SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Teresina/PI

2021

ERMÍNIA MEDEIROS MACÊDO

**EXPERIÊNCIAS SOCIOPRODUTIVAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO
SEMIÁRIDO PIAUIENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Associação Plena em Rede das Instituições (UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC e UFRSA), como requisito à obtenção do título de Doutora. Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Linha de Pesquisa: Relações sociedade-natureza e sustentabilidade

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Farias Melo de Barros.

Coorientador: Prof. Dr. Luciano Silva Figueiredo

Teresina/PI

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza
Serviço de Processos Técnicos

M141e Macêdo, Ermínia Medeiros.
Experiências socioprodutivas em comunidades quilombolas do semiárido piauiense / Ermínia Medeiros Macêdo. -- 2021.
208 f. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Associação Plena em Rede das Instituições (UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC e UFERSA), Teresina, 2021.
“Orientadora: Profa. Dra. Roseli Farias Melo de Barros.”
“Coorientador: Prof. Dr. Luciano Silva Figueiredo.”

1. Quilombos – Piauí – Aspectos sociais. 2. Conhecimentos tradicionais. 3. Dinâmicas socioculturais. 4. Etnobotânica. I. Barros, Roseli Farias Melo de. II. Figueiredo, Luciano Silva. III. Título.

CDD 305.896 081 22

ERMÍNIA MEDEIROS MACÊDO

EXPERIÊNCIAS SOCIOPRODUTIVAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO
SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Associação Plena em Rede das Instituições (UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC e UFERSA), como requisito à obtenção do título de Doutora.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Linha de Pesquisa: Relações sociedade-natureza e sustentabilidade

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Farias Melo de Barros.

Aprovado em 20 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Roseli Farias Melo de Barros
(Presidente e Orientadora – PRODEMA/ UFPI)

ACESSO REMOTO
Prof. Dr. Edson Vicente da Silva
(Membro externo – PRODEMA/Universidade Federal do Ceará)

ACESSO REMOTO
Prof. Dr. Antônio Joaquim da Silva
(Membro externo – Instituto Federal do Piauí)

ACESSO REMOTO
Profª. Drª. Janaína Alvarenga Aragão
(Membro externo – Universidade Estadual do Piauí)

ACESSO REMOTO
Prof. Dr. João Batista Lopes
(Membro interno – PRODEMA/ UFPI)

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Luzinete Medeiros Macêdo, incansável defensora do valor da educação e do estudo, e, ao meu pai, Antônio Claudino de Macêdo (*in memoriam*) que, junto à ela, nunca mediu esforços para o meu crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

À Deus, fonte maior de inspiração, razão maior da minha existência e de todas as minhas conquistas.

À Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Prof. Barros Araújo, por autorizar meu afastamento temporário para me dedicar à realização desta pesquisa, por disponibilizar seu espaço para meus estudos, e, por dispor dos mais atenciosos colaboradores;

À Universidade Federal do Piauí, que possibilitou a concretização de um grande sonho e foi palco de bons momentos, aquisição de conhecimentos e muitas novas amizades, com destaque para meus amigos Márcio Batista, Francisco Pereira e Ethyenne Bastos, aos quais agradeço o suporte e a parceria em todos os momentos;

Aos moradores das comunidades quilombolas Custaneira e do Tronco, que sempre me acolheram com muita generosidade, doaram seu tempo para a realização da pesquisa e me permitiram ser instrumento da luz no intuito de colaborar com o registro dos seus saberes e das suas experiências socioprodutivas, difundindo esse conhecimento para a sociedade;

Ao Grupo de Pesquisa em Etnobiologia (UFPI) que possibilitou expandir os meus horizontes científicos;

Ao Grupo de Pesquisa “Dinâmicas Socioambientais, Cultura e Desenvolvimento no Semiárido” (UESPI), que me integrou às comunidades quilombolas e me propiciou ricas e valorosas vivências;

À minha professora e orientadora Roseli Barros que se disponibilizou a acompanhar de forma muito humana a construção desta pesquisa, compartilhando seus ricos conhecimentos;

Ao meu professor e co-orientador Luciano Figueiredo que acreditou no meu potencial e me desafiou a ir além do que imaginava ser capaz;

Aos meus pais Antônio Claudino de Macêdo (*in memorian*) e Maria Luzinete Medeiros Macêdo, por sempre empregarem os melhores recursos para minha educação e meu crescimento humano e profissional, sendo o maior deles o amor;

Aos meus irmãos Rogério Medeiros e George Medeiros, meus sobrinhos Guilherme Lima e Júlia Lima, minha cunhada Carla Lima, por todo incentivo e por sempre me proporcionarem os momentos mais felizes e valorosos em família;

Às queridas amigas Patrícia Ribeiro e Polyhanna Gomes, por se disporem incondicionalmente a me ajudar e serem luz na minha caminhada;

Ao meu amor Jodson Dantas, que trouxe acolhimento, leveza, apoio, paz, emoção, alegria, cuidado e carinho para minha vida;

Aos meus amigos e amigas que, nos momentos de maior tensão, foram apoio e refúgio, propiciando momentos de alegria e descontração.

Nós não estamos fantasiados de história. Nós somos a história.
(comunicação verbal, Arnaldo de Lima, líder das comunidades quilombolas
Custaneira e Tronco).

RESUMO

As comunidades tradicionais são grupos socialmente e culturalmente diferenciados que apresentam características muito peculiares em seu processo de desenvolvimento. Não obstante terem sido, durante muitos anos, vitimadas por um processo desigual e não inclusivo, seus membros trazem consigo heranças positivas como a riqueza dos saberes tradicionais que propiciam possibilidades de sobrevivência por meio de experiências socioprodutivas promotoras de dinâmicas socioambientais que atuam como facilitadoras ao desenvolvimento local e convergem com a ideia de sustentabilidade. Dentre esses grupos, inserem-se os quilombolas, povos que têm na sua história marcas do processo de escravidão. A questão central desta investigação direciona-se em saber: a forma com que as experiências socioprodutivas estão organizadas nas comunidades quilombolas promovem dinâmicas socioambientais? Como hipótese, acredita-se que o desenvolvimento em alicerces sustentáveis é prerrogativa para alcançar crescimento socioeconômico aliado à conservação ambiental e cultural e que as experiências socioprodutivas exercidas nas comunidades Custaneira e Tronco não provocam degradação ao meio ambiente e promovem a sustentabilidade ambiental, social e cultural. Ademais, ao agirem de forma intuitiva, seguem os padrões estabelecidos pela ciência, por meio dos conhecimentos tradicionais, da transmissão dos saberes e dos processos simbólicos. Nesse sentido, objetivou-se levantar as experiências socioprodutivas nas comunidades quilombolas Custaneira e Tronco no contexto do fortalecimento dos conhecimentos tradicionais e da sustentabilidade local. Os procedimentos metodológicos estão alicerçados nos métodos abordagem etnográfica e história de vida. As técnicas de *rapport*, observação participante, não participante e turnê-guiada foram utilizadas aliadas aos instrumentos de apoio diário de campo, gravador de voz e registro fotoetnográfico. Foram aplicados 144 formulários padronizados entre os moradores. Os dados foram tabulados em planilha de Excel e analisados por meio do software SPSS versão 24. Para as variáveis qualitativas foram calculadas frequência absoluta e relativa. As variáveis quantitativas foram resumidas por meio das estatísticas: média, desvio padrão, mínimo e máximo. Os teste qui-quadrado e exato de Fisher foram utilizados para verificar possíveis relações de dependência entre as variáveis e adotado um nível de significância de 5%. As comunidades registram baixos níveis de escolaridade, predominância do gênero feminino e estado civil casado. Há primazia de adultos entre 25 a 59 anos com ganho mensal abaixo de um salário mínimo, residente mais de 30 anos nas comunidades e morando em casa própria, com estrutura de alvenaria, cobertura de telha e piso de cimento. São majoritariamente trabalhadores rurais cuja produção é, quase sempre, para consumo próprio. O milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) são as principais culturas produzidas. As experiências socioprodutivas locais envolvem o modo de fazer dos alimentos, as formas de utilização dos recursos naturais, a relação sagrada com os animais e plantas, a obediência ao ciclo lunar, as manifestações culturais, o calendário festivo e a relação com o território. As comunidades Custaneira e Tronco são reconhecidas por uma dinâmica cultural fortemente vinculada às lendas, mitos e credices, por meio dos quais se revelam simbolismos cosmológicos determinantes ao modo de vida local. Há um contexto favorável ao etnoturismo representado nas paisagens cênicas, culinária, lugares sagrados, festividades, danças, cosmologia, artesanato e na sólida organização política. A cultura exerce forte influência na construção do arranjo local, assim como uma significativa capacidade de resiliência e efetiva participação dos moradores nas decisões locais e a sustentabilidade está nas ações por meio desse sistema de saberes que se projetam na maneira equilibrada de manejo dos

recursos, na produção de subsistência, na reprodução de suas práticas culturais, e, principalmente, na manutenção dos conhecimentos tradicionais.

Palavras-chave: Conhecimentos Tradicionais. Dinâmicas socioculturais. Etnobotânica. Quilombos.

ABSTRACT

Traditional communities are socially and culturally differentiated groups that have very peculiar features in their development process. Despite having been victimized by an unequal and non-inclusive process for many years, its members bring with them positive legacies such as the huge amount of traditional knowledge that provide possibilities for survival through socioproductive experiences promoting socioenvironmental dynamics that make it easier to development and converge with the idea of sustainability. Among these groups are the quilombolas, people who have in their history marks of the slavery process. The central question of this investigation is the following: the way in which socioproductive experiences are organized in quilombola communities promote socioenvironmental dynamics? As a hypothesis, it is believed that development on sustainable foundations is a prerogative to achieve socioeconomic growth combined with environmental and cultural conservation, considering that the socioproductive experiences performed in the Custaneira and Trunco communities do not cause environmental degradation and promote environmental, social and cultural sustainability. Furthermore, by acting intuitively, they follow the standards established by science, through traditional knowledge, transmission of knowledge and symbolic processes. In this sense, the objective was to raise the socioproductive experiences in the Quilombola communities Custaneira and Trunco in the context of strengthening traditional knowledge and local sustainable. The methodological procedures are based on the ethnographic approach and life history methods. The techniques of rapport, participant and non-participant observation and guided tour were used together with daily field support instruments, voice recorder and photoethnographic recording. 144 standardized forms were applied among residents. Data were tabulated in an Excel spreadsheet and analyzed using SPSS version 24 software. For qualitative variables, absolute and relative frequencies were calculated. Quantitative variables were summarized using statistics: mean, standard deviation, minimum and maximum. Chi-square and Fisher's exact tests were used to verify possible dependency relationships between the variables, considering a significance level of 5%. Communities have low levels of education, a predominance of females and married marital status. There is primacy of adults between 25 and 59 years old with monthly earnings below the minimum wage, residing in the communities for more than 30 years and living in their own house, with a masonry structure, roofing tiles and cement flooring. They are mostly rural workers whose production is almost always for their own consumption. Corn (*Zea mays* L.), beans (*Phaseolus vulgaris* L.), and manioc (*Manihot esculenta* Crantz) are the main crops produced. Local socioproductive experiences involve the way in which food is made, the ways in which natural resources are used, the sacred relationship with animals and plants, obedience to the lunar cycle, cultural manifestations, the festive calendar and the relationship with the territory. The use of medicinal and mystical plants is part of the daily life of the Custaneira and Trunco communities, which are recognized for a cultural dynamic strongly linked to legends, myths and beliefs, through which cosmological symbolisms that determine the local way of life are revealed. There is a favorable context for ethnotourism represented in scenic landscapes, cuisine, sacred places, festivities, dances, cosmology, crafts and in solid political organization. Culture holds a strong influence on the construction of the local arrangement, as well as a significant capacity for resilience and effective participation of residents in local decisions, and sustainability is present in actions through this system of knowledge that is projected in a balanced way of managing resources, in the production of subsistence, in the reproduction of their cultural practices above all, in the maintenance of traditional knowledge.

Keywords: Traditional knowledge. Sociocultural dynamics. Ethnobotany. Quilombos.

RESUMÉN

Las comunidades tradicionales son grupos social y culturalmente diferenciados que tienen características muy peculiares en su proceso de desarrollo. A pesar de haber sido victimizados por un proceso desigual y no inclusivo durante muchos años, sus integrantes traen consigo legados positivos como la riqueza de los conocimientos tradicionales que brindan posibilidades de supervivencia a través de experiencias socioproductivas que promueven dinámicas socioambientales que actúan como facilitadores al desarrollo y convergen con la idea de sostenibilidad. Entre estos grupos se encuentran los quilombolas, personas que tienen en su historia huellas del proceso de esclavitud. La pregunta central de esta investigación es: ¿Cómo promueven dinámicas socioambientales la forma en que se organizan las experiencias socioproductivas en las comunidades quilombolas? Como hipótesis, se cree que el desarrollo sobre bases sostenibles es una prerrogativa para lograr el crecimiento socioeconómico combinado con la conservación ambiental y cultural y que las experiencias socioproductivas que se llevan a cabo en las comunidades de Custaneira y Tronco no degradan el medio ambiente y promueven la sostenibilidad ambiental, social y cultural. Además, al actuar de manera intuitiva, siguen los estándares establecidos por la ciencia, a través de los conocimientos tradicionales, su transmisión y los procesos simbólicos. En este sentido, el objetivo fue investigar las experiencias socioproductivas en las comunidades quilombolas Custaneira y Tronco en el contexto del fortalecimiento del conocimiento tradicional y la sostenibilidad local. Los procedimientos metodológicos se basan en el enfoque etnográfico y los métodos de historia de vida. Se utilizaron las técnicas de *rapport*, observación participante y no participante y visita guiada junto con instrumentos de apoyo como diario campo, grabadora de voz y registro fotoetnográfico. Se aplicaron 144 formularios estandarizados entre los residentes. Los datos se tabularon en una hoja Excel y se analizaron con el software SPSS versión 24. Para las variables cualitativas se calcularon las frecuencias absolutas y relativas. Las variables cuantitativas se resumieron mediante estadística: media, desviación estándar, mínima y máxima. Se utilizaron las pruebas de qui-cuadrado y exacta de Fisher para verificar posibles relaciones de dependencia entre las variables, adoptando un nivel de significancia del 5%. Las comunidades tienen bajos niveles de educación, predominio de mujeres y estado civil casado. Hay primacía de los adultos entre 25 y 59 años con ingresos mensuales por debajo del salario mínimo, que residen en las comunidades por más de 30 años y viven en sus propias casas, las cuales tienen estructura de mampostería, tejas y piso de cemento. En su mayoría son trabajadores rurales cuya producción es casi siempre para su propio consumo. El maíz (*Zea mays* L.), el frijol (*Phaseolus vulgaris* L.) y la yuca (*Manihot esculenta* Crantz) son los principales cultivos producidos. Las experiencias socioproductivas locales involucran la forma en que se elaboran los alimentos, las formas en que se utilizan los recursos naturales, la relación sagrada con los animales y las plantas, la obediencia al ciclo lunar, las manifestaciones culturales, el calendario festivo y la relación con el territorio. El uso de plantas medicinales y místicas es parte de la vida cotidiana de las comunidades Custaneira y Tronco, las cuales son reconocidas por una dinámica cultural fuertemente conectada a leyendas, mitos y creencias, a través de las cuales se encuentran simbolismos cosmológicos que determinan la forma de vida local. Existe un contexto propicio para el etnoturismo representado en paisajes escénicos, gastronomía, lugares sagrados, festividades, danzas, cosmología, artesanías y en una sólida organización política. La cultura ejerce una fuerte influencia en la construcción del ordenamiento local, así como promueve una importante capacidad de resiliencia y participación efectiva de los vecinos en las decisiones locales, y la sostenibilidad está en las acciones locales a través de este sistema de conocimiento

que se proyecta de manera equilibrada de gestión de recursos locales en la producción de subsistencia, en la reproducción de sus prácticas culturales y, sobre todo, en el mantenimiento de los conocimientos tradicionales.

Palabras clave: Conocimientos tradicionales. Dinámica sociocultural. Etnobotánica. Quilombos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Comunidades Custaneira e Tronco (PI): mapa de localização, 2020.....	52
Figura 2 - Comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI. Mapa de localização, 2021.....	77
Figura 3 - Partes mais utilizadas das plantas pelos quilombolas das Comunidades Custaneira e Tronco, Paquetá-PI.....	88
Figura 4 - Formas de Preparo das espécies - Comunidades Custaneira e Tronco, Paquetá-PI.....	89
Figura 5 - Indicações terapêuticas - Comunidades Custaneira e Tronco, Paquetá-PI....	89
Figura 6 - Comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI: mapa de localização, 2021.....	104
Figura 7 - Comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI: mapa de localização, 2021.....	127
Figura 8 - Desenho metodológico da pesquisa.....	149
Figura 9 - Número de registros (artigos revisados por pares) encontrados no Portal de Periódicos CAPES sobre o tema Etnoturismo em comunidades quilombolas e selecionados para análise, dentro do recorte temporal 2000 a 2020.....	150
Figura 10 - Conteúdos abordados nos artigos capturados no Portal CAPES a partir combinação de palavras sobre a temática Etnoturismo em comunidades quilombolas, no período de 2000 a 2020.....	151
Figura 11 - Principais abordagens dos artigos capturados no Portal CAPES sobre o tema Etnoturismo em comunidades quilombolas no intervalo de 2000 a 2020 e selecionados para análise.....	152
Figura 12 - Relação de Periódicos em que foram publicados os artigos sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas e estrato correspondente conforme o Sistema de Classificação Qualis/Capes.....	154
Figura 13 - Evolução temporal das pesquisas sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas capturadas no Portal de Periódicos Capes no intervalo de 2000 a 2020....	155
Figura 14 - Comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI: mapa de localização, 2021.....	170
Figura 15 – Núcleo residencial das comunidades Custaneira e Tronco.....	175

Figura 16 – Alimentos e pratos da culinária das comunidades Custaneira e Tronco.....	175
Figura 17 – Processos da Farinhada.....	176
Figura 18 - Celebrações católicas festivas das comunidades Custaneira e Tronco.....	177
Figura 19 - Comemorações e rituais religiosos das comunidades Custaneira e Tronco..	178
Figura 20 - Comemorações religiosas das comunidades Custaneira e Tronco.....	178
Figura 21 - Lugares sagrados das comunidades Custaneira e Tronco.....	179
Figura 22 - Paisagens naturais das comunidades Custaneira e Tronco.....	180
Figura 23 - Espaços naturais das comunidades Custaneira e Tronco.....	180
Figura 24 - Produtos artesanais das comunidades Custaneira e Tronco.....	181
Figura 25 - Antigas casas de moradores e fazendeiros no entorno das comunidades Custaneira e Tronco.....	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comunidades Custaneira e Tronco (PI): aspectos sociodemográficos, 2019...	55
Tabela 2 - Comunidades Custaneira e Tronco (PI): associação entre escolaridade, faixa etária e gênero dos moradores, 2019.....	59
Tabela 3 - Comunidades Custaneira e Tronco (PI): associação entre ocupação principal, escolaridade e faixa etária dos moradores, 2019.....	61
Tabela 4 - Plantas utilizadas pelos moradores das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, Paquetá/PI.....	80
Tabela 5 – Classificação de indicações terapêuticas por sistema corporal e número de espécies nas Comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, Paquetá-PI.....	90
Tabela 6 – Conteúdos discutidos nas publicações divulgadas no Portal de Periódicos Capes sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas no período de 2000 a 2020.	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

APG - Angiosperm Phylogeny Group

EJA - Educação de Jovens e Adultos – EJA.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPRO - Centro Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CEP - Comitê de Ética de Pesquisa

FCP - Fundação Cultural Palmares

FETAG - Federação de Trabalhadores na Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INVTUR – Inventário Turístico

IPNI - International Plant Names Index

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTUR - Ministério do Turismo

MINC – Ministério da Cultura

MPF – Ministério Público Federal

ONG – Organização Não Governamental

PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior nas Licenciaturas em Educação do Campo

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SISGEN - Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 ESTADO DA ARTE	22
2.1 Comunidades tradicionais/povos tradicionais	22
2.1.1 Mundo rural e comunidades tradicionais	25
2.2 Experiências socioprodutivas	28
2.3 Dinâmicas socioambientais e conhecimentos tradicionais	30
2.4 Estudos desenvolvidos sobre comunidades quilombola	33
3 RESULTADOS – ARTIGOS/CAPÍTULOS	48
3.1 Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de comunidades quilombolas no Nordeste do Brasil	48
3.2 Saberes tradicionais e simbólicos da flora local em comunidades quilombolas do Nordeste brasileiro	74
3.3 Experiências socioprodutivas em comunidades quilombolas do semiárido piauiense	100
3.4 Entre lendas, mitos e credices: aspectos cosmológicos de comunidades quilombolas do semiárido nordestino	124
3.5 A produção do conhecimento sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas: contextos e perspectiva	146
3.6 Possibilidades do Etnoturismo em comunidades quilombolas do semiárido piauiense, Nordeste do Brasil	163
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
ANEXOS	
Parecer Consubstanciado do CEP	193
Comprovante de cadastro de acesso ao SISGEN	197
Carta de Anuência das comunidades	198
APÊNDICES	
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	200
Formulário de entrevista	202

1 INTRODUÇÃO

Resultantes do enfrentamento e da luta dos negros em favor da sua liberdade, as comunidades quilombolas e afrodescendentes estão presentes em muitos países do continente americano, especialmente na América do Sul e em quase todo o território brasileiro. Estima-se um total de mais de 5 mil comunidades quilombolas no Brasil, porém, desse total, apenas 3.471 comunidades encontram-se certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Numa visão regional, constata-se que a região Nordeste é a que possui maior registro de comunidades quilombolas (61%), seguidos do Sudeste (16%), Norte (11%), Sul (7%), e Centro-Oeste (5%) (BRASIL, 2013; FCP, 2021).

A região semiárida nordestina, que abriga esse expressivo número de comunidades, traz em seu contexto sérios problemas (BRASIL, 2013). De ordem política, por meio de políticas públicas que se voltaram à construção de grandes obras para combater a seca. No aspecto socioeconômico, a região apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), situado entre os menores do país. Do ponto de vista ambiental, tem-se elevados percentuais de aridez, consequência da ação antrópica predatória de queimadas e desmatamentos. Ademais, todo esse contexto foi acompanhado por políticas públicas que contribuíram para atender interesses privados e ampliar a concentração de renda de uma minoria em detrimento da alargada pobreza que se assola majoritariamente entre sua população. Essa conjuntura trouxe sérios desdobramentos sobre o modo de vida dos grupos sociais que ali vivem, dentre os quais vaqueiros, castanheiros e quilombolas (BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

O estado do Piauí registra hoje um total de 89 comunidades remanescentes de quilombos certificadas (FCP, 2021). A constituição das mesmas possui estreita relação com o processo de formação histórica do Estado, por meio da ocupação das fazendas de gado no interior nos séculos XVII, XVIII e XIX. Tais fazendas detinham um significativo número de negros e mestiços escravizados, que, juntamente com alguns índios e brancos, formavam agrupamentos familiares com traços peculiares. Assim como ocorre nas demais regiões do Brasil, a maioria das comunidades quilombolas piauienses situa-se em áreas relativamente isoladas, dificultando o acesso aos serviços públicos, como educação, saúde e assistência social (CHEIRUB, 2015).

Nos últimos quinze anos houve um acréscimo na produção científica de estudos sobre quilombolas piauienses em diferentes temáticas. Estes trabalhos visavam, de maneira geral, descrever as relações escravocratas no Piauí com a formação histórica dos quilombos, revelar seus saberes e conhecimentos tradicionais, assim como as formas de uso da flora local. Tais produções deram as primeiras informações sobre aspectos socioeconômicos e ambientais

dessas comunidades, com destaque para os trabalhos oriundos dos programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Antropologia e Arqueologia, Sociologia e História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Destacam-se os estudos de Lima (2005), Franco e Barros (2006), Vieira *et al.* (2008), Torquato (2009), Vieira e Barros (2010), Vieira (2014), Silva e Barros (2015), Fé e Gomes (2015); Silva (2018) Fé, Nascimento e Gomes (2019).

Esses estudos têm demonstrado que apesar de apresentarem aspectos desfavoráveis de natureza socioeconômica, as comunidades quilombolas têm mostrado sua força e uma profunda capacidade adaptativa frente às transformações sociais e ambientais (PORRO; PORRO, 2015). O forte sentimento de pertencimento, de territorialidade, de respeito à natureza, o espírito cooperativo e a riqueza dos conhecimentos tradicionais propiciam o empoderamento e a organização espacial destas comunidades (VIVEIROS DE CASTRO, 2013; FÉ; GOMES, 2015). Dessa forma, é mister aprofundar em que contexto vivem os membros das comunidades quilombolas, como suas relações individuais e sociais vêm sendo construídas, reconstruídas e registradas ao longo da sua história, quais suas condições de vida, de que forma a natureza local vem sendo transformada.

Os espaços socioprodutivos locais são aqui entendidos como uma forma de organização composta exclusivamente pelos membros das comunidades que desenvolvem suas atividades sociais e produtivas com o uso dos recursos naturais e culturais, sob um processo de autogestão com fins individuais ou coletivos por meio de relações de confiança e cooperação, sem a presença de micro e pequenas empresas e com pouca articulação político-institucional. Todo esse contexto é gerador de dinâmicas socioambientais que se constituem das relações homem/sociedade/natureza, sob as quais se assentam saberes tradicionais e valores culturais no espaço e no tempo com projeção para o presente e futuro a partir de experiências socioprodutivas facilitadoras ao desenvolvimento local, a exemplo do Etnoturismo.

Observa-se que esses espaços em muitos aspectos, tais como a ideia de associativismo e a autogestão, se assemelham aos formatos da economia solidária, porém diferem entre si porque a economia solidária se constrói tendo a dimensão econômica como foco (SINGER, 2001). Na concepção de Silva, Monteiro e Barbosa (2016, p.82) o espaço rural deve ser pensado não apenas como espaço de produção econômica, mas como “[...] um lugar de singularidades, enraizamento e convivialidade, onde os valores culturais são internalizados e externalizados, configurados, essencialmente, nas identidades”. São, portanto, espaços que integram elementos do passado e do futuro relacionados por meio de estruturas sociais objetivas e subjetivas (NASCIMENTO, 2020).

Ao evidenciar tal realidade, questiona-se: A forma com que as experiências socioprodutivas estão organizadas nas comunidades quilombolas promovem dinâmicas socioambientais? Dentre várias questões pertinentes aos espaços quilombolas em estudo, esta investigação se propõe ainda a responder: Quais são e como se caracterizam as principais experiências socioprodutivas desenvolvidas nas comunidades Custaneira e Tronco? De que forma e como as plantas locais estão sendo utilizados pelos moradores das comunidades? Como os elementos culturais das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco se relacionam com as experiências socioprodutivas locais? Quais as perspectivas futuras das comunidades Custaneira e Tronco? Há possibilidade de promover alternativas de desenvolvimento local, a exemplo do etnoturismo?

As comunidades tradicionais têm demonstrado que o seu papel é de fundamental importância para a manutenção de suas alianças culturais, sociais, históricas e identitárias. Ademais, os recursos naturais e culturais constituem a base para o seu sustento. É por intermédio destes que desenvolvem suas práticas socioprodutivas, normalmente reproduzidas e repassadas pelos seus antecessores. Assim, o argumento norteador desta investigação compreende que o desenvolvimento produtivo local das comunidades está cimentado nos recursos naturais e culturais existentes no território.

Tomando por base tais constatações, a hipótese de trabalho para esta pesquisa assenta-se em dois pressupostos. O primeiro entende que o desenvolvimento em alicerces sustentáveis é prerrogativa para alcançar crescimento socioeconômico aliado à conservação ambiental e cultural e que as atividades produtivas exercidas nas comunidades Custaneira e Tronco que visam garantir o sustento dos moradores não provocam degradação ao meio ambiente e promovem a sustentabilidade ambiental, social e cultural. Todavia, a sustentabilidade econômica é ameaçada por fatores externos, tais como a estiagem e a seca, que podem limitar e prejudicar a manutenção de tais práticas, comprometendo a sobrevivência dos membros das comunidades.

O segundo pressuposto é de que as experiências socioprodutivas desenvolvidas nas comunidades seguem os padrões estabelecidos pela ciência, fazendo o que a teoria prediz, por meio de uma racionalidade que se constrói e reconstrói na tradicionalidade, nos saberes, nos processos simbólicos, na manutenção dos valores culturais, na relação com o território, na gestão de seus recursos e nas interações com o meio sob as quais essas práticas acontecem .

Como objetivo central, propôs-se levantar as experiências socioprodutivas das comunidades quilombolas no contexto de fortalecimento dos conhecimentos tradicionais e da sustentabilidade. Como objetivos específicos pretendeu-se identificar e caracterizar as

principais experiências sociais e produtivas desenvolvidas nas comunidades quilombolas; identificar a flora local utilizada pelas comunidades quilombolas; relacionar os elementos culturais e a cosmovisão das comunidades quilombolas com as experiências socioprodutivas; e, identificar alternativas para fortalecer o desenvolvimento das comunidades quilombolas com o Etnoturismo.

Neste estudo, as experiências socioprodutivas não são analisadas sob a vertente econômica, e sim numa lógica cultural/antropológica, pois, acredita-se que a partir dos elementos culturais presentes nessas comunidades é possível desenhar a organização social desses grupos. Portanto, promover diálogos entre o conhecimento científico e o conhecimento prático das comunidades quilombolas é uma forma de valorizar os ricos conhecimentos e experiências presentes em seu meio e é de fundamental importância para entender o seu protagonismo na construção cultural e social do Brasil.

A estruturada desta tese está organizada na ordem que segue: elementos pré-textuais, introdução, estado da arte sobre a temática em discussão e artigos científicos/capítulos que foram e/ou serão encaminhados para publicação em periódicos qualisados: Artigo 1 - “Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de comunidades quilombolas no Nordeste do Brasil”; Artigo 2 - “Saberes tradicionais e simbólicos da flora local em comunidades quilombolas do Nordeste brasileiro”, Artigo 3 - “Experiências socioprodutivas em comunidades quilombolas do semiáridopiauiense”; Artigo 4 - “Entre lendas, mitos e credences: aspectos cosmológicos de comunidades quilombolas do semiárido nordestino”; Artigo 5 - “A produção do conhecimento sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas: contextos e perspectivas”; e, Artigo 6 - “Possibilidades do Etnoturismo em comunidades quilombolas do semiárido piauiense”. Por conseguinte, as considerações finais, anexos e apêndices.

2 ESTADO DA ARTE

2.1 Comunidades tradicionais/povos tradicionais

A pluralidade sociocultural brasileira revela múltiplas formas de manifestações, expressões e religiões que caracterizam os diversos tipos de sociedades, dentre as quais estão as comunidades tradicionais, que se caracterizam pela forte relação estabelecida com seu território, com sua cultura e com os conhecimentos de seus ancestrais, formando desenhos de novos arranjos sociais (VIVEIROS DE CASTRO, 2013). Tais conhecimentos se expressam nas suas práticas sociais e devem ser investigados, a fim de conhecer as formas de apropriação dos recursos naturais, elementos e valores culturais adotadas localmente, e, assim, compreender as dinâmicas que envolvem a relação homem, sociedade e natureza (SACHS, 1997; BERKES; COLDING; FOLKS, 2000).

Diegues e Arruda (2001, p.26) os conceituam como “[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza”. Os quilombolas se inserem nesse contexto. A Constituição Federal destinou-lhes um espaço, promovendo-lhes maior autonomia (CASTEL, 1997), mas foi somente a partir da década de 2000 que gestores perceberam a necessidade de minimizar as desigualdades para alcançar a promoção da justiça social dessas comunidades que, historicamente, sempre estiveram à margem da sociedade (HOLANDA, 1995; BRASIL, 2004).

O modo de vida desses povos, distinto da nossa sociedade padronizada pela indústria cultural, na maior parte dos casos, se sustenta em atividades produtivas tradicionais como lavoura, pecuária, agricultura familiar, pesca artesanal, cujo conhecimento é reproduzido por gerações. São práticas derivadas de conhecimentos patrimoniais, quase sempre, direcionadas para a própria subsistência, assentadas na exploração dos recursos naturais com emprego de tecnologias de baixo impacto, precária articulação com o mercado, uso intensivo de mão de obra familiar e normalmente de base sustentável (ARRUDA, 1999; DIEGUES, 2000).

Em conformidade com Brasil (2003), os quilombolas podem ser conceituados como “grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Para Little (2002, p. 282), o que os define é “[...] o regime de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva”. Na concepção de Santilli (2005) o conceito perpassa pela evocação de seus direitos territoriais e culturais.

Frente à tentativa de definir e redesenhar quem são essas comunidades, a legislação elege como interesse prioritário identificar quem vai ter acesso ou não às políticas públicas providas. Todavia e, para além disso, a Antropologia se posiciona numa arena mais cultural/valorativa e define os quilombolas não apenas como grupos isolados ou homogêneos em sua organização racial. São grupos cujas práticas cotidianas estão diretamente associadas à sua luta em resistir e perpetuar seus modos de vida em seu território específico, mas que “a raça negra da população não pode ser utilizada como único critério para a definição desse grupo étnico. Da mesma forma, nem sempre são descendentes de escravos fugidos.” (ABA, 1997, p. 81).

A definição proposta pela Antropologia trouxe avanços no sentido de evidenciar a diversidade de traços culturais presentes nesses grupos, fugindo do reducionismo à raça ou a elementos culturais homogêneos que os definam. Na concepção de Pereira, Farias e Araújo (2020), se antes a luta era contra a escravidão, hoje é resistência cultural ao racismo, à desigualdade social e a favor da efetivação dos seus direitos. Sob esta perspectiva mais antropológica, o ser quilombola se posiciona em constante reconstrução como reflexo de ações políticas, mas principalmente de decisões locais integrando os seus valores, seu modo de vida e seu meio sociocultural.

A ideia de território é um aspecto marcante para esses grupos, não apenas por sua extensão e seus recursos naturais, mas principalmente pelas relações estabelecidas ao longo do tempo, pelo exercício do poder, pela constituição de ligações afetivas e, fortalecimento da sua identidade cultural e dos seus conhecimentos tradicionais (SOUZA, 2006; ABRÃO *et al.*, 2013). Para Haesbaert (2006), esse processo de territorialização cria raízes, promove coesão e conecta-se diretamente com as esferas político-cultural locais. O território é, portanto, um elemento fundamental, sob o qual esses grupos empreendem esforços para ocupar, utilizar, exercer controle e estabelecer relações com o meio.

Durante muitos anos, os territórios quilombolas ficaram sem reconhecimento, trazendo como consequência uma marginalizada condição de vida, submetida a subempregos ou condições análogas a trabalhos escravos, ferindo sua integridade e sua cidadania. Esse contexto, somado aos diversos movimentos sociais e ambientais especialmente nas décadas de 1980 e 1990 conduziram a construção de políticas públicas para amparar esses grupos. Em quase todos esses países, especialmente da América do Sul, há leis de proteção a esses povos, cuja trajetória sempre foi relacionada com a terra como forma de estabelecer um controle sobre o território e o espaço no qual se poderiam desenvolver práticas socioculturais autônomas. No Suriname e nas Guianas, são chamados de *marrons* e na Colômbia de palenqueiros (PRICE, 1999).

Dentre os principais marcos legais que legitimam direitos às comunidades tradicionais, pode-se mencionar na esfera internacional os decretos, que embora não sejam direcionados exclusivamente a essas comunidades, evidenciam questões que são de grande interesse das mesmas, pois discutem pautas relacionadas à valorização e proteção do patrimônio cultural material e imaterial, do patrimônio natural e da biodiversidade:

- Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977 - Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural (França, 1972);
- Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Convenção sobre Diversidade Biológica (Brasil, 1992);
- Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) – Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais (Suíça, 1989);
- Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 - Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (França, 2003);
- Decreto nº 485, de 20 de dezembro de 2006 - Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (França, 2005);

Na esfera nacional, as legislações que protegem as comunidades tradicionais têm como marco a Constituição Federal de 1988, que buscou trazer repostas às múltiplas demandas de grupos de ambientalistas, mobilizações populares e de povos indígenas em defesa dos direitos humanos e territoriais. Como reflexo dessa maior visibilidade conferida pela Carta Magna, a partir de 2000 surgiram novas leis, dentre as quais destacam-se:

- Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 – Trata da regularização fundiária de terras de quilombos e define as responsabilidades dos órgãos governamentais (Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).
- Decreto de 27 de dezembro de 2004 (revogado em 14 de julho de 2006) – Comissão Nacional de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais (Ministério da Justiça; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e Fundação Cultural Palmares);
- Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília-

DF (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais);¹

- Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 – Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/ Ministério dos Direitos Humanos/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos)
- Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007 - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares (Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura).
- Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Todo arcabouço legal, constituído de forma a garantir direitos a essas comunidades demonstra o importante peso que a vertente política tem na construção conceitual desses grupos e aponta para a necessidade de desconstruir estruturas que têm contribuído para violar seus direitos (GOMES; MADEIRA; BRANDÃO, 2020; PEREIRA, 2020). Apesar dos avanços obtidos, muitas comunidades tradicionais e afro da América Latina e do Caribe ainda vivem em situação de exclusão socioeconômica, materializada, sobretudo, pela ausência de direitos essenciais à manifestação plena das potencialidades humanas (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, importa ressaltar que por estarem localizadas predominantemente em áreas rurais distantes dos núcleos urbanos e, quase sempre com dificuldade de acesso a bens e serviços, as comunidades tradicionais e quilombolas brasileiras se inscrevem nas políticas voltadas ao desenvolvimento rural, que ao longo das últimas décadas, vêm contemplando ações de fomento à agricultura familiar e ao surgimento de novas atividades no campo, o que tem promovido mudanças no modo de vida dos povos que habitam esses espaços.

2.1.1 Mundo rural e comunidades tradicionais

O espaço rural, onde se insere o maior número de quilombolas, vem experienciando mudanças vigorosas que tem repercutido diretamente no cotidiano de muitas comunidades,

atingindo as paisagens, as pessoas e a sustentabilidade desses ambientes (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Esse espaço rural começou a se transformar no Brasil a partir da década de 1990 e a partir de então promoveu o desencadeamento de uma série de políticas voltadas ao desenvolvimento rural.

Tais políticas ganharam notoriedade a partir do reconhecimento da importância desse espaço para a economia e a necessidade de orientar o Estado, as instituições e os atores sociais das potencialidades rurais e da atuação de órgãos e movimentos sociais no campo, a exemplo do MST e da Federação de Trabalhadores na Agricultura (FETAG) incitando debates sobre a reforma agrária e o surgimento de atividades opostas no rural, como o agronegócio e a agricultura familiar, que passam a ser duas esferas emblemáticas para o desenvolvimento rural no país, fazendo surgir políticas de reconhecimento e valorização do rural como categoria analítica do mundo globalizado (PEIXOTO, 2008).

Uma retrospectiva no tempo situa o início do processo de desenvolvimento do espaço rural nacional na década de 1970. A década seguinte, 1980, foi marcada por um intenso processo de redemocratização política e trouxe como desdobramentos ao desenvolvimento rural brasileiro a revitalização dos movimentos sociais e emergência de novos movimentos sociais no campo que focalizavam a construção de uma identidade de agricultura de base através do trabalhador camponês (PEIXOTO, 2008). Por conseguinte, a década de 1990 é considerada o marco inicial das políticas públicas rurais no Brasil, com destaque para a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta fase assinala o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social de política pública e é marcada por intensas mobilizações das organizações rurais pressionando por reformas, além de volumosa quantidade de estudos técnicos e científicos, ações de crédito rural e programas direcionados aos excluídos, a exemplo do Fome Zero.

Nesse mesmo período, o debate sobre o meio ambiente e sustentabilidade, fortalecido com a Conferência Rio Eco 92 passou a ser essencial no redimensionamento do desenvolvimento rural e se fortaleceu na agricultura orgânica, na agroecologia e na adoção de valores e comportamentos que se aproximem de princípios sustentáveis (FAO/INCRA, 1994; VEIGA, 2006).

A década de 2000 consolidou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar através da concessão de créditos agrícolas e do estímulo à produção de alimentos com foco na segurança alimentar. Também foi marcada pela atuação do governo no que concerne à criação e ampliação de programas de acesso à terra, previdência rural, transferência de renda e também ao reconhecimento das propriedades de base familiar (SCHNEIDER, 2010).

Paralelo a esse processo, observa-se no Brasil uma pluralidade de ações confluindo para o desenvolvimento rural, a exemplo dos empreendimentos de Economia Solidária, os Arranjos Produtivos Locais - APL, iniciativas de empreendedorismo social e tecnologias sociais. São movimentos promovidos por meio de intervenções públicas e também privadas que consideram as assimetrias presentes nos diversos espaços rurais existentes no país e refletem estratégias voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento vinculado a princípios sustentáveis por meio do fortalecimento de pequenos empreendimentos (VEIGA *et al.*, 2001; SACHS, 2002).

As novas possibilidades de uso sustentável do espaço rural propiciaram a valorização dos recursos naturais e culturais, dos produtos associados e, principalmente o reconhecimento dos saberes constituintes das comunidades rurais e tradicionais. O revigoramento dos elementos culturais e naturais concorreu para o fortalecimento da atividade do turismo no meio rural, que recebeu incentivos por parte do governo como forma de promover dinamização econômica a esses espaços. Dentre os segmentos que mais se expandiram destacam-se o turismo rural, ecoturismo, turismo de base comunitária e mais recentemente o Etnoturismo.

A atuação do Estado por meio de políticas de desenvolvimento rural sustentável na perspectiva dos arranjos produtivos locais do turismo ainda é recente, porém necessária, porquanto o turismo produz alterações socioespaciais de diversas ordens nas localidades em que se desenvolve. Por essa razão, essas políticas dependem de uma sólida articulação com outras políticas, como a cultural, educacional, social, territorial, ambiental e econômica.

No histórico de políticas voltadas ao desenvolvimento do espaço rural por meio do turismo, destaca-se o Plano Nacional de Turismo, publicado no ano de 2003 pelo Ministério do Turismo (MTur) que abrangeu as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. Foi nesse contexto que a paisagem rural, os elementos culturais e as interrelações sociais se assumiram como instrumentos fortalecedores do desenvolvimento rural por meio da atividade turística (BONETTI; CANDIOTTO, 2012).

Com a expansão da agricultura familiar no meio rural brasileira e a crescente demanda por viagens que propiciassem maior contato com a natureza e com o campo, o governo federal, numa parceria entre o MDA e MTur, lançou o programa Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) em 2004 objetivando propiciar o intercâmbio do turista com o homem do campo e todas as suas atividades tradicionalmente desenvolvidas, seu modo de vida e os recursos culturais e naturais presentes em seu território (GOERCK, 2017).

Na segunda metade da década de 2000, o MTur lançou o edital Projetos de Turismo de Base Comunitária que concedeu subsídios financeiros para estruturação da atividade turística de bases sustentáveis em comunidades. O somatório dessas ações concorreu para a

interiorização do turismo e para o fortalecimento de novos segmentos que tinham como foco destinos que fugissem do que tradicionalmente já era comercializado evidenciando a pluralidade e riqueza cultural dos povos existentes do país (PINHEIRO, 2016).

A valorização da questão étnica aliada ao turismo foi fortalecida nas ações do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por meio do levantamento das manifestações étnicas brasileiras, inicialmente no Maranhão e na Bahia. Essas iniciativas forneceram elementos que incentivaram a organização do Etnoturismo em comunidades tradicionais desses estados. Doravante, outras ações começaram a surgir em quilombos do interior de São Paulo, difundindo a prática da atividade etnoturística em diversas comunidades brasileiras (VATIN, 2008; TRIGO; PANOSSO NETO, 2014).

As políticas fundiárias, turísticas e culturais implementadas no Brasil ao longo das últimas décadas promoveram o reconhecimento de identidades étnicas que permaneceram invisíveis até então para a sociedade e atribuíram novas funções ao meio rural. Tais fatos produziram efeitos como o fenômeno do hibridismo cultural, que, segundo Canclini (2019) se evidencia em tempos ditos globalizados, e, no contexto rural ganha importância porque revela as dinâmicas socioprodutivas situadas entre o tradicional e o moderno, a exemplo do Etnoturismo, que embora seja uma prática da modernidade, recorre da tradicionalidade do modo de vida das comunidades tradicionais rurais para existir.

Dessa forma, as ações devem fortalecer uma visão equilibrada dos efeitos mercadológicos a partir das questões humanas e sociais que envolvem o impacto causado pelas atividades no meio rural. Outrossim, é preciso compreender que toda intervenção no meio rural afeta as relações sociais e produtivas da população local, o que requer um planejamento de políticas que identifiquem as potencialidades, dialoguem com suas reais necessidades, e, principalmente, evidenciem a capacidade e o protagonismo dos seus sujeitos na gestão sustentável dos seus territórios, da sua cultura e das suas experiências socioprodutivas.

2.2 Experiências Socioprodutivas

A compreensão das múltiplas dinâmicas refletidas na organização social das comunidades quilombolas desemboca no entendimento das experiências socioprodutivas dos seus territórios. Para Diegues e Arruda (2001, p. 24), “[...] é por meio de um sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações agem sobre o meio”. Cultimar (2008) assinala que as plantas, os animais, a cosmologia, os lugares sagrados e os alimentos integram essas experiências que obedecem a uma lógica própria, regida por valores, sentimentos e conhecimentos. Silva, Monteiro e Barbosa (2017, p.117) acrescentam ainda os padrões de

aprendizagens e sistemas de linguagens, que se assumem como elementos culturais reguladores do ordenamento e o funcionamento social dessas comunidades, “[...]criam e recriam saberes e fazeres calcados na vivência e interação com o seu território”.

O conhecimento tradicional é a base de todo esse sistema socioprodutivo e é muito forte entre os quilombolas. Lévi-Strauss (1989) discorre que conhecer as plantas e os animais utilizados em comunidades tradicionais, especialmente entre os indígenas, é indispensável para interpretar corretamente sob o ponto de vista estrutural os mitos e os ritos locais, tão importantes para esses grupos. Numa tentativa de melhor conceituar o termo experiência socioprodutiva, associa-se a definição de instituição proposta por Malinowski (1922) quando estudou a população dos Kula. Para o autor, dentro desses grupos existe uma unidade multidimensional que compreende um sistema de valores concebidos a partir das necessidades dos próprios membros, sob a qual os seres humanos se organizam e se associam. A esse conjunto denominou-o de instituição social capaz de abranger a pluralidade de dimensões integradas na cultura daquele grupo, dotada de autonomia e funcionalidade social, mediante regras e padrões legitimados simbolicamente estabelecidos conforme seus valores culturais (MALINOWSKI, 1922).

Partindo desse conceito, entende-se as experiências socioprodutivas como instituições capazes de integrar uma teia de relações assentadas num sistema de representações e símbolos sagrados firmados entre as comunidades tradicionais e as plantas, os animais, os lugares, a religiosidade, os rituais, as credices e os alimentos, em cima dos quais se organiza socialmente a estrutura desses povos. As plantas, por exemplo, representam muito mais do que um recurso natural, são elementos sociais, possuem diversas formas de uso, são fonte de alimento, de medicamento, servem como condimentos, abrigo e ainda beneficiam os animais que ali vivem (GASCON *et al.*, 2015; CONDE *et al.*, 2020). Por meio dos estudos etnobotânicos, ampliados sobremaneira nas últimas décadas, tem sido possível conhecer a multiplicidade cultural e biológica relacionada às plantas (ALBUQUERQUE; LUCENA; CUNHA, 2010).

No tocante aos animais, diferentemente das práticas presentes na cultura ocidental de exploração dos animais para diversos fins, especialmente em comunidades quilombolas com predominância de religiões de matriz africana, os animais “[...] são reverenciados desde o momento que são escolhidos até o momento em que são oferecidos aos orixás” e seu sacrifício “não significa tortura e maus tratos a estes seres” Nessas comunidades, os animais são utilizados como alimento e estabelecem uma relação de respeito com os mesmos, por meio da permissão das entidades religiosas para seu consumo ou utilização em rituais (VIEIRA; SILVA, 2016).

Os lugares representam elementos marcados por simbologias associadas a memórias e histórias vivenciadas pelos antepassados em seus territórios, que refletem todos os processos sociais e políticos vivenciados (LITTLE, 2002; PEREIRA; FARIAS; ARAÚJO, 2020). Na concepção de Silva, Monteiro e Barbosa (2018), “[...] o território se expressa, claramente, nos ideais específicos de uma coletividade”. Assim, dentro de um mesmo território quilombola, existem diversos espaços e lugares com distintos significados, sejam eles lugares sagrados, profanos ou mesmo proibidos. Para Santos (1982), é preciso compreender e discutir a forma, a estrutura, a função e o processo presente em cada um.

Os alimentos envolvem diversas dimensões, desde comer com alguém, como alguém e para alguém. Para Fausto (2002), Menasche, Alvarez e Collaço (2012) e Menasche (2013), o alimento engloba o padrão alimentar, a variedade e a permissão de consumo de produtos, a forma de produção, a distribuição, o local onde se come e toda representação simbólica que os mesmos exercem na identificação social e coletiva desses grupos.

O sistema cosmológico das comunidades tradicionais é representado por meio das manifestações de religiosidade, rituais, lendas, mitos, simbolismos e crendices que integram as experiências locais e estão relacionadas com a ancestralidade e a influência de forças naturais e sobrenaturais em suas práticas sociais. A recorrência a esses elementos culturais é comum em comunidades quilombolas, (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; MELO; BARROS, 2016). Portanto, o registro desses elementos, valores e práticas tradicionais que constituem o sistema institucional desses grupos sociais possibilita identificar dinâmicas socioambientais direcionadoras de princípios sustentáveis locais.

2.3 Dinâmicas socioambientais e conhecimento tradicional

Até a década de 1950 não havia de forma contundente uma preocupação com questões envolvendo o meio ambiente. Foi somente a partir da segunda metade do século XX que esse debate eclodiu mundialmente possibilitando o gradativo reconhecimento de uma crise ambiental, cujo foco se projetava nos “[...] limites ecológicos do crescimento material e na pluralidade de esforços para sua superação.” (VIEIRA, 2009, p.27). O reconhecimento da questão ambiental e da sustentabilidade como balizadora de programas, ações de governos e de comportamentos da sociedade teve como desdobramento a colocação do tema em diferentes arenas de discussões (políticas, sociais, econômicas, jurídica, além da ambiental propriamente dita) de governos e da sociedade civil (BERKES; FOLKE; GADGIL 1995; FUKS, 1998; ACSELRAD, 2004; LEITE LOPES, 2006).

Situada no âmago dessa discussão contemporânea que busca encontrar soluções para o dilema que envolve produção, consumo e exploração dos recursos naturais, a expressão sustentabilidade está cada vez mais presente na sociedade nas últimas décadas. O foco da questão se projeta nas condições basilares para o alcance desse desenvolvimento e quais os instrumentos e diretrizes a serem adotados frente a um modelo capitalista que tem no lucro imediato sua principal premissa (FLORIANI; FLORIANI, 2020). É preciso evidenciar que mudanças comportamentais já vêm acontecendo desde a década de 1970, quando foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental, durante a Conferência de Estocolmo provocando maior sensibilização para as causas socioambientais e, conseqüentemente, maior preocupação com o desenvolvimento aliado aos princípios sustentáveis (LEFF, 1998).

O principal marco nesta perspectiva foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 (popularizado como RIOECO-92), a qual estabeleceu um acordo global na forma de agendas assumidas entre os Estados e a sociedade civil. Recentemente, outra importante ação nesse sentido foi a construção da Agenda 2030, que estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas a serem cumpridas por todos os países, objetivando a promoção de melhores e mais dignas condições de vida à população mundial (IBGE, 2018).

Deste modo, o desenvolvimento sustentável passou a ser um apelo por ações que visem garantir um efetivo desenvolvimento econômico e social harmonizado com a gestão racional dos recursos naturais (BERKES, 1995). Face à emergência desse movimento ambiental, o debate, já tão atuante, no campo teórico foi acompanhado por divergências e tensões entre as concepções, desembocando três diferentes formas pensar a relação homem/natureza: o preservacionismo, o conservacionismo, e o socioambientalismo . O movimento socioambientalista trata-se de uma concepção que sintetiza os anseios dos movimentos ambientalistas, figurando-se como um novo caminho para superar o preservacionismo/conservacionismo. Ganhou força a defesa dos interesses das comunidades tradicionais, destacando a importância dos chamados conhecimentos tradicionais (SANTILLI, 2005).

Por meio desses conhecimentos, as comunidades tradicionais conhecem e se apropriam dos recursos naturais, possibilitando, assim, a sobrevivência dos seus membros. São conhecimentos que se projetam para o coletivo ao longo de um tempo que ultrapassa gerações e trazem consigo a simbologia da memória e da cosmologia dos seus ancestrais e, por isso mesmo, fortalecem seu valor junto à comunidade e revalidam sua importância (FIGUEIREDO;

VIANNA, 2020). Como resultado, observa-se um processo de acumulação, dinamização e aperfeiçoamento desses conhecimentos dentro e para a comunidade (TOLEDO; BARREIRA-BASSOLS, 2009).

Para Berkes (1995), os conhecimentos tradicionais mantêm uma relação de dependência não somente com as comunidades tradicionais, mas também com os recursos naturais. Diegues e Arruda (2001) ressaltam a existência de muitos estudos que defendem o conhecimento praticado nas ditas comunidades como balizador de um manejo racional dos recursos que, quase sempre, assegura sustentabilidade, uma vez que tem relação direta com o ecossistema local em função do desenvolvimento das atividades culturais e de subsistência dessas populações em seus territórios. Para Marques (2001) existe uma relação de respeito, gratidão, medo e cumplicidade com a natureza, o que se apresenta como causa direta da manutenção do sistema ambiental das localidades nas quais as populações tradicionais habitam.”

Quando se trata de comunidades quilombolas, depreende-se que o conjunto dinâmico de conhecimentos tradicionais é capaz de influenciar no desenho da estrutura social desses grupos, orientando comportamentos e condutas, refletindo como entendem e agem sobre nos seus ambientes (LOUREIRO; SILVEIRA, 2020). Junto com suas lendas, crendices e superstições, tais conhecimentos contribuem para o fortalecimento de sua identidade, para a manutenção de sua cultura e tradições e refletem a forte ligação que esses povos têm com sua religiosidade, sua fé e seus antepassados.

Ademais, por meio dos conhecimentos tradicionais, diversas comunidades vêm implementando atividades para incrementar o desenvolvimento socioeconômico local. Uma delas é a prática do Etnoturismo, que se caracteriza como um segmento no qual turistas buscam conhecer e vivenciar experiências culturais diferenciadas em comunidades tradicionais, contrapondo-se ao turismo de massa, que busca reproduzir roteiros mercadológicos (YAN; BRAMWELL, 2008; YANG, 2011). O Etnoturismo promove a cultura desses povos e se apresenta como uma estratégia de fortalecimento socioeconômico e cultural das comunidades (MCINTOSH; JOHNSON, 2005; SOUZA; SANTOS; CANÇADO, 2017). Por trazer a cultura como âncora, abriga todas as diversas manifestações associadas, como as danças, os eventos, o artesanato, a gastronomia e, principalmente, os conhecimentos tradicionais, que revelam traços da tradicionalidade e identidade local.

2.4 Estudos desenvolvidos sobre comunidades quilombolas

Pesquisas com comunidades quilombolas vêm crescendo de forma significativa especialmente no Brasil a partir do ano 2000, porém, registram-se também investigações sobre essa temática em outros países, embora de forma tímida. Por meio da busca no Portal de Periódicos CAPES foram localizados 1.891 trabalhos sobre quilombos. Desse total, foram selecionados os que mais se aproximam da temática desta investigação, totalizando 1.120. Embora a maior parte dos artigos analisados serem de autoria nacional, correspondendo a 72% das publicações analisadas, observou-se a presença de pesquisadores europeus (4%), norteamericanos (13%), latino-americanos (9%) e africanos (2%). Não se observou trabalhos de pesquisadores de outros continentes, além dos citados. Todavia, cabe ressaltar que apesar de terem sido encontrados trabalhos de pesquisadores de diferentes nacionalidades, o Brasil é o campo de estudo de cerca de 92% dessas pesquisas e o Quilombo dos Palmares (AL) e o Quilombo Kalunga (GO) são os mais citados, tanto em pesquisas nacionais como internacionais.

A respeito das pesquisas de autores europeus, foram encontrados 74 trabalhos cujos temas se dividem em duas categorias: identidade e cultura (59%) e territorialidade (41%). Destacam-se estudos da pesquisadora francesa Boyer (2017) sobre territorialidade e cultura na Amazônia, da pesquisadora espanhola Cobo (2017) sobre música e oralidade no Quilombo dos Palmares, município de União dos Palmares; e, dos pesquisadores belgas Stevens e De Meulder (2019) sobre práticas culturais e reivindicações territoriais em comunidades do estado de São Paulo.

Em relação aos trabalhos de autores africanos, foram identificados 36 pesquisas. A maioria desses estudos volta-se para questões históricas sobre escravidão e formação de quilombos (72%), 20% sobre cultura e identidade e 8% sobre questões alusivas à saúde quilombola. O estudo de Munanga (1996) ganha destaque ao focar a origem e histórico dos quilombos na África.

No continente americano, foram localizados cerca de 259 trabalhos. Desse total, 34% abordam aspectos constitucionais/legais, 25% trazem como foco aspectos relacionados à escravidão, 11% investigaram políticas públicas, 13% abordam aspectos culturais, 9% enfatizam questões da raça negra e 8% discutem a violência contra quilombolas. Na América do Norte, destacam-se os trabalhos de Dawn (2012) que traz a visão dos poetas sobre o Quilombo dos Palmares; Bowen e Tillman, (2015) que pesquisam a importância das pesquisas

culturais sobre quilombolas no contexto da avaliação internacional e Smith (2015) que pesquisou sobre violência envolvendo negros e quilombos.

Na América do Sul foram encontrados cerca de 1.520 resultados. Desse total, 145 são pesquisas sobre descendentes de escravos africanos na Guiana Francesa, Suriname e Colômbia. Na Guiana Francesa, destaca-se a pesquisa de Brucato *et al.* (2010) sobre escravidão na Guiana Francesa. No Suriname, evidencia-se o trabalho de Jaffe e Sanderse (2010) a respeito da cultura dos *marrons*, como são chamados os afrodescendentes naquele país. Ademais, foram encontrados estudos de pesquisadores colombianos sobre quilombos no Brasil e na Colômbia. Chamam atenção os trabalhos de Cáceres (2013) sobre aspectos legais étnicos no Quilombo da Pedra do Sal no Rio de Janeiro e Arocha (1998) que discutiu aspectos éticos/legais sobre a inclusão dos afro-colombianos na Colômbia.

O Brasil concentra de forma significativa a quantidade desses estudos, totalizando 1.375 resultados em quase todos os estados brasileiros, excetuando Acre e Roraima. As categorias mais pesquisadas foram saberes e conhecimentos locais (22%), territorialidade (18%), uso tradicional das plantas (16%), aspectos constitucionais/legais (15%), religiosidade (15%), atuação da mulher quilombola (7%), impactos de ações governamentais (4%) e prática do turismo em comunidades quilombolas (3%). Dentre esses trabalhos, sobressaem-se na região Norte as pesquisas de Pereira e Ferreira (2017) que demonstraram o conhecimento sobre a diversidade das plantas medicinais pelos moradores da comunidade Tauerá-Açú, município de Abaetetuba, Pará; em outra investigação, Rodrigues *et al.* (2017) analisou a dinâmica socioeconômica e a organização em unidades familiares agroextrativistas do quilombo Rio Gurupá, município de Cachoeira do Arari, Pará.

Na região Centro-Oeste, Silva e Cleto (2016) estudaram a capacidade de resiliência para sobreviver na comunidade Morro de São João, município Santa Rosa do Tocantins, Tocantins; Marinho (2017) retratou a relação entre cultura e territorialidade no quilombo Kalunga, situada nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Cabral e Caetano (2020) investigaram a produção associada, educação e cultura do trabalho como produção da vida na comunidade tradicional São Manoel do Pari em Mato Grosso.

Na região Sudeste, Crepaldi e Peixoto (2010) desenvolveram estudo sobre diversidade do conhecimento etnobotânico na comunidade Cachoeira do Retiro, município de Santa Leopoldina, Espírito Santo; Maranhão e Bueno (2012) apresentaram as relações que envolvem gastronomia, sustentabilidade e turismo em uma comunidade quilombola na Praia de Caçandoca, Ubatuba, São Paulo.

Na região Sul, ganha destaque o estudo de Oliveira (2013) que fez uma análise das relações étnico-raciais, religião e identidade cultural na comunidade Manoel do Rego, município Canguçu, Rio Grande do Sul. Fidelis e Bergamasco (2015) discorrem sobre as mudanças e a manutenção dos saberes tradicionais na agricultura familiar em quilombos de Adrianópolis, no Paraná; e, Wedig e Ramos (2020) discutem a resistência da atuação de benzedeiros e mães de Santo em terreiros afroreligiosos do Rio Grande do Sul e Paraná.

Para a região Nordeste, que aglutina maior volume de trabalhos com quilombolas, foram destacados alguns dos estudos desenvolvidos nos nove estados:

ALAGOAS – Santos (2014) trouxe como foco a relação cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em quilombos alagoanos; Silva e Mira (2016) investigaram a gestão socioambiental das comunidades quilombolas do município de Cruz; e, Silva e Rocha (2016) enfatizaram a situação escolar nas comunidades quilombolas de Alagoas. Pereira, Silva e Araújo (2020) discorrem sobre a memória e identidade quilombola na comunidade Pau d'Arco em Arapiraca.

BAHIA - Almeida e Bandeira (2010) pesquisaram o significado cultural, uso e diversidade de plantas nas comunidades do Raso da Catarina no município de Jeremoabo; Gomes e Bandeira (2012) realizaram um inventário das plantas medicinais utilizadas, evidenciando sua força cultural na comunidade Casinhas, município de Jeremoabo; Santana, Voeks e Funch (2016) realizaram estudos etnobotânicos no quilombo Salamina Putumuju, município de Maragogipe; e Bastos (2020) buscou compreender como o saber-fazer dos remanescentes quilombolas da comunidade Sambaíba, em Caetitê, constroem suas identidades

CEARÁ – Bezerra (2012) dissertou a respeito do reconhecimento étnico e questões envolvendo a identidade cultural da comunidade de Bastiões, município de Iracema; Sousa e Fernandes (2016) apresentaram a caracterização geoambiental relacionando com o uso planejado dos recursos ambientais para a sobrevivência dos moradores do Sítio Arruda, no município de Araripe; e, Sucupira *et al.* (2018) demonstrou o protagonismo político e cultural dos moradores do quilombo Boqueirão da Araras no município de Caucaia.

PARAÍBA – Coutinho, Lucena e Bonifácio (2018) pesquisaram sobre o conhecimento e as formas de uso das plantas mágico-religiosas por rezadeiras em comunidades do semiárido da Paraíba; Souza e Batista (2018) estudaram as relações que envolvem o trabalho, a migração e a condição quilombola na comunidade Matão, município de Gurinhém; e, Beltreschi, Lima e Cruz (2019) investigaram o conhecimento tradicional de plantas na comunidade Ipiranga, situada no município Conde.;

PERNAMBUCO – Guerra (2011) discorreu sobre memória e etnicidade no Quilombo Ilê Axé Oyá Meguê, na cidade de Olinda; Carvalho, Bispo e Lira (2011) exploram questões de territorialidade e conflitos presentes na comunidade Nação Xambá, situada na cidade de Olinda; e, Santos e Aguiar (2019) abordam as memórias, saberes e tradição na comunidade Santana, município de Salgueiro.

PIAUI – Sobressaem-se os trabalhos de Lima (2005) que trouxe um panorama das relações de escravidão no Piauí; Franco e Barros (2006) investigaram o conhecimento etnobotânico quilombola como meio de preservação e valorização da cultura tradicional na comunidade quilombola de Olho D'água dos Pires, município de Esperantina; Vieira *et al.* (2008) enfatizaram a história e a conservação de recursos vegetais na comunidade Quilombola dos Macacos, município de São Miguel do Tapuio; Torquato (2009) realizou levantamento da flora melitófila e abelhas associadas no quilombo Olho D'água dos Pires, município de Esperantina; Vieira e Barros (2010) pesquisaram o uso de recursos vegetais na comunidade Quilombola dos Macacos, município de São Miguel do Tapuio; Vieira (2014) trouxe como foco uso de fitocombustível nas comunidades Juazeiro e Quilombola dos Macacos, município de São Miguel do Tapuio; Santos (2013) destacou as ações e o papel de Maria Rosalina no movimento quilombola piauiense; Silva e Barros (2015) evidenciaram o conhecimento tradicional e uso de espécies da caatinga em construções rurais na comunidade quilombola Sítio Velho, em Assunção do Piauí; Fé e Gomes (2015) estudaram a temática da territorialidade e sociobiodiversidade na Comunidade Olho D'água dos Negros no município de Esperantina; Melo (2016) estudou a comunidade Periperi, em Parnaíba, no contexto de implantação de hidrelétricas; Silva (2018) relatou o processo de fragmentação da escravidão no Piauí por meio da exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca; Fé, Nascimento e Gomes (2019) investigaram a organização socioprodutiva e a questão da terra na comunidade Quilombola Currallinho, Esperantina (PI); e, Sousa e Santos (2019) discutiram a relação territorialidade quilombola e trabalho.

MARANHÃO – Monteles e Pinheiro (2007) estudaram as plantas medicinais numa perspectiva etnobotânica no quilombo Sangrador, município de Presidente Juscelino; Noronha (2015) discorreu sobre turismo, autenticidade e tradição entre artesãos de Alcântara; Ferreira, Brussio e Rodrigues (2019) evidenciaram as perdas e danos da culinária no quilombo Saco das Almas, município de Brejo; Kurowicka (2019) discutiu sobre as lutas contra a invisibilidade política e social de três comunidades quilombolas no município de Codó; e, Sá, Gomes e Moraes (2020)

pesquisaram o tambor de mina como resgate de integração, socialização e inclusão social na comunidade quilombola São Sebastião dos Pretos em Bacabal.

RIO GRANDE DO NORTE – Pereira e Lima (2015) retrataram o processo de espacialização da cultura e das territorialidades em quilombos do estado; Assis, Baldauf e Silva (2019) analisaram o sistema social, cultural e ecológico, a partir do conhecimento tradicional associado à utilização dos recursos naturais entre os moradores da comunidade Sobrado, no município de Portalegre; e, Santos (2019) discorreu sobre memórias da escola no quilombo Negros do Riacho, município de Currais Novos.

SERGIPE – French (2003) abordou os direitos quilombolas e sua relação com a construção das identidades e a história da comunidade Mocambo, município de Porto da Folha; e, Alves et al. (2017) realizaram levantamento de espécies de plantas utilizadas para fins terapêuticos nas comunidades rurais e quilombolas do Povoado Augustinho, Garrote do Emiliano, e Lagoa da Volta, situadas respectivamente nos municípios de Monte Alegre, Poço Redondo e Porto da Folha.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; LEROY, J.P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999. 108p.
- ABA. Associação Brasileira de Antropologia. Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. **Boletim Informativo NUER/UFSC**, v.1, n.1, p.1-158, 1997.
- ABRÃO, J. et al. Territorialidade e Temporalidade. In: SAQUET, M. A. (org.). **Estudos territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, p. 75-90. 2013.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. HERCULANO, S. E PADUA, J. (Orgs.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: RelumeDamará: Fundação Ford, 2004. 303p.
- ALMEIDA, V.S.; BANDEIRA, P.S.F. O significado cultural do uso de plantas da caatinga pelos quilombolas do Raso da Catarina, município de Iremobo. **Rodriguésia**, v. 61 n. 2, p.195-210. 2010
- ALVES, S.G.; REIS NETO, A.F.; BARROS JUNIOR, A.P.; RODRIGUES, G.G. Estudo etnoecológico em comunidades do semiárido sergipano: utilização de espécies botânicas para fins terapêuticos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 12, n.3 , p.222-227, 2017.
- ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P., CUNHA, L.V.F.C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife, PE: NUPPEA, 2010. 559p.
- ARAGÃO, J. A. **Acesso de saúde na atenção básica prestada aos quilombolas, Piauí**. 2014, 102p. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Geriatria e Gerontologia, Porto Alegre.

AROCHA, J. Inclusion of Afro-Colombians: Unreachable National Goal? **Latin American Perspectives**, v.25 n.3 p.70-89,1998.

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 79-93, 1999.

ASSIS, A.A. BALDAUF, C.; SILVA, M.R.F. Sistema sócioecológico da comunidade quilombola do Sobrado, Pport Alegre – Rio Grande do Norte, Brasil: conhecimentos, injustiça e resistência. **Biodiversidade**, v.18, n. 1, p.160-183, 2019.

BAPTISTA, N.Q.; CAMPOS, C.H. A convivência com o semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E.O. **Convivência com o semiárido brasileiro**: autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, 2013.

BASTOS, L. C. S. L. NAS TRILHAS DO QUILOMBO SAMBAÍBA: etnografia de um saber-fazer que se transforma. **ODEERE**, v. 5, n. 9, 2020.

BELTRESCHI, L.; LIMA, R.; CRUZ, D. Traditional botanical knowledge of medicinal plants in a “ quilombola ” community in the Atlantic Forest of northeastern Brazil. **Environment, Development and Sustainability**, v. 21, n.3, p.1185-1203, 2019.

BERKES, F.; COLDING, J; FOLKE, C. "Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management". **Ecological Applications**, v. 10, n. 5, p. 1251-1262, 2000.

BERKES, F.; FOLKE, C.; GADGIL, M. Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability. In: PERRINGS, C.A.; MAHLER K.; FOLKE, C.; HOLLING, C.; JANSSON, B. (orgs.) **Biodiversity conservation: Problems and Policies**. Dordrecht (The Netherlands): Kluwer Academic, p. 281–299, 1995.

BEZERRA, A.S. Reconhecimento étnico da comunidade de Bastiões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 1, p. 50-65, 2012.

BONETTI, L.; CANDIOTTO, L. Z. P. Políticas públicas federais de turismo rural e o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF). **Anais. XXI Encontro de Geografia Agrária**. Uberlândia, 15 a 19 de out de 2012.

BOWEN, M. L.; TILLMAN, A. S. Developing Culturally Responsive Surveys: Lessons in Development, Implementation, and Analysis From Brazil’s African Descent Communities. **American Journal of Evaluation**, v.36, n.1, p.25-41, 2015.

BOYER, V. Ethnoterritorial reconfigurations of social conflicts: from cultural difference to political fragmentation (Brazilian Amazonia). **Sociologia e Antropologia**, v.7, n.2, p.395-428, 2017. 18

BRAGA, D. C. **Planejamento Turístico**: teoria e prática. São Paulo:GEN LTC, 2013. 275p.

BRASIL.Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Seppir: Brasília, 2013. 62p.

_____. **Quilombos das Américas**: articulação de comunidades afrorrurais: documento síntese. Brasília: IPEA/SEPPPIR, 2012. 79p.

_____. **Programa Brasil Quilombola**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir. Brasília, 2004. 62p.

- BRUCATO, N.; CASSAR, O.; TONASSO, L.; TORTEVOYE, P.; MIGOT-NABIAS, F.; PLANCOULAIN, S.; GUITARD, E.; LARROUY, G.; GESSAIN, A.; DUGOUJON, J. M. The imprint of the Slave Trade in an African American population: mitochondrial DNA, Y chromosome and HTLV-1 analysis in the Noir Marron of French Guiana. **BMC Evolutionary Biology**, v.10, p.314-314, 2010.
- CABRAL, C.; CAETANO, E. Produção associada, educação e cultura do trabalho: produção da vida na comunidade tradicional São Manoel do Pari. **Trabalho & Educação**, v.29, n.2, p.133-147, 2020.
- CÁCERES, L.S.R. Derechos Étnicos y las Contingencias de la Salvaguarda de las Memorias Negras en la Ciudad Espectáculo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, v. 27 p. 22-38, 2013.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Editora da USP, 2019. 385p.
- CARVALHO, C.A.; BISPO, D.A.; LIRA, R.O.S. estratégias, disputas e dinâmicas territoriais no Quilombo da Nação Xambá em Olinda, **GESTÃO.Org**, v.2, n.9, p. 385 - 408, 2011.
- CASTEL, R. Dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno CRH**, v. 10, n. 26, p. 19-40, 1997.
- CHEIRUB, M. C. **Patrimônio cultural de comunidades remanescentes de quilombos: direitos culturais e instrumentos de proteção do IPHAN**. 2015, 454p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio) -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional , Brasília.
- COBO, M.R. Música y oralidad como formas de arqueología literaria: memorias silenciadas de la esclavitud. **Revista Co-herencia**, v. 14, p. 89-109, 2017.
- CONDE, B. E.; ARAGAKI, S.; TICKTIN, T.; FONSECA, A. S.; YAZBEK, P. B.; SAUINI, T.; RODRIGUES, E. Evaluation of conservation status of plants in Brazil’s Atlantic forest: An ethnoecological approach with Quilombola communities in Serra do Mar State Park. **Plos One**, v.15, n. 9, p. 1-18, 2020.
- COUTINHO, A.L.; LUCENA, R.F.P.; BONIFÁCIO, K.M. Conhecimento e utilização de plantas mágico-religiosas por rezadeiras do semiárido da Paraíba. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.9, n.8, p.235-248, 2018
- CREPALDI, M.O.S.; PEIXOTO, A.L. Use and knowledge of plants by “quilombolas” as subsidies for conservation efforts in an area of atlantic forest in Espírito Santo State, Brazil. **Biodiversity and Conservation**, v.28 n.10, p. 19-37, 2010
- CULTIMAR. **Recursos naturais na vida caiçara**. Grupo integrado de aquicultura e estudos ambientais. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- DAWN, D. Beyond the quilombo? The state of zumbi’s “palmares” according to the poets. **Journal of Latin American Studies**, v 13, n. 1, p. 37-60, 2012.
- DIEGUES, A. C. S. A etnoconservação da natureza. In: DIEGUES, A.C.A. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000.

DIEGUES, A. C.S; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 211p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: FAO/INCRA. 24 p. Versão resumida do relatório final do Projeto UFT/BRA/036.

FAUSTO, C. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. **MANA**, v.8, n.2, p.8, p.7-44, 2002.

FCP. Fundação Cultural Palmares. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQS)**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em 29 de Março de 2021.

FÉ, E.; GOMES, J. Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da comunidade Olho D'água dos Negros no município de Esperantina-PI. **Sociedade e Natureza**, v. 27, n. 2, p. 297-308, 2015.

FE, E. G. M. ; NASCIMENTO, J. E. ; GOMES, J. M. A. . Organização socioprodutiva e a questão da terra na comunidade Quilombola Curralinho? Esperantina (PI). **Revista Brazilian Journal of Development**, v. 5, p. 12846-12868, 2019.

FERREIRA, D.L.; BRUSSIO, J.C.; RODRIGUES, E.M. A culinária do quilombo Saco das Almas: perdas e danos do patrimônio cultural quilombola. **Kwanissa**, n. 3, p. 4-23, 2019.

FIDELIS, L.M.; BERGAMASCO, S.M.P.P. A família, suas mudanças e a manutenção dos saberes tradicionais na agricultura familiar em quilombos do Vale do Ribeira paranaense. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 8, n. 2, p. 59-72, 2015.

FIGUEIREDO, A. F. A. de; VIANNA, L. C. R. O Encontro de saberes e a salvaguarda do Patrimônio Imaterial. **Cadernos Naui**, v. 9, n. 17, p. 90-104, 2020.

FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do Estado do Paraná, Brasil. **Polis**, v. 56, p. 1-24, 2020.

FRANCO, E.A.P.; BARROS, R. F.M. Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. **Revista Brasileira de Plantas Medicinas**, v.8, n.3, p.78-88, 2006 19

FRENCH , J.H.Os quilombos e seus direitos hoje: entre a construção das identidades e a história. **Revista de História**, v 149, n.2, p. 45-68, 2003.

FUCKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **DADOS**, v. 41, p. 87-113, 1998.

GASCON, C.; BROOKS, T.M.; CONTRERAS-MACBEATH, T.; HEARD, N.; KONSTANT, W.; LAMOREUX, J. The importance and benefits of species. **Current Biology**, v. 25, p. 10, p. 431–438, 2015.

GOERCK. Turismo rural na agricultura familiar: análise dos subsídios repassados aos agricultores pelas entidades ligadas à área rural em Santa Cruz do Sul. **Ágora**, v. 19, n. 1, p. 75-84, 2017.

GOMES, B.T.; BANDEIRA, F.P. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola no Raso da Catarina, Bahia. **Acta Botanica Brasilica**, v. 26, n. 4, p. 796-809. 2012.

GOMES, D. O.; MADEIRA, M. Z. A.; BRANDÃO, W. N. M. P. Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. **Revista Katálisis**, v. 23, n. 2, p. 317-326, 2020.

GUERRA, L.H. Memória e etnicidade no Quilombo Ilê Axé Oyá Meguê, **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n.3, p. 284-291, 2011.

HASBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados e exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 165-205.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 256p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://ods.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 de julho de 2018. 41p.

KUROWICKA, A. De “pretos velhos” a remanescentes de quilombos - tres comunidades negras del norte de Brasil y su lucha por salir de la invisibilidad social y política. **Kwanissa**, n. 3, p. 69-98, 2019.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 1998. 343p.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, p. 31-64, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989. 245p.

LIMA, S.O. **Braço Forte: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)**. Passo Fundo: UFPI Editora - Ediupf, 2005.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, p. 251-290, 2002.

LOUREIRO; L. F.; SILVEIRA, C. Justiça e utilidade: revisando as bases da coexistência entre ciência e conhecimentos tradicionais. **INTERthesis**, v. 17, p. 01-19, jan./dez. 2020.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1922. 672p.

MARANHÃO, R.F.A.; BUENO, M.S. Gastronomia, Sustentabilidade e Turismo na Praia de Caçandoca, Ubatuba (São Paulo-Brasil). **Turismo em Análise**, v. 23, n. 3, p. 623-642, 2012.

MARINHO, T.A. territorialidade e cultura entre os kalunga: para além do culturalismo. **Caderno CRH**, v. 30, n. 80, p. 353-370, 2017.

MARQUES, J. G. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. 273p.

MCINTOSH, A. J.; JOHNSON, H. Exploring the nature of the maori experience in New Zealand: views from hosts and tourists. **Tourism**, v. 52, n. 2, p. 117-129, 2005.

MELO, O.F. **“O Parnaíba feito de lembranças”**: etnografia da comunidade quilombola Periperi ante ao contexto de implantação de hidrelétricas. 2016, 199p. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.

MELO, M. F. T.; BARROS, F. B. O mundo segundo os quilombolas do bairro alto (Ilha de Marajó): Cosmóvisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza. **Aceno**, v. 3, n. 6, p. 120-136, 2016.

MENASCHE, R.; ALVAREZ, M.; e COLLAÇO, J. **Dimensões socioculturais da alimentação**: diálogos latino-americanos. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2012. 264p.

MENASCHE, R. Amargas mudanças, doces lembranças. In: DUTRA, J. P. **Cozinha do Palácio Piratini**. Porto Alegre: Companhia das Letras, 2013. 156p.

MONTELES, R. ; PINHEIRO, C.U. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de biologia e ciências da terra**, v. 7, n. 2, p.38-48, 2007.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, v. 28, p. 56 -63, 1996.

NASCIMENTO, L. A. S. Saberes, trajetórias e espaço social:cartografia da alteridade e etnografia reflexiva entre comunidades quilombolas. **Odere**, v. 5, n. 9, p. 313-331, 2020.

NORONHA, R.G. Era uma vez no quilombo: narrativas sobre turismo, autenticidade e tradição entre artesãs de Alcântara (MA). **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, v.12, n.1, p. 43-60, 2015.

OLIVEIRA, W.J.F. DE Gente de cor a quilombolas: desigualdades, religião e identidade. **Caderno CRH**, v. 26, 67, p. 139-156, 2013.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em 16 jun. 2020. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

PEREIRA, P. H. S.; FARIAS, L. S.; ARAÚJO, C. C. Memória e identidade quilombola: o caso da comunidade remanescente de quilombo Pau d'Arco. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 1, p. 188-202, 2020.

PEREIRA, C.S.; LIMA, F.E.S. A espacialização da cultura e as territorialidades quilombolas no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, v.11, n.16, p.223-239, 2015.

PEREIRA, M.G.S.; FERREIRA, M. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola na Amazônia Oriental, Abaetetuba, Pará. **Biota Amazônia**, v. 7, n. 3, p. 57-68, 2017.

PEREIRA, P. F. S. Patrimonialidade e contemporaneidade quilombola: controvérsias e desafios em torno do tombamento dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. **Revista Videre**, v. 12, n. 24, p. 119 a 149, 2020.

PINHEIRO, R. C. S. Turismo de base comunitária como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais. **Ponta de Lança**, v.10, n. 19, p. 146-165, 2016.

PORRO, R.; PORRO, N. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. **Ambiente & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 1-20, 2015.

PRICE, R. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. **Afro-Ásia**, n. 23, p. 1-26, 1999.

RABBANI, R. M.R. O conhecimento tradicional no ordenamento jurídico brasileiro: o ser humano como parte do meio ambiente. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 157-176, 2016.

RODRIGUES, P.L.; GUIMARÃES, J.B.; MARTINS, C.M.; SANTOS, MA.A.S.; 4 , REBELLO, F.K. Dinâmica socioeconômica e organizacional em comunidade remanescente do quilombo Rio Gurupá, Marajó, Pará. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v.12, n. 1, p. 105-116, 2017.

RUSCHMANN, D.; SOLHA, K. **Planejamento Turístico**. São Paulo: Manole, 2015. 360p.

SÁ; R. T.; GOMES, A. L. C. P.; MORAES, W. C. O tambor de mina como resgate de integração, socialização e inclusão social na comunidade quilombola São Sebastião dos Pretos em Bacabal (MA). **Revista Bibliomar**, v.19, n. 1, p. 174-190, 2020.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Brasiliense, p. 26-56, 1997.

_____. **Desenvolvimento Humano**. Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Brasília: PNUD, SEBRAE, 2002. 200p.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis, 2005. 155p.

SANTANA, B. F.; VOEKS, R.A.; FUNCH, L.S Ethnomedicinal survey of a maroon community in Brazil's Atlantic tropical forest, **Journal Ethnopharmacology**, v. 2, n.181, p. 37-49, 2016.

SANTOS, P.F.; AGUIAR, A.L.O. Histórias que educam: dos velhos do quilombo à formação para a juventude – memória, saberes, tradição, **Roteiro**, v. 44, n. 2, p. 1-16, 2019.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SANTOS, A.B. Memórias da escola no quilombo Negros do Riacho, localizada em Currais Novos, Rio Grande do Norte, Brasil. **Research, Society and Development**, v.8, n.8, p. 1-18, 2019.

SANTOS, I. M. F. “De quilombos e de xangôs”: cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911). **Revista de Humanidades**, v. 15, n. 34, p. 83-121. 2014.

SANTOS, D. M.; LIMA, S. Movimento quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra . **Revista Eletrônica Informe Econômico**, v. 1, n.1, p. 104-110, 2013.

SCHNEIDER, S. Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. In: BRASIL. **Diálogos do Turismo**: uma viagem de inclusão. Brasília, Ministério do Turismo, p. 264-293, 2006.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. V. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista de Ciências Sociais**, v.23, n. 1, p. 99-117, 2004.
- SILVA, W. A.; MIRA, F. Gestão socioambiental na comunidade de remanescentes quilombolas de Cruz em Alagoas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 3, p. 75-85, 2016.
- SILVA, J. B.; ROCHA, M. S. A study on quilombola school education in the state of Alagoas. **Diversitas Journal**, v.1, n.3, p.380-389, 2016.
- SILVA, R. C. **A fragmentação da escravidão no Piauí**: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca. *Voices, Pretérito & Devir*, v. 8, n.1, p. 154-175, 2018.
- SILVA, A. J.; MONTEIRO, M. S. L.; BARBOSA, E. L. Contrapontos entre o tradicional e o moderno no rural. **Boletim de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 81-97, 2016.
- _____. A tradicionalidade do agricultor familiar do cerrado piauiense. **Gaia Scientia**, v. 11, n.2, p. 115-131, 2017.
- _____. Revisitando o conceito de território vis à vis à expansão da fronteira agrícola no cerrado piauiense: o caso de Uruçuí. **Campo-Território**, v. 13, n. 29, p. 209-230, 2018.
- SILVA, M. P.; BARROS, R. F. M. . Conhecimento tradicional e uso de espécies da caatinga em construções rurais na Comunidade Sítio Velho em Assunção do Piauí, Brasil. **Educação Ambiental em Ação**, v. 51, p. 1, 2015.
- SILVA, A.P.; CLETO, E.A.T. Resiliência e reconhecimento em neocomunidades: o caso da comunidade quilombola Morro de São João (TO). **INTERthesis**, v.13, n.3, p. 1-22, 2016.
- SMITH, C. Blackness, Citizenship, and the transnational vertigo of violence in the Americas. **American Anthropologist**, v. 117, n. 2, p.384-387, 2015.
- SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.
- SOUSA, M.S.R.; SANTOS, J.J.F. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **Katálysis**, v. 22, n. 1, p. 201-209, 2019.
- SOUSA, G.M.; FERNANDES, G.P. Caracterização geoambiental da comunidade quilombola Sítio Arruda em Araripe-CE. **Caderno de Estudos Geoambientais**, v. 7, n.1, p. 45-55, 2016.
- SOUZA, M.A.V.; SANTOS, N.S.; CANÇADO, A.C. O turismo de base comunitária no território da cidadania do Jalapão (TO): a experiência das comunidades quilombolas Prata e Mumbuca. **Revista Baru**, v.3, n.2, p.226-241, 2017.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116. 2006,
- SOUZA, V.E.; BATISTA, M.R. R. Os “Rufinos” de Matão (PB): uma discussão sobre trabalho, migração e a condição quilombola. **Revista de Ciências Sociais**, v.49, n.3, p.361-397, 2018.
- STEVENS, J. ; DE MEULDER, B. On Allotopia: the spatial accumulation of difference in Bixiga (São Paulo, Brazil). **Space and Culture**, v.22, n.4, p.387-404, 2019.

SUCUPIRA, T.G.; VASCONCELOS, J.G.; MATOS, C.S; XAVIER, A.R. O protagonismo quilombola na comunidade Boqueirão da Arara, Ceará. **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 67-86, 2018.

TOLEDO, V.C.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 31-45, 2009.

TORQUATO, T. G. M.; ARAUJO, J. L. L.; BARROS, R. F. M. Espécies Vegetais Melitófilas da Área Olho d'Água dos Pretos, Esperantina, Piauí, Brasil. In: CASTRO, A. A. J. F.; GOMES, J. M. A.; BARROS, R. F. Melo de (orgs.). **Biodiversidade e Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste**. Teresina: EDUFPI, p. 79-98, 2009.

TRIGO, G.L.; PANOSSO NETO. A. Ethnical Afro Tourism in Brazil. **Revista Estudos Culturais**, v.1, n.5, p. 1-18, 2014.

VATIN, X. O Desenvolvimento do 'turismo étnico' na Bahia: o caso da cidade de Cachoeira. In: **Anais**. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro-BA.. Porto Seguro: ABA, 2008. p. 1-15.

VEIGA, J.E; FAVARETO, A. AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R. e JORGE, R. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/ NEAD, 2001. 108p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**. O desafio do Séclo XXI. Sao Paulo: Garamond, 2006. 220p.

VIEIRA, P. F. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Política e Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 27-75, 2009.

VIEIRA, F. J.; SANTOS, L. G. P. ; ARAÚJO, J. L. L.; BARROS, R.F.de M. Quilombola of Macacos community, São Miguel do Tapuio city, Piauí state: history, use and conservation of plant resources. **Functional Ecosystems & Communities**, v. 2, p. 81-87, 2008.

VIEIRA, F. J.; BARROS, R. F. M. Comunidades quilombolas e o uso de recursos vegetais. **Sapiência**, v. 25, n. 1, p. 19-19, 2010.

VIEIRA, T. R; SILVA, C. H. **Sacrifício** animal em rituais religiosos ou crenças. **Revista de Biodireito e Direitos dos Animais**, v. 2, p. 1-20, 2016.

VIEIRA, F. J. **Uso de fitocombustível no semiárido brasileiro: preferências locais e atributos físicos da madeira**. 2014, 116p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Teresina.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Economic development, anthropomorphism, and the principle of reasonable sufficiency. In: GAGLIARDI, P.; REIJNEN, A. M.; VALENTINI, P. (Org.). **Protecting nature, saving creation**: ecological conflicts, religious passions, and political quandaries. New York: Palgrave Macmillan, p. 161-180, 2013.

_____. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002a. 552p.

WEDIG, J. C.; RAMOS, J. D. D. A Colonialidade nas Práticas de Saúde e as Resistências de Benzedeadas e Mães de Santo. **Mediações**, v. 25, n. 2, p. 488-503, 2020.

YAN, H.; BRAMWELL, B. Cultural tourism, ceremony and the state in China. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 4, p. 969–989, 2008.

YANG, L. Ethnic tourism and cultural representation. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 2, p. 561–585, 2011.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 Artigo 1: Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de comunidades quilombolas no Nordeste do Brasil

Artigo publicado em 22.11.2020

Periódico: *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, e4939119827, 2020 (CC BY 4.0) |

ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9827>

QUALIS – A3

The image shows the top portion of a website for the journal "RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT". The header is a dark green bar with the journal title in white, serif, all-caps font. To the right of the title are the links "Register" and "Login". Below the header is a white navigation bar with the following links: "HOME", "CURRENT", "ARCHIVES", and "ABOUT" with a downward arrow. To the right of the navigation bar is a search icon and the word "SEARCH". Below the navigation bar, the page is divided into two columns. The left column is titled "About the Journal" and contains a paragraph of text. The right column is titled "JOURNAL METRICS" and contains two lines of text.

RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT [Register](#) [Login](#)

[HOME](#) [CURRENT](#) [ARCHIVES](#) [ABOUT](#) [SEARCH](#)

About the Journal

The Research, Society and Development journal (whose abbreviated title is Res., Soc. Dev.) is a multidisciplinary scientific publication focused on promoting the social, scientific and technological development through the publication of the findings that have occurred in different areas. This is a monthly journal, which publishes various types of manuscript, such as scientific articles, reviews and case teaching in diversified areas of knowledge. The journal receives many contributions in Portuguese, or English or Spanish, (or other language on request) from researchers in the area of Teaching, which allows to evaluate and publish also educational objects.

JOURNAL METRICS

Índice H5 (Google Metrics): 14 (2021)

Score CiteFactor: 1.78 (2020-21)

ELEMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS CONSTITUTIVOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO NORDESTE DO BRASIL

RESUMO

As comunidades quilombolas são espaços vivos onde as relações socioeconômicas e culturais se conjugam para constituir o arranjo local. Esse estudo objetivou analisar o contexto social, econômico, e cultural das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, situada no semiárido piauiense, entre os municípios de Paquetá. Utilizou-se como procedimentos metodológicos a observação participante e não participante seguido da aplicação de formulários semiestruturados a 144 moradores. Como ferramentas de apoio, fez-se uso do gravador de voz e diário de campo. Os dados revelam baixos níveis de escolaridade, predominância do gênero feminino (62%) e estado civil casado (46%). Em relação à faixa etária, há primazia de adultos entre 25 a 59 anos (62%), ganham menos de um salário mínimo (60%), residem há mais de 30 anos nas comunidades (63%) e moram em casa própria (74%), com estrutura de alvenaria (86%), cobertura de telha (96%) e piso de cimento (58%). São majoritariamente trabalhadores rurais (74%) cuja produção é, quase sempre, para consumo próprio. O milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) são as principais culturas produzidas. A análise aponta que a cultura exerce forte influência na construção do arranjo local, assim como uma significativa capacidade de resiliência e efetiva participação dos moradores nas decisões locais.

Palavras-chave: Contexto socioeconômico. Aspectos culturais. Quilombolas. Semiárido nordestino.

ABSTRACT

The quilombola communities are living spaces where socioeconomic and cultural relations come together to constitute the local arrangement. This study aimed to analyze the social, economic, and cultural context of the Custaneira and Tronco quilombolas communities, located in the semi-arid region of Piauí, between the municipalities of Paquetá and Santa Cruz do Piauí. Participatory and non-participant observation were used as methodological procedures followed by the application of semi-structured forms to 144 residents. As support tools, voice recorder and field journal were used. The data reveal low levels of education and a predominance of females (62%) and married marital status (46%). Regarding the age group, most are adults between 25 and 59 years old (62%), earn less than one legal minimum wage (60%), have lived in the communities for more than 30 years (63%), and live in their own home (74%), with masonry structure (86%), tile covering telha (96%) and cement floor (58%). They are mostly rural workers (74%) whose production is almost always for their own consumption. Corn (*Zeamays* L.), bean (*Phaseolusvulgaris* L.), and cassava (*Manihotesculenta* Crantz) are the main crops produced. The analysis shows that culture has a strong influence on the construction of the local arrangement, as well as a significant capacity for resilience and effective participation of residents in local decisions.

Keywords: Socioeconomic context; Cultural aspects; Quilombolas; Northeastern semi-arid.

INTRODUÇÃO

A pluralidade sociocultural brasileira revela múltiplas formas de manifestações, expressões e religiões que caracterizam os diversos tipos de sociedades. Dentre esses grupos estão as comunidades tradicionais, que se caracterizam pela forte relação estabelecida com seu território, com sua cultura e com os conhecimentos de seus ancestrais, formando desenhos de novas organizações sociais (LITTLE, 2006; VIVEIROS DE CASTRO, 2013). Tais conhecimentos se expressam nas suas práticas cotidianas e merecem ser investigados, a fim de conhecer as formas de apropriação dos recursos naturais e a disposição dos valores culturais na constituição local, para então compreender as dinâmicas que envolvem a relação homem, sociedade e natureza particularmente nesses grupos sociais (SACHS, 1997; BERKES *et al.*, 2000).

Para Dantas (2005), as diretrizes que orientam a disseminação desses conhecimentos assentam-se em atividades e tradições que, ao longo do tempo, sofrem alterações, influenciam no modo de vida e deixam impressões na história das comunidades. Assim, observa-se um processo criativo e empreendedor no qual os aspectos culturais assumem protagonismo na vivência dessas comunidades, com desdobramentos na sua estrutura social, política e econômica, todavia, “[...] a continuidade da produção desses conhecimentos depende de condições que assegurem a sobrevivência física e cultural” desses grupos (SANTILLI, 2005, p.136).

Muitas conquistas foram alcançadas nas últimas duas décadas, especialmente no que se refere à inclusão dos quilombolas na agenda pública brasileira, legitimação de direitos e políticas. No entanto, esse arcabouço legal, não tem sido suficiente para garantir melhorias na vida desses povos. Ademais, durante muitos anos, os territórios quilombolas ficaram sem reconhecimento, trazendo como consequência uma condição de vida desfavorável, muitas vezes submetida a subempregos ou condições análogas a trabalhos escravos, ferindo sua integridade e sua cidadania (HOLANDA, 1995; CASTEL, 1997).

Estima-se um total de mais de cinco mil comunidades quilombolas em todo país. Desse total, a região Nordeste é a que concentra a maior quantidade (FCP, 2020). Pesquisas com comunidades quilombolas vêm crescendo de forma significativa especialmente no Brasil a partir do ano 2000. De acordo com o Portal de Periódicos CAPES (2020), a maioria dos estudos nessa temática são de autoria nacional, correspondendo a 82%, todavia, embora de forma tímida, registram-se investigações de pesquisadores europeus (4%), norteamericanos (7%), latinoamericanos (5%), e africanos (2%).

O estado do Piauí possui atualmente 88 comunidades remanescentes de quilombos certificadas (FCP, 2020). Nos últimos quinze anos houve um acréscimo na produção científica de pesquisas sobre quilombolas piauienses em diferentes temáticas. Estes trabalhos visavam, de maneira geral, descrever as relações escravocratas no Piauí com a formação histórica dos quilombos, revelar seus saberes e conhecimentos tradicionais, assim como as formas de uso da flora local. Tais produções deram as primeiras informações sobre aspectos socioeconômicos e ambientais dessas comunidades. Destacam-se os estudos de Lima (2005a); Franco e Barros (2006); Torquato (2006); Vieira *et al.*, (2008); Vieira e Barros (2010); Vieira (2014); Sousa (2015); Silva e Barros (2015); Fé e Gomes (2015); Silva (2018); Fé, *et al.*, (2019).

A realidade que permeia as comunidades quilombolas piauienses situadas no semiárido nordestino ainda se apresenta desfavorável em muitos aspectos, especialmente no que se refere à estrutura, acesso a saneamento básico, educação, condições de moradia, renda, e baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Contudo, essa conjuntura tende a desfazer-se porquanto muitas comunidades quilombolas do Piauí, a exemplo das comunidades em estudo, vêm construindo novos contextos sociais alicerçados em ações afirmativas que evidenciam sua cultura, sua história e suas memórias (DUQUE *et al.*, 2019).

Ao caracterizar comunidades tradicionais é imprescindível reconhecer a importância dos elementos determinantes na vivência desses grupos. Nesse sentido, a pesquisa objetivou analisar os elementos sociais, econômicos e culturais integrantes das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco. Acredita-se que, as práticas sociais e produtivas estão fortemente associadas aos conhecimentos tradicionais enraizados localmente e que o registro dos elementos constitutivos da dinâmica dessas comunidades pode, além de promover valorização e fortalecimento, instituir-se como instrumento útil no desenho de políticas e ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida dessas populações. Nesse sentido, a realização de pesquisas com esse teor contribuem sobremaneira ao registrar e legitimar valores afirmativos e fortalecedores das comunidades, rompendo paradigmas negacionistas que se perpetuaram ao longo da história desses povos.

METODOLOGIA

As comunidades quilombolas Custaneira e Tronco são territórios contíguos inseridos no semiárido nordestino, dentro dos limites do município de Paquetá-PI. Em função da proximidade geográfica e da interligação das relações socioculturais, comerciais, familiares,

políticas e administrativas estabelecidas ao longo da sua história, as dinâmicas das duas comunidades se fundem e formam um único arranjo social.

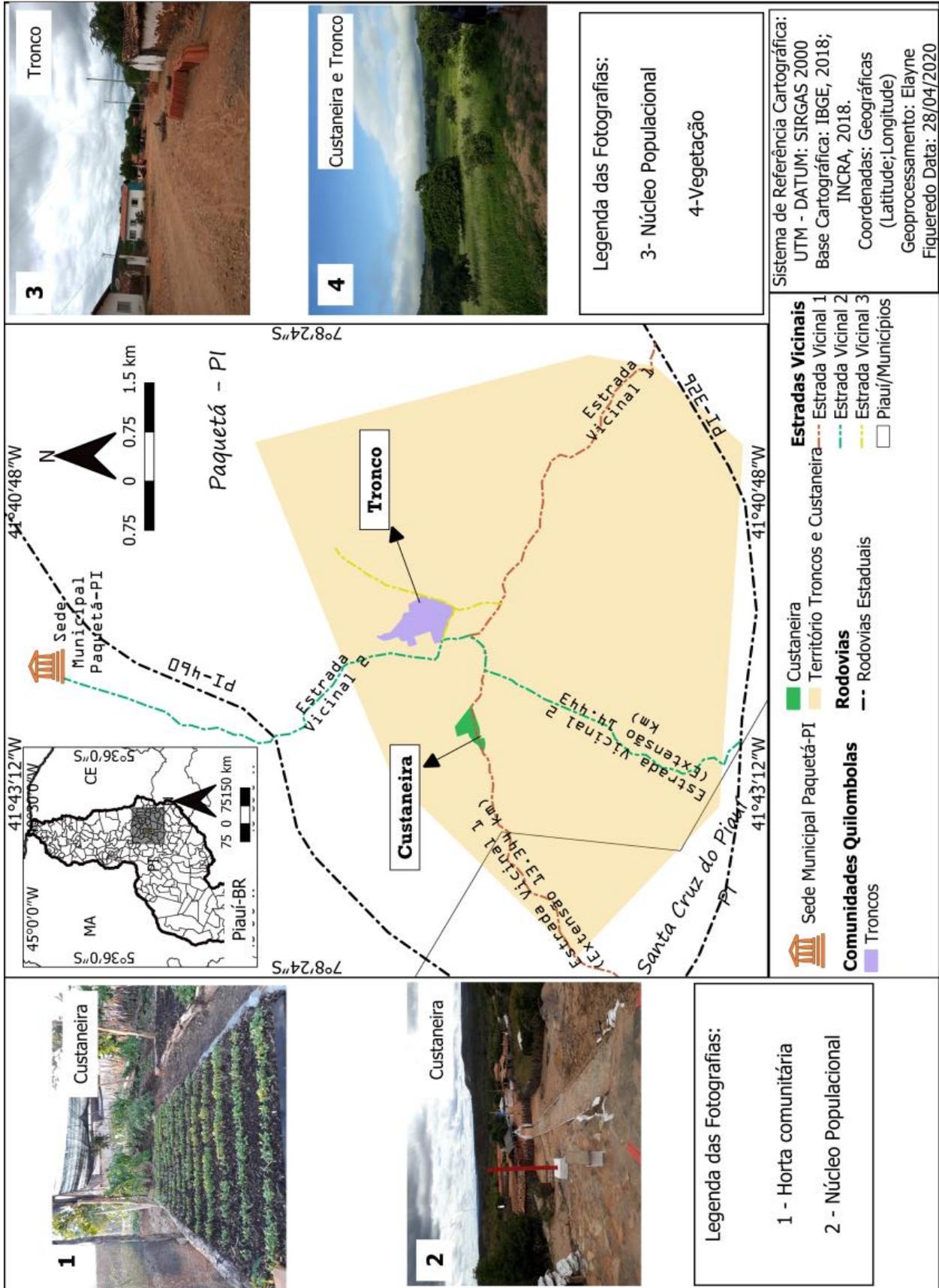
As comunidades estão localizadas sob coordenadas geográficas 7° 09'49.0"S e 41° 42'52.0"W e congrega atualmente 167 pessoas e 48 famílias (SOUSA, 2015). As comunidades distam cerca de 309 km da capital Teresina, 26 km do município de Picos, 8 km para a sede municipal do Paquetá e 7 km para a sede municipal de Santa Cruz. As comunidades recebem influências dos municípios de Picos, Santa Cruz, Oeiras e Paquetá. Sob o aspecto legal, possuem certificação junto aos órgãos oficiais no que se refere ao reconhecimento das suas identidades e dos seus territórios quilombolas (SOUSA, 2015).

A formação histórica das comunidades origina-se no município de Picos-PI por meio da atuação dos colonizadores brancos das famílias “Moura” ou “Moura Fé” e “Borges Leal” que se constituíram como proprietários de fazendas e senhores de escravos na região (LIMA, 2005B). Quanto às raízes que constituem as famílias da Custaneira e do Tronco, são quatro troncos familiares que formam as bases locais. O primeiro é dos “Tomé e Osório”, o segundo de “Norberto e Ana”, o terceiro dos “Germano de Lima” e o quarto dos “Gagá”. A população também estabelece relações de parentesco com as comunidades próximas Canabrava dos Amaros e Mutamba, município de Paquetá – PI; Carreiras, Atrás da Serra e Lagoa Grande, município de Santa Cruz do Piauí - PI; e Grotões, município de Wall Ferraz – PI, com índios que viveram na região e ainda com [...] “com os povos originários do Piauí, com cujos entrecruzamentos étnicos constitui a etnicidade e a territorialidade quilombola” e se associa ao povoamento e ocupação de Oeiras – PI e de Picos – PI.” (SOUSA, 2015, p. 237).

Todas as residências têm energia elétrica e acesso a água proveniente de um poço, uma caixa de água coletiva e também de fontes naturais do entorno. As vias de acesso que ligam aos municípios de Paquetá e Santa Cruz são precárias. No território das duas comunidades existe uma igreja católica, uma igreja evangélica, um terreiro de umbanda, uma escola pública municipal para funcionamento das primeiras séries do Ensino Fundamental, uma sala onde funciona o Ponto de Cultura, um espaço comunitário aberto com cobertura de palha, e um clube recreativo particular para uso coletivo (SOUSA, 2015).

É possível observar na Figura 1 registros da horta comunitária, do núcleo residencial e da vegetação das comunidades. As comunidades estão situadas numa área rural, na microrregião de Picos, mesorregião Sudeste Piauiense (IBGE, 2018). O clima é Tropical Semiárido Quente, com duração do período seco de sete a oito meses.

Figura 1 - Comunidades Custaneira e Tronco (PI): mapa de localização, 2020.



Fonte: IBGE (2018) adaptado por Figueredo, Macêdo e Holanda em 2019.

Por se tratar de uma investigação que envolve contato direto com seres humanos, o projeto foi aprovado e consubstanciado no Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí sob nº 82989917.2.0000.5209 e cadastrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SISGEN, sob o processo A68AC38. Antes do início de cada entrevista, foi solicitada a permissão de cada entrevistado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Esta investigação se qualifica como pesquisa exploratória, por meio da qual foram identificadas variáveis caracterizadas sob o viés quantitativo ou qualitativo (KÖCHE, 2011). Foi constituída da pesquisa bibliográfica/documental e pesquisa de campo. Na pesquisa teórica foram coletados dados secundários por intermédio de literaturas específicas sobre o tema, acesso ao campo documental, e base de dados de órgãos oficiais e outras instituições com o intuito de conhecer e analisar os principais aparatos teóricos que existem a respeito da temática em questão (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Para a fase de campo, o percurso metodológico está alicerçado nos métodos qualitativos da abordagem etnográfica e história de vida, por meios dos quais foram extraídos testemunhos orais, lembranças, memórias dos sujeitos pesquisados, retratados nas narrativas e relatos, seguindo o postulado por Malinowski (1922), Spindola e Santos (2003) e Flick (2009). A abordagem etnográfica possibilita retratar a realidade social dos grupos sociais e sua organização cultural por meio da interpretação e análise do seus sistemas simbólicos e discursos sociais. Ademais, [...] “a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas.” (LAGE, 2009; MATTOS, 2011, p. 50; SANTOS, 2013).

Pretendeu-se, por meio da história de vida dos habitantes, captar a constituição histórica daquelas comunidades, entender o que está por trás dessa tessitura construída ao longo dos anos, e compreender como e porque o arranjo social das comunidades apresenta esse desenho nos dias atuais. De acordo com Silva e Barros (2010), nesta abordagem, o indivíduo que narra sua trajetória é o interlocutor principal, com o qual se constitui uma relação dialogada e cooperada por meio de entrevistas.

Antes de realizar o levantamento de dados, foi fundamental utilizar-se da técnica *rapport*, que visou conquistar um grau de confiança dos membros das comunidades, conforme preceituou Bernard (2017). O universo considerado compreendeu todas as 48 famílias existentes nas comunidades Custaneira e Tronco, conforme levantamento de Sousa (2015). A partir desse total, planejou-se entrevistar três membros de cada unidade familiar situados na faixa etária a partir de 18 anos, sendo preferencialmente o pai, a mãe ou outro membro incluído

no critério da idade adotado, totalizando uma amostra não probabilística de 144 pessoas. Todavia, ao proceder com a pesquisa, verificou-se que nem todas as famílias eram constituídas por pai, mãe e maior de 18 anos. Desta forma, para atingir a amostra pretendida, nas famílias mais numerosas foram aplicados mais formulários, além dos três planejados inicialmente. A divisão dos grupos por faixa etária seguiu a classificação adotada pelo IBGE (2010b), na qual os jovens possuem de 18 a 24 anos, os adultos estão na faixa etária de 25 a 59 anos e os idosos a partir dos 60 anos.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 21 de maio a 29 de agosto de 2019. As técnicas utilizadas foram os formulários impressos com questões abertas e fechadas, que visam atingir uma elevada quantidade de participantes e a observação, que não deve prescindir de um rigoroso planejamento e preparação do observador (PEREIRA *et al.*, 2018). A observação pode ser participante e não participante (MALINOWSKI, 1922; LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Como ferramentas de apoio, utilizou-se o diário de campo e o gravador de voz (OLIVEIRA, 2007; FLICK, 2009).

Procedeu-se com a transcrição das entrevistas, juntamente com as informações coletadas. Os dados foram tabulados em planilha de Excel e analisados por meio do software SPSS versão 24. Para as variáveis qualitativas foram calculadas frequência absoluta e relativa. As variáveis quantitativas foram resumidas por meio das estatísticas: média, desvio padrão, mínimo e máximo. Os teste qui-quadrado e exato de Fisher foram utilizados para verificar possíveis relações de dependência entre as variáveis. Para todos os procedimentos inferenciais foi adotado um nível de significância de 5%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 144 pesquisados correspondem a 86% do total de moradores. Dentre os pesquisados, 62% são mulheres e 38% homens. Com relação à faixa etária, 22% são jovens (18 a 24 anos), 62% adultos (25 a 59 anos), e 16% idosos (a partir de 60 anos). No que se refere à situação conjugal, 46% são casados e 36% solteiros. A quantidade de filhos que predomina é de 0 a 2 (60%).

Um percentual significativo (22%) não são escolarizados. Entre os demais pesquisados, 20% concluíram o Ensino Médio, 16% têm Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano), 20% possuem Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano), 14% são alfabetizados, 4% ensino médio incompleto, e 4% tem ensino superior completo. Em relação à profissão, 74% dos moradores são trabalhadores rurais, com renda inferior a 1 salário mínimo (60%). A principal origem da renda

é a produção no campo (70%). A maioria tem mais de 30 anos de moradia (63%), conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1 - Comunidades Custaneira e Tronco (PI): aspectos sociodemográficos, 2019.

VARIÁVEIS	%
Gênero	
Feminino	62%
Masculino	38%
Idade	
18 a 24	22%
25 a 59	62%
A partir de 60	16%
Estado Civil	
Casado/a	46%
Solteiro/a	36%
Viúvo/a	8%
Mora com companheiro/a	6%
Divorciado/a ou separado/a	4%
Quantidade de filhos	
De 0 a 2	60%
De 3 a 6	36%
De 7 a 12	4%
Escolaridade	
Não escolarizados	22%
EMC	20%
EFII I- (5º ao 9º ano)	20%
EFI I – (1º ao 4º ano)	16%
Alfabetizado/a	14%
EMI	4%
Superior – completo	4%
Profissão Atual	
Trabalhador/a rural	74%
Outros (Funcionário Público; Pedreiro; Educador social; Cabeleireiro/a; Estudante; Costureira; Não trabalha por conta de doença)	26%
Renda	
< que 1 SM	60%
1 SM	28%
> que 1 e < que 2 SM	6%
2 SM	6%
Origem da Renda	
Produção na roça	70%
Auxílio governamental	20%
Empregado formal	10%

Posse de moradia	
Própria	74%
Doadada	18%
Alugada	8%
Estrutura da moradia	
<i>Paredes</i>	
Alvenaria	86%
Pedra, barro, palha e outros materiais	14%
<i>Cobertura</i>	
Telha	96%
Palha	4%
<i>Piso</i>	
Cimento	58%
Cerâmica	30%
Barro	12%
Tempo de moradia no local	
0 a 10 anos	8%
11 a 20 anos	12%
21 a 30 anos	17%
31 a 40 anos	37%
Acima de 40 anos	26%
Água para consumo	
Não tratada	74%
Filtrada ou fervida	26%
Participação em associação local	
Participa ativamente	98%
Não participa	2%

Fonte: Autores (2020)

Conforme apresentado, a pesquisa registrou um público predominantemente feminino (62%) contra 38% de homens. É importante ressaltar que além das atividades no campo, as mulheres atuam de forma determinante na organização e manutenção do espaço familiar. Dessa forma, permanecem mais tempo em casa, o que facilita o contato com o pesquisador e pode justificar o elevado número de mulheres nessa investigação. Em diálogo com estudos realizados em outras comunidades do Nordeste brasileiro, também se verificou prevalência do número de mulheres, como apresentam os estudos de Monteles e Pinheiro (2007), Carvalho *et al.* (2013), Batista *et al.* (2016), e, Alves *et al.* (2017).

Os dados referentes ao gênero podem refletir ainda uma tendência principalmente no Nordeste brasileiro, que é o êxodo dos filhos homens, principalmente jovens, para os grandes centros como São Paulo em busca de melhores oportunidades profissionais, prática comum nas comunidades quilombolas, como apresentam as pesquisas de Leite (2008), Teixeira, *et al.* (2011) e Silva (2015).

Com relação à faixa etária, os resultados apontam que a maior parte dos moradores integra a parcela da população economicamente ativa, situada entre 18 e 60 anos e representa a força de trabalho disponível, com condições físicas para exercer atividades laborais (IBGE, 2010b). No caso das comunidades pesquisadas, quase 90% se insere nessa condição, o que nos leva a refletir acerca das possibilidades de trabalho e empreendedorismo local.

Todavia, cabe ressaltar que quando se trata da região semiárida nordestina, são inúmeras as carências e problemas relacionados às oportunidades de trabalho, que ficam limitados, quase sempre, à exploração dos recursos naturais (BAPTISTA; CAMPOS, 2013). Apesar disso, diversos caminhos podem se abrir por meio de iniciativas locais que sejam catalizadoras de melhorias e que não dependam exclusivamente do meio natural. Dentre essas ações, destaca-se o Etnoturismo, assim como a produção cultural como artesanato, produtos alimentícios, eventos, remédios caseiros, manifestações culturais, etc.

Os dados da faixa etária também incitam reflexões acerca dos possíveis impactos que esse contexto pode gerar na manutenção dos conhecimentos tradicionais, haja vista que, segundo Diegues e Arruda (2001), são transmitidos das pessoas mais velhas para as mais novas. No caso das comunidades Custaneira e Tronco, os mais antigos estão em menor quantidade, o que poderia representar uma ameaça ao conhecimento tradicional e afetar no médio ou longo prazo as memórias coletivas e o saber-fazer local. Porém, observa-se nas comunidades um sólido e coeso movimento para inclusão de jovens e adultos interessados e comprometidos em manter vivos os conhecimentos de seus ancestrais para as atuais e as próximas gerações.

O maior percentual é de pessoas casadas (46%). Em contrapartida, chama atenção o baixo índice de pessoas divorciadas (4%). Esses resultados indicam que a ideia de constituição familiar tradicional ainda é muito forte no interior e em comunidades rurais tradicionais. Sobre isso, Woortmann (1995, p.157) aponta que o casamento é uma categoria cultural de fundamental importância no meio rural, pois, “[...] a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo”.

A maioria das famílias entrevistadas, 60%, aproxima-se da atual média nacional de 1,77 filho por mulher (IBGE, 2018). Os que possuem de três a seis filhos representam 36% da população pesquisada e 4% possui de sete a doze filhos. Com esses dados, é possível inferir que as famílias das comunidades são um reflexo das mudanças que já vêm ocorrendo, embora muito lentamente, no que se refere à estrutura familiar de comunidades quilombolas. Durante muitos séculos, perdurou um modelo de famílias numerosas, com grande quantidade de filhos, mas hoje já se observa nesses grupos uma configuração de núcleos familiares pequenos, como argumentam Fidelis e Bergamasco (2015).

Em relação à escolaridade, verificam-se duas situações nas comunidades. Primeiro, um expressivo índice de incompletude escolar e, segundo, um grande número de pessoas que não estudaram ou que só sabem ler e/ou escrever, totalizando 76% dos moradores nos dois contextos. Esse cenário é similar a outras realidades vivenciadas em comunidades tradicionais piauienses e nordestinas, conforme se comprova nos estudos de Aguiar e Barros (2012), Freitas *et al.* (2012), Terceiro *et al.* (2013), Alves *et al.* (2015) e Soares *et al.* (2020).

Acredita-se que esse elevado índice de moradores que hoje se situam majoritariamente entre 25 e 59 anos de idade e não possuem escolaridade, ou só foram alfabetizados, ou ainda não concluíram o Ensino Fundamental possui estreita relação com o fato de que nas comunidades Custaneira e Tronco até o início dos anos 2000, os alunos precisavam ir para a escola a pé ou montados em jumentos e cavalos, percorrendo cerca de 8 km em estradas de terra, situação que os desafiava diariamente. Ademais, a necessidade de trabalhar muito novo também se soma a esses outros fatores e se constitui um fator desmotivante para muitos (SOUSA, 2015).

No território das comunidades existe a Unidade Escolar Municipal Ciriaco Ferreira de Sousa que oferta o Ensino Fundamental I, todavia, no momento, somente nove alunos estão cursando. Os demais estudantes estão distribuídos em escolas situadas nos municípios de Paquetá e Santa Cruz do Piauí para cursar Ensino Fundamental ou Ensino Médio, como forma de complementar seus estudos. Há oferta de transporte escolar diário para o deslocamento dos estudantes. No caso de Santa Cruz, alguns optam por permanecer na cidade durante os dias letivos da semana. Os alunos que cursam ensino superior são atendidos na Universidade Aberta do Brasil, situada em Santa Cruz ou nos *campi* regulares existentes em Picos. São também disponibilizados cursos dentro da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Os baixos níveis escolares são condizentes com a realidade educacional em muitas áreas rurais do Brasil onde vivem os quilombolas e também de outros países como Venezuela cuja taxa de analfabetismo é de 14,7% em população afrodescendente e Portugal, que registra os mais baixos índices de escolaridade em virtude de fatores como dificuldade de acesso à escola (REGNAUT, 2005; FIGUEIREDO; FERRÃO, 2008; SILVA; MENEZES, 2018). Estima-se que 23,5% dos quilombolas brasileiros não sabem ler (BRASIL, 2012). A distância dos núcleos residenciais dos alunos aliados à precária estrutura das unidades educacionais com instalações sanitárias inapropriadas e escassez de água potável são agravantes desse cenário (BRASIL, 2006).

Ao se fazer associação entre escolaridade, faixa etária e gênero, adaptou-se a classificação adotada por Luz *et al.* (2014) considerando os que possuem menos de cinco anos de estudo e os que possuem cinco ou mais anos de estudo, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Comunidades Custaneira e Tronco (PI): associação entre escolaridade, faixa etária e gênero dos moradores, 2019.

Gênero	Escolaridade	18 a 24	25 a 59	60 anos ou
		anos	Anos	mais
		%	%	%
Masculino	<5 anos	0,0	63,6	100,0
	≥ 5 anos	100,0	36,4	0,0
Feminino	<5 anos	0,0	50,0	100,0
	≥ 5 anos	100,0	50,0	0,0

Fonte: Autores (2020)

O resultado aponta que todas as mulheres e homens com idade a partir de 60 anos possuem menos de cinco anos de estudo. No outro extremo, tem-se que todos os homens e mulheres na faixa etária de 18 a 24 anos possuem mais de cinco anos de estudo. Em relação aos moradores situados na faixa de 25 a 59 anos, registra-se primazia masculina (63,6%) entre os que estudaram menos de cinco anos.

Os que possuem mais de cinco anos de estudos são majoritariamente mulheres (50%). Esse resultado revela que quando iniciaram seus estudos há cerca de duas, três décadas atrás, as dificuldades para ter acesso à escola eram gritantes, o que pode ter provocado muita desistência. No caso específico das mulheres, sugere-se que muitas não seguiram adiante com os estudos em razão da dificuldade de conciliar as responsabilidades familiares, domésticas e maternas com as obrigações escolares, assim como constata a pesquisa de Santana e Eugênio (2019) sobre mulheres quilombolas da Bahia.

No que se refere à principal ocupação, 74% são trabalhadores rurais. Os demais (26%) são funcionários públicos, pedreiros, educador social, cabeleireiras; estudantes, costureiras, e os que não trabalham por conta de doença. Observa-se uma predominância de trabalhadores rurais que exercem suas funções normalmente em seus quintais ou na horta comunitária local, com prevalência para a produção de milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz). A caça de animais silvestres também é uma prática de subsistência habitual. Eventualmente, alguns moradores exercem serviços de vaqueiros, carregador de palha ou prestam serviços agropastoris e domésticos em fazendas de terceiros (ARAGÃO, 2014).

Outras atividades produtivas são desenvolvidas nas comunidades como pescas artesanais nas margens do rio Itaim, extrativismo de mel de abelhas silvestres, extrativismo vegetal em carnaúbas (*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E. Moore), extrativismo de carvão vegetal, e criação de animais, principalmente aves como galinhas (*Gallus gallus* (Linnæus, 1758), perus (*Meleagris gallopavo* Linnæus, 1758), capotes/galinhas-de-angola (*Numida meleagris* Linné, 1764), porcos (*Sus scrofa* Linnaeus, 1758), algumas ovelhas (*Ovis aries* Linnæus, 1758), cabras (*Capra hircusaegagrus* Erxleben, 1777), e um pequeno rebanho de gado bovino (*Bos taurus* Linnaeus, 1758).

Em adição a isso, há também a produção artesanal, cujos principais produtos são para tratar problemas de saúde (garrafadas, lambedores, e banhos) ou artefatos de decoração como tapetes de palha e colchas de retalho e acessórios (colares, pulseiras, guias, amarradores para cabelo, brincos), além de produtos de crochê. Trata-se majoritariamente de uma produção direcionada ao consumo local. Porém, quando há excedente, esses produtos são disponibilizados nas próprias comunidades ou em feiras dos municípios de Paquetá e Santa Cruz por meio da troca e, em raras situações, são comercializados.

A maioria possui uma renda mensal muito baixa, 60% recebem menos de um salário mínimo, 28% ganham um salário mínimo e 12% recebem entre um e dois salários mínimos. Nenhum morador assinalou a opção de dois a três ou três salários mínimos. A renda familiar constitui-se um importante elemento para mensurar as condições de vida dos grupos sociais porquanto apresenta dados indicativos do acesso limitado a bens materiais e de consumo, além de estar relacionada ao tipo de ocupação da família (SÁ, 2010; SANTOS; SILVA, 2014).

A principal origem dessa renda vem da produção na roça (70%), 20% de auxílio governamental e 10% de empregos formais. Observou-se ainda que por meio da associação de moradores são firmados convênios com as Prefeituras de Paquetá e de Santa Cruz para o fornecimento de alguns itens de merenda escolar, por meio dos quais as mulheres das comunidades preparam biscoitos caseiros (pêtas e sequilhos) constituindo um complemento para as famílias. Essa situação financeira é condizente com a realidade de muitas comunidades quilombolas do Piauí e do Brasil, conforme demonstram Brasil (2011), Baptista e Campos (2013), Batista *et al.* (2016) e Superti e Silva (2015).

A renda reduzida pode estar associada ao baixo nível de escolaridade, que, por sua vez, pode refletir nas possibilidades de atuação profissional, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 - Comunidades Custaneira e Tronco (PI): associação entre ocupação principal, escolaridade e faixa etária dos moradores, 2019*.

Variáveis	Agricultor	Outra profissão	Valor p
	%	%	
Renda			0,087
< 1 SM	74,1	40,9	
1 SM	18,5	40,9	
> 1	7,4	18,2	
Escolaridade			0,073
< 5 anos	60,7	36,4	
≥ 5 anos	39,3	63,6	

Fonte: Autores (2020)

*Teste exato de Fisher

De acordo com os dados, os moradores que não tiveram acesso à escola ou possuem até cinco anos de estudo possuem baixa qualificação para atender as demandas que o mercado exige. Tal fato faz com que a maioria permaneça no campo exercendo a função de agricultor (60,7%) com ganho mensal abaixo de um salário mínimo (74,1%) ou subjugada a condições de informalidade e trabalhos que exigem pouca escolaridade. Para Araújo *et al.*, (2019), a baixa escolaridade é um dos fatores que mais colaboraram para manter a situação da pobreza em comunidades quilombolas. Os moradores que possuem anos de estudo ampliam suas possibilidades de atuação profissional (63,6%) e também de rendimentos. Situação similar foi registrada em comunidades quilombolas nordestinas, como demonstram os estudos de Paixão (2003), Bezerra (2012), Sousa e Fernandes (2016), Alves *et al.* (2017) e Assis *et al.* (2019).

Esse contexto reafirma a importância de uma educação que contemple aspectos da realidade local, possibilitando que o contexto escolar seja um instrumento de reafirmação dos valores, da identidade quilombola, da coletividade e da capacidade empreendedora local. É fundamental legitimar a força e o vínculo afetivo ao território transformando-o em um campo de experiências e iniciativas construtivas, que, quando articuladas à cultura possibilitem principalmente aos jovens permanecer nas comunidades não porque foram compelidos a essa opção, mas porque querem contribuir para a melhoria do seu próprio espaço.

A este respeito, as últimas duas décadas registram ações do governo brasileiro por meio da implementação de políticas públicas de formação de recursos humanos em comunidades tradicionais. Essas políticas, a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e do Programa de Apoio à Formação Superior nas Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO) oportunizaram o acesso a cursos profissionalizantes e têm por objetivo elevar os níveis de qualificação desses povos e, assim, diversificar a oferta profissional

nas próprias comunidades ou no mercado de trabalho. Exemplos de iniciativas como estas podem ser verificadas com alguns índios na Amazônia, que saem para estudar em outras cidades e depois retornam atuando como agentes políticos, culturais e educativos, influenciando positivamente os demais moradores da sua comunidade (BRASIL, 2006).

As comunidades Custaneira e Tronco se mobilizaram para solicitar os cursos do PRONERA. Desde 2016, existem três projetos aprovados para os cursos de Agronomia, Ciências Sociais e História, tanto nas instâncias da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que são as instituições responsáveis pela viabilização do programa, todavia, até o momento não foram implementados por conta da escassez de recursos a serem liberados em nível federal.

Sobre a infraestrutura das comunidades, as ruas não são asfaltadas nem possuem calçamento. Existe um poço que abastece todas as casas das comunidades, fornecendo água, todavia, a água utilizada para consumo em 74% das moradias não é tratada. Em outras residências, a água é filtrada ou fervida (26%). Em relação à posse da moradia, 74% moram em casas próprias, 18% em casas doadas (por programas governamentais ou parentes) e 8% são alugadas. A maioria das casas é de alvenaria (86%) e 14% são de pedra, barro, palha e outros materiais. A cobertura de telha está presente em 96% das casas e 4% são de palha e outros materiais não especificados. Em relação ao piso, 58% possuem piso de cimento, 30% de cerâmica e 12% de barro.

No que concerne ao tempo de moradia, 63% moram nas comunidades há mais de três décadas. Entre os demais, 8% moram entre 0 e 10 anos, 12% de 11 a 20 anos e 17% de 21 a 30 anos, 37% de 31 a 40 anos e 26% acima de 40 anos, revelando que predominam moradores com mais de três décadas que vivem nas comunidades. Muitos deles, desde que nasceram. Resultado semelhante foi encontrado em comunidades rurais de Sergipe, como demonstram Dourado e Vargas (2013).

Esse tempo de moradia contribui para consolidar o vínculo das comunidades com seus territórios, criar sentimentos de enraizamento e pertencimento àquele grupo e àquele lugar e reafirmar o papel fundamental exercido pela territorialidade na construção social destes grupos, conforme reforçam Escobar (2000) e Little (2004). Outrossim, o fato de estarem há muitos anos indica também que os moradores detêm maior propriedade acerca dos conhecimentos ambientais locais, assim como maior percepção dos problemas locais e dos potenciais locais existentes.

O levantamento observou ainda que 84% participam ativamente da associação local, demonstrando o interesse e engajamento dos mesmos no fortalecimento do território em que

vivem. As comunidades também são muito ativas no tocante às práticas culturais e religiosas, retratadas no Reisado, na dança Lezeira, no Samba de Cumbuca, na Roda de São Gonçalo, nas festas alusivas à cultura quilombola e nos festejos religiosos.

A Lezeira é uma dança em forma de círculo composta por pares. Os músicos ficam dentro da roda, entoando cânticos, e os pares, girando em movimentos cadenciados, promovem coreografia improvisada de troca de parceiros. Não há roupa para a dança, preferencialmente a mulher deve estar de saia rodada e o homem com calça comprida. Os cânticos remetem à história e ao cotidiano da comunidade. O ritmo das letras associadas aos sons dos instrumentos mantém a roda em movimento por horas, noite adentro. Os instrumentos são triângulo, maracá, pandeiro, zabumba e tambor feito de pau oco.

O São Gonçalo é a manifestação para dançar e cantar em louvor ao Santo português, apenas para o pagamento de promessas. A organização da roda é de responsabilidade do pagador da promessa, que convida os praticantes e marca a data. [...] Quando a noite chega já pode ser vista uma pequena mesa com toalha branca, em local de destaque, que, como a um oratório, guardará a imagem do Santo ladeado por velas. [...] São formadas duas filas, compostas por mulheres, sendo em números pares. Separam-se as filas, e são postos à frente dois homens que exercerão a função de puxador e caqueiro. O puxador é responsável por iniciar ou puxar as músicas e a dança – repetidas em sincronia pelas mulheres. O caqueiro faz a marcação do ritmo utilizando um pedaço de madeira batido em um pau em um pedaço ou caco de cabaça. Dispostos ao lado da roda ficam os tocadores e seus instrumentos – em geral sanfona, triângulo e pandeiro. Na dança, o puxador posiciona-se à frente de uma fila de mulheres, e o caqueiro à frente da outra; movimentam-se com passos marcados, contornando, uma a uma e finalizam com o retorno à posição inicial. Neste momento o puxador apanha um grão ou semente disposta sobre a mesa do Santo, iniciando a contagem das rodas que podem chegar, dependendo da promessa.

O Reisado é festa que celebra os Santos Reis adoradores de Jesus. A prática transmitida às gerações, tornou-se recorrente, passando a ter um sentido de religiosidade e divertimento. Tem início em dezembro e finaliza no dia 06 de janeiro, quando se comemora o dia dos Reis Magos.

O Samba de Cumbuca utiliza um recipiente destinando a conter água, com uma abertura na parte superior, popularmente chamada de boca, ou seja, cumbuca; produzido a partir de uma cabaça (fruto nativo) como principal instrumento para animar a roda formada por homens e mulheres de todas as idades, noites adentro. O Samba de Cumbuca é uma dança acompanhada de um canto que tematiza a história e o cotidiano dos escravizados (BRASIL, 2012, p. 46; 50; 52).

No levantamento realizado, 98% dos moradores pesquisados participam com frequência de atividades religiosas nas comunidades. Desse total, 54% são católicos, 40% se declaram católicos e umbandistas e 6% são umbandistas. Essa convivência entre diferentes credos é comum em muitas comunidades quilombolas nordestinas, como apresentam Ferreti (1998), Santos (2009) e Cardias (2016).

As comemorações do Sagrado Coração de Jesus ocorridas no mês de junho despontam como principal festejo religioso na opinião de todos os moradores, que também mencionaram os festejos de São José no mês de março e Nossa Senhora da Conceição em dezembro, Semana Santa, Reisado, e as comemorações aos pretos velhos e Iemanjá.

Todos (100%) acreditam que essas práticas culturais contribuem positivamente. Desse total, 38% dos moradores apontam que tais práticas preservam sua cultura e suas tradições, 30%

acreditam que fortalecem as comunidades por meio da integração do grupo, 20% afirmam que promovem valorização e reconhecimento da cultura quilombola; 8% atestam sua importância como difusores de conhecimentos e, para 4% possibilitam o contato e aproximação com outras comunidades quilombolas.

As crenças e superstições também são elementos constituintes do sistema cultural local e podem ser visualizados na atuação das benzedeiras, na obediência ao calendário lunar para plantio e colheita, na confecção de remédios caseiros, na submissão à permissão das entidades protetoras da mata para atividades de caça, no preparo e consumo dos alimentos, na relação sagrada com os animais, e no respeito às forças sobrenaturais que protegem as águas e os recursos naturais existentes no território.

Para Porto *et al.* (2012) o vínculo com o contexto religioso e cultural tradicional “[...] os define como legítimos guardiões da sacralidade tanto do território quanto da maneira com que vivem sobre ele”. As práticas religiosas e culturais se assumem como elementos representativos para o fortalecimento da sua própria identidade, da tradicionalidade, da cosmologia e da sociabilidade local.

Assim sendo, o contexto socioeconômico das comunidades Custaneira e Tronco não pode ser analisado isoladamente sem que se estabeleça relação com sua cultura. É importante repensá-lo em associação com o contexto cultural das comunidades para compreender as múltiplas dimensões que envolvem suas condições de vida e o arranjo socioeconômico que se desenha por meio dessa conjuntura, seguindo o postulado por Berkes *et al.* (2000), Little (2006), Viveiros de Castro (2011) e Carneiro da Cunha (2017).

A partir dessa articulação, a cultura assume-se enquanto esfera social e se reflete nas práticas cotidianas locais, a exemplo das atividades no campo de subsistência, que permanecem respondendo como principal meio de renda e profissional dos moradores, assim como no conjunto de saberes tradicionais e crenças das comunidades. Desta forma, o ambiente de um local não pode ser pensado sem que antes esteja integrado com o ser humano, e se apresente com toda sua incompletude e, por isso mesmo, sempre em constante transformação (INGOLD, 2000). No caso das comunidades tradicionais, seus modelos culturais se traduzem de forma de organização local, reafirmando a identidade e a força do grupo no seu território.

Por fim, os dados sociodemográficos pesquisados, quando alicerçados sob o conjunto de conhecimentos e saberes tradicionais locais, apresentam-se como elementos essenciais e constitutivos para o arranjo social, econômico e cultural das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse estudo, foi possível conhecer o contexto socioeconômico e cultural da Custaneira e do Tronco, possibilitando maior aproximação com suas realidades. A análise revela um perfil de moradores situados na faixa etária de 18 a 60 anos, que moram nas comunidades há mais de três décadas, com predominância de pessoas casadas que têm como principal atividade profissional a produção de subsistência na roça, ganhos mensais abaixo de um salário mínimo e baixos níveis de escolaridade.

Assim como nas demais comunidades tradicionais, na Custaneira e no Tronco, a cultura se apresenta como elemento de fundamental importância para a constituição do arranjo social local. Isso pode ser comprovado nas práticas produtivas tradicionais que permanecem fortemente enraizadas especialmente no que se refere à relação homem, sociedade e natureza, assim como nas atividades artesanais e culinárias que são contributos para a complementação da renda e manutenção dos saberes ancestrais. Todas essas crenças integram e constroem as identidades quilombolas, determinantes do seu modo de vida.

O contexto socioeconômico e cultural das comunidades Custaneira e Tronco evidencia deficiências, tais como os baixos índices educacionais, que se refletem sobremaneira na baixa qualificação dos moradores, reduzindo as chances de inserção no mercado de trabalho e maiores ganhos financeiros. No entanto, seus moradores são detentores de valiosos conhecimentos que trazem consigo conteúdos simbólicos e valores, diferenciados do ensino nas escolas, mas capazes de produzir processos educativos, formar habilidades e direcionar condutas sociais e econômicas para as comunidades.

A conquista desse valor pode ser potencializada por meio das ferramentas educacionais. Programas voltados para a Educação do Campo já vêm sendo implementados por parte do governo, mas é preciso ir além, no sentido de garantir ações e políticas contínuas que identifiquem as potencialidades presentes em seu território, dialoguem com suas reais necessidades e seu contexto sociocultural, e, principalmente, reconheçam a capacidade e o protagonismo dos seus sujeitos na construção da sua história.

Por fim, recomenda-se a elaboração de novas pesquisas que objetivem aprofundar a relação entre as dinâmicas socioeconômicas e os aspectos culturais das comunidades quilombolas, ressaltando a influência do seu sistema cultural na organização local. Outrossim, esses novos estudos devem valorizar e divulgar as ações afirmativas que representam o modo de vida quilombola, desmistificando o caráter depreciativo tão presente na literatura existente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. C. G. G.; BARROS, R. F. M. Plantas medicinais cultivadas em quintais de comunidades rurais no domínio do cerrado piauiense (município de Demerval Lobão, Piauí, Brasil). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 14, n.3, p.419-434, 2012.
- ALVES, R. J. M.; PONTES, A. N.; GUTJAHR, A. L. N. Caracterização socioeconômica de comunidades rurais amazônicas do estado do Pará, Brasil. **Revista Observatório de la economia Latino-Americana**, v. 210, p. 1-24, 2015.
- ALVES, S. G., REIS NETO, A. F., BARROS JUNIOR, A.P. E RODRIGUES, G.G. Estudo etnoecológico em comunidades do semiárido sergipano: utilização de espécies botânicas para fins terapêuticos. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 12, n. 3, p. 222-227, 2017.
- ARAGÃO, J. A. **Acesso de saúde na atenção básica prestada aos quilombolas, Piauí**. 2014, 102p. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Geriatria e Gerontologia, Porto Alegre.
- ARAÚJO, R. L. M. S.; ARAÚJO, E. M.; SILVA, H. P.; SANTOS, C. A. S. T.; NERY, F. S.; SANTOS, D. B.; SOUZA, B. L. M. Condições de vida, saúde e morbidade de comunidades quilombolas do semiárido baiano, Brasil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 226-246, 2019.
- ASSIS, A. A., BALDAUF, C.; SILVA, M. R. F. Sistema socioecológico da comunidade quilombola do Sobrado, Portaelegre – Rio Grande do Norte, Brasil: conhecimentos, injustiça e resistência. **Biodiversidade**, v. 18, n. 1, p. 160-183, 2019.
- BATISTA, W. F. M; SANTOS, K. P. P; FIGUEIREDO, L. S.; BARROS, R.F.M. Sociedade e cultura: o caso da comunidade rural Novo Nilo. **Espacios**, v. 37, n. 3, p. 20- 32, 2016.
- BAPTISTA, N.Q.; CAMPOS, C.H. A convivência com o semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (orgs.) **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, p. 51-58, 2013.
- BEZERRA, A. S. Reconhecimento étnico da comunidade de Bastiões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 1, p. 50-65, 2012.
- BERKES, F.; COLDING, J; FOLKE, C. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v. 10, n. 5, p. 1251-1262, 2000.
- BERNARD, R.H. **Research methods in cultural anthropology**. SAGE Publications: Londres, 1989. 520p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. 228p.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Alimento: direito sagrado**. Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2011. 101p.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico das ações realizadas**. Brasília, 2012. 34p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Cadernos de Estudos: desenvolvimento social em debate. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. 214p.

_____. Ministério de Minas e Energia, CPRM. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Paquetá**. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004. 19p.

BERKES, F.; FOLKE, C.; GADGIL, M. Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability. In: PERRINGS, C.A.; MAHLER K.; FOLKE, C.; HOLLING, C.; JANSSON, B. (orgs.) **Biodiversity conservation: Problems and Policies**. Dordrecht (The Netherlands): Kluwer Academic, p. 281–299, 1995.

CARDIAS, R. C. Fé e festejar: espaço, folkcomunicação e imaginário religioso nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira –SP. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 14, n. 32, p. 68-84, 2016.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 481p.

CARVALHO, J. S. B.; MARTINS, J. D. L. M.; MENDONÇA, M.C.S.; LIMA, L.D. Uso popular das plantas medicinais na comunidade da várzea, Garanhuns-PE. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 13, n. 2, p. 58-65, 2013.

CASTEL, R. Dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Caderno CRH**, v. 10, n. 26, p. 19-40, 1997.

DANTAS, B. Tu me ensina a fazer renda: gerações e processos de aprendizagem de ofícios tradicionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, p. 234-243, 2005.

DIEGUES, A. C.S; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. 211p.

DOURADO, A. M.; VARGAS, M. A. M. Identidade e pertencimento nos assentamentos rurais de Sergipe. **Revista GeoNordeste**, v. 30, n. 3, p. 1-5, 2013.

DUQUE, A.N. F; VIEIRA, M.A.B; SOUZA, R.N.R. História e memória em quilombos do semiárido piauiense: patrimônio e identidade cultural. In: **Anais**. Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido. Campina Grande: Realize, 2017.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar. ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eucocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 68-87, 2000.

FÉ, E. G. M; GOMES, J. M. A. Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da comunidade Olho D’água dos Negros no município de Esperantina-PI. **Sociedade e Natureza**, v. 27, n. 2, p. 297-308, 2015.

- FÉ, E. G. M.; NASCIMENTO, J. E.; GOMES, J. M. A. Organização socioprodutiva e a questão da terra na comunidade Quilombola Curralinho, Esperantina (PI). **Revista Brazilian Journal of Development**, v. 5, p. 12846-12868, 2019.
- FERRETI, S. E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 8, p. 182-198, 1998.
- FIDELIS, L. M.; BERGAMASCO, S.M.P.P. A família, suas mudanças e a manutenção dos saberes tradicionais na agricultura familiar em quilombos do Vale do Ribeira paranaense. **Divers@**, v. 8, n. 2, p. 59-72, 2015.
- FIGUEIREDO, E. ; FERRÃO, P. O conhecimento não cresce nas árvores: os desafios da sociedade do conhecimento e o mundo rural em Portugal. In: **Anais**. III Congresso de estudos rurais. SPER, 2007.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman/ Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa). 165p.
- FRANCO, E.A.P.; BARROS, R. F.M. Uso e diversidade de plantas medicinais no quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. **Revista Brasileira de Plantas Medicinas**, v. 8, n. 3, p. 78-88, 2006.
- FREITAS, S. T; PAMPLIN, P. A. Z; LEGAT, J.; FOGAÇA, F. H. S.; BARROS, R.M. Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, Área de Proteção Ambiental do Delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 91-110, 2012.
- FCP - Fundação Cultural Palmares **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/> Acesso em: 28 de setembro de 2019.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 256p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- _____. **Cidades@**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=220755>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- _____. **Projeção da População 2018**: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Acesso em: 10 out. 2019.
- INGOLD, T. **The perception of environment**: essays of livelihood, dwelling and skill. London; New York: Routledge, 2000. 626p.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2011. 184p.

LAGE, G. C. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 97, p. 3-7, 2009.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

LIMA, I. M. de M.F. **De Moura aos Moura Fé**: resgate de uma trajetória. Teresina: Expansão, 2005a. 450p.

LIMA, S.O. **Braço Forte**: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: EDUPFI, 2005b. 181p.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2004.

_____. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisas em educação**: uma abordagem qualitativa. São Paulo: E.P.U.E. 2013. 128p.

LUZ, E. P.; DALLEPIANE, L.B.; KIRCHNER, R.M.; SILVA, L.A.A.; SILVA, F.P.; KOHLER, J.; GAPINGER, E.; CARLOT, J.M. Perfil sociodemográfico e de hábitos de vida da população idosa de um município da região norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 17, n. 2, p. 303-314, 2014.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1922. 754p.

MARQUES, J. G. **Pescando pescadores**: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. 258p.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A.(orgs.) **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83, 2011.

MONTELES, R.; PINHEIRO, C.U. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 7, n. 2, p.38-48, 2007.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007. 232p.

PAIXÃO, M. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 160p.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria : UFSM, NTE, 2018. 119p.

PORTO, L.; KAISS, C.; COFRÉ, I. Sobre solo sagrado: identidade quilombola e catolicismo na Comunidade de Água Morna (Curiúva, PR). **Religião e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 39-70, 2012.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES. **Buscar Assunto**. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

REGNAULT, B. La población indígena y afrodescendiente de Venezuela y el aporte del censo indígena en el estudio de la asistencia escolar. In: **Anais**. Seminário Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: relevancia y pertinencia de la información sociodemográfica para políticas y programas. Santiago de Chile: CEPAL, 2005. 595p.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Brasiliense, p. 26-56, 1997.

SANTANA, R. S.; EUGÊNIO, B. G. A trajetória ocupacional das mulheres negras quilombolas da Lagoa de Maria Clemência. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.14, p. 303-318, 2019.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis, 2005. 388p.

SANTOS, V. S. De Malinowski aos pós-modernos: uma breve reflexão acerca da pesquisa etnográfica na antropologia. **A Cor das Letras**, v. 14, n. 1, p. 95-108, 2013.

SÁ, M. L. B. **Saberes e práticas alimentares em uma comunidade quilombola no Ceará**. 2010. 328p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - São Paulo: USP, 2010.

SANTOS, R. C.; SILVA, M. S. Condições de vida e itinerários terapêuticos de quilombolas de Goiás. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n.3, p. 1049-1063, 2014.

SANTOS, J. B. Etnicidade e religiosidade da comunidade quilombola de Olaria, em Irará (BA). **Revista Brasileira de História de Religiões**, v. 2, n. 5, p.171-201, 2009.

SILVA, P. V.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista Terapia Ocupacional**, v. 21, n.1, p. 68-73, 2010.

SILVA, R. C. A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca. **Vozes, Pretérito & Devir**, v. 8, n. 1, p. 154-175, 2018.

SILVA, P. V.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista Terapia Ocupacional**, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010.

SILVA, M. P.; BARROS, R. F. M. Conhecimento tradicional e uso de espécies da caatinga em construções rurais na Comunidade Sítio Velho em Assunção do Piauí, Brasil. **Educação Ambiental em Ação**, v. 13, n. 51, p. 1-10, 2015.

SILVA, E. A. Projetos de vida de adolescentes e jovens de comunidades quilombolas do Vale do Mucuri/MG. **Cadernos CERU**, v. 26, n. 2, p. 88-103, 2015.

SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 3, p. 1-17, 2018.

SOARES, L. F.; OLIVEIRA, E. H.; NUNES, Z. M.; NASCIMENTO, M. H.; VERDE, R. M. C. L.; LIMAS, E. M. Aspectos socioeconômicos e de condições de saúde em populações quilombolas no estado do Piauí, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, p. 1-16, 2020

SOUSA, A. J. **Etnicidade e territorialidade na comunidade quilombola Custaneira/Tronco, município de Paquetá – PI, Brasil**. 2015. 455p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Teresina: UFPI, 2015.

SOUSA, G.M.; FERNANDES, G.P. Caracterização geoambiental da comunidade quilombola Sítio Arruda em Araripe-CE. **Caderno de Estudos Geoambientais**, v. 7, n. 1, p. 45-55, 2016.

SPINDOLA, T.; SANTOS, S. R. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?) **Revista Escola Enfermagem**, v. 37, n. 2, p. 119-26, 2003.

SUPERTI, E.; SILVA, G.V. Comunidades Quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no Estado do Amapá. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 23, n. 23, 2p. 1-20, 2015.

TERCEIRO, A.; SILVA, J. J. S.; CORREIA, M. F. Caracterização da sociedade, economia e meio ambiente costeiro atuante à exploração dos manguezais no estado do Maranhão. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 5, n. 3, p. 94-111, 2013.

TEIXEIRA, M. G., BRAGA, J. S., CÉSAR, S. F.; KIPERSTOK, A. O artesanato de retalhos da Comunidade Quilombola de Giral Grande. **Afro-Ásia**, v. 44, p. 219-246, 2011.

TORQUATO, T. G. M. **Potencial da vegetação melitófila e abelhas associadas da área Olho d'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil**. 2006. 110p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Teresina: UFPI, 2006.

VIEIRA, F. J., SANTOS, L. G. P., ARAÚJO, J. L. L.; BARROS, R.F.M. Quilombola of Macacos Community, São Miguel do Tapuio city, Piauí state: history, use and conservation of plantresources. **Functional Ecosystems & Communities**, v. 2, p. 81-87, 2008.

VIEIRA, F. J.; BARROS, R. F. M. Comunidades quilombolas e o uso de recursos vegetais. **Sapiência**, v. 25, n. 1, p. 19-19, 2010.

VIEIRA, F. J. **Uso de fitocombustível no semiárido brasileiro: preferências locais e atributos físicos da madeira**. 2014. 116p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Teresina: UFPI, 2014

VIVEIROS DE CASTRO, E. A antropologia como política do entendimento. In: LÉPINE, C.; HOFBAUER, A.; SCHARWZ, L. M.; CUNHA, M. C (orgs.). **O lugar da cultura e o papel da antropologia**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 65-74, 2011.

_____. Economic development, anthropomorphism, and the principle of reasonable sufficiency. In: GAGLIARDI, P.; REIJNEN, A. M.; VALENTINI, P. (orgs.) **Protecting**

nature, saving creation: ecogical conflicts, religious passions, and political quandaries. New York: Palgrave Macmillan, p. 161-180, 2013.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Brasília: EdUnb; São Paulo: Hucitec, 1995. 24p.

3.2 Artigo 2: Saberes tradicionais e simbólicos da flora local em comunidades quilombolas do Nordeste brasileiro

Artigo a ser submetido

Periódico: Interações (Campo Grande)

ISSN 1518-7012

Qualis A3



INTERAÇÕES
REVISTA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

[Sobre a Revista](#) ▾

[Equipe Editorial](#)

[Submissões](#)

[Edições](#)

[Notícias](#)

[Contato](#)

SABERES TRADICIONAIS E SIMBÓLICOS DA FLORA LOCAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORDESTE BRASILEIRO

RESUMO

As dinâmicas presentes no cotidiano das comunidades quilombolas revelam a importância dos conhecimentos tradicionais como instrumentos de sobrevivência e reafirmação da tradicionalidade e da cultura desses povos. O simbolismo que se estabelece nessas relações figura-se como elemento central, cuja manifestação se revela, dentre outras formas, na relação com a flora. Os estudos da flora se apresentam como elementos de sustentação desses saberes. Neste sentido, objetivou-se neste estudo identificar a flora local relacionando-a com os saberes tradicionais e simbólicos das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, situadas no município de Paquetá, Piauí. O percurso metodológico utilizou-se de entrevista semiestruturada com aplicação de formulários padronizados, além de turnês-guiadas, seguido de coleta botânica, tendo início no ano de 2019 e concluída em 2021. As plantas foram identificadas por chaves de identificação, pesquisas realizadas na região que apresentam resultados semelhantes, como também por meio do auxílio de taxonomistas. Das 53 espécies coletadas, 47% são medicinais, 25% místicas, com predominância da família Euphorbiaceae (15%). Sobre a origem, 57% são nativas e 43% exóticas. A folha (36%) é a parte mais utilizada. A forma de preparo por decocção e infusão (40%) é a mais recorrente nas comunidades. O uso de plantas medicinais e místicas é uma prática cultural recorrente que reflete suas crenças e valores simbólicos, tão representativos do modo de vida das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais. Etnobotânica. Quilombos. Recursos florísticos. Semiárido piauiense.

ABSTRACT

The dynamics present in the daily life of quilombola communities reveal the importance of traditional knowledge as instruments of survival and reaffirmation of the traditionality and culture of these peoples. The symbolism established in these relationships appears as a central element, whose manifestation is revealed, among other ways, in the relationship with the flora. Studies of the local flora present themselves as supporting elements of this knowledge. In this sense, the objective of this study was to identify the local flora, relating it to the traditional and symbolic knowledge of the quilombola communities of Custaneira and Tronco, located in the city of Paquetá, Piauí. The methodological approach used a semi-structured interview, applying standardized forms, in addition to guided tours, followed by botanical collection, starting in 2019 and completed in 2021. The plants were identified by identification keys, according to research conducted in the region presenting similar results, as well as through the assistance of taxonomists. Out of 53 species collected, 47% are medicinal, 25% mystical, with a predominance of the Euphorbiaceae family (15%). Considering the origin, 57% are native and 43% exotic. The leaf (36%) is the most used part. The form of preparation by decoction and infusion (40%) is the most recurrent in the communities. The use of medicinal and mystical plants is a recurrent cultural practice, reflecting their beliefs and symbolic values, so representative of the way of life of quilombola communities.

Keywords: Traditional knowledge. Ethnobotany. Quilombos. Floristic resources. Semi-arid from Piauí.

INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais expressam múltiplas formas de identidade, consolidadas na sua história, práticas, crenças e cultura. O sentimento de pertencimento que os une ao seu território finca suas bases nos conhecimentos tradicionais, que se comungam coletivamente e cumulativamente por meio de processos adaptativos ao longo de gerações em seus territórios. Ao reproduzirem um modo de vida estruturado na produção de subsistência e na tradicionalidade, esses grupos sociais guardam nos saberes a base de toda sua cosmologia, suas memórias e sua sobrevivência e, por isso mesmo, fortalecem seu valor junto à comunidade e revalidam sua importância (BERKES; COLDING; FOLKE, 2000; TOLEDO, 2009).

Nesse universo, a relação com o simbolismo é o que dá sentido às suas vivências e um dos meios pelos quais essas experiências simbólicas se manifestam é na relação com a flora (CULTIMAR, 2008). A pluralidade de formas de manuseio e utilização dessa flora é peculiar a cada grupo social, e, para além de assegurar sua sobrevivência, reflete as conexões que se estabelecem entre o homem e a natureza (OLIVEIRA; BARROS; MOITA NETO, 2010). Estudos com a flora local estão presentes de forma muito significativa em todos os continentes, em especial América e África.

A Etnobotânica compõe o campo de saber que pesquisa a importância cultural das plantas, reconhecendo o conhecimento que fundamenta as múltiplas relações com que o homem interage, maneja e percebe os recursos vegetais e as possibilidades do uso sustentável de tais recursos (GUARIM NETO; CARNIELLO, 2007). Ao se revestirem de uma abordagem científica que se centra na relação homem/sociedade/cultura/natureza, os estudos etnobotânicos constituem importantes instrumentos de validação desses conhecimentos tradicionais (ROCHA; BOSCOLO; FERNANDES, 2014).

A extensa e rica diversidade cultural e biológica do Brasil é terreno fértil para as pesquisas etnobotânicas. Na região Nordeste, esses estudos vêm se ampliando sobretudo nas últimas duas décadas (OLIVEIRA *et al.*, 2009). De modo específico, os estudos etnobotânicos em comunidades quilombolas vem crescendo nos últimos anos, registrando as concepções com que esses povos fazem uso das plantas circunscritas em seus territórios.

O semiárido nordestino abriga um número significativo de quilombolas e é neste contexto que se inserem as duas comunidades em estudo, cujas experiências socioprodutivas estão sedimentadas na relação dos conhecimentos tradicionais e simbólicos com o meio natural e constituem práticas que convergem para ações sustentáveis promotoras da manutenção da biodiversidade local.

A compreensão da ação humana na produção e na manutenção desses recursos é determinante na análise do acervo vegetal, uma vez que os conhecimentos que direcionam esse agir é promotor de dinâmicas socioambientais. (ALCORN, 1995; ROCHA; NEFFA; DANIEL, 2011). Nesta perspectiva, questiona-se de que forma e como as plantas locais estão sendo utilizados pelos moradores das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco? Objetivou-se, portanto, identificar a flora local relacionando-a com os saberes tradicionais e simbólicos. Ao se assumirem como ferramentas de sustentação dos saberes, os estudos da flora local legitimam e revalidam sua importância, especialmente para esses grupos sociais.

METODOLOGIA

Aspectos éticos

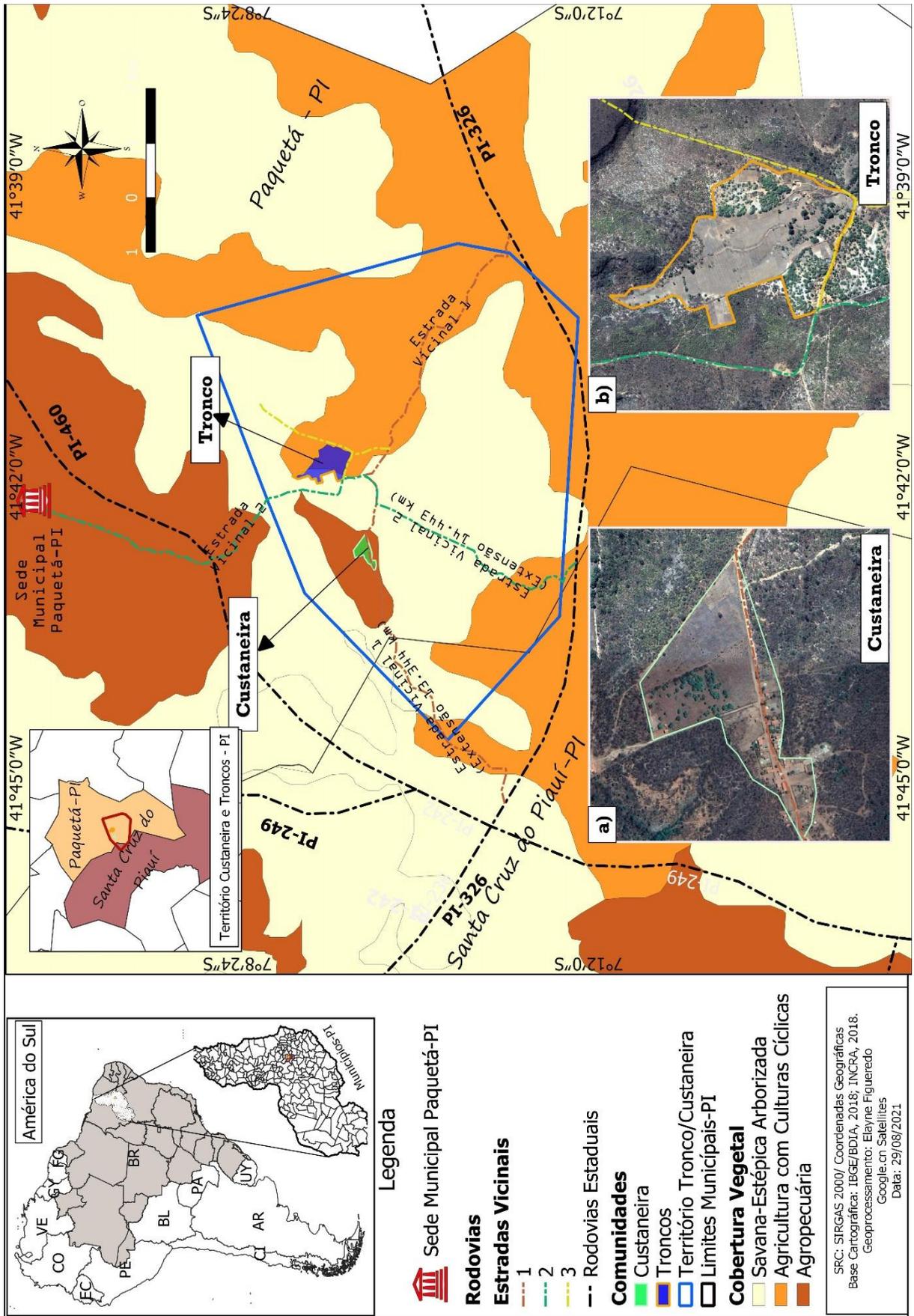
Atinente aos aspectos éticos da pesquisa, este estudo obedeceu todos os protocolos indicados, sendo aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com parecer nº 2.627.953. A pesquisa também foi registrada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SISGEN), sob processo A68AC38.

Área de estudo

Custaneira e Tronco são duas comunidades quilombolas reconhecidas legalmente quanto à sua identidade por meio da Portaria nº 189/2012, de 28.09.2012 da Fundação Cultural Palmares – FCP. Localizam-se no semiárido piauiense, no município de Paquetá-PI, nas coordenadas geográficas 7°09'49.0''S e 41°42'52.0''W. As comunidades estão distantes 8 km da sede municipal, 330km da capital Teresina e em função da proximidade geográfica e da interligação das relações socioculturais, comerciais, familiares, políticas e administrativas estabelecidas ao longo da sua história, as dinâmicas das duas comunidades se fundem e compõem um único arranjo social. (IBGE, 2010; SOUSA, 2015).

O total de moradores das duas comunidades é de 167 pessoas e 48 famílias A origem do termo Custaneira está relacionada aos aspectos físicos e naturais característicos da região “[...] representado por seu relevo, topografia e vegetação, de forte presença de morros, encostas, caatingas e carrascos” e também aos elementos históricos, uma vez que no atual território da comunidade localizava-se a antiga Fazenda Custaneira (SOUSA, 2015, p. 236).

Figura 1 - Comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI: mapa de localização, 2021



Fonte: IBGE (2018), adaptado por Figueredo, E. S. em 2021.

O termo “Tronco” tem origem desconhecida. Para alguns moradores, está associado às memórias da escravidão, principalmente por ser próximo das senzalas situadas nas Datas Canabrava e Jenipapeiro, do município de Picos – PI, atual município de Paquetá – PI (SOUSA, 2015).

A região semiárida piauiense caracteriza-se por [...] “insuficiência e irregularidade de chuvas, com médias anuais que variam entre 268 a 800 mm, com altas temperaturas e elevadas taxas de evapotranspiração que se refletem na elaboração da paisagem” (ALENCAR, 2010, p. 16). Concernente aos aspectos fisiográficos e climáticos o município de Paquetá apresenta:

As condições climáticas do município de Paquetá (com altitude da sede a 340 m acima do nível do mar), apresentam temperaturas mínimas de 22°C e máximas de 36°C, com clima semi-úmido e quente. Ocasionalmente, chuvas intensas, com máximas em 24 horas. Os trimestres janeiro-fevereiro-março e dezembro-janeiro-fevereiro são os mais chuvosos. Os meses de janeiro, fevereiro e março constituem o trimestre mais úmido. Os solos da região são provenientes da alteração de arenitos, siltitos, folhelhos e conglomerado. compreendem solos litólicos, álicos e distróficos, de textura média, pouco desenvolvidos, rasos a muito rasos, fase pedregosa, com floresta caducifólia e/ou floresta sub-caducifólia/cerrado. Associados ocorrem solos podzólicos vermelho-amarelos, textura média a argilosa, fase pedregosa e não pedregosa, com misturas e transições vegetais, floresta sub-caducifólia/caatinga. Secundariamente, ocorrem areias quartzosas, que compreendem solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado sub-caducifólio/floresta sub-caducifólia). As formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo movimentado, encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros (JACOMINE *et al.*, 1986; BRASIL, 2004, p. 5).

No que se refere especificamente às comunidades quilombolas estudadas, estão situadas em uma chapada baixa, contendo tanto solos litólicos, quanto solos arenosos, com predomínio de vegetação do tipo caatinga arbustivo-arbórea e poucos trechos de caatinga arbórea, às margens dos cursos d'água. A vegetação herbácea predomina em afloramentos rochosos de arenito, muito comum em ambas as comunidades, com plantas efêmeras surgindo apenas por ocasião das chuvas. Nas sedes, a cobertura vegetal é predominantemente antropizada com presença de plantas úteis à população, como hortaliças e árvores frutíferas.

Na estrutura socioprodutiva, a maioria dos moradores está vinculado a atividades no campo (74%), por meio da criação animais de pequeno porte como galinhas (*Gallus gallus* (Linnæus, 1758)), porcos (*Sus scrofa* Linnaeus, 1758), ovinos (*Ovis aries* Linnæus, 1758) e caprinos (*Capra hircusaegagrus* Erxleben, 1777) e de uma produção de subsistência com prevalência das culturas do feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), milho (*Zea mays* L.) e mandioca

(*Manihot esculenta* Crantz). A caça de animais para consumo próprio também é uma característica do cotidiano das comunidades (MACÊDO *et al.*, 2020).

Coleta e análise dos dados

A primeira etapa deste estudo foi o emprego da técnica *Rapport*, por meio da qual foi possível construir uma relação de confiança com os moradores (BERNARD, 1988). A realização de entrevistas (OLIVEIRA, 2007; FLICK, 2009) foi procedida por meio de formulários padronizados com 144 moradores com idade a partir de 18 anos, porém as turnês-guiadas foram realizadas com sete informantes chave. O método da abordagem etnográfica foi adotado como forma de obter relatos alusivos ao cotidiano, às memórias e ao modo de vida dos moradores. Utilizou-se ainda as técnicas de observação participante e não participante (MALINOWSKI, 1922). Como ferramentas de apoio, recorreu-se ao uso do gravador de voz, caderneta de campo e registro fotográfico (MACEDO, 2006).

A técnica de listagem livre (QUINLAN, 2005) foi empregada para acessar as espécies com importância para as comunidades. Essa técnica consiste em estimular o informante a nomear espécies conhecidas, independentemente do tipo de uso. A listagem livre parte do pressuposto que quando as pessoas listam livremente elas tendem a citar as plantas em ordem de familiaridade e as plantas mais lembradas indicam que são localmente mais relevantes (QUINLAN, 2005).

Amostras das plantas úteis para as comunidades Custaneira e Tronco foram coletadas durante as turnês-guiadas (BERNARD, 1988) e processadas com metodologia de herborização descrita por Mori, Silva e Lisboa (1989). As informações foram anotadas na caderneta de campo, ao passo que se procedeu com o registro fotográfico de cada espécie. As plantas foram identificadas por chaves de identificação e descrições taxonômicas como também por meio do auxílio de especialistas.

Para a correta grafia dos nomes dos autores das espécies, foi utilizado o MOBOT (2019) e para a verificação de origem das espécies (nativas ou exóticas) acessou-se o sítio eletrônico Flora do Brasil 2020. A lista florística resultante foi organizada segundo o sistema de classificação *Angiosperm Phylogeny Group - APG IV* (2016). O material botânico devidamente identificado será depositado no Herbário Graziela Barroso da Universidade Federal do Piauí. Por fim, os dados foram organizados em forma de planilhas no programa Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da realização de entrevistas e da listagem livre foi possível identificar 53 espécies pertencentes a 42 gêneros e 23 famílias. Em primazia, as espécies coletadas se inserem em domínios fitogeográficos da Caatinga e do Cerrado, todavia espécies como xique-xique (*Pilosocereus gounellei*), cansanção-cabeludo (*Cnidoscolus quercifolius*), marmeleiro (*Croton blanchetianus*), velame (*Croton heliotropiifolius*) ocorrem apenas na Caatinga (FLORA DO BRASIL, 2020). Conforme demonstrado na Tabela 1, há maior representatividade em número de espécies da família Euphorbiaceae (15%, 8), seguida de Fabaceae (13%, 7), Lamiaceae (11%, 6), Solanaceae (8%, 4), Rutaceae e Cactaceae (6%, 3 cada). Estudos realizados por Reis, Pereira e Cansanção (2017); Barros, Oliveira e Abreu (2017) e Silva, Oliveira e Abreu (2017) em áreas rurais na região semiárida piauiense registraram a Fabaceae como a família com maior número de espécies citadas.

Tabela 1 - Plantas utilizadas pelos moradores das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, Paquetá/PI: CATU = categorias de Usos: me = medicinal; al = alimentícia; mi= mística; co= condimentar; ar=artesanal. Indicação. FP- forma de preparo: 1- decocto/infusão; 2- lambedor; 3- garrafada; 4- uso tópico; 5- sumo; 6- *in natura*; 7-banho; 8- molho; PU: parte utilizada: Folhas (fo); Raiz (ra); Caule (ca); Frutos (fr); Flores (fl); Semente (se); Látex (la).

FAMÍLIA/ESPÉCIE	NOME VULGAR	CATU	ORIGEM	INDICAÇÃO (FP)	PARTE USADA
Anacardiaceae					
<i>Anacardium occidentale</i> L.	Caju	Al	Nativa	Alimento (8)	Fr
<i>Spondias testudinis</i> J.D.Mitch. & Daly	Cajarana	Al	Nativa	Alimento (8)	Fr
Annonaceae					
<i>Rollinia leptopetala</i> R.E. Fr.	Bananinha	Al	Nativa	Alimento; Anemia (7;8)	Fr; Ca
Araceae					
<i>Copernicia prunifera</i> (Mill.) H.E. Moore	Carnaúba	Ar; Me	Nativa	Confecção de artesanato (8); inflamação (1); fertilidade (4)	Fo; Ra
<i>Taccarum ulei</i> Engl. & K.Krause	Milho-de-cobra	Mi	Nativa	Indicativo de boa colheita (8)	Fr
Boraginaceae					
<i>Heliotropium indicum</i> L.	Crista-de-galo	Me	Nativa	Cólicas/dores de barriga em bebês e crianças (1)	Fo

Cactaceae					
<i>Cereus jamacaru</i> DC.	Mandacaru	Me	Nativa	Diabetes (1)	Ra
<i>Melocactus zehntneri</i> (Britton & Rose) Luetzelb.	Cabeça- frade	Me; Ar	Nativa	Inflamações (14); assento de animais (8).	Fo; Fr
<i>Pilosocereus gounellei</i> (F.A.C. Weber) Byles & G.D.Rowley	Xique- xique	Me	Nativa	Inflamações em geral (3)	Fo; Fr
Cleomaceae					
<i>Tarenaya aculeata</i> (L.) Soares Neto & Roalson	Mussambê	Me; Mi	Nativa	Tosse (3); Gripe (3); Fraqueza (5)	Ra; Fo
Caricaceae					
<i>Carica papaya</i> L.	Mamão	Al	Exótica	Alimento (8); Prisão de ventre (8)	Fr
Convolvulaceae					
<i>Ipomoea asarifolia</i> (Desr.) Roem.& Schult.	Salsa	Me; Mi	Nativa	Cicatrizar feridas (5); coceiras na pele (5); Fraqueza (9); feitura de santos no candomblé (5)	Fo
Combretaceae					
<i>Combretum duarteanum</i> Cambess.	Mufumbo	Me	Nativa	Gripe (3); tosse (3); sangramento (1)	Fo
<i>Terminalia fagifolia</i> Mart.	Chapada	Me;Mi; Ar	Nativa	Problemas estomacais (1); Confecção de tambores para rituais e danças (8)	Fo; Ca
Cucurbitaceae					
<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai	Melancia	Me; Al	Exótica	Alimento (8); Problemas digestivos (8).	Fr; Se
<i>Cucurbita pepo</i> L.	Abóbora	Al	Exótica	Alimento (8)	Fr
Euphorbiaceae					
<i>Cnidoscolus quercifolius</i> Pohl	Cansação- cabeludo	Me	Nativa	Inflamações (1); Dor de dente (5).	Ra; La
<i>Croton blanchetianus</i> Baill.	Marmeleiro	Me	Nativa	Gripe (1); Pneumonia (1)	Fo
<i>Croton heliotropiifolius</i> Kunth	Velame	Me	Nativa	Gripe (1); Resfriado (1)	Fo

<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Pinhão-roxo	Mi	Nativa	Fraqueza (9)	Fl
<i>Jatropha mollissima</i> (Pohl) Baill.	Pinhão-bravo	Me	Nativa	Cicatrizar feridas (5)	La
<i>Jatropha ribifolia</i> (Pohl) Baill.	Pinhão-manso	Me	Nativa	Febre (11); Dores articulares e reumáticas (11).	Se
<i>Manihot esculenta</i> Crantz.	Mandioca	Al	Nativa	Alimento (8)	Fr
<i>Ricinus communis</i> L.	Mamona	Me; Mi	Exótica	Dores de cabeça (1); forrar oferendas às entidades (5)	Fl
Fabaceae					
<i>Cenostigma pyramidale</i> (Tul.) E. Gagnon & G.P. Lewis	Catingueira ; pau-de-rato	Me	Nativa	Úlcera (1)	Fo
<i>Senna cana</i> (Ness & Mart.) H.S. Irwin & Barneby	São-joão	Me	Nativa	Inflamações (1).	Fo
<i>Senna spectabilis</i> (DC.) H.S. Irwin & Barneby	Canafiche	Mi	Nativa	Fraqueza (9)	Fl
<i>Mimosa tenuiflora</i> (Wild.) Poir.	Jurema-preta	Me	Nativa	Inflamações gerais (1)	Fo
<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.	Feijão	Al	Exótica	Alimento (8)	Fr
<i>Caesalpinia ferrea</i> (Mart.) L.P. Queiroz	Pau-ferro	Me; Mi	Nativa	Tuberculose (1); pneumonia (1); gripe (1)	Fl, Ca
<i>Senna occidentalis</i> (L.)	Fedegoso	Al; Mi	Nativa	Gripe (3); café (8)	Ra; Se
Lamiaceae					
<i>Mesosphaerum suaveolens</i> (L.) Kuntze	Bamburral	Me; Mi	Nativa	Gripe (1); Fraqueza (9)	Fo; Ra
<i>Vitex agnus-castus</i> L.	Arruda-do-sertão	Mi	Nativa	Fraqueza (9)	Fo
<i>Ocimum basilicum</i> L.	Manjeriço	Me; Mi	Exótica	Resfriados (1); Fraqueza (9)	Fo
<i>Ocimum basilicum purpurea</i> L.	Manjeriço - de-salão (roxo)	Me; Mi	Exótica	Defumador (2); fraqueza (9) inflamações no útero (1); gripe (1); dor de cabeça (1).	Fl; Fo
<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Boldo	Me	Exótica	Sistema imunológico (1); problemas estomacais (1)	Fo

<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Alecrim	Me; Mi	Exótica	Gripes (1); Fraqueza (9), Defumador (2).	Fo;Fl
Liliaceae					
<i>Allium schoenoprasum</i> L.	Cebolinha	Al	Exótica	Alimento (8)	Fr
Lythraceae					
<i>Punica granatum</i> L.	Romã	Me	Exótica	Inflamações na garganta (1)	Se
Malpighiaceae					
<i>Gossypium barbadense</i> L.	Algodão- de- crioulo	Me	Exótica	Inflamações gerais (1)	Fo
<i>Malpighia glabra</i> L.	Acerola	Al, Me	Exótica	Gripes (8)	Fr
Malvaceae					
<i>Sida cordifolia</i> L.	Malva-do- mato	Me; Mi	Nativa	Inflamações em geral (1); passar nos fornos da farinhada (5); passar nas bacias e panelas para coalhar o leite (5).	Ra; Fo
Moringaceae					
<i>Moringa oleifera</i> <u>Lam.</u>	Muringa	Me; Mi	Exótica	Diabete (14)	Fo
Musaceae					
<i>Musa paradisiaca</i> L.	Banana	Al	Exótica	Alimento (8)	Fr
Poaceae					
<i>Zea mays</i> L.	Milho	Al	Exótica	Alimento (8)	Fr
Rutaceae					
<i>Citrus aurantium</i> L.	Laranja	Al; Me	Exótica	Gripes (1); problemas estomacais (1)	Fr; Fo
<i>Citrus limonum</i> Risso	Limão	Al; Me	Exótica	Gripes (1)	Fr
<i>Zinziber officinale</i> Roscoe	Gengibre	Me	Exótica	Inflamações em geral (1)	Ra
Solanaceae					
<i>Capsicum chinense</i> Jacq.	Pimenta-de- -cheiro	C	Exótica	Condimento (8)	Fr
<i>Capsicum frutescens</i> L.	Pimenta- malagueta- grande	C; Mi	Exótica	Condimento (8); Fraqueza (9)	Fr
<i>Nicotiana tabacum</i> L.	Fumo	Mi	Exótica	Fraqueza (9)	Fo
<i>Capsicum</i> sp	Pimenta- roxa	C	Exótica	Condimento (8)	Fr
Turneraceae					
	Xanana	Me	Nativa	Inflamações (1)	Fo; Ra

Turnera subulata Sm.

Fonte: Autores (2021)

Ao observar as categorias de uso, a medicinal se sobressaiu (47%), seguida da categoria mística (25%), alimentar (20%) e artesanal e condimentar (4% cada). Esses resultados evidenciam a representatividade das plantas medicinais das comunidades por meio do uso de remédios caseiros, porquanto 91% dos moradores afirmam tratar quaisquer problemas de saúde exclusivamente com produtos da medicina tradicional confeccionados localmente e apenas 9% faz associação de remédios caseiros e produtos farmacêuticos.

Do total de espécies medicinais, 62% são integrantes da vegetação nativa, corroborando com resultados encontrados em pesquisas realizadas no Piauí em Amarante, no Quilombo Mimbó (ABREU, 2000), em Esperantina na comunidade quilombola Olho D'Água dos Pires (FRANCO; BARROS, 2006), em São Miguel do Tapuio no Quilombo dos Macacos (VIEIRA, 2008) e na zona rural de Oeiras (OLIVEIRA; BARROS; MOITA NETO, 2010). O uso das plantas para fins medicinais é uma prática cultural que já vem sendo difundida intensamente ao longo dos séculos, sobretudo em comunidades tradicionais, cujo conhecimento é repassado oralmente por gerações (BADKE *et al.*, 2012).

A prevalência de plantas medicinais é um dado recorrente em pesquisas etnobotânicas realizadas na região e pode estar relacionada ao fato do seu cultivo ocorrer geralmente nos quintais ou áreas próximas, facilitando o acesso a esses recursos vegetais conforme registram os estudos de Oliveira, Barros e Moita Neto (2010) e de Barros, Oliveira e Abreu (2017). O alto custo dos remédios alopáticos e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde também contribuem para intensificar o uso das plantas medicinais dentro dessas comunidades, conforme destacam Pirani *et al.* (2018).

Para além do tratamento das enfermidades físicas, as plantas também são utilizadas para curar doenças de cunho espiritual. As propriedades místicas das plantas aparecem como a segunda categoria mais presente nas comunidades estudadas, reforçando a crença nos elementos sagrados, espirituais e mágicos. Das 53 espécies coletadas, 11 são destinadas ao tratamento de enfermidades espirituais, nas quais se enquadram as fraquezas, as pessoas com espinhela caída, mau olhado ou quebranto. As espécies destinadas a esse fim são mussambê (*Tarenaya aculeata*), salsa (*Ipomoea asarifolia*), pinhão-roxo (*Jatropha gossypifolia*), canafiche (*Senna spectabilis*), bamburral (*Mesosphaerum suaveolens*), arruda-do-sertão (*Vitex agnus-castus*), manjeriço (*Ocimum basilicum*), manjeriço-de-salão-roxo (*Ocimum*

basilicum purpurea), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), pimenta-malagueta (*Capsicum frutescens*.) e o fumo (*Nicotiana tabacum*).

Neste enredo, é possível observar ainda o forte apelo com que algumas plantas se inserem nos processos de simbolismo e cosmovisão. O manjerição-de-salão-roxo (*O. basilicum purpurea*) é utilizado, dentre outros fins, para defumar ambientes e também nos rituais da umbanda e do candomblé. O milho-de-cobra (*Taccarum ulei*) é indicativo de boa colheita. Essas duas plantas são exemplos dessas interações dos quilombolas com suas identidades territoriais e seu espaço, fortalecendo os saberes tradicionais e as dinâmicas socioambientais, além de demonstrar a internalização de valores simbólicos, tais como o cuidado com o meio ambiente, os aspectos energéticos, o caráter mágico e a ancestralidade. Diversos estudos desenvolvidos no Brasil discutem a utilização das plantas para fins místicos, espirituais, dentre os quais destacam-se os trabalhos de Oliveira e Trovão (2009) no estado da Paraíba; Souza e Guarim Neto (2010) em comunidades de Cuiabá; Silva, Oliveira e Abreu (2018) em quintais de uma área rural no Piauí.

O enfoque místico do uso das plantas remete a antigas tradições que, em comunidades quilombolas, ganham mais importância em função da vigorosa influência dos elementos afro, cosmológicos e dos conhecimentos tradicionais, que atravessam gerações e se manifestam no presente e futuro, preservando práticas ancestrais, conforme evidenciam as pesquisas em quilombolas realizadas por Silva *et al.* (2012) na Bahia, Ferreira, Batista e Pasa (2015) em Mato Grosso e, Silva e Rosal (2017) no Pará. Para Camargo (2014), nesse sistema de crenças em que as plantas assumem um viés mágico, o homem está envolvido por suas dimensões biológica e simbólica.

Sobre a origem das espécies, constata-se que 57% são nativas e 43% exóticas. Na concepção de Albuquerque (2006) a introdução de plantas exóticas na farmacopeia de uma comunidade diversifica as possibilidades terapêuticas. Ao considerar o estudo de Sousa (2015) que sustenta que o processo de ocupação das comunidades Custaneira e Tronco recebeu influência de africanos, afrodescendentes-negros-quilombolas, indígenas e povos originários do território piauiense, pode-se inferir que o elevado percentual de plantas cultivadas inscreve traços desse histórico de povoamento da região, corroborando com Alencar *et al.* (2010) que defendem a ideia de que a presença de plantas exóticas nos sistemas médicos de comunidades tradicionais ocorre por meio do contato com diversas culturas.

A influência africana nas comunidades Custaneira e Tronco se faz presente em algumas espécies exóticas coletadas, cujo continente de origem é a África, tais como a melancia (*Citrullus lanatus*), mamona (*Ricinus communis*), feijão (*Vigna unguiculata*), boldo

(*Plectranthus barbatus*) e alecrim (*Rosmarinus officinalis*) (KEW, 2021). De acordo com Carney (2004), a herança botânica africana que existe nas Américas foi estabelecida pelos negros escravizados com seus sistemas étnicos de conhecimento, e também pelas mulheres que atuavam como curandeiras e enfermeiras fazendo uso dos recursos vegetais para tratamento de enfermidades.

As interfaces da relação afro-brasileira se inserem ainda na culinária africana, que se utiliza de espécies nativas brasileiras como o caju, *Anacardium occidentale* (SABE, 2016); a mandioca, *Manihot esculenta* (DE SOUZA *et al.*, 2017; OBATA *et al.*, 2020) e outras espécies de origem exóticas coletadas na Custaneira e Tronco, tais como a abóbora, *Cucurbita pepo* (ONDIGI *et al.*, 2008); limão, *Citrus limonum* (OKEKE *et al.* 2015); laranja, *Citrus aurantium* (ZEGHAD *et al.*, 2018); milho, *Zea mays* (MUSOKWA; MAFONGOYA; LORENTZ, 2018); moringa, *Moringa oleífera*. (FERNANDES *et al.*, 2020) e, banana, *Musa paradisiaca* (ADESOLA, 2021).

Ademais, algumas das plantas com propriedades terapêuticas utilizadas nas comunidades em estudo também são empregadas com fins medicinais na África, porém com indicações distintas: o gengibre, *Zingiber officinale* (KAMTCHOUING *et al.*, 2002); a romã, *Punica granatum* (WERKMAN *et al.*, 2008); o alecrim, *Rosmarinus officinalis*, (JAMILA; MUSTAFA, 2014); a mamona, *Ricinus communis* (SETSHEGO *et al.*, 2020) e crista-de-galo, *Heliotropium indicum* (AGYARE *et al.*, 2015), cujas indicações são para alívio de dores reumáticas, funções diuréticas e tratamento de problemas na pele como urticária, sarna, úlceras, e ferimentos.

A atuação das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco no aproveitamento dos recursos florísticos está diretamente relacionada ao conjunto de conhecimentos, memórias e simbologias transmitidos ao longo de gerações, por meio dos quais asseguram sua sobrevivência e promovem dinâmicas socioambientais em seus territórios direcionadas ao desenvolvimento local. Berkes (2012) destaca que esse arcabouço de conhecimentos tradicionais abarca desde as cosmologias dos detentores de conhecimento do mundo, as instituições de conhecimento, por meio das quais ocorre o processo de memória social, criatividade e aprendizado, o gerenciamento dos saberes e práticas ecológicas, medicinais, científicas e técnicas, o conhecimento empírico relativo aos animais, plantas, solos e paisagem.

A primazia de espécies nativas desta investigação demonstra que há um movimento local para a proteção da flora e da manutenção da biodiversidade local, o que, para Diegues (2009, p. 120) é um comportamento intrínseco das comunidades tradicionais posto que percebem a natureza como um “[...] conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor

simbólico, integrado numa complexa cosmologia”, ao qual se integram. Estudos desenvolvidos em quilombos brasileiros apontam predominância de recursos vegetais nativos, conforme demonstram Gomes e Bandeira (2010) na Bahia; Oliveira *et al.* (2015), Guimarães, Oliveira e Morais (2019) no estado de Goiás.

Ao reproduzirem em seu cotidiano, sobretudo na relação com os recursos vegetais, os conhecimentos revelam dimensões sagradas e profanas que envolvem relações de magia, processos ritualísticos e simbólicos, o que pode ser constatado nas propriedades místicas que a flora apresenta e que é tão representativo na ação do benzimento, cura, banhos e defumações. A este respeito, 96% dos moradores acreditam nos efeitos de cura do ato de benzer com o auxílio de plantas e já fizeram uso ou conhecem alguém que tenha se beneficiado. Apenas 4% relataram nunca ter utilizado, embora acreditem. A crença na ação do benzimento representa muito mais do que uma cura, porquanto é reveladora de estratégias de resistência, ancestralidade, tradicionalidade e, principalmente, de simbolismos.

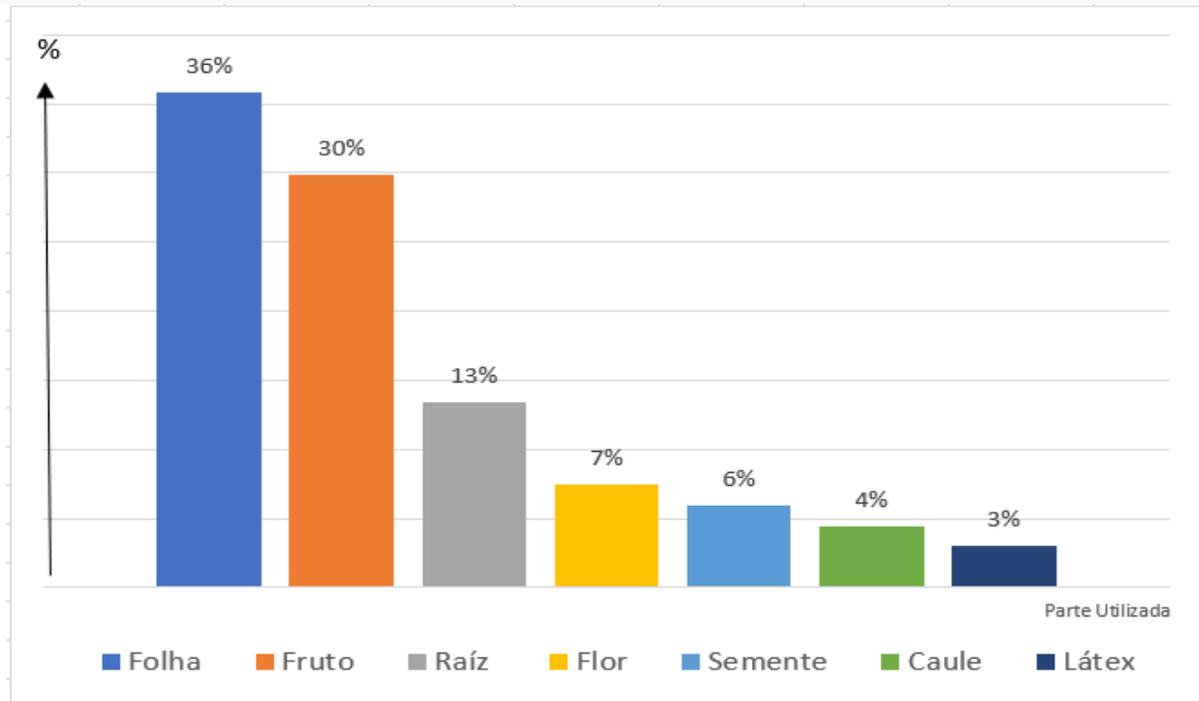
Na Custaneira e no Tronco, é o líder das duas comunidades que atua como benzedeiro e também como profundo conhecedor das plantas e suas indicações recebendo não só os comunitários, como pessoas de cidades vizinhas, em busca de tratamento de enfermidades diversas. Conforme Caruso e Caruso (1997), os benzedeiros possuem notável conhecimento da relação entre o mundo terreno e espiritual e habilidades de curas. Geralmente, mantêm em seus quintais uma variedade de espécies de plantas medicinais. A descrição dos autores condiz com a realidade das comunidades em estudo. As espécies mais utilizadas para o benzimento foram mussambê (*Tarenaya aculeata*), pinhão-roxo (*Jatropha gossypifolia*), arruda-do-sertão (*Vitex agnus-castus*), manjeriço (*Ocimum basilicum*.) e manjeriço-de-salão-roxo (*Ocimum basilicum purpurea*.).

No que concerne às partes mais utilizadas das plantas sobressai a folha (36%), seguida do fruto (30%), raiz (13%), flor (7%), semente (6%), caule (5%) e látex (3%). As demais partes foram pouco referidas. Os resultados são compatíveis com os estudos de Oliveira, Barros e Moita Neto (2010) e Barros, Oliveira e Abreu (2018) realizados em áreas próximas.

A prevalência do uso da folha pode estar relacionada com o viés místico e artesanal das plantas. Como exemplo, a folha da carnaúba (*Copernicia prunifera*) é utilizada para produção de vassouras, tapetes e bolsas; a chapada (*Terminalia fagifolia*) tem sua folha empregada na confecção de tambores usados nas danças e nos rituais religiosos; na mamona (*Ricinus communis*) a folha é usada para forrar oferendas e oferecer às entidades da umbanda e do candomblé; e, a malva-do-mato (*Sida cordifolia*) tem sua folha empregada para limpeza dos fornos da farinha e das panelas e bacias para evitar que o leite coalhe. Prandi (2005) e Halloy

(2012) constataram o vínculo das folhas para lavar e sacralizar objetos utilizados nas ritualísticas de religiões de matriz afro.

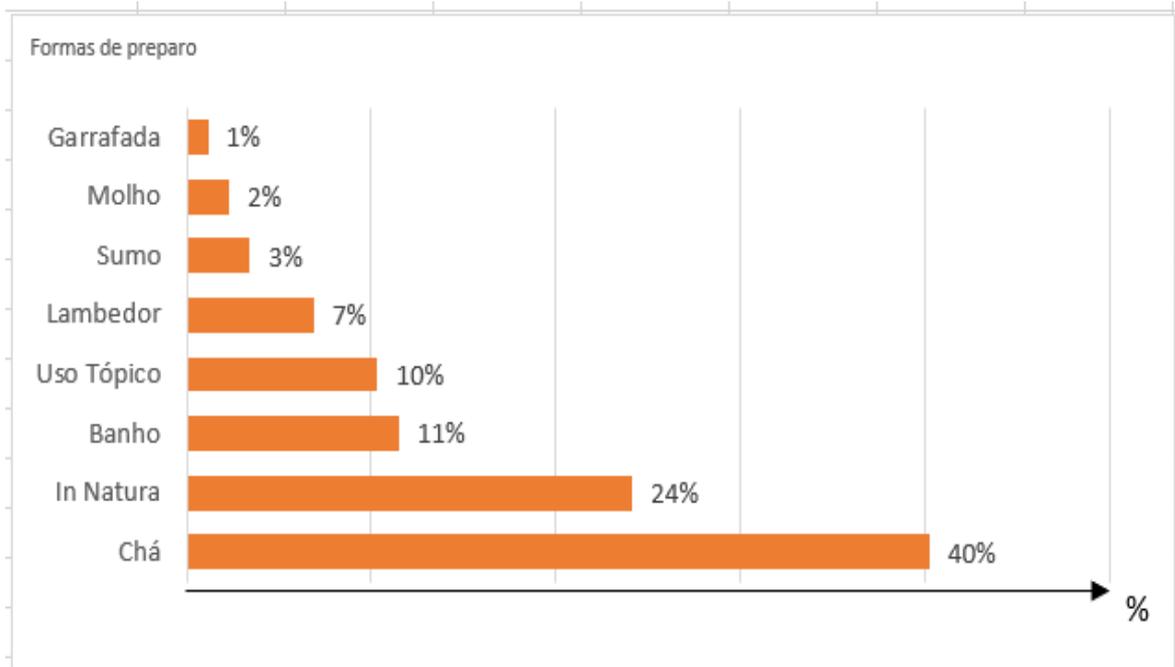
Figura 1 - Partes mais utilizadas das plantas pelos quilombolas das Comunidades Custaneira e Tronco, Paquetá-PI



Fonte: Autores (2021).

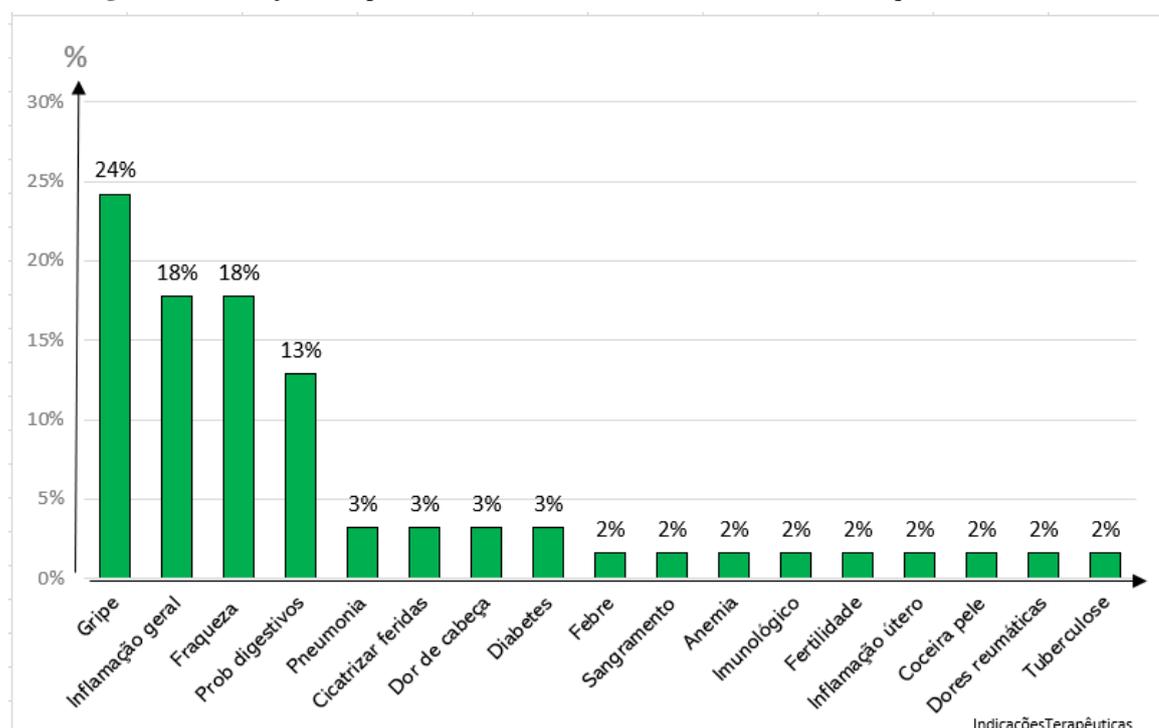
Sobre a forma de preparo, há primazia do chá por decocção e infusão (40%), *in natura* (24%), banhos (12%), uso tópico (10%), lambedor (7%), sumo (4%), molho (2%) e garrafada (1%). Os banhos são utilizados de modo corriqueiro para tratamento de doenças, principalmente aquelas relacionadas às questões espirituais. São confeccionados com a mistura de diversas espécies, que normalmente ficam de molho descansando por alguns dias, período em que absorvem as propriedades místicas e sagradas por meio de orações conduzidas pelos responsáveis do preparo.

Curioso observar que nas comunidades estudadas, a confecção dos banhos é realizada de forma conjunta por pais e filhos, demonstrando que há uma preocupação de transmissão desse conhecimento aos mais jovens, visando assegurar a manutenção desse saber tão representativo para as comunidades. Em pesquisas realizadas próximos à área de estudo registra-se primazia da preparação de chás por decocção ou infusão, conforme registram Reis, Pereira e Cansação (2017), Gomes *et al.* (2017) e Barros, Oliveira e Abreu (2018).

Figura 2 - Formas de Preparo das espécies - Comunidades Custaneira e Tronco, Paquetá-PI

Fonte: Autores (2021)

Em referência às propriedades terapêuticas das plantas, as indicações mais apontadas foram para tratamento de gripe (24%), inflamações em geral e fraquezas (18% cada). Nas pesquisas de Gomes *et al.* (2017) e Barros, Oliveira e Abreu (2018) realizadas em áreas rurais no entorno do município de Picos-PI é possível encontrar resultado similar apontando a gripe como principal enfermidade tratada com plantas medicinais.

Figura 3 – Indicações terapêuticas - Comunidades Custaneira e Tronco, Paquetá-PI.

Fonte: Autores (2021)

A despeito do resultado apontar a gripe como indicação mais recorrente de tratamento, é oportuno ressaltar que em estudo realizado na Custaneira e no Tronco por Aragão, Bós e Souza (2014) constatou-se baixa incidência de enfermidades entre os moradores. Ao serem categorizados de acordo com a Classificação Internacional de Doenças proposta pela OMS (2010), os problemas de saúde mencionados na Figura 3 foram agrupados em nove sistemas corporais, conforme retrata a Tabela 2.

Há predominância da categoria Sintomas Gerais (43%, 27 indicações), que abrange uma diversidade de doenças que podem estar vinculadas a mais de uma área corporal ou que não possuem uma especificidade, com primazia das fraquezas e inflamações em geral. Essa categoria também contemplou o maior número de espécies, totalizando 25. A segunda categoria com maior número de citações atribuídas foi o Sistema Respiratório (27%, 17 indicações), destacando a gripe como doença mais citada, o que reforça os dados apontados pelos moradores de que a principal indicação terapêutica das plantas é para tratamento de gripe. Na sequência, o Sistema Digestivo (13%, 8 indicações), Doenças do Sangue (5%, 3 indicações), Doenças Endócrinas e do Aparelho Genuritário (3% cada, 2 indicações cada) e Doenças de Pele, Osteomoleculares e Infecciosas (2% cada, 1 indicação cada). Resultados similares indicam o Sistema Respiratório como um dos mais mencionados, conforme preceituam Albuquerque (2006), Lopes *et al.* (2016) e Gomes *et al.* (2017).

Tabela 2 – Classificação de indicações terapêuticas por sistema corporal e número de espécies nas Comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, Paquetá-PI. DMC: = doença mais citada dentro da categoria.

CATEGORIA	Nº de espécies	Citações atribuídas	DMC
Doenças infecciosas	1	1	Tuberculose
Doenças do sangue	3	3	Anemia
Doenças endócrinas	2	2	Diabetes
Doenças do sistema respiratório	12	17	Gripe
Doenças do sistema digestivo	8	8	Problemas estomacais
Doenças da pele	1	1	Cocceira
Doenças ostemomoleculares e tecido conjuntivo	1	1	Dores articulares
Doenças do aparelho genuritário	2	2	Inflamação no útero
Sintomas gerais	25	27	Inflamações e Fraqueza

Fonte: Autores (2021)

Desde os primórdios da humanidade, as plantas são utilizadas pelo homem como indispensáveis fontes de alimento, medicação, condimento, moradia, artesanato, dentre outros fins (SANTOS; PEREIRA; ANDRADE, 2007). As eficácias terapêuticas das plantas têm, cada vez mais, ampliado seu alcance e obtido maior aceitação dentro da sociedade. O uso das plantas para tratamento de doenças e enfermidades, sejam físicas ou espirituais vem sendo largamente explorado por meio de estudos científicos que, aliados a conhecimentos tradicionais, validam informações que vêm sendo acumuladas e repassadas por gerações. Em comunidades tradicionais como é o caso dos quilombolas, a utilização da flora ganha maior projeção porque se sustenta em um sistema de crenças e valores culturais que reconhece a importância dos recursos vegetais para a sobrevivência desses grupos sociais.

Neste sentido, é oportuno assinalar que alguns recursos vegetais assumem funções estruturais dentro da organização social local, e, por essa razão, são identificadas como espécies-chave (GARIBALDI; TURNER, 2004; CRISTANCHO; VENING, 2004; MEDEIROS; ALOUFA; MORAIS, 2020). Bonifácio, Freire e Schavetti (2016) preceituam que as espécies-chave podem funcionar como estratégias de ação para a manutenção da biodiversidade local. Das 53 espécies coletadas na Custaneira e no Tronco, a mandioca (*Manihot esculenta*) se destaca por desempenhar um papel preponderante para a sobrevivência local, assim como ocorre em outras comunidades tradicionais, pois sua relevância transcende as propriedades alimentícias, ao promover interação social, transmissão de valores culturais e conhecimentos tradicionais. Platten e Henfrey (2009) relatam que a mandioca também é considerada uma espécie-chave para o povo Wapixana, no sul da Guiana. No Brasil, diversas pesquisas em comunidades quilombolas denotam o valor material e simbólico da mandioca, a exemplo de Costa (2011) na Amazônia; Silva, Alves e Aquino (2011) no Pernambuco; Moreira (2013) em Goiás e Macêdo *et al.* (2020) no Piauí.

Neste sentido, as pesquisas etnobotânicas desempenham a função não apenas de coletar, classificar e relacionar espécies vegetais utilizadas por determinada comunidade, mas principalmente promovem uma reflexão acerca das conexões que os grupos sociais, sobretudo tradicionais, estabelecem com a natureza (ROCHA; NEFFA; DANIEL, 2011). Os diversos usos atribuídos às plantas são reflexos dessas relações construídas com o seu território em sua totalidade, o que torna fundamental reconhecer as territorialidades que se formam a partir das identidades quilombolas específicas da região do semiárido piauiense (SANTOS, 2014; PIRANI *et al.*, 2018).

De acordo com Marques (2002) e Rocha, Boscolo e Fernandes (2015), é no território dessas comunidades que o saber tradicional se reproduz por meio do conhecimento dos usos e

seus recursos naturais e onde as relações se perpetuam, se singularizam a partir das experiências individuais e coletivas e se ressignificam a partir dos símbolos e crenças. Dessa forma, ao promover o registro dos saberes e conhecimentos das comunidades tradicionais sobre as plantas e seus modos de uso, a etnobotânica também inscreve e analisa a importância das crenças que se perpetuam, trazendo consigo sentimentos que moldam comportamentos e que funcionam como estratégias de manejo responsável e sustentável dos seus recursos naturais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das práticas de uso das plantas em comunidades tradicionais possibilita reconhecer a amplitude dos seus saberes, seus modos de vida, tradições, crenças, religiosidades e subjetividades. Nos territórios das comunidades Custaneira e Tronco, o simbólico se conecta com o material, por meio dos conhecimentos tradicionais, promovendo dinâmicas socioambientais que agem na solidificação de pilares sustentáveis. Esse movimento retorna à própria comunidade favoravelmente porque assegura a manutenção da biodiversidade e dos valores culturais.

Os resultados evidenciam que a relação estabelecida pelos moradores com seus territórios exerce impacto no modo como se relacionam com as plantas, o que pode ser constatado no manejo dos recursos, na força dos conhecimentos tradicionais, nas crenças e nos valores culturais e simbólicos, tão representativos para as comunidades estudadas. Nesse sentido, importa conhecer as múltiplas territorialidades que se constroem a partir das identidades coletivas específicas do semiárido piauiense que se processam na relação com a natureza.

Diferente de outras comunidades tradicionais e quilombolas, o conhecimento sobre os recursos vegetais não está disseminado entre todos os moradores da Custaneira e do Tronco, porquanto concentra-se entre poucas pessoas das comunidades, que atuam como guardiãs desse saber e vêm demonstrando interesse em transmiti-los aos mais jovens. Nesse enredo, a preocupação no modo como o repasse desse conhecimento vem acontecendo e a percepção dos jovens na apreensão e reprodução são questões em aberto que podem ser preenchidas em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J.R. **Diversidade de recursos vegetais do cerrado utilizadas pelos quilombolas Mimbó, Amarante**. 2000. 69p. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ADESOLA, R. O. The pharmacological potentials of *Musa paradisiaca* Linn. **Plant Science Today**, v. 8, n. 4, p. 873–879, 2021.
- AGYARE, C.; BOAKYE, Y. D.; BEKOE, E. P.; HENSEL, A.; DAPAHH, S. O.; APPIAH, T. Review: African medicinal plants with wound healing properties. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 177, p. 85–100, 2016.
- ALBUQUERQUE, U. P. Re-examining hypotheses concerning the use and knowledge of medicinal plants: a study in the Caatinga vegetation of NE Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 2, n. 30, p. 1-10, 2006.
- ALCORN, J.B. The scope and aims of ethnobotany in a developing world. In: SCHULTES, R.E.; REIS, S.V. (eds.). **Ethnobotany: evolution of a discipline**. Cambridge: Timber Press, p. 23-39, 1995.
- ALENCAR, M. T. Caracterização da macrorregião do Semiárido Piauiense. In: SOUZA E SILVA, C. M.; LIMA, E. S.; CANTALICE, M. L.; ALENCAR, M. T.; SILVA, W. A. L. (orgs.). **Semiárido Piauiense: educação e contexto**, Campina Grande – PB: INSA, p.35-62. 2010.
- ALENCAR, N. L.; ARAÚJO, T. A. S.; AMORIM, E. L. C.; ALBUQUERQUE, U. P. The inclusion and selection of medicinal plants in traditional pharmacopoeias – evidence in support of the diversification hypothesis. **Economic Botany**, v. 64, n. 1, p. 68-79, 2010.
- ALMEIDA, V. S.; BANDEIRA, F. P. S. F. O significado cultural do uso de plantas da caatinga pelos quilombolas do Raso da Catarina, município de Jeremoabo, Bahia, Brasil. **Rodriguésia**, v. 61, n. 2, p. 195-209, 2010.
- ARAGÃO, J. A.; BÓS, A. J.G.; SOUZA, G. C. Síndrome metabólica em adultos e idosos de comunidades quilombolas do centro-sul do Piauí, Brasil. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 19, n. 2, p. 501-512, 2014.
- BADKE, M. R.; BUDÓ, M. L D.; ALVIM, N. A. T.; ZANETTI, G. D.; HEISLER, E. V. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto e Contexto – Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 367-70, 2012.
- BARROS, M. S.; OLIVEIRA, Y. R.; ABREU, M. C. Conhecimento e uso de plantas medicinais pela comunidade Cipaúba em Picos-PI. **Gaia Scientia**, v. 12, n. 1, p. 245-258, 2018.
- BERKES, F. **Sacred Ecology: traditional ecological knowledge and resource management**, 3 ed. routledge, 2012. 394 p.
- BERKES, F., COLDING, J., FOLKE, C. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. **Ecology**, v. 10, n. 5, p. 1251–1262. 2000.
- BERNARD, H.R. **Research methods in cultural anthropology**. 2^a ed. USA: SAGE Publication, 1988, 520p.

BONIFÁCIO, K. M.; FREIRE, E.M. X.; SCHIAVETTI, A. Cultural keystone species of fauna as a method for assessing conservation priorities in a Protected Area of the Brazilian semiarid. **Biota Neotropica**, v. 16, n. 2, p. 1-16, 2016.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de Paquetá. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004. 49p.

BYNG, et al. APG IV – Angiosperm Phylogeny Group. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the 374 orders and families of flowering plants: APG IV. **Botanical Journal of the Linnean Society**, v.181, p.1-20, 2016.

CAMARGO, M. T. L. As plantas medicinais e o sagrado, considerando seu papel na eficácia das terapias mágico-religiosas. **Revista Nures**, v. 10, n. 26, p. 1-16, 2014.

CARNEY, J. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. **África**, v. 22, n.23, p. 25-47, 2004.

CARUSO, R. C.; CARUSO, M. M. L. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina**. Florianópolis: Cultura Catarinense, 1997. 118p.

COSTA M. S. Mandioca é comida de quilombola? Representações e práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia Brasileira. **Amazônica**, v. 3, n. 2, p. 408-428, 2011.

CRISTANCHO, S.; VINING, J. Culturally Defined Keystone Species. **Human Ecology Review**, v. 11, n. 2, p. 153-164, 2004.

CULTIMAR. **Recursos naturais na vida caiçara. Curitiba**: Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2008.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Diálogos de Saberes Socioambientais**, v. 50, p. 116-126, 2019.

FERNANDES, A.; BANCESSI, A.; PINELA, J.; DIAS, M. I.; LIBERAL, A.; CALHELHA, R.; CIRIC, A.; SOKOVIC, M.; CATARINO, L.; FERREIRA, I. C. F. R.; BARROS, L. Nutritional and phytochemical profiles and biological activities of *Moringa oleifera* Lam. edible parts from Guinea-Bissau (West Africa). **Food Chemistry**, v. 341, n. 1, p. 1-37, 2021.

FERREIRA, A. L. S.; BATISTA, C. A. S.; PASA, M. C. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola Mata Cavalo em Nossa Senhora do Livramento – MT, Brasil. **Biodiversidade**, v.14, n. 1, p. 151-160, 2015.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman/ Artmed, 2009.164p.

FLORA DO BRASIL 2020. **Flora do Brasil 2020**. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/>>. Acesso em: 21 set. 2021.

FRANCO, E. A. P. A.; BARROS, R. F. M. Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 8, n. 3, p.78-88, 2006.

GARIBALDI, A.; TURNER, N. J. Cultural Keystone Species: Implications for Ecological Conservation and Restoration. **Ecology and Society**, v. 9, n. 3, p. 1-19, 2004.

GOMES, T. M. F.; LOPES, J. B.; BARROS, R. F. M.; ALENCAR, N. L. Plantas de uso terapêutico na comunidade rural Bezerro morto, São João da Canabrava, Piauí, Brasil. **Gaia Scientia**, v. 11, n. 1, p. 253-268, 2017.

GUARIM NETO, G.; CARNIELLO, M. A. Etnoconhecimento e saber local: um olhar sobre populações humanas e os recursos vegetais. In: ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, A. G. C.; ARAUJO, T. A. S. (orgs.) **Povos e paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil**. Recife: NUPEEA/UFRPE, p. 105-114, 2007.

GUIMARÃES, B. O.; OLIVEIRA, A. P.; MORAIS, I. L. Plantas Medicinais de uso popular na comunidade quilombola de Piracanjuba, GO. **Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 8, n. 3, p. 196-220, 2019.

HALLOY, A. “Incorporar” os deuses dispositivos pragmáticos do transe de possessão religiosa no culto xangô de Recife (primeiras pistas). In: TAVARES, F.; BASSI, F. (orgs.). **Para além da eficácia simbólica: estudos em ritual, religião e saúde**. Salvador : EDUFBA, p. 121-146, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2010. Disponível em: <http://https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/paqueta/panorama>. Acesso em 02 de nov. de 2020.

_____. **Geografia do Brasil**. Região Nordeste. Rio de Janeiro: SERGRAF/IBGE, 1977. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/analises-do-territorio/15786-brasil-uma-visao-geografica-e-ambiental-no-inicio-do-seculo-xxi.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 04 de dez. de 2020

JACOMINE, T.; KLINGER, P. **Levantamento exploratório: reconhecimento de solos do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro. EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN. 1986. 782p.

JAMILA, F.; MOSTAFA, E. Ethnobotanical survey of medicinal plants used by people in Oriental Morocco to manage various ailments. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 154, n. 1, p. 76-87, 2014.

KAMTCHOUING, P.; FANDIO, G. Y. M.; DIMO, T. O.; JATSA, H. B. Evaluation of androgenic activity of *Zingiber officinale* and *Pentadiplandra brazzeana* in male rats. **Asian Journal of Andrology**, v. 4, p. 299-301, 2002.

KEW, 2021. **Plants of the World Online**. Disponível em: <http://www.plantsoftheworldonline.org/>. Acesso em: 19 set. 2021.

LOPES, C. G. R.; RODRIGUES, C. M. O.; ALENCAR, N. L.; LOPES, W. G. R. Conhecimento tradicional de plantas medicinais na comunidade Tabuleiro do Mato, Floriano, Piauí, Brasil. **Revista Espacios**, v. 37, n. 15, p. 23-34, 2016.

MACÊDO, E. M.; BATISTA, M. L. P.; FIGUEIREDO, L. S.; BARROS, R. F. M. de. Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. 1-28, 2020.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006. 179p.

MARQUES, J. G. W. O olhar (des) multiplicado: o papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. In: AMOROZO, M. C.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (orgs.) **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, p.31-46, 2002.

MEDEIROS, J. A.; ALOUFA, M. A. I.; MORAIS, I. R. D. Aspectos socioambientais e econômicos da faveleira (c. *Quercifolius*), espécie-chave cultural do bioma caatinga: estudo de caso. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 22, n. 1, p. 183-201, 2020.

MOBOT. **Missouri Botanical Garden**. Trópicos. 2019.

MOREIRA, J. F. R. Formas de apropriação do ambiente do cerrado por quilombolas em Goiás: um estudo de caso sobre as comunidades Engenho II e Cedro. **Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 2, p.318-330, 2013.

MORI, S.A.; SILVA, L. A. M.; LISBOA, G. **Manual de manejo do herbário fanerogâmico**. 2 ed. Ilhéus: Centro de pesquisa do cacau, 1989. 104p.

MUSOKWA, M.; MAFONGOYA, P.; LORENTZ, S. Evaluation of agroforestry systems for maize (*Zea mays*) productivity in South Africa. **South African Journal of Plant and Soil**, v. 36, p. 65-67, 2018.

OBATA, T.; KLEMENS, P. A. W.; ROSADO-SOUZA, L.; SCHLERETH, A. GISEL, A.; STAVOLONE, L.; ZIERER, W.; MORALES, N.; MUELLER, L.; ZEEMAN, S.; LUDEWIG, F.; STIT, M.; SONNEWALD, U.; NEUHAUS, E.; FERNIE, A. R. Metabolic profiles of six African cultivars of cassava (*Manihot esculenta* Crantz) highlight bottlenecks of root yield. **The Plant Journal**, v. 102, p. 1202–1219, 2020.

OKEKE, M. I.; OKOLI, A. S.; EZE, E. N.; EKWUME, G. C.; OKOSA, E. U.; IROEGBU, C. U. Antibacterial activity of citrus limonum fruit juice extract. **Pakistan Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 28. n. 5, p.1567-1571, 2015.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007. 182p.

OLIVEIRA, F.C.S.; BARROS, R.F.M.; MOITA NETO, J.M. Plantas medicinais utilizadas em comunidades rurais de Oeiras, semiárido piauiense. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.12, n.3, p.282-301, 2010.

OLIVEIRA, E. C. S.; TROVÃO, D. B. M. O uso de plantas em rituais de rezas e benzeduras: um olhar sobre esta prática no estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Biociências**, v.7, n. 3, p. 245-251, 2009.

OLIVEIRA, D. R.; KRETTLI, A. U.; AGUIAR, A. C.; LEITÃO, G. G.; VIEIRA, M. N.; MARTINS, K. S.; LEITÃO, S. G. Ethnopharmacological evaluation of medicinal plants used against malaria by quilombola communities from Oriximiná, Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 173, p. 424–434, 2015.

OLIVEIRA, F. C.; ALBUQUERQUE, U. P.; FONSECA-KRUEL, V. S.; HANAZAKI, N. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 23, n. 2, p. 590-605, 2009.

ONDIGI, A. N.; TOILI, W. W.; IJANI, A. S. M.; OMUTEREMA, S. O. Comparative analysis of production practices and utilization of pumpkins (*Cucurbita pepo* and *Cucurbita maxima*) by smallholder farmers in the Lake Victoria Basin, East Africa. **African Journal of Environmental Science and Technology**, v. 2, n. 9, p. 296-304, 2008.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10**. 2010. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>Acesso em: 26 ago. 2021.

- PLATEN, S.; Henfrey, T. The cultural keystone concept: insights from ecological anthropology. **Human Ecology**, v. 37, p. 491–500, 2009.
- PIRANI, D.; OLIVEIRA, J. C. L.; HUGO, K. S.; RODRIGUES, L. Fé e Cura: experiência etnográfica junto ao projeto de extensão Lições da Terra na comunidade quilombola de Barro Preto. **Conecte-se!**, v. 2, n. 4, p. 88-101, 2018.
- PRANDI, R. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2005. 328p.
- QUINLAN, M. Considerations for Collecting Freelists in the Field: Examples from Ethnobotany. **Field Methods**, v.17, n. 3, p.1-16, 2005.
- REIS, C.G.M.; PEREIRA, A. F. N.; CANSANÇÃO, I. F. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais utilizadas por moradores do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara – PI. **Biofarm**, v. 13, n. 4, p. 7-21, 2017.
- ROCHA, J. A.; NEFFA, E.; DANIEL, D. Estudos etnobotânicos e dinâmicas socioambientais no Quilombo São José da Serra/RJ. In: **Anais**. Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES, 2011.
- ROCHA, J. A.; BOSCOLO, O. H.; FERNANDES, L. R. .M. V. Etnobotânica: um instrumento para valorização e identificação de potenciais de proteção do conhecimento tradicional. **Interações**, v. 16, p. 67-74, 2015.
- SABE, I. L. S. **Avaliação das características físico- químicas e sensoriais de diferentes formulações do néctar de cajú (Anacardium Occidentale, L.)**. 2016, 76p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- SANTOS, A. L. S.; PEREIRA, E. C. G.; ANDRADE, L. H. C. A construção da paisagem através do manejo dos recursos naturais e a valorização do etnoconhecimento. In: ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, A. G. C.; ARAÚJO, T. A. S. (orgs.). **Povos e paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil**. Recife: NUPPEA/UFRPE, p. 61-74, 2007.
- SANTOS, L. M. Ecologia de saberes: a experiência do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional na comunidade quilombola da Rocinha. **Tempus, Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 243-256, 2014.
- SETSHEGO, M. V.; AREMU, A. O.; MOOKE, O.; OTANG-MBENG, W. Natural resources used as folk cosmeceuticals among rural communities in Vhembe district municipality, Limpopo province, South Africa. **Complementary Medicine and Therapies**, v. 20, n. 81, p. 1-16, 2020.
- OLIVEIRA, Y. R.; ABREU, M. C. Uma abordagem etnobotânica acerca das plantas úteis cultivadas em quintais em uma comunidade do semiárido piauiense, Nordeste do Brasil. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 2, n. 2, p. 144-159, 2017.
- SILVA, N. C. B.; REGIS, A. C. D.; ESQUIBEL, M. A.; SANTOS, J. E. S.; ALMEIDA, M. Z. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola da Barra II - Bahia, Brasil. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, v. 11, n. 5, p. 435-453, 2012.
- SILVA, A. C. B.; ALVES, M. A. V.; AQUINO, D. T. A importância da produção da mandioca na comunidade do Castainho, Garanhuns-PE. **Breves Contribuciones**, v.22, p. 75-90, 2011.

SILVA, T. L. S.; ROSAL, L. F. O uso místico das plantas medicinais pela comunidade quilombola João Grande em Viseu/PA. In: **Anais**. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia do Distrito Federal e entorno. Brasília-DF, 2018.

SILVA, P. H.; OLIVEIRA, Y. R.; ABREU, M. C. Entre símbolos, mistérios e a cura: plantas místicas dos quintais de uma comunidade rural piauiense. **Gaia Scientia**, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2018.

SOUSA, A. J. **Etnicidade e territorialidade na comunidade quilombola Custaneira/Tronco, município de Paquetá – PI, Brasil**. 2015, 454p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina

SOUZA, L. F.; GUARIM NETO G. Plantas ornamentais e místicas - um estudo etnobotânico em comunidades ribeirinhas, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Flovet**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2010.

SOUZA, A. P.; MASSENBURG, L. N.; JAISWAL, D.; CHENG, S.; SHEKAR, R.; LONG, S. P. Rooting for cassava: insights into photosynthesis and associated physiology as a route to improve yield potential. **New Phytologist**, v. 213, p. 50–65, 2017.

TOLEDO, V.C.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, n. 1, p. 31-45, 2009.

VIEIRA, F.J.; SANTOS, L. G. P.; ARAÚJO, J. L. L.; BARROS, R. F.M de. Quilombola of Macacos Community, São Miguel do Tapuio city, Piauí state: history, use and conservation of plant resources. **Functional Ecosystems and Communities**, v. 2, n. 1, p.81-7, 2008.

WERKMAN, C.; GRANATO, D. C.; KERBAUY, W. D.; SAMPAIO, F. C.; BRANDÃO, A. A. H.; RODE, S. M. Aplicações terapêuticas da *Punica granatum* L.(romã). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 10, n.3, p.104-111, 2008.

ZEGHAD, N.; AHMED, E.; BELKHIRI, A.; HEYDEN, Y. V.; DEMEYER, K. Antioxidant activity of *Vitis vinifera*, *Punica granatum*, *Citrus aurantium* and *Opuntia ficus indica* fruits cultivated in Algeria. **Heliyon**, v. 5, n. 4, p. 1-19, 2019.

3.3 Artigo 3: Experiências socioprodutivas em comunidades quilombolas do semiárido piauiense

Artigo Submetido em 10.05.2021

Periódico: Revista Interespaço

ISSN 2446-6549

QUALIS – A2



[CAPA](#) [SOBRE](#) [ACESSO](#) [CADASTRO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#) [ANTERIORES](#) [NOTÍCIAS](#) [INSTRUÇÕES AOS AUTORES](#)
[FACEBOOK](#) [TWITTER](#) [EQUIPE EDITORIAL](#)

Capa > **v. 7 (2021) - In Progress**

InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEQ), do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia, do MEIO-NORTE - Grupo de Estudos e Pesquisas Geográficas e Interdisciplinares (Câmpus de Grajaú) e do Grupo de Pesquisa T-DEGEM - Território, Desenvolvimento, Gênero e Modernidade (Câmpus de Imperatriz), vinculados à [Universidade Federal do Maranhão](#).

A InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade atualmente adota a modalidade de publicação em fluxo contínuo, por meio de um volume anual.

Missão: Divulgar a produção geográfica do Maranhão, de outros estados e do exterior, bem como publicar trabalhos nas áreas da História, Sociologia, Filosofia, Educação, Psicologia, Turismo, Ciências Ambientais e temáticas inter/multi/disciplinares.

ISSN 2446-6549

OPEN JOURNAL SYSTEMS
[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO
 Login:
 Senha:
 Lembrar usuário

NOTIFICAÇÕES
 Visualizar
 Assinar

IDIOMA
 Seleciona o idioma
 Português (Brasil)

EXPERIÊNCIAS SOCIOPRODUTIVAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

RESUMO

Diversos estudos demonstram que as práticas vivenciadas nessas comunidades registram ações afirmativas que se aproximam dos princípios de sustentabilidade e promovem o desenvolvimento local. Objetivou-se reconhecer as experiências socioprodutivas em duas comunidades quilombolas do Nordeste brasileiro, por meio da análise das suas dinâmicas produtiva, cultural e institucional. Para a coleta de dados, foi empregada a abordagem etnográfica, sustentada na história de vida e na observação participante. Em adição, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, recorrendo-se, também, a diário de campo com 144 moradores. Os resultados evidenciam que as experiências socioprodutivas locais envolvem o modo de fazer dos alimentos, as modalidades de utilização dos recursos naturais, a relação sagrada com os animais, a obediência ao ciclo lunar, as manifestações culturais, o calendário festivo e a relação com o território. Conclui-se que a sustentabilidade está nas ações locais por meio desse sistema de saberes que se projetam na maneira equilibrada de manejar os recursos locais, na produção de subsistência, na reprodução de sua cultura, e, principalmente, na manutenção dos conhecimentos tradicionais.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais. Práticas socioprodutivas. Dinâmicas sustentáveis. Quilombos.

ABSTRACT

Several studies demonstrate that practices experienced in these communities trace affirmative actions that approach the principles of sustainability and promote local development. The goal was to recognize the socio-productive experiences in two quilombola communities in the Northeast of Brazil analyzing their productive, cultural and institutional dynamics. For data collection, an ethnographic approach was used, based on life history and participant observation. In addition, semi-structured interviews were conducted, also using a field journal with 144 residents. Results show that local socio-productive experiences involve the way of making food, the ways in which natural resources are used, the sacred relationship with animals, obedience to the lunar cycle, cultural events, the festive calendar and the relation with the territory. Results show that sustainability is in the local actions through this system of knowledges that are projected in a balanced way of managing local resources, in the subsistence production, reproduction of their culture, and mainly in the maintenance of traditional knowledge.

Palavras-chave: Traditional knowledge. Socio-productive practices. Sustainable dynamics. Quilombos.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento no Brasil promovido nas últimas décadas sob perspectivas que buscam ultrapassar a visão reducionista que o atribui como sinônimo de crescimento econômico, descortinando atributos essenciais que, até então, não haviam sido incluídos nas teorias (SOUZA, 2009). Na contextura global, diversas mobilizações ocorrem, especialmente desde os anos de 1970 para discutir e promover a conscientização ambiental, aliada ao desenvolvimento em todas as modalidades de vida que resultam da natureza e das ações socioculturais (DIEGUES, 2000a).

Nessa discussão, a sustentabilidade tornou-se categoria central para as distintas perspectivas. Ao promover a integração homem, natureza e sociedade de modo racional e justo, privilegiando os interesses das atuais e futuras gerações, o modelo do desenvolvimento sustentável aponta caminhos e ações de enfrentamento aos problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos mundiais e locais (LEFF, 1998). Sachs (1997), todavia, expressa que pensar a sustentabilidade é compreender que seu alcance ultrapassa o ambiental, ao incorporar, também, as dimensões social, cultural, ecológica, territorial, econômica e política e, por esta razão, se exprime como um grande desafio a todas as nações.

O reconhecimento da matéria ambiental e da sustentabilidade como balizadoras de programas, ações de governos e de comportamentos da sociedade, teve como desdobramento a colocação do tema em distintas arenas de debates de governos e da sociedade civil (BERKES; FOLKE; GADGIL, 1995; ACSELRAD, 2004). Nestas circunstâncias, aufere visão pública a discussão de como as chamadas comunidades tradicionais se desenvolvem e de que maneira a sustentabilidade ocorre.

Enquadram-se nessa categoria os grupos sociais que possuem fortes vínculos com seus territórios sobre os quais estabelecem sua organização social, fortalecem sua identidade, asseguram seus saberes e exercem o seu sistema de poder (VIVEIROS DE CASTRO, 2011). Caracterizam-se, na maior parte dos casos, por um modo de vida sustentado em atividades produtivas tradicionais, por meio de práticas, quase sempre, direcionadas para a própria subsistência, com exploração não predatória dos recursos naturais, emprego de tecnologias de baixo influxo, pouca articulação com o mercado, participação intensiva de mão de obra familiar e intensiva relação com os conhecimentos tradicionais e a cosmologia (ARRUDA, 1999; DIEGUES, 2000b).

Na concepção de Toledo (1992), três elementos são constitutivos da natureza dessas comunidades: o *kosmos*, abrangendo todas as crenças e cosmologias, o *corpus*, representado pelos sistemas cognitivos, e a *práxis*, como um conjunto de práticas desenvolvidas localmente.

De acordo com Toledo (2001), são mais de 300 milhões de pessoas que pertencem a essas comunidades tradicionais, distribuídas em 75 países, ocupando, portanto, quase todos os principais biomas da Terra.

O Brasil abriga atualmente um número significativo desses grupos, totalizando 650.234 famílias (MPF, 2019). Os quilombolas se enquadram nessa categoria e estão em todos os Estados, especialmente nos da região Nordeste, que concentra 61% do total de comunidades quilombolas de todo o País (FCP, 2021). Sendo a cultura um robusto traço desses grupos, importa ressaltar que seu desenvolvimento se sedimenta por meio das suas experiências socioprodutivas, que abarcam todo o conjunto de atividades produtivas no campo, somado às vivências sociais, aos valores culturais e tradições/costumes localmente em curso.

Mesmo com a existência de tantas ideias que convergem para um modelo de desenvolvimento aliado à sustentabilidade e, ainda, havendo o reconhecimento e a legitimação de direitos por parte da Constituição Federal para os quilombolas, suas necessidades e singularidades deixam de ser consideradas como deveriam no âmbito das políticas públicas nacionais (LACERDA; SILVA, 2018). Expresso de modo diferente, mesmo ante os avanços obtidos e sendo parte dessa sociedade - sociedade brasileira - constantemente os quilombolas precisam reafirmar seus valores e sua cultura para alcançarem maior visibilidade e respeito (DUQUE; VIEIRA; SOUZA, 2019).

É basililar compreender que há um volume considerável de investigações dirigidas ao universo quilombola, no entanto, as que buscam conhecer e discutir o desenvolvimento e a sustentabilidade nessas comunidades ainda são escassas, reafirmando-se a relevância de investigações dessa natureza, passíveis de contribuir, sobremaneira, para esse debate científico.

Diversas pesquisas evidenciam que as práticas vivenciadas nessas comunidades registram ações afirmativas que se aproximam dos princípios de sustentabilidade e promovem o desenvolvimento local (SACHS, 1997). Isto posto, questiona-se: as bases sustentáveis encontram-se nas experiências socioprodutivas das comunidades Custaneira e Tronco? De que modo os elementos culturais das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco se integram às ações de sustentabilidade local?

Objetivou-se, portanto, reconhecer as experiências socioprodutivas de duas comunidades quilombolas do Nordeste brasileiro, por meio da análise das suas dinâmicas produtiva, cultural e institucional, que se constituem importantes espaços de reflexão e acúmulo de todo o conhecimento produzido por seus moradores, por meio dos quais existe a possibilidade de se conhecer o modo como eles estabelecem sua realidade e os caminhos adotados coletivamente que tornam susceptível de assegurar a sustentabilidade local.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi aprovada e consubstanciada no Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí sob nº 82989917.2.0000.5209 e cadastrada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SISGEN, por meio do processo A68AC38. A coleta de dados ocorreu de maio a agosto de 2019.

Este estudo foi desenvolvido nas comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, situadas na área rural do Município de Paquetá, distante 8 km da Sede municipal, 26 km de Picos e 309 km da capital, Teresina. Fazem parte do território Vale do Guaribas (CEPRO, 2017).

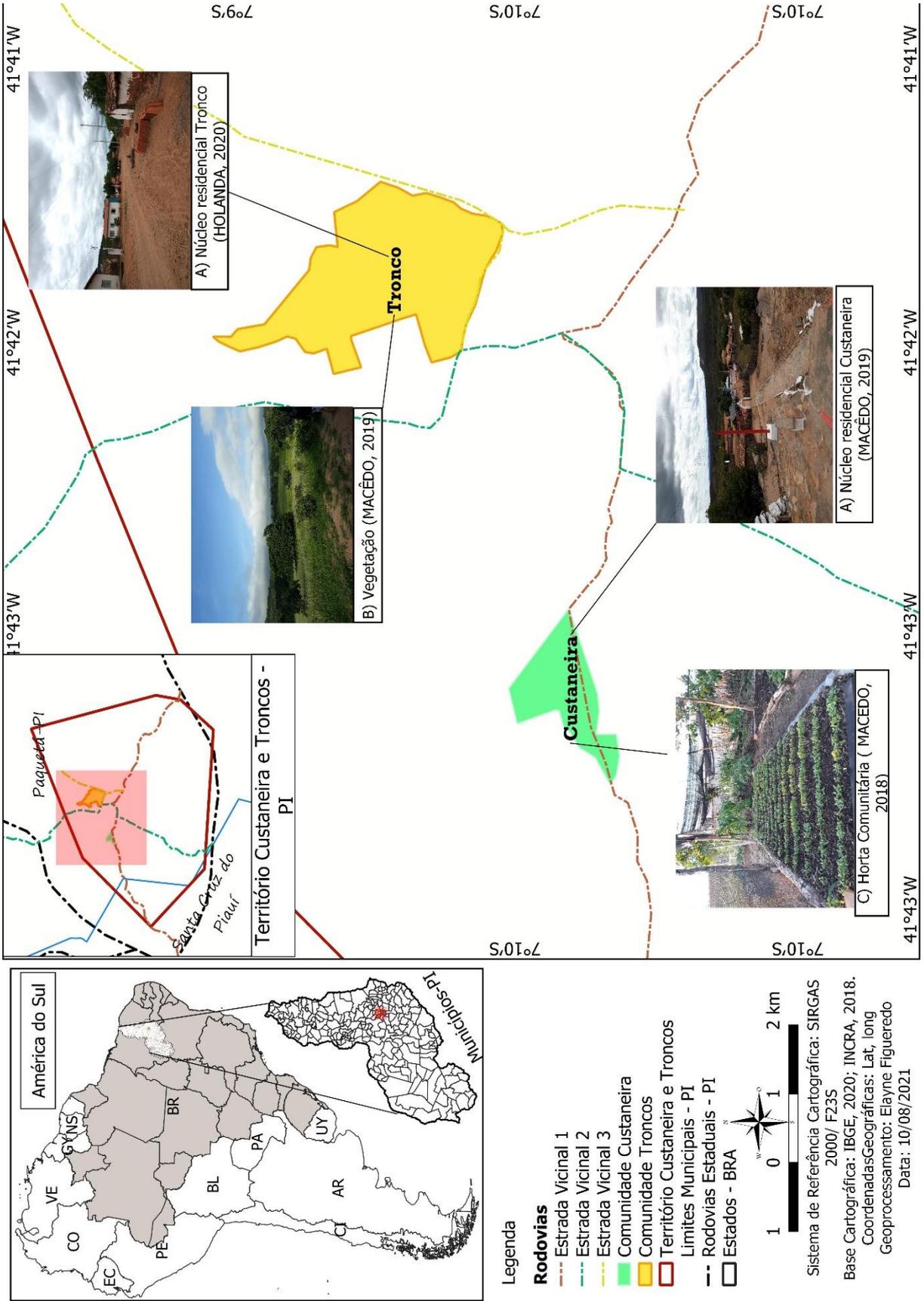
Por serem muito próximas geograficamente, comungam da mesma organização social, cultural, institucional e territorial e, por esta razão, estão certificadas no que se refere à autodefinição de identidade étnico-racial na Fundação Cultural Palmares – FCP/MinC, sob a mesma Portaria FCP/nº 189/2012, de 28.09.2012, publicada no Diário Oficial da União DOU/nº 190, Seção 1, p.10, de 01.10.2012, e retificação editada no DOU/nº 227, Seção 1, p.8, de 26 de novembro de 2012. Estão localizadas nas coordenadas geográficas 7° 09'49.0"S e 41° 42'52.0"W (SOUSA, 2015). Nas duas comunidades, vivem 167 moradores, distribuídos em 48 famílias, de acordo com o último censo realizado por Sousa (2015).

No concernente aos aspectos físicos das comunidades, o clima é tropical-semiárido-quente, com duração de sete a oito meses. Janeiro, fevereiro e março constituem o trimestre mais úmido marcando a estação chuvosa. De abril em diante ocorre a estação seca. A vegetação predominante é a caatinga arbórea e arbustiva e manchas de campo cerrado e cerradão (CEPRO, 2017).

O solo, a seu turno, é classificado como latossolos vermelho-amarelos distróficos, associados a solos litólicos distróficos, areias quartzosas distróficas e solos indiscriminados concrecionários tropicais. Os principais recursos hídricos são rios Itaim e Guaribas, que se somam aos riachos locais e banham a região (IBGE, 2019).

O *rapport* foi a técnica introdutória que possibilitou aos pesquisadores estabelecer uma relação de confiança com os moradores das comunidades (BERNARD, 1998). Os métodos da abordagem etnográfica, associado a elementos da história oral foram adotados como meios de apreender os aspectos subjetivos ocorrentes nas experiências e nos valores que constituem a memória coletiva e histórica das comunidades (MALINOWSKI, 1922; SPINDOLA; SANTOS, 2003; FLICK, 2009).

Figura -. Comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI: mapa de localização, 2021



Fonte: IBGE (2018), adaptado por Figueredo e Holanda em 2019

Ademais, recorreu-se à observação participante e à observação não participante, conforme o grau de envolvimento permitido em cada situação (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; PEREIRA, *et al.*, 2018).

As entrevistas semiabertas, por meio de formulários semiestruturados, foram procedidas com três membros de cada família acima de 18 anos, com predileção de ouvida para pai, a mãe ou membro outro inserido no critério de faixa etária definido, alcançando uma amostra não probabilística de 144 pessoas, que representa 86% do total de moradores. Ao se iniciar a pesquisa de campo, contudo, sobrou evidenciado o fato de que nem todas as famílias possuíam a constituição familiar programada. Por tal pretexto, nas unidades familiares com maior quantidade de pessoas, foram aplicados acima de três formulários, a fim de obter o número amostral estabelecido. Como expedientes de apoio, foram utilizados o diário de campo e o gravador de voz, para registrar conversas informais e outras informações pertinentes à investigação (FLICK, 2009; OLIVEIRA, 2007).

Os indicadores colhidos foram transcritos, tabulados no programa Excel em planilhas e analisados por meio do *software* SPSS versão 24. Calcularam-se as frequências absoluta e relativa para as variáveis qualitativas. As quantitativas foram resumidas por meio das estatísticas: média, desvio-padrão, mínimo e máximo. Os Testes do Qui-quadrado e Exato de Fisher também foram aplicados para verificar possíveis relações de dependência entre as variáveis. Adotou-se um nível de significância de 5% para todos os procedimentos inferenciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O retrato da comunidade Custaneira e Tronco revela que seus moradores são majoritariamente adultos (62%), seguindo-se os jovens (22%) e os idosos (16%). Há primazia do público feminino (62%) em relação ao masculino (38%). Quanto ao estado civil, 46% são casados e 36% solteiros e a quantidade de filhos preponderante é de zero a dois (60%). No aspecto educacional, um percentual considerável de moradores não é escolarizado (22%). Os demais se dividem assim: 20% possuem o Ensino Médio, 16% têm Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano), 20% concluíram Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano), 14% são alfabetizados, 4% têm Ensino Médio incompleto e 4% tem Ensino Superior completo. No âmbito profissional, a maioria dos moradores é de trabalhadores rurais (74%), com renda mensal abaixo de um salário-mínimo (60%). A produção no campo é a principal fonte de renda (70%). Relativamente ao tempo de moradia, predominam os que moram há mais de 30 anos (63%) nas comunidades (MACÊDO *et al.*, 2020).

Não obstante revelar uma realidade com deficiências e desafios a serem enfrentados, especialmente no tocante ao acesso à educação e à baixa renda, essas comunidades demonstram, à extensão temporal, sua capacidade de resiliência perante as adversidades. Com relação às experiências socioprodutivas que fomentam a sustentabilidade nas comunidades, foram observados as relações dinâmicas com o território, o modo de vida local e o saber tradicional, que retratam os seus contextos histórico, cultural e social. Essas experiências são, portanto, processos essenciais e singulares que expressam considerável riqueza acumulada de elementos, de acordo com Holiday (2007, p. 4).

A dimensão produtiva nas comunidades Custaneira e Tronco privilegia todas as práticas responsáveis pelo sustento dos moradores. São atividades desenvolvidas nos próprios quintais ou na horta comunitária local. O milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) são as principais culturas. Em estudos no mundo com comunidades quilombolas e indígenas, esses três produtos aparecem e mantêm seu protagonismo, denotando que há um elemento simbólico de força que impulsiona o sustento alimentar, estabelece elos e promove um encontro de identidade dessas comunidades (LEITE, 2007; KATZ, 2009; COSTA, 2011; SANTOS, 2012).

A caça de animais silvestres, também constitui atividade de subsistência local e é realizada exclusivamente por homens, conforme as tradições locais. Nas demais atividades socioprodutivas, as mulheres participam ativamente e assumem a responsabilidade total pelos afazeres domésticos. Existem, ainda, na comunidade o extrativismo de mel de abelhas para consumo próprio, a extração vegetal da carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E. Moore), de onde são utilizados a palha e o pó para emprego pelos dos moradores e também para comercialização, e a produção do carvão vegetal, de uso local e comercial retirado de árvores que morreram.

Alguns moradores, esporadicamente desempenham atividades em propriedades rurais externas atuando como vaqueiros, carregadores de palha e outros serviços agropastoris e domésticos. A pecuária familiar abrange a criação de galinhas (*Gallus gallus* (Linnæus, 1758), perus (*Meleagris gallopavo* Linnæus, 1758), capotes/galinhas-de-angola (*Numida meleagris* Linnaeus, 1764), porcos (*Sus scrofa* Linnaeus, 1758), ovelhas (*Ovis aries* Linnæus, 1758) em menor quantidade, cabras (*Capra hircusaegagrus* Erxleben, 1777), e gado bovino (*Bos taurus* Linnaeus, 1758) (ARAGÃO, 2014; MACÊDO *et al.*, 2020).

O alimento é um componente sagrado dentro do universo das comunidades tradicionais porque é fonte de integração social e da cultura. Possuindo simbolismo intenso, assegura a sobrevivência, fortalece os saberes ancestrais e tem na mandioca (*M. esculenta*) sua maior

representatividade, visto que “[...] articula biodiversidade, sistemas culturais e tradições étnicas, apresentando-se como modelo emblemático da pluralidade que caracteriza o Brasil”. (NOGUEIRA, 2005, p. 282).

Muito mais do que uma fonte alimentícia, simboliza, por meio das farinhadas, uma grande festa da cultura desses povos e retrata o milagre da colheita farta, pois, para se ter a dita fartura, pensa-se numa série de elementos da natureza que favoreceram isso. Da mandioca e aproveita tudo, e são muitos os produtos derivados de sua composição. Na Custaneira e no Tronco, a mandioca se transforma em goma para beiju, massa para bolo, farinha, sequilhos, puba (para bolos e biscoitos) e ainda é utilizada como alimento para o gado. Toda essa produção é destinada apenas para consumo próprio.

Não obstante muitos estudos apontarem que a produção de subsistência é insuficiente para garantir a segurança alimentar e nutricional, a exemplo de Monego *et al.* (2010) e Navas *et al.* (2015), é importante compreender que, para essas comunidades, muito mais do que sustentar o físico, o alimento tem a simbologia de nutrir a alma, solidificar conhecimentos ancestrais e se firmar como elemento patrimonial desde as vivências cotidianas às festas, celebrações e rituais sociais, culturais e religiosos. Consoante exprimem Araújo e Lima Filho (2012, p. 126), a alimentação quilombola “[...] toca os cinco sentidos, assim como a memória. O alimento é fruto da terra e da natureza prenhe, arada, germinada, regada com a força e com o suor do trabalho humano coletivo, com a sabedoria dos antepassados”.

Dentre as comidas que representam os sabores nas comunidades Custaneira e Tronco, destacam-se o manuê (bolo doce feito com rapadura), a rosca (bolo com sal à base de goma), paçoca com rapadura e gergelim, doce de gergelim, sequilhos, beiju, doces de mamão, de gergelim, de caju, molho de pimenta, galinha assada e ao molho, quibebo (prato com legumes, carne e abóbora), bode cozido ou assado e feijão ao molho. As bebidas são o aluá (produzido com milho torrado, farinha amarrada em um pano de prato branco, uma porção de tamarindo, rapadura, cravo, canela e gengibre) e a jurema (feita por meio de mistura de água com a casca da jurema, cravo, canela em casca, gengibre e adoçada com rapadura). Essas combinações ainda preservam o modo de preparo dos seus antepassados e, especificamente no caso da jurema, considerada uma planta de poder em função dos seus fenômenos místicos, deve ser enterrada por sete dias para, simbolicamente, ser transformada em uma bebida sagrada possibilitando acessar suas propriedades terapêuticas e espirituais de cura (GRÜNEWALD, 2018). Tanto o aluá como a jurema são servidos durante as festividades, eventos, ou ainda, nas rodas de tambor, quando se reúnem para dançar ao som de instrumentos de percussão. Todos os ingredientes são produzidos localmente, revestidos de singularidade

Os produtos culinários, embora só comercializados nas festividades, período em que a comunidade recebe visitantes de localidades e cidades vizinhas, não se constitui como uma fonte de renda, uma vez que não há regularidade nessa prática. A culinária local agrega múltiplos sabores característicos do interior piauiense e atravessa o tempo reproduzindo pratos que tiveram sua origem em seus antepassados e são reproduzidos no decurso das gerações. O plantio do arroz (*Oryza sativa L.*) e da cana de açúcar (*Saccharum officinarum L.*), tão comuns em muitas comunidades do Nordeste brasileiro, perdeu força nas comunidades Custaneira e Tronco, todavia, ainda há uma pequena produção de rapadura para consumo local.

Importa mencionar que toda essa produção que assegura a sobrevivência dos moradores nas comunidades é condicionada às chuvas, que são irregulares na região semiárida nordestina, onde estão inseridas as comunidades. A sazonalidade das chuvas interfere, portanto, na disposição dos recursos naturais locais e, conseqüentemente, na disponibilidade de alimentos para os moradores.

Por outro lado, é interessante observar que, contrastando com a maioria das comunidades quilombolas brasileiras, onde prevalece a insegurança alimentar, conforme demonstram as pesquisas de Silva *et al.* (2017), Soares *et al.* (2019) e Afonso, Corrêa e Silva (2020), a organização social das duas comunidades promove a garantia da segurança alimentar para todos os moradores o ano inteiro, mesmo quando não é possível produzir durante os doze meses. Tudo isso ocorre por meio de estratégias baseadas em relações de solidariedade, reciprocidade e autogestão.

Os estudos em quilombolas piauienses também apontam uma característica muito representativa da sua cultura e ancestralidade, que é a medicina tradicional. A Etnobotânica, ciência que investiga o uso das plantas por meio da interação com o homem e sua cultura, amplia, paulatinamente, sua área de atuação no Brasil, em particular, nas últimas décadas, de onde se conhece toda a diversidade cultural e biológica das plantas (ALBUQUERQUE; LUCENA; CUNHA, 2010, p.12). A região Nordeste tem primazia nas pesquisas dessa natureza (PORTAL CAPES, 2021). No Piauí, destacam-se os trabalhos de Abreu (2000), Franco e Barros (2006), Vieira *et al.* (2008), Torquato, Araújo e Barros (2009), Vieira e Barros (2010), Vieira (2014), Silva e Barros (2015), Fé e Gomes (2015) e Fé, Nascimento e Gomes (2019), que enaltecem a riqueza dos recursos florísticos e seus diversos usos por quilombolas piauienses.

A pluralidade de jeitos de manuseio e utilização da flora é peculiar a cada grupo social, e assegura sobremaneira sua sobrevivência (OLIVEIRA; BARROS; MOITA NETO, 2010). Para essas comunidades, as plantas representam muito mais do que um recurso natural,

porquanto são elementos sociais e possuem diversas utilidades, como fonte de alimento, de medicamento, condimentos, abrigo, além de beneficiar numerosas modalidades aos animais que ali vivem (GASCON *et al.*, 2015). Ademais, nas comunidades Custaneira e Tronco, outra importante função da flora local está atrelada à religiosidade por meio do uso de recursos vegetais e minerais em rituais de curas e benzimentos, banhos e defumação, conforme corrobora o estudo de Sousa (2015).

No que se refere à utilização das plantas locais, não há distinção entre as duas comunidades e isso decorre da proximidade geográfica, o que as torna territórios contíguos e faz com que seus moradores comunguem dos mesmos conhecimentos. Algumas das espécies mais comuns e mais utilizadas na confecção de remédios caseiros são o mussambê (*Tarenaya aculeata* (L.) Soares Neto & Roalson), cujas raízes e folhas são usadas para lambedor e para benzimento; o mofumbo (*Combretum duarteanum* Cambess.) que tem uso como xarope para tosse e para estancar sangue; o marmeleiro ou mameleiro (*Croton blanchetianus* Baill.) e o velame (*C. heliotropiifolius* Kunth) para tratamento de resfriados, gripe e pneumonia; a catingueira ou pau-de-rato (*Cenostigma pyramidale* (Tul.) E. Gagnon & G.P. Lewis), cujas folhas como chá são usadas para tratamento de úlcera; a crista-de-galo (*Heliotropium indicum* L.) utilizando a folha também como chá para tratar cólicas e dor de barriga, especialmente em bebês e crianças, mas também em adultos; a canafístula (*Senna spectabilis* (DC.) H.S.Irwin & Barneby), o bamburral (*Mesosphaerum suaveolens* (L.) Kuntze) e arruda-do-sertão (*Vitex agnus-castus* L.) para banho; e a xanana ou ranquitrete (*Turnera subulata* Sm.) indicada para inflamações ordens diversas.

Em levantamentos realizados em comunidades quilombolas nordestinas foram encontrados alguns resultados similares, a exemplo das pesquisas de Silva *et al.* (2012) em comunidades da Bahia, por Coutinho, Lucena e Bonifácio (2018) e Beltreschi, Lima e Cruz (2019), na Paraíba. No Piauí, encontrou-se semelhança quanto ao uso da crista-de-galo, mofumbo, muçambê, velame, xanana e marmeleiro nas pesquisas etnobotânicas em quilombos piauienses, realizadas por Franco e Barros (2006), Vieira *et al.* (2008) e Torquato, Araújo e Barros (2009). No estudo de Silva e Barros (2015), o marmeleiro foi ainda mencionado como importante recurso para construção de telhado, cerca e chiqueiro nessas comunidades.

Os conhecimentos tradicionais aliados à flora projetam ações tanto no sentido de fortalecer o modo cultural local, com vistas a promover um manejo racional dos recursos, preservando a biodiversidade local e assegurando sustentabilidade, uma vez que tem relação direta com o ecossistema local em função do desenvolvimento das atividades culturais e de subsistência dessas populações em seus territórios (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Para Teixeira *et al.* (2012), outro importante elemento da dinâmica produtiva das comunidades quilombolas é o artesanato. Nas comunidades Custaneira e Tronco, a produção artesanal imprime a história e é elemento de vida. Dentre os artefatos confeccionados, estão as vassouras e tapetes de palha de carnaúba, bijuterias (colares, pulseiras, guias, amarradores para cabelo), artefatos de decoração e amuletos (filtro de sonhos), peças em crochê (almofadas, roupas), além de objetos utilitários feitos com a palha da carnaúba. Além de colaborar com o fortalecimento da sua identidade local, as atividades artesanais constituem, *pro rata temporis*, uma das principais fontes de subsistência para comunidades quilombolas.

Diferentemente da maioria das comunidades quilombolas, cujo artesanato é importante fonte de renda, na Custaneira e no Tronco, essa produção é tímida, restrita a poucas mulheres e fortemente direcionada para consumo próprio. Observa-se que não há uma tradição de recrutar as mulheres a participarem do artesanato, assim como não se registra uma passagem de protocolo que ensine a prática. Todo processo ocorre informalmente e sem planejamento, condicionado ao interesse e à vocação de cada mulher, de *per se*. Importa ressaltar, ainda, que, nas comunidades, a utilização dos recursos locais como matéria-prima para alguns desses objetos, a exemplo da carnaúba, é acompanhada de um manejo racional e prudente.

A este respeito, Alcalde, Le Bourlegat e Castilho (2007) reforçam a ideia de que a prática artesanal está diretamente relacionada aos recursos naturais, modo de vida e comércio, porquanto a aprendizagem é adquirida pela vivência e imitação da prática e do manejo de materiais e ferramentas.

O fomento de práticas tão representativas do modo de ser local deve ser incentivado por parte do poder público, por meio da oferta de oficinas de capacitação, assim como de linhas de financiamento que despertem o empreendedorismo local, aliado à sustentabilidade, ampliando, assim, o espaço ocupado até então pelo artesanato e propiciando a melhoria da condição financeira.

O sistema cultural das comunidades Custaneira e Tronco revela uma rica pluralidade de expressões, que vão desde suas danças, religiosidade, simbolismos, superstições, lendas, mitos, eventos, festas religiosas, até suas crenças e conhecimentos tradicionais. A roda-de-são gonçalo, a dança lezeira, o reisado, o samba de cumbuca, as festas comemorativas da cultura quilombola e os festejos religiosos são as principais manifestações vivenciadas nas comunidades.

A religiosidade está intensivamente representada por meio do sincretismo, manifesto na confluência do catolicismo, da umbanda, das religiões evangélicas e, recentemente, do candomblé. Esta é uma característica da maioria das comunidades quilombolas brasileiras,

conforme demonstram os estudos de Ferretti (1998), Santos (2009) e Custódio (2019). Douglas (2010) corrobora, ao defender o argumento de que as distintas modalidades de expressar a religiosidade não devem ser fragmentadas e rotuladas como certas ou erradas, sagradas ou profanas, mágicas ou espirituais, visto que todos estes aspectos as constituem e formam interconexões. Mais importante do que classificar é perceber os significados que a fé e os rituais provocam no comportamento e nas experiências sociais dessas comunidades.

A religião é o motivo central das festas e comemorações que acontecem nas duas comunidades. O calendário festivo começa no mês de janeiro, com o reisado, em alusão ao Dia de Reis (6.1). Em fevereiro, a celebração é para Iemanjá. No mês de março, comemora-se o dia de São José, considerado o protetor das chuvas. Em seguida, a Semana Santa, que, normalmente, ocorre no final de março e começo de abril, e é considerado um evento muito tradicional nas comunidades. Em maio, comemora-se o dia 13, que marcou o fim da escravidão no Brasil, e também os pretos velhos. O mês de junho é dedicado aos festejos do Sagrado Coração de Jesus, considerado pelos moradores o principal festejo religioso. Nesse mesmo mês, celebram-se os dias de São João e São Pedro. Em julho e agosto, acontecem as farinhadas. Setembro é o mês em que se celebra o dia de Cosme e Damião. Em outubro, são realizados eventos com as crianças, assim como a celebração para Nossa Senhora Aparecida. Em novembro, dia 20, comemora-se o Dia da Consciência Negra. No mês de dezembro, celebram Nossa Senhora da Conceição e também o Natal.

As festas constituem ricos espaços sociais, que contribuem significativamente, com o movimento de reconhecimento das origens e de autoidentificação como quilombola (SANTOS, 2009; MOURA, 2012; SANTOS 2013). Embora a maioria das celebrações que ocorram na Custaneira e no Tronco siga o calendário religioso católico, existem as manifestações da umbanda e do candomblé, com destaque para as celebrações a Iemanjá e aos pretos velhos. Toda essa movimentação festiva fortalece a fé, promove a sociabilidade e legitima o caráter coletivo.

Nas comunidades quilombolas Custaneira e Tronco verifica-se a resistência dos conhecimentos tradicionais, traduzidas por meio das suas práticas culturais, religiosidade e maneira de interagir com o meio ambiente. A recorrência às benzedeadas e benzedeiros para cura de males físicos e espirituais é um exemplo, cuja manifestação resulta de influências da religiosidade africana, católica e indígena. Esse hábito, componente do cotidiano de muitos quilombolas, alia a simbologia dos saberes da medicina tradicional com o sobrenatural (MACHADO, 2016; MENDES; CAVAS, 2017).

Outro testemunho ocorre por meio da submissão às fases da lua, pois, para a maioria (64%) dos moradores das comunidades, todo o plantio e colheita da produção, a confecção de remédios caseiros, sabão, além do corte de cabelo, só são permitidos sob a fase da lua adequada, conforme aprenderam com seus antepassados. Woortmann (2009) argumenta que a lua possibilita fazer uma leitura da natureza e sentir o modo como a Terra deve ser governada dentro dos intervalos temporais para plantar e colher. Trinta e seis por cento desses quilombolas, no entanto, já não seguem ou não consideram importante condicionar suas práticas produtivas aos ciclos lunares, fato a soar como alerta no que se refere aos riscos da perda desses conhecimentos. Essa é, aliás, uma iminente e constante preocupação que ameaça a manutenção dos conhecimentos quilombolas em todo o Brasil, de acordo com Figueiredo (2013), Maciel e Rozal (2017) e Américo e Dias (2019).

Outro exemplo está na sacralidade da relação com os animais. Nas religiões de matriz africana das comunidades Custaneira e Tronco, os rituais de oferendas e, em alguns casos, o sacrifício, constituem exercício comum. Na perspectiva de Oro, Carvalho e Scuro (2017), para os que seguem essas religiões, o sacrifício de animais transporta significados simbólicos a ele atribuídos. Para Descola (1998), a grande diferença está na maneira como se estabelece essa relação e na possibilidade do encontro com o outro por meio de uma relação “para-si consigo mesmo” (SARTRE, 2011, p. 257). Nas comunidades tradicionais, não há separação, visto que homens, plantas e animais fazem parte da unicidade.

Ao estabelecer vínculo entre o passado e o presente, esses elementos culturais contribuem para assegurar e salvaguardar os seus conhecimentos tradicionais e a força da sua cultura. Esses componentes do passado, porém, só ganham sentido quando são capazes de retratar realidades manifestas, ou seja, quando sua conservação se mantém integrada aos sistemas locais (FREITAS *et al.*, 2018).

Impende destacar-se a noção de que, mesmo alicerçados na tradicionalidade e na ancestralidade, esses conhecimentos não são estáticos. Carneiro da Cunha (2017) assegura ser um grande equívoco a interpretação, por parte do senso comum, de que o conhecimento tradicional não há de passar por alterações. Dantas (2005, p. 225) corrobora, ao afirmar que as diretrizes propagadoras desses conhecimentos estão assentes “[...] sobre tradições e sobre eventos que marcam a história do grupo, cujo modo de vida também se modifica, provocando mudanças na forma de transmissão de saberes”. Portanto, o conhecimento tradicional conduz um dinamismo que permite incorporar novos elementos, sem perder sua essência, e toda essa dinâmica promove acumulação, dinamização e aperfeiçoamento desses conhecimentos dentro e para a comunidade (BERKES, 1998; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

Esse conjunto de saberes funciona como base de informações que fundamentam as decisões e ações locais. Os moradores de ambas as comunidades estão organizados por meio de uma associação que conta com a participação de 84% dos que ali residem (MACÊDO *et al.*, 2020). A liderança local, representada pelo senhor Arnaldo de Lima, mais conhecido como Naldinho, tem uma atuação comprometida a incitar a participação de todos, reforçando a importância da força grupal para que o movimento quilombola não perca seu propósito, suas raízes e também para consolidar os vínculos de solidariedade, sempre atuantes.

A Associação realiza mensalmente reuniões com seus membros para discutir assuntos deles próprios, especialmente relacionados à promoção da dignidade humana e qualidade de vida quilombola. Entende Soares (1995) que, além de sedimentar os vínculos e interesses comuns, a Entidade é um espaço por meio do qual os quilombolas se mobilizam para exercer sua cidadania, promover movimentos sociais e buscar a efetivação de seus direitos.

Nesse âmbito, um dos elementos fundamentais legitimadores da cidadania quilombola é a posse da terra, uma vez que, para eles, o território reproduz seus processos históricos, sociais, afetivos e políticos, resguardando suas memórias coletivas (LITTLE, 2002). Na compreensão de Lacerda e Silva (2018), além da importância histórica e institucional, a terra tem uma vigorosa simbologia; e pensar o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas comunidades quilombolas transita pelo reconhecimento dessa representatividade. A Constituição Federal promoveu o reconhecimento e concedeu garantias a esses grupos, por meio da titulação e posse das terras quilombolas, todavia este ainda continua sendo o maior desafio enfrentado por muitas comunidades.

No caso das comunidades Custaneira e Tronco, um fato curioso os diferencia da maioria dos quilombolas brasileiros, visto que seus moradores compraram as terras com os próprios recursos financeiros e hoje são proprietários legais, não dependendo do consentimento do governo. Essa experiência teve início em 1909, quando foi oficialmente registrada a primeira posse de terra por um morador da comunidade, Sr. Norberto Ferreira (SOUSA, 2015). Desde esse tempo, a escrituração oficial passou a ser uma prática comum nas comunidades, reafirmando positivamente o protagonismo dos seus moradores e suas conexões com o território.

Outra importante ação que marca a gestão das duas comunidades conforma as iniciativas envolvendo jovens e crianças. De acordo com os estudos de Silva (2015) e Santos *et al.* (2020), em razão da contemporaneidade, das tecnologias, da proximidade com o ambiente urbano, esse público é solidamente seduzido por novos hábitos, danças e culturas, o que, facilmente, torná-lo distante de suas raízes e identidades.

Neste sentido, as comunidades desenvolvem atividades educativas que solidificam sua identidade quilombola e fortificam uma consciência cultural com esses jovens e crianças, integrando-os às suas manifestações culturais. Essas ações ampliam as possibilidades e os estimulam a permanecer na comunidade, ter orgulho da história dos seus ancestrais e cuidar daquilo que amam e que é deles. Castells (2000) e Bauman (2005) também aduzem a ideia de que essas práticas fortalecem vínculos e valores, possibilitando que cada um compreenda seu papel nesse processo. Para Duque, Vieira e Souza (2019, p. 31), “[...] esse sentido de afirmação identitária constrói os saberes e cria o interesse dos moradores em aprofundar os conhecimentos sobre os modos de vivência de seus antepassados”.

As comunidades quilombolas mostram, recorrentemente, sua força e uma profunda capacidade adaptativa perante as transformações sociais e ambientais. O animoso sentimento de pertencimento, de territorialidade, de respeito à natureza, bem assim o espírito cooperativo e a riqueza dos saberes tradicionais propiciam o empoderamento e a organização espacial destes grupos (MOURA FÉ; GOMES, 2015).

A pesquisa constatou que as transformações sociais vivenciadas localmente manifestam-se lentamente e estão diretamente relacionadas com as mudanças da relação do homem e seus recursos naturais e culturais. Não obstante haver recursos tecnológicos nas comunidades - como o aparelho celular, num exemplo - observa-se, ainda, a permanência das suas atividades produtivas, que, ao largo da sua história, sempre se concentram na caça de animais, atividades de cultivos, criação de pequenos animais e confecção e venda de produtos da medicina tradicional.

O arcabouço cultural dos saberes das comunidades Custaneira e Tronco é fundamental para fortalecer suas identidades e territorialidades (SOUSA, 2015). É por meio desse repertório de conhecimentos tradicionais que os quilombolas direcionam a sua sobrevivência, associada, sobretudo, ao emprego dos recursos naturais e culturais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). São, portanto, modos de vida reveladores de “[...] estratégias econômicas, sociais e culturais referenciadas por meio de costumes, símbolos, práticas e saberes, vinculadas às narrativas da memória ancestral.” (SILVA; MONTEIRO; BARBOSA, 2016, p. 87).

O grande diferencial do projeto de vida quilombola é que ele parte da compreensão de que a cultura, a natureza e o homem não se dissociam (AMÉRICO; DIAS, 2019). Essa matriz de pensamentos e valores faz com que eles tenham um modo específico e coerente de utilizar os recursos locais, de tocar o solo, de obedecer aos ciclos da natureza, por meio de uma relação sagrada que tem no respeito sua principal base.

Nesse sentido, ao promover o uso social do território, associado aos valores culturais e saberes tradicionais, ao garantir alimentos, mesmo em períodos de estiagem, ao transmitir para outras gerações esse conhecimento capaz de criar as condições de plantar e de sobreviver, as comunidades Custaneira e Tronco asseguram um aproveitamento sustentável dos seus recursos. Por conseguinte, ambas configuram um modelo de organização produtiva que promove, simultaneamente, a sustentabilidade física da vida humana, os valores culturais, a manutenção dos conhecimentos tradicionais e a conservação do patrimônio natural, realidade corroborada nos estudos de Munoz (2003), Woortmann (2009) e Fidelis (2011).

Ao expressar uma relação de pertencimento, o território desperta identidades coletivas que se fortalecem nas experiências socioprodutivas e suas interações com o ambiente, cujas práticas espelham o éthos dos moradores, seus valores morais, de tradições e identidades. Ademais, demonstra que as comunidades tradicionais agem conscientemente sobre os seus papéis, demonstrando preocupação com o manejo dos recursos naturais.

É válido, pois, se pensar, *ex positis*, o território quilombola como projeto de desenvolvimento e sustentabilidade. Tal significa expressar que as ações locais estão habilitadas a promover mudanças na qualidade de vida dos seus membros e fomentar sustentabilidade e o chamado desenvolvimento local, que mobiliza forças e capital social, objetivando ampliar as oportunidades e possibilidades, valorizando suas evidentes potencialidades. No raciocínio de Lacerda e Silva (2018), no entanto, a valorização desses saberes e práticas, assim como a efetivação dos direitos quilombolas, são fundamentais para esse desiderato.

É por intermédio dos seus conhecimentos que as comunidades quilombolas desenvolvem práticas que as conduzem ao desenvolvimento sustentável. Os contextos formadores desse processo se revelam no manejo da terra, de onde recolhem seus alimentos, na possante relação com seu território, onde fincam as moradias, reproduzem o modo de ver e agir, fortalecem a identidade e mantêm vivas suas culturas, e, ainda, se dedicam ao aproveitamento da flora local para diversos fins, reforçando a importância, ali, de estudos etnobotânicos.

Os conhecimentos tradicionais conduzem um valor singular que assumem tanto um sentido utilitário, ao revelar modos de resistência característicos de um modelo de produtivo sustentável (ARAÚJO, 2012), quanto um sentido simbólico pluralista, contribuindo para o fortalecimento das dinâmicas sociais. Outras possibilidades sustentáveis, como o etnoturismo, também, são passíveis de se aliar ao reforço do desenvolvimento local dessas comunidades.

Por fim, a sustentabilidade está nessas comunidades em diversos contextos. Na perspectiva social, elas buscam um desenvolvimento que preza, acima de tudo, pelos interesses

coletivos; culturalmente, por meio da solidez e manutenção dos conhecimentos tradicionais; do ponto de vista ambiental, quando agem com respeito aos recursos locais; territorialmente, se manifestam quando asseguram a posse, o uso inclusivo da terra e o fortalecimento da identidade quilombola no território; economicamente, por meio da segurança alimentar garantida; institucionalmente por meio da organização das suas experiências socioprodutivas e, na dimensão política, se expressam nas relações democráticas e justas que promovem a coesão social local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão contemporânea que busca encontrar soluções para o alcance do desenvolvimento, aliado a princípios sustentáveis, cada vez mais se amplia, e seu debate, hoje, ocorre no âmbito das comunidades tradicionais. Encontrar os caminhos que conduzam a esse modelo é o grande desafio enfrentado por esses grupos sociais. Nas comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, as dinâmicas locais evidenciam práticas que concorrem para a sustentabilidade, ao reproduzir modos de manejo e gestão dos recursos naturais que preservam e ao assegurar uma produção que consegue se manter para o autoconsumo por meio de relações de reciprocidade, organização participativa, cooperativa e inclusiva que age em benefício do coletivo.

É preciso, portanto, registrar as experiências desses grupos, mediante suas estratégias de resistência desenvolvidas em suas dinâmicas produtivas, culturais e institucionais que condicionam seus modos de vida, reconhecendo haver um saber estabelecido que sustenta a manutenção desse modo único de perceber e interagir com o meio. A centralidade de todo o processo está no sistema cultural local, direcionando as práticas sociais e protagonizando ações afirmativas legitimadoras da força dos seus conhecimentos tradicionais e fornecendo elementos promotores da sustentabilidade e do desenvolvimento local das comunidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. R. **Diversidade de recursos vegetais do cerrado utilizadas pelos quilombolas Mimbó, Amarante**. 2000. 69p. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. H.; PADUA, J, S. E. (orgs.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Ford, 2004. 303p.

AFONSO, L. F. C.; CORRÊA, N. A. F.; SILVA, H. P. Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: um balanço da literatura indexada. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. 1-13, 2020.

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P., CUNHA, L.V.F.C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife, PE: NUPPEA, 2010. 559p.

ALCALDE, E. A; LE BOURLEGAT, C. A.; DE CASTILHO, M. A. O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. **Interações**, v.. 8, n. 2, p. 223-234, 2007.

AMÉRICO; M. C.; DIAS, L. M. F. Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva. **Cadernos Cenpec**, v.9, n.1, p.153-174, 2019.

ARAGÃO, J. A. **Acesso de saúde na atenção básica prestada aos quilombolas, Piauí**. 2014, 102p. Tese (Doutorado em Gerontologia Biomédica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Geriatria e Gerontologia, Porto Alegre.

ARAÚJO, M. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Revista Colombiana de Geografía**, v. 21, n. 1, p. 99-114, 2012.

ARAÚJO, M. S. G.; LIMA FILHO, D. L. Cultura, trabalho e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Paraná. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 3, p. 113-131, 2012.

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Ambiente e Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 79-93, 1999.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 112p.

BELTRESCHI, L.; LIMA, R. B.; CRUZ, D. D. Traditional botanical knowledge of medicinal plants in a “quilombola” community in the Atlantic Forest of northeastern Brazil. **Environmental Development Sustainable**, v. 21, n. 11, p. 85–1203, 2019.

BERNARD, H.R. **Research methods in cultural anthropology**. 2ª ed. USA: Sage Publication, 1988. 520p.

BERKES, F. **Sacred Ecology**: tradicional ecological knowledge and resource management. USA: Taylor & Francis, 1998. 394p.

BERKES, F.; FOLKE, C.; GADGIL, M. Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability. In: PERRINGS, C.A.; MAHLER K.; FOLKE, C.; HOLLING, C.; JANSSON, B. (orgs.) **Biodiversity conservation**: problems and policies. Dordrecht (The Netherlands): Kluwer Academic, p. 281–299, 1995.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 432p.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. 602p.

CHAGAS, M. F. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 209-235, 2001.

HOLLIDAY, O. J. **Sistematização de experiências**: aprender a dialogar com os processos. Lisboa: CIDAC, 2007.74p.

COUTINHO, A. L.; LUCENA, R. F. P.; BONIFÁCIO, K. M.. Conhecimento e utilização de plantas mágico-religiosas por rezadeiras do semiárido da Paraíba, Nordeste do Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.9, n.8, p.235-248, 2018.

COSTA, M. S. Mandioca é comida de quilombola? Representações e práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. **Amazônica**, v. 3, n. 2, p. 408-428, 2011.

CUSTÓDIO, E.S. Expressões religiosas de matriz africana em quilombo protestante no Amapá-AP. **Revista de Estudos de Religião**, v. 10, n. 1, p. 71-90, 2019.

DANTAS, B. Tu me ensina a fazer renda: gerações e processos de aprendizagem de ofícios tradicionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, n.1, p. 234-243, 2005.

DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 23-45, 1998.

DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: _____. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, p. 1-46, 2000a.

DIEGUES, A. C.S; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000b. 211p.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 232p.

DUQUE, A.N. F.; VIEIRA, M.A.B.; SOUZA, R. N. R. História e memória em quilombos do semiárido piauiense: patrimônio e identidade cultural. In: SANTOS, C. (org.) **O semiárido brasileiro e suas especificidades**. Ponta Grossa-PR: Atena Editora, p. 29-40, 2019.

FÉ, E.; GOMES, J. Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da comunidade Olho D'água dos Negros no município de Esperantina-PI. **Sociedade e Natureza**, v. 27, n. 2, p. 297-308, 2015.

FE, E. G. M.; NASCIMENTO, J. E.; GOMES, J. M. A. Organização socioprodutiva e a questão da terra na comunidade quilombola Currealinho, Esperantina (PI). **Revista Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 8, p. 12846-12868, 2019.

FIGUEIREDO, N. O. S. Mídia, cultura e identidade: fragmentos de um olhar. **Revista Memento**, v. 4, n.2, p. 1-15, 2013.

FERRETTI, S. E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 8, p. 182-198, 1998.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009.164p.

FREITAS, A. C.; CARDOSO, I. S.; JOÃO, M. C. A.; KRIEGLER, N.; PINHEIRO, M. A. A. Lendas, misticismo e credences populares sobre manguezais. In: PINHEIRO, M. A. A.; TALAMONI, A. C. B. (orgs.). **Educação Ambiental sobre Manguezais**. São Vicente: UNESP, p. 144-165, 2018.

FRANCO, E. A. P.; BARROS, R. F. M. Uso e diversidade de plantas medicinais no quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. **Revista Brasileira de Plantas Medicinas**. v. 8, n.3, p.78-88, 2006.

FIDELIS, L. Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do Quilombo João Surá sob a ótica da Sustentabilidade. **Cadernos Ceru**, v. 22, n. 1, p. 57-72, 2011.

FCP - Fundação Cultural Palmares. **Comunidades certificadas**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>. Acesso em 21 jan, 2021.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Compatibilização entre territórios de desenvolvimento e instâncias de gestão regionais**. Teresina: Fundação CEPRO, 2017. 44p.

GASCON, C.; BROOKS, T. M.; CONTRERAS-MACBEATH, T.; HEARD, N.; KONSTANT, W.; LAMOREUX, J. The importance and benefits of species. **Current Biology**, v. 25, p. 10, p. 431–438, 2015.

GRÜNEWALD, R. de A. Nas Trilhas da Jurema. **Revista Religião e Sociedade**, v. 38, n. 1, p. 110-135, 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2010. Disponível em: [http:// https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/paqueta/panorama](http://https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/paqueta/panorama). Acesso em 02 de Nov.de 2019.

KATZ, E. Alimentação indígena na América Latina: comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? **Espaço Ameríndio**, v. 3, n. 1, p. 25-41, 2009.

LACERDA, R. S.; SILVA, G. M. Desafios para a construção do conceito afrocentrado de desenvolvimento em comunidades quilombolas no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, p. 294-315, 2018.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 1998. 496p.

LEITE, M. S. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O.; GUGELMIN, S. A. (orgs.) **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 180-210, 2007.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2004.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisas em educação: uma abordagem qualitativa**. 2. ed. São Paulo: E.P.U, 2013. 128p.

MACÊDO, E. M.; BATISTA, M. L. P; FIGUEIREDO, L. S; BARROS, R. F. M. Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. 1-28, 2020.

MACHADO, C. F. Agenciamentos da benzedura: o sistema de cura no quilombo da Casca/RS. **Aceno**, v. 3, n. 6, p. 87-102, 2016.

MACIEL, R. A.; ROZAL, E. F. Saberes tradicionais de jovens e adultos e a presença de conceitos geométricos em Tracuateua/PA. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 643-653, 2017.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1922. 672p.

MENDES, D. S.; CAVAS, C. S. T. Benzedeadas e benzedeados quilombolas: construindo identidades culturais. **Interações**, v. 19, n. 1, p. 3-14, 2018.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL. **Plataforma digital com informações sobre territórios e comunidades tradicionais**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-lanca-plataforma-digital-com-informacoes-sobre-territorios-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MOURA, G. **Festas dos quilombos**. Brasília: Editora UnB, 2012. 184p.

MUÑOZ, M. G. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: LEFF, E. (org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 282-322, 2003.

NOGUEIRA, P. M. D. Sabores e saberes da Casa de Maní: a mandioca nos sistemas culinários. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v.32, n. 1, p.280-301, 2005.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007. 232p.

OLIVEIRA, F.C.S.; BARROS, R. F. M.; MOITA NETO, J. M. Plantas medicinais utilizadas em comunidades rurais de Oeiras, semiárido piauiense. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 12, n. 3, p.282-301, 2010.

ORO, A. P.; CARVALHO; E. T.; SCURO, J. O sacrifício de animais nas religiões afro-brasileiras: uma polêmica recorrente no Rio Grande do Sul. **Religião e Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 229-253, 2017.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Santa Maria : UFSM,/NTE, 2018. 119p.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES. **Buscar Assunto**. Recuperado de <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Aceso em 18 jan, 2021.

- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, Brasiliense, 1997. 96p.
- SANTOS, J. B. Etnicidade e religiosidade da comunidade quilombola de Olaria, em Irará (BA). **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 2, n. 5, p. 171-201, 2009.
- SANTOS, A. O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. **Intratextos**, v. 3, n. 1, p. 54-71, 2012.
- SANTOS, M. W. Festas quilombolas: entre a tradição e o sagrado, matizes da ancestralidade africana. **Revista HISTEDBR**, v. 13, n. 50, p. 286-300, 2013.
- SANTOS, S. R.; LEITE, A. R. L.; ROCHA, A. H. C.; BARBOSA, G. S. Possibilidades e realidades em comunidades quilombolas do Maranhão: o turismo como resgate da memória e identidade. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 8, n. 2, p. 316-336, 2020.
- SARTRE, J. P. **O Ser e o Nada**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 775p.
- SILVA, M. P.; BARROS, R. F. M. Conhecimento tradicional e uso de espécies da caatinga em construções rurais na Comunidade Sítio Velho em Assunção do Piauí, Brasil. **Educação Ambiental em Ação**, v. 51, n. 13, p. 1-10, 2015.
- SILVA, A. J.; MONTEIRO, M. S. L.; BARBOSA, E. L. Contrapontos entre o tradicional e o moderno no rural. **Boletim de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 81-97, 2016.
- SILVA, N. C. B.; REGIS, A. C. D.; ESQUIBEL, M. A. SANTOS, J. E.; ALMEIDA, M. Z. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola da Barra II - Bahia, Brasil. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, v. 11, n. 5, p.435-453, 2012.
- SILVA, E. A. A identidade negra e quilombola de crianças e jovens de comunidades de Teófilo Otoni-MG. **Pensando África e suas diásporas**, v.1, n. 1, p. 73-88, 2015.
- SILVA, E. K. P.; MEDEIROS, D. S.; MARTINS, P. C. SOUSA, L. A LIMA, G. P.; RÊGO, M. A. S.; SILVA, T. O.; FREIRE, A. S.; SILVA, F. M. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 4, p. 1-14, 2017.
- SOARES, L. F. OLIVEIRA, E. H.; NUNES, Z. M.; NASCIMENTO, M. H.; VERDE, R. M. C. L.; LIMA, E. M. Aspectos socioeconômicos e de condições de saúde em populações quilombolas no estado do Piauí, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, p. 1-16, 2020
- SOUSA, A. J. **Etnicidade e territorialidade na comunidade quilombola Custaneira/Tronco, Município de Paquetá – PI, Brasil**. 2015, 454p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2009. 336p.
- SPINDOLA, T.; SANTOS, S. R. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?) **Revista Escola Enfermagem**, v. 37, n. 2, p. 119-26, 2003.

TEIXEIRA, M. G.; BRAGA, J. S.; CÉSAR, S. F.; KIPERSTOK, A. Artesanato e desenvolvimento local: o caso da comunidade quilombola de Giral Grande, Bahia. **Interações**, v. 12, n. 2, p. 149-159, 2011.

TOLEDO, V.C.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, n. 1, p. 31-45, 2009.

TOLEDO, V.M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecologica** v.1, n.1, p. 5-21, 1992.

_____. Indigenous people and Biodiversity. **Encyclopedia of Biodiversity**, v. 3, n. 1, p. 451-463, 2001.

TORQUATO, T. G. M.; ARAUJO, J. L. L.; BARROS, R. F. M. Espécies Vegetais Melitófilas da Área Olho d'Água dos Pretos, Esperantina, Piauí, Brasil. In: CASTRO, A. A. J. F.; GOMES, J. M. A.; BARROS, R. F. Melo de (orgs.). **Biodiversidade e Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste**. Teresina: EDUFPI, p. 79-98, 2009.

VIEIRA, F.J.; SANTOS, L. G. P.; ARAÚJO, J. L. L.; BARROS, R. F.M de. Quilombola of Macacos Community, São Miguel do Tapuio city, Piauí state: history, use and conservation of plant resources. **Functional Ecosystems and Communities**, v. 2 ,n. 1, p.81-7, 2008.

VIEIRA, F. J. **Uso de fitocombustível no semiárido brasileiro: preferências locais e atributos físicos da madeira**. 2014, 116p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Teresina.

VIEIRA, F. J.; BARROS, R. F. M. Comunidades quilombolas e o uso de recursos vegetais. **Sapiência**, v. 25, n. 1, p. 19-19, 2010.

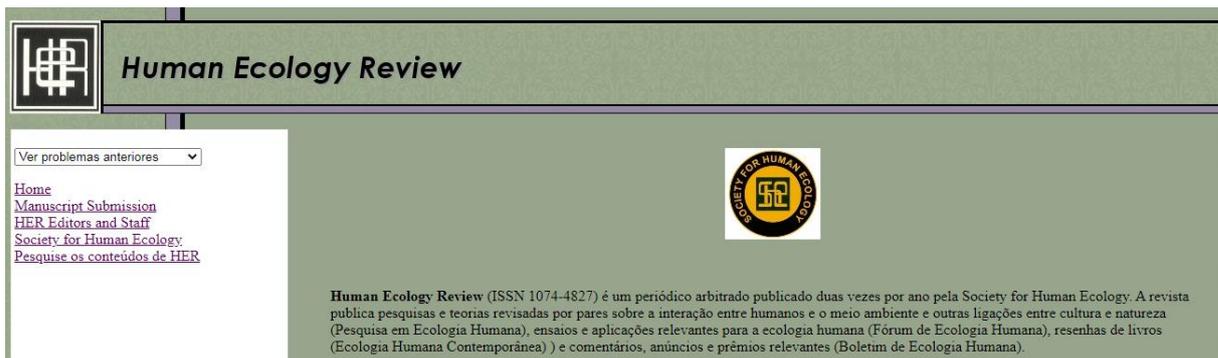
VIEGAS, M. I. A. Os sabores do sagrado nos saberes da Comunidade Quilombola dos Arturos. **Geografias**, Edição Especial 2018 - Sabores Geográficos, p. 23-34, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A antropologia como política do entendimento. In: LÉPINE, C.; HOFBAUER, A.; SCHARWZ, L. M.; CUNHA, M. C (orgs.). **O lugar da cultura e o papel da antropologia**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 65-74, 2011.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.de; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 119-129, 2009.

3.4 Artigo 4: Entre lendas, mitos e crendices: aspectos cosmológicos de comunidades quilombolas do semiárido nordestino

Artigo a ser submetido
Periódico: Human Ecology Review
ISSN 0300-7839
Qualis A3



The image shows a screenshot of the Human Ecology Review website. At the top left is a logo consisting of a grid of squares with a stylized 'H' and 'E' inside. To its right, the text "Human Ecology Review" is displayed in a serif font. Below the logo is a dropdown menu with the text "Ver problemas anteriores" and a downward arrow. To the right of the menu is a circular logo for the Society for Human Ecology, featuring a stylized 'SHE' in the center. Below the navigation menu are several links: "Home", "Manuscript Submission", "HER Editors and Staff", "Society for Human Ecology", and "Pesquise os conteúdos de HER". To the right of these links is a paragraph of text in Portuguese describing the journal's scope and publication details.

Human Ecology Review

Ver problemas anteriores ▾

[Home](#)
[Manuscript Submission](#)
[HER Editors and Staff](#)
[Society for Human Ecology](#)
[Pesquise os conteúdos de HER](#)



Human Ecology Review (ISSN 1074-4827) é um periódico arbitrado publicado duas vezes por ano pela Society for Human Ecology. A revista publica pesquisas e teorias revisadas por pares sobre a interação entre humanos e o meio ambiente e outras ligações entre cultura e natureza (Pesquisa em Ecologia Humana), ensaios e aplicações relevantes para a ecologia humana (Fórum de Ecologia Humana), resenhas de livros (Ecologia Humana Contemporânea) e comentários, anúncios e prêmios relevantes (Boletim de Ecologia Humana).

ENTRE LENDAS, MITOS E CRENDICES: ASPECTOS COSMOLÓGICOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

RESUMO

As cosmovisões fazem parte do cotidiano das comunidades tradicionais, que acreditam na interferência das forças naturais e sobrenaturais em suas manifestações sociais. Em comunidades quilombolas, a recorrência a esses elementos culturais é uma prática habitual que vem perdendo força em muitas comunidades, dada à interferência da vida urbana. Face a esse contexto, objetivou-se reconhecer os aspectos cosmológicos como instrumentos de reafirmação e manutenção dos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, localizadas no estado do Piauí. A metodologia alicerçou-se na abordagem etnográfica, história de vida, observação participante e instrumentos de apoio diário de campo e gravador de voz. Utilizou-se ainda a técnica de amostragem bola de neve com 20 informantes-chave em razão da sua reconhecida vivência e conhecimentos na temática pesquisada. Os resultados apontam que é inegável a influência dos recursos tecnológicos e do ambiente urbano nas duas comunidades, sobretudo nos jovens, todavia, paralelo a esse processo existe um sólido movimento local que tem se apropriado dos seus atributos cosmológicos manifestados no respeito às entidades protetoras Pai da Mata e Mãe d'Água, na obediência às regras da caça, nas proibições ao Sucavão e nos elementos etnoculturais das memórias da senzala do Buritizinho, contribuindo para manter viva a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais e fortalecendo seu sistema cultural. Conclui-se que as duas comunidades são reconhecidas por uma dinâmica cultural fortemente vinculada às lendas, mitos e crendices, por meio dos quais se revelam simbolismos cosmológicos determinantes ao modo de vida local.

Palavras-chave: Cosmologia. Contexto social. Conhecimentos tradicionais. Quilombo.

ABSTRACT

Worldviews are part of the daily life of traditional communities, who believe in the interference of natural and supernatural forces in their social manifestations. In quilombola communities, the recurrence of these cultural elements is a habitual practice that has been losing strength in many communities, due to the interference of urban life. In view of this context, the objective was to recognize cosmological aspects as instruments for reaffirming and maintaining the traditional knowledge of the quilombola communities Custaneira and Tronco, located in the state of Piauí. The methodology was based on the ethnographic approach, life history, participant observation and instruments for daily field support and voice recorder. We also used the snowball sampling technique with 25 key informants due to their recognized experience and knowledge in the researched theme. The influence of technological resources and the urban environment in the two communities is undeniable, especially in young people, however, parallel to this process there is a solid local movement that has appropriated its cosmological attributes manifested in respect for the protective entities Pai da Mata and Mãe d'Water, in obedience to hunting rules, prohibitions on Sucavão and in the ethnocultural elements of the memories of the slave quarters of Buritizinho, contributing to keep ancestry and traditional knowledge alive and strengthening its cultural system. It is concluded that the two communities are recognized by a cultural dynamic strongly linked to the legends, myths and beliefs, through which they reveal cosmological symbolisms that are determinant to the local way of life.

Keywords: Cosmology. Social context. Traditional knowledge. Quilombo.

INTRODUÇÃO

Resultado da miscigenação de diversos grupos étnicos, especialmente europeus, africanos e indígenas, a diversidade cultural é uma vigorosa marca da sociedade brasileira (FREYRE, 2006). Em todos os cantos do país, é possível encontrar múltiplas modalidades de manifestações, expressões culturais e povos. Dentre esses povos, estão as comunidades tradicionais, que se caracterizam, dentre outros elementos, pela intensa relação estabelecida com seu território, sua cultura e os conhecimentos de seus ancestrais (LITTLE, 2004; VIVEIROS DE CASTRO, 2013).

Munidos desse conjunto de saberes, essas comunidades se apropriam do seu ambiente e sua cultura por meio de uma relação cosmológica, sagrada, simbólica e espiritual (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Ao estabelecer vínculo entre o passado e o presente, esses elementos culturais contribuem para assegurar a salvaguarda dos seus conhecimentos tradicionais e força da sua cultura. Porém, esses elementos do passado só ganham sentido quando são capazes de retratar realidades presentes, ou seja, quando sua conservação se mantém integrada aos sistemas locais (FREITAS *et al.*, 2018).

Esses sistemas se organizam por meio dos conhecimentos tradicionais e revelam um universo de experiências e sentidos presentes no cotidiano e na essência da vida desses povos. Em comunidades tradicionais, como é o caso dos quilombolas, a recorrência a esses elementos é uma prática cotidiana que revela experiências fictícias ou reais vivenciadas por moradores, cujos testemunhos se perpetuam ao longo das gerações. Todo esse conjunto de vivências produz sentimentos constitutivos das suas lendas, mitos e credences, representativos da sua cosmologia (CASCUDO, 2009).

Esse campo de cosmovisões se reveste das particularidades da cultura, das memórias e das relações estabelecidas por meio de “transposições simbólicas” com o mundo natural e sobrenatural nas quais não há distinções ontológicas entre humanos e outros seres, e sim uma estreita ligação entre as diferentes espécies, sejam humanos, vivos ou mortos, plantas, animais ou espíritos (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, 2002a; MALINOWSKI, 1988, 2003; DESCOLA, 1997, p. 245; FAUSTO, 2002; DIEGUES, 2007, 2014; SILVA *et al.*, 2019).

Estudos envolvendo as credences e a cosmovisão das comunidades tradicionais podem ser encontrados em todo o território brasileiro, porém em relação à cosmologia quilombola, a quantidade de estudos não é expressiva (MELO; BARROS, 2016). No estado do Piauí, os últimos cinco anos assinalam um crescimento da produção científica sobre essa temática, com destaque para as pesquisas de Souza (2015), Maton (2015), Tavares (2017), Moura *et al.* (2018),

Silva (2018)., Gomes (2019) , Duque, Vieira e Souza (2019), Silva *et al.* (2019) e Farias *et al.* (2020).

Importa considerar que a influência de tecnologias e novas culturas vêm ameaçando esse sistema, reforçando o valor de estudos como esse que se propõem a validar a importância dessas crenças e simbolismos na vida dessas comunidades, colaborando para a perpetuação dos seus vínculos ancestrais e suas tradições (CASCUDO, 2009; KARLBERG, 2012; DIAS; REIS, 2015).

Nas comunidades quilombolas Custaneira e Tronco, a cultura se apresenta como alicerce fundamental na vida dos moradores e seus elementos cosmológicos não se encontram distantes, no passado. Ao contrário, permanecem fortemente inseridos em suas realidades. Esse contexto incitou o interesse em reconhecer a cosmologia da comunidades como instrumento de reafirmação dos conhecimentos tradicionais locais.

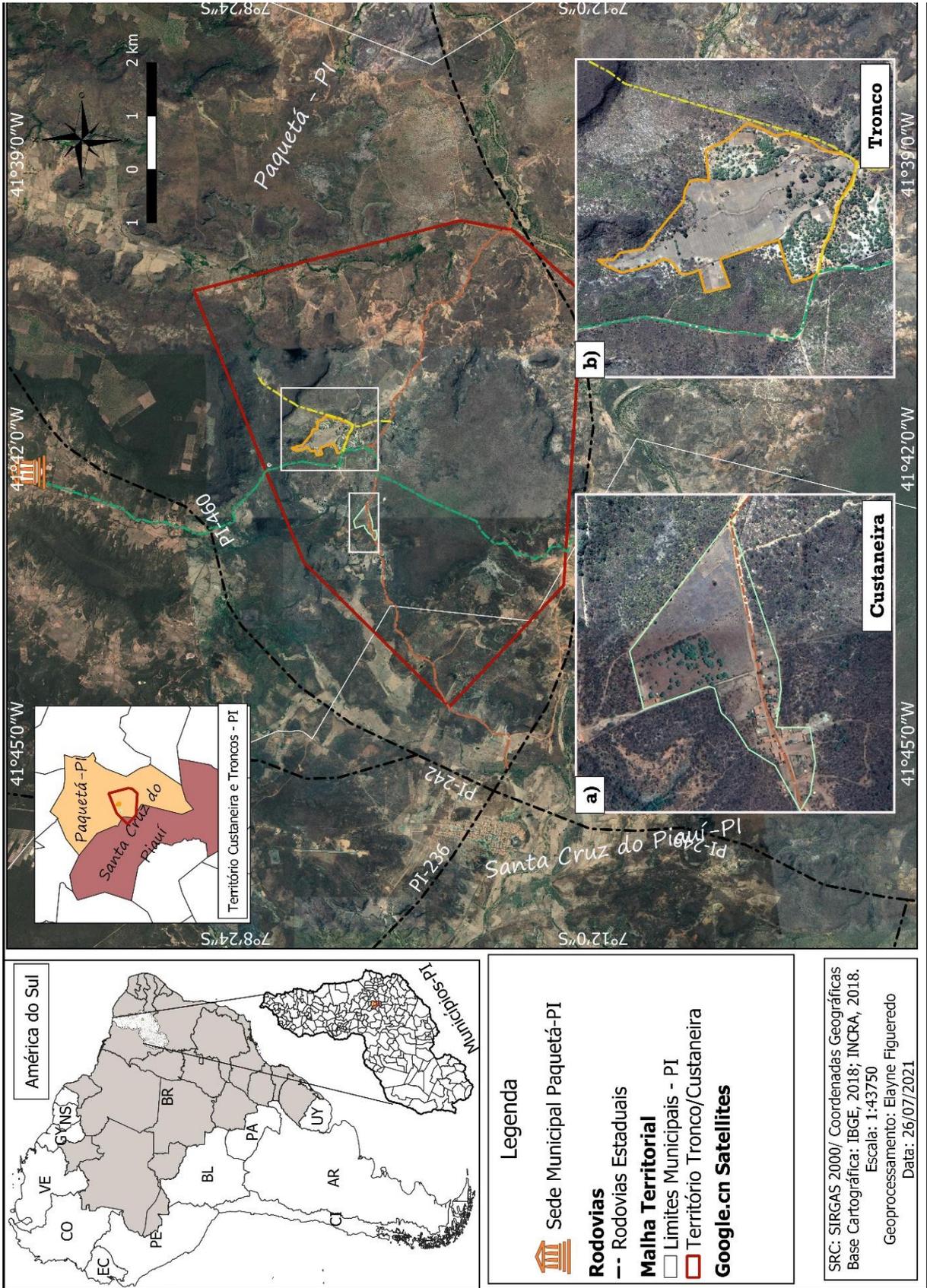
MATERIAL E MÉTODOS

As comunidades quilombolas Custaneira e Tronco são territórios contíguos inseridos no semiárido nordestino, dentro dos limites do município de Paquetá-PI. A sede das comunidades está localizada sob coordenadas geográficas 7°09'49.0"S 41°42'52.0"W. Sua distância para a sede municipal do Paquetá é 8 km e para a sede municipal de Santa Cruz é 7 km. Distam cerca de 309 km da capital Teresina/PI, e 26 km de Picos/PI. Sob o aspecto legal, as comunidades possuem certificação junto aos órgãos oficiais no que se refere ao reconhecimento da sua identidade e do seu território quilombola (SOUSA, 2015).

A agricultura de subsistência é a principal atividade produtiva local predominando o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), milho (*Zea mays* L.) e feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), e, em menor proporção carnaúba (*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E. Moore). A maioria dos moradores recebe auxílio governamental. Nos períodos de estiagem, alguns saem em busca de diferentes trabalhos em outros estados.

A energia elétrica e o acesso à água estão em todas as residências. Há uma escola pública municipal para funcionamento das primeiras séries do Ensino Fundamental, uma igreja católica, uma igreja evangélica, um terreiro de umbanda, uma sala que abriga o Ponto de Cultura, um salão comunitário aberto com cobertura de palha onde se realizam os eventos e um clube recreativo (SOUSA, 2015).

Figura 1 - Comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI. Mapa de localização, 2021.



Fonte: Fonte: IBGE (2018), adaptado por Figueredo, E. S. em 2021.

Por envolver contato direto com seres humanos, este estudo foi aprovado e consubstanciado no Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí por meio do parecer nº 2.627.953 e cadastrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SISGEN) sob o processo A68AC38. Antes do início de cada entrevista, foi solicitada a permissão de cada entrevistado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O percurso metodológico está alicerçado na abordagem etnográfica e história de vida, extraindo testemunhos orais, lembranças, memórias dos sujeitos pesquisados, retratados por meio de narrativas e relatos (MALINOWSKI, 1922; SPINDOLA, SANTOS, 2003; FLICK, 2009). Utilizou-se da observação participante, que possibilitou a aproximação e o envolvimento do pesquisador com o seu campo de pesquisa com o objetivo de captar conhecimentos do cotidiano das comunidades estudadas que não sejam fornecidos apenas por meio das entrevistas, do diário de campo e o gravador de voz (MALINOWSKI, 1922; VIVEIROS DE CASTO, 2002b; FETTERMAN, 2009; FLICK, 2009; ALVESSON; SKÖLDBERG, 2000).

Pretendeu-se, por meio da história de vida dos habitantes, captar a constituição histórica e cultural das comunidades, onde o indivíduo que narra sua trajetória é o interlocutor principal, com o qual se constitui uma relação dialogada e cooperada por meio de entrevistas, cujos objetos, inseridos em suas esferas cotidianas, são refletidos em sua totalidade (CUNHA, 2009; SILVA; BARROS, 2010). A linguagem não verbal e o cotejo com fontes escritas e imagéticas são elementos que devem integrar a análise.

Foi estabelecida inicialmente uma relação de confiança (*rapport*) entre a pesquisadora e as comunidades visando assegurar maior confiabilidade nos dados (BERNARD, 1988; SIEBER; TOLICH, 2012). A coleta de dados ocorreu entre janeiro e setembro de 2019. O universo considerado compreendeu todas as 48 famílias existentes. Adotou-se a técnica de amostragem da bola de neve, na qual foram indicados 20 informantes-chave na maioria moradores que vivem há muito tempo nas comunidades e que são considerados importantes colaboradores das pesquisas em razão da sua reconhecida vivência e conhecimento sobre os mitos, as crenças e cosmovisões das comunidades, procedendo com a entrevista (FRANCO *et al.*, 2019).

Os dados foram coletados sob a responsabilidade de uma única pesquisadora (E. M. M.), com fins de minimizar erros de amostragem. Em seguida, foi realizada uma análise qualitativa dos dados coletados, por meio da transcrição, organização e sistematização dos dados das entrevistas realizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da proteção à permissão: o Pai da Mata

“[...] A gente escuta o assovio direto, em toda época do ano, sempre a noite, depois de sete horas, já tendo fechada a noite. É como o assovio de uma pessoa, aí a gente escuta e vai caçar.” (I-3, 72 anos). Nas comunidades Custaneira e Tronco, as diversas áreas de mata existentes são protegidas por uma entidade denominada Pai da Mata ou Caçador. É também nessas matas ou chapadas onde as práticas de caça ocorrem, todavia, para acontecer os moradores precisam ouvir o chamado do Pai da Mata, que se revela por meio de um assovio. Esse som ao ecoar aos ouvidos dos moradores é indicativo de permissão para adentrar a mata e ainda a confirmação que há caça disponível.

A área normalmente utilizada para caça não apresenta qualquer tipo de sinalização e requer a presença de um morador mais antigo para guiar e impedir que os demais caçadores se percam. Porém, até os familiarizados com a área, já se perderam, principalmente quando decidem caçar sem a permissão do Pai da Mata. A crença na interferência de forças e entidades sobrenaturais é assentida pelos moradores, conforme o depoimento de I-3, 72 anos: “[...] Aqui o espírito que protege as matas é o Pai do Mata ou o Caçador. Nunca foi passado com segurança sobre a imagem dele, mas quando ele assovia aqui, a gente já sabe que o caçador tá chamando, aí a gente pode ir caçar que tem caça.”

Na Custaneira e no Tronco, os caçadores sempre carregavam consigo amuletos e, ao adentrar as matas, após terem recebido a autorização, apresentam oferendas à entidade protetora. No entanto, esse costume vem se perdendo ao longo dos anos, especialmente entre os mais novos. “[...] Para entrar na mata, os caçadores experientes sempre faziam rituais, mas esse povo de hoje mais novo não sabe mais dessas coisas, mas os mais velhos tudim fazia, pedia a licença, muitos deles botavam fumo na mata e levava alho, sempre. A gente leva, nós, pelo menos eu e as pessoas do meu tempo não vão pra mata sem levar o dente de alho, uma proteção que é até pra gente e também pros cachorros que sempre acompanham nas caçadas a noite, porque quando o cachorro tá um pouco variando na mata, aí a gente esfrega o alho e passa no nariz dele.” (I-5, 56 anos).

Quando o caçador insiste em entrar sem permissão ou não leva as oferendas, além de não conseguir êxito na caça, se perde, fica areado, e, alguns casos, é punido com surras, como conta o morador (I-5, 56 anos). “[...] O finado Manoel Canoa botava fumo toda vez que ia pra chapada, aí um dia ele esqueceu. Disse que pegou uma pisa que fazia pena, taca, pra nunca mais esquecer. Às vezes, até o cachorro apanha.” (I. J., 79 anos). Ao se perder na mata como punição

ou ainda perder a mata como punição por não “cuidar bem” observa-se um movimento de utilização racional dos recursos naturais.

Em muitas comunidades quilombolas, essa entidade que protege as matas e florestas também é chamada Caipora e é um símbolo do folclore brasileiro. “[...] Tem pessoas por aqui que chamam o Pai da Mata de Caipora. Por isso que dizem que é o do Caipora, porque ele fuma. É pra ele que a gente bota o fumo. Aí tem lenda de casos que eles testemunham, que se você esquecer a oferenda é punido.” (I 1, 42 anos).

As entidades protetoras dos recursos naturais também se manifestam intensamente entre os índios, por meio de relatos envolvendo rituais e relações simbólicas desses seres que cuidam das dinâmicas locais, como demonstram os estudos de Viveiros de Castro (1986; 2002a; 2002b; 2013; 2017).

Na narrativa do Pai da Mata, encontram-se elementos de práticas conservacionistas porquanto a presença humana tem colaborado para a continuidade da manutenção do seu meio natural. Para Andrade (2010) e Descola (1999), as manifestações de sacralidade, representadas nas práticas socioeconômicas e nas relações com o meio natural tem colaborado de forma decisiva para a conservação da biodiversidade nessas comunidades.

Mistérios do Xico Banana

O Xico Banana é uma área situada na mata dentro do território da comunidade Custaneira e muito utilizada pelos moradores para caçar. O local transmuda-se a partir dos mistérios que o cercam e provoca um estado de desorientação nos caçadores. De acordo com a exposição do morador A.L, 42 anos “[...] existe um ponto aqui na chapada que chamam o Xico Banana ou Xite Banana. Nunca um caçador foi caçar lá de noite pra não se perder. Nascido e se criado aqui, todo caçador de noite, que vai caçar lá de noite se arêa [sic], fica areado [sic]. E aí teve muitos deles que viram rebuliço na chapada...o finado Joel aqui do Tronco se perdeu lá em cima e foi uma areação [sic] tão grande que a pessoa tava em cima da chapada, desceu pro baixão e foi parar lá chegando em Santa Cruz e só foi se desarear [sic] lá no Currálinhos. É uma coisa do lugar, é uma lenda do lugar que dificilmente um caçador sobre no Xico Banana pra não se arear [sic].” (A. L., 42 anos). Observa-se, portanto a obediência das regras, o que leva a pensar que se não pode caçar a noite então há probabilidade de animais de hábito noturno naquela área.

De acordo com Sousa (2015, p. 333) “[...] para muitos caçadores ou ex-caçadores, em alguns dias da semana ou em algumas situações determinadas o melhor a fazer é recolher-se para casa ou nem sair de casa para esse tipo de atividade.” “[...] Tem dia que as visagens são

muitas, é nas horas mortas da noite, nego vê coisa. Quando a coisa quando tá desse jeito pode vim [sic] embora que não sai nada e feliz de quando a pessoa tem a determinação de vir embora e não fica variado [sic], errado na chapada.” (I. F., 53 anos).

As histórias de caça trazem ainda relatos da influência de trabalhos de magia feitos por pessoas das comunidades para atrapalhar o caçador, sua arma e, em alguns casos de caça noturna, os cachorros que acompanham. “[...] Quando a caça é de dia, os cachorros não vão, mas o povo leva algumas coisas pra espingarda. Quando não tá acertando os tiros diz [sic] que a espingarda pode tá endeada [sic], aí eles lava, passa [sic] a cera de uma abelha que tem a cupira no cano por fora pra desendear a espingarda. Tem pessoas que endea, endea [sic] também os cachorros, como se ficasse areado [sic], ele não consegue fazer nada, do mesmo jeito a arma que não acerta tiro. O cachorro fica urrando areado [sic]. Quando o caçador percebe que tá só perdendo tiro é porque tá endeado [sic]. Agora essa questão de endear [sic] são pessoas maldosas que endea, endea [sic] os bixim, faz de propósito, faz é a mandinga [sic].” (I. F, 53 anos).

Quando ocorrem situações de desorientação com o cachorro, os caçadores utilizam os amuletos que sempre carregam quando saem para caçar. Um deles é o alho. De acordo com o morador (A. J., 79 anos), “[...] quando o cachorro tá endeado [sic], tem que passar o alho em cruz no cachorro, passar no fucim dele, e roda ele ali três vezes aí as vezes dá certo. Aí pega a pá ou a enxada, que o caçador sempre leva, aí pega o facão e fica batendo do lado e do outro na enxada, dando uma pisa na enxada e na pá. Só então é que o cachorro começa a tomar faro.”

A tesoura gigante do Sucavão

O Sucavão é um espaço natural de pequena dimensão que se assemelha a um cânion formando pequenas piscinas naturais. Está localizado no entorno das comunidades e atrai muitos visitantes da região para banhos, acampamento e diversão, embora muitos moradores acreditam que o local seja macabro e perigoso. “[...] Disse que tem uma tesoura dentro do Sucavão. Os mais velhos contam que é uma tesoura grande que disse [sic] que abre e fecha, como que se fosse uma pedra, no formato de uma pedra e que não é recomendado entrar lá. Muita gente tem medo de banhar lá dentro porque tem medo de entrar na hora que essa tesoura fechar.” (I-11, 40 anos).

Os relatos convergem, quase sempre, para histórias de assombrações e mortes e descrevem entidades míticas como a sucuri, assim como recordações sobre a escravidão dos seus antepassados. De acordo com (I-1, 42 anos), “[...] o que acontecia lá é que os coronéis daqui de várias senzalas como o Buritizinho, a senzala do Arabutão, a de lá da Canabrava, do

Irajá, adotavam um tipo de castigo que era de amarrar os negros e retalhar, passava [sic] a navalha e retalhavam, botavam sal e pimenta. Os negros corriam e pulavam dentro do Sucavão pra ver [sic] se amenizava, se tirava o ardor e a dor. Já vinham mesmo nas últimas, pulavam lá dentro e disse [sic] que lá morria muito negro. Então tem toda essa energia que ronda lá e os mais velhos, tai tio Acelino, tia Ester, tudo eles contam isso. A senzala do Sucavão assim era em direção ao rumo de baixo, inclusive em 2003, 2004, o tronco de açoitar negro ainda era em pé [sic].”

Segundo registros do morador A. L, 42 anos, quase todas as famílias não recomendam e, em alguns casos, até proibem seus filhos de irem ao Sucavão. “[...] Eu cresci com medo do Sucavão por conta que dizia [sic] que tinha a sucuri que pega as pessoas...antes dizia [sic] que ela laçou um boi uma vez, e aí disse que comeu esse boi. Eu banho por lá algumas vezes mas é com medo dessa sucuri. Hoje a gente acha que não tem mais numas águas daquelas ali...mas eu sei que eles contam direto que tinha. O Sucavão é muito fundo, é contada [sic] a pessoa que chega no fundo porque já morreu muita gente.” (I-5, 56 anos). “[...] Ora por outra morre uma pessoa afogada lá e é contado o que consegue pegar. Mamãe não gosta de jeito nenhum que a gente vá.” (I-1, 42 anos).

Observa-se nessa narrativa que as proibições estabelecidas por meio de relações simbólicas e imaginárias ao Sucavão podem ser associadas à estratégia do preservacionismo, que defende a natureza intocada como forma de proteção a estes espaços, livres da presença humana. Todavia, a preservação caminha na contramão da dinamicidade própria da construção das identidades e dos conhecimentos tradicionais, que não são estáticos e, ao contrário, estão continuamente sujeitos a processos de adaptação e de hibridação, conforme preceitua Canclini (2013).

A “maldição” do Tronco

A comunidade Tronco é povoada por relatos que revestem o local de maldições e infortúnios. Os depoimentos mencionam que quando os primeiros moradores da região foram peregrinar na cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará, o Padre Cícero fez uma profecia de que um dia o Tronco afundará e matará as pessoas que estiverem passando no momento pelo local.

De acordo com o morador (I-13, 55 anos), “[...] desde pequeno eu escuto história que meu Padim Ciço dizia que quem fosse pro Juazeiro não passasse no Tronco, que o Tronco há de afundar. Contam que lá tem um destroço. Antigamente, a gente quando ia pra lá era com medo. Quando nós ia [sic] dar um recado lá de primeiro, o medo era chegar lá e o Tronco afundar de cabeça adentro e nós e tud [sic] o, mas a lenda mesmo era quando fosse pro Juazeiro

(I -7, 71 anos). O Padim Ciço dizia que quem fosse pra Juazeiro não passasse no Tronco, que Tronco ainda é [sic] de afundar.” (I-11, 40 anos). “[...] Disse que no sermão dele ele dizia isso. O negócio lá é tão coisado que o povo bota até festa na quarta feira santa.” (I-5, 56 anos). A recomendação, portanto, era evitar passar pelo local. Embora muitos anos já tenham se passado, até hoje os moradores das comunidades vizinhas acreditam nesse conjunto de símbolos e sinais que atribuem ao local tem uma energia densa e negativa.

A Mãe d'Água

Assim como existe a crença na entidade do Pai da Mata para proteger florestas e matas, os moradores também acreditam nos seres encantados protetores das águas. Nas comunidades Custaneira e Tronco, esse ser é representado pela cobra preta. Conforme o morador A. L, 42 anos, “[...] as águas tem [sic] as suas ciências, todos elas tem [sic]. Tem [sic] as horas que a gente vê as marmota [sic] das águas. A cobra preta é a mãe d'água. Nois [sic] não costuma matar cobra preta de jeito nenhum. Se matar ela [sic], as águas secam. A gente não mata cobra preta de jeito nenhum, porque além de ser a mãe d'água disse [sic] que ela também come as outras cobras. Tem [sic] delas que são grandes, mas tem a cobra preta do rabo fino, rapaz, ela dava carreira em nois [sic] aí, corria atrás mesmo. Teve gente que matou a cobra preta e o olho d'água secou. O Olho d'água do Saquinho secou por esse motivo. Quem matou as cobras pretas aí perto dos olhos d'água, secou tudim.” (I -13, 55 anos).

Embora manifestem respeito e sacralidade com o símbolo protetor das águas, a cobra preta, os moradores também apresentam oferendas à Mãe D'Água em dias comemorativos. No testemunho do morador (I 1, 42 anos), “[...] quando a gente vai fazer uso da água não leva nada como na mata, só no tempo das entidades que a gente vai lá na fonte e bota as oferendas, como no Dia de Oxum que a gente vai na fonte e bota uma comida, e também no Dia de Iemanjá. Ele acrescentou ainda um fato curioso no que diz respeito ao uso da água: tem uma vasilha que a gente não costuma usar para pegar água porque dizem que é proibido. Os nossos mais velhos não davam a permissão para tirar água da fonte de coité (cuia) e carregar pra [sic] outro canto, mas eu também não sei explicar porque isso.” Observa-se, portanto, que o modo de vida dessas comunidades é vigorosamente fundamentado “[...] por esquemas simbólicos, isto é, por uma ordem de significados que sistematiza e define funcionalidades (meios) e finalidades (fins)”, conforme assinalam Silva, Monteiro e Barbosa (2016, p. 84).

Vozes no Oi D'Água D'Anta

Ainda envolvendo relatos sobre o elemento água, o Olho D'Água Danta sempre foi uma fonte de água muito utilizada por moradores das comunidades e é um local que registra barulhos estranhos, nesse caso o choro de uma criança, despertando certo temor em algumas pessoas. Muitos acreditam que o espírito daquela criança ainda está presente, mas não sabem explicar o motivo. “[...] No Oi D'Água a gente sunta [sic] voz como se fosse um menino chorando. Tinha uma pedra que chorava uma criança aí tiveram que batizar essa pedra. Não sei quem foi que batizou a pedra, mas suntava [sic] a criança chorar. Ninguém sabe de quem a criança era filho e ninguém sabe se foi alguma criança ou uma mãe que abortou uma criança lá por conta que é muito antiga a história daqui.” (I- 2, 60 anos).

A água é, portanto, um elemento fundamental para a manutenção da vida e “[...] encontra franco acolhimento no imaginário de todos os povos” (QUEIROZ, 2006, p. 72). Muito mais do que um recurso material, é sua dimensão simbólica que sobressai.

Passos e visagens na senzala Buritizinho

A senzala Buritizinho fazia parte da Fazenda Buritizinho, situada no território da comunidade Custaneira. Durante décadas, foi o local de trabalho de muitos deles. O espaço físico não existe, mas as memórias dos moradores registram muitas situações de vozes e pisadas que eles atribuem ser dos espíritos dos negros que ali morreram e permaneceram para assombrar os vivos. “[...] Na senzala do Buritizinho tem um quarto escuro, chamavam assim porque não tinha janela. Nesse quarto, nego [sic] ouvia voz e também nesse quarto minava [sic] nas parede uma gordura, um óleo que eles diziam que era dos negos [sic] que morreram lá. De noite quem tava na senzala também assuntava [sic] como se o carro de boi passasse. Era como uma penitência que os espíritos ficavam fazendo. Nos tempo [sic] que eu morava na casa da senzala, ouvia sempre barulho de sapato, de gente pisando Minha mulher ficava assombrada, mas a gente via isso e quando ia atrás não tinha nada. Todos que moravam lá ouvia [sic] esse rebuliço. Pra ficar uma pessoa pra ficar lá sozinho, vixe, uma mulher ou um homem pra dormir só na casa grande era muito difícil. O rebuliço era grande.” (I-3, 79 anos).

O relato da fazenda Buritizinho reafirma os traços das expressões e valores etnoculturais quilombolas enraizados nas experiências passadas que permanecem presentes na vida dos moradores e remetem às origens e memórias constituintes da sua história e identidade étnica. É notório que esse conjunto de cosmovisões estabelece relação direta com o território, na perspectiva do território imaterial defendido por Raffestin (1993) em que a vivência dos moradores se expressa nas interações simbólicas significativas sob as quais se manifestam as identidades quilombolas.

Assombração na Pedra Lisa

A Pedra Lisa é um local que fica próximo do entrocamento entre as comunidades Custaneira e Tronco e já registrou muitos testemunhos de assombrações e visagens por parte dos moradores. “[...] Meu pai disse que foi buscar uma sela lá na Canabrava. Ele disse que quando foi umas seis horas vinha embora, mas os mais velhos tinham essa história que não devia fazer nada no horário das seis e das doze, mas ele veio. Quando foi chegando na Pedra Lisa suntou [sic] aquele grito atrás como quem queria falar com ele, e ele disse que começou a se arrepiar [sic]. Ele disse que foi indo, foi indo, foi indo e aí pronto acabou. (I- 5, 56 anos). É difícil uma pessoa passar lá depois de seis horas para não ver assombração. Era rebuliço nessa Pedra Lisa.” (I-1, 42 anos).

Ao refletir a história, a tradicionalidade e a ancestralidade de um grupo social, a cosmologia possibilita compreender as premissas que organizam o seu sistema sociocultural e suas representações no cotidiano local (FARIAS *et al.*, 2020). Nas comunidades Custaneira e Tronco observa-se uma aproximação com padrão presente em outras comunidades tradicionais. Trata-se da coexistência de três mundos: dos mortos, dos vivos e dos encantados (MELO; BARROS, 2016). O mundo dos encantados é simbolizado por entidades protetoras que regem as matas, as florestas e as águas e os animais. O mundo dos vivos é de todos que ali habitam e o mundo dos mortos compreende o universo de espíritos, normalmente relacionados à sua ancestralidade que exercem influência na comunidade e se manifestam por meio de comunicações mediúnicas articuladas tanto pelo líder local, quanto por outros moradores que possuem tal faculdade. Normalmente, essas comunicações têm permissão para acontecer durante os terreiros da umbanda, realizadas todas as quartas feiras.

Esses mundos se interrelacionam e entre eles se entrecruza uma rede de significados, magias e representações que constituem o alicerce do modo de vida da comunidade. Muitas lendas, mitos e crenças da Custaneira e do Tronco giram em torno das visagens, vozes, assombrações e barulhos estranhos e, quase sempre, remetem a sinais de pessoas ou animais mortos. Freyre (2006) explica que são quase sempre as mesmas visagens e são comuns por todo o Brasil, sendo relatadas nas antigas casas-grandes do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. É como se seres espirituais se manifestassem por meio de vozes, gemidos e passos atuando como reguladores sociais, com poder para restringir ou expandir ações (MARQUES, 2012).

No caso das comunidades em estudo, essas manifestações interferem diretamente no comportamento social, como se constata na proteção e permissão do Pai da Mata, Caçador ou Caipora para as atividades de caça. De acordo com Sousa (2015), esses entes encantados podem determinar o comportamento não só dos caçadores, mas também dos cachorros de caça. Nesse

sentido, é fundamental respeitar a força desse espírito protetor da mata, porquanto sem sua autorização, não pode haver mobilização para a caça. “[...] Pedir licença é uma forma de buscar harmonia com os seres do universo e de viver bem na comunidade.” (MELO; BARROS, 2016, p. 127).

A Mãe d’Água, materializada na cobra sucuri, é também uma demonstração da atuação dessas entidades sobrenaturais reafirmando a interferência dos conceitos míticos nos recursos locais (DIEGUES, 2000b; MAUÉS, 2005;). Esse sistema de crenças impulsiona os moradores a agir com certo medo, como se observa nas diversas narrativas do Sucavão e traz como consequência menor visitação e exploração do local, induzindo à proteção, o que nos leva a consentir que as crenças em seres imaginários, muitas vezes, funcionam como instrumentos de conservação dos recursos locais (PEREIRA; DIEGUES, 2010; VIEIRA *et al.*, 2016; SILVA *et al.*, 2019).

A este respeito, Diegues (2000a) e Leite (2000) pontuam a ampla existência de manifestações mitológicas e cosmovisões nas superfícies aquáticas do Brasil. O estudo de Santana (2018) relata lendas e superstições com serpentes e cobras nas águas da comunidade Mata Cavalo, em Mato Grosso. Em outra pesquisa, Paes (2019) registra a crença em seres sobrenaturais e espíritos de água em quilombos situados no Vale do Ribeira, entre os estados de São Paulo e Paraná, como parte da constituição histórica, cultural e simbólica daqueles grupos. Todas essas experiências podem estar contribuindo a conservação dos ambientes aquáticos.

Essas diversas manifestações geram medo, mas também reações de respeito, fazendo com que os moradores se distanciem dos locais considerados amaldiçoados. Nesse contexto, a religiosidade também se faz presente por meio das orações, utilizadas para afastar qualquer mal. Os mitos, as lendas e cosmovisões dificilmente conseguem ser explicados a partir da verdade da lógica e da ciência, o que não implica em demérito no valor que possuem (RIBEIRO; LUNA; ALMEIDA, 2015). Ao contrário, para os povos tradicionais, “[...] as crenças e práticas não carecem de alguma consistência, pois, e o conhecimento que possuem do mundo exterior é suficiente para os guiar na maior parte das suas árduas atividades.” (MALINOWSKI, 1922, p.22).

Balizadas por um animoso sentimento de pertencimento ao grupo, ou ainda, medo de repreensão pública e punições sobrenaturais, as comunidades tradicionais mantêm uma relação de reverência e submissão às suas crendices, por mais cruéis e desagradáveis que sejam, e seguem reproduzindo costumes exóticos e práticas consideradas estranhas e até curiosas

(DIEGUES, 2000a; LITTLE, 2004; MALINOWSKI, 2003; TOLEDO, BARREIRA-BASSOLS, 2009).

O campo simbólico que permeia a Custaneira e o Tronco se reveste de representações religiosas, especialmente da umbanda, quando se invoca a proteção de Iemanjá e outros espíritos protetores da natureza. Essa dinâmica demonstra uma relação quase sagrada com a natureza, onde o respeito se institui por meio da obediência aos sinais que escutam e rituais que fazem antes de iniciar suas práticas. Para Sousa (2015), esse cruzamento de religiões pode revelar ainda outros elementos cosmológicos no território da comunidade, pois agrega “diferentes graus, da religiosidade, dos símbolos e significados indígenas, afro-brasileiros e católicos; fazendo dos encantados elementos centrais nas cosmologias” desses povos (MAUÉS, 1990, 2005; MELO; BARROS, 2016, p.126).

Outro traço que integra a cosmologia da Custaneira e do Tronco são as memórias da escravidão, evidenciadas nas cosmovisões da senzala Buritizinho e do Sucavão. É como se o passado ainda se fizesse presente quando ressoa vozes, passos ou histórias de tortura e dor vivenciadas por seus antepassados. Em alguns casos, como no Buritizinho, essas cosmovisões podem estar associadas a sentimentos de vingança contra aqueles que os submeteram a condições tão desumanas.

A cosmologia das comunidades tradicionais consiste, portanto, das relações estabelecidas entre as manifestações culturais e os ecossistemas locais, por meio dos quais os moradores garantem sua sobrevivência e as entidades espirituais atuam como guardiões (MAGALHÃES; COSTA NETO; SCHIAVETTI, 2014). Todas essas memórias se entrelaçam em mistérios e “sentidos de pertencimento étnico.” (MALUF, 2011; LOURENÇO; SILVA, 2016, p.7 3) que convergem em convicções sobre a existência de forças e influências sobrenaturais nesses locais e estabelecem uma intensa conexão entre o sistema cosmológico e a forma de uso dos recursos naturais, representados na proibição ao Sucavão e na obediência das regras de caça (DIEGUES, 2000b; MAUÉS, 2005).

Em comunidades pesqueiras do Brasil, o Caipora também existe e é conhecido como ser mítico que faz as pessoas se perderem no manguezal, caso não se cumpram suas ordens (MAGALHÃES; COSTA NETO; SCHIAVETTI, 2014). Na região Norte, especificamente na Ilha de Marajó, essa entidade recebe o nome de Curupira, mas sua figura representa o feminino, denominando-se Mãe do Mato (MELO; BARROS, 2016). Apesar de apresentarem distinções quanto à nomenclatura e ao enredo, os formatos apresentam similaridade e demonstram que os seres imaginários estão presentes em muitas comunidades tradicionais do Brasil, às vezes, recebem nomes diferentes, mas cumprem o mesmo papel protetorista dos recursos naturais.

Observa-se que esses rituais religiosos são comuns a outros quilombolas e indígenas onde a crença em seres espirituais e imaginários que protegem as matas, as águas e as florestas é muito sólida, todavia, cada comunidade se veste e expressa suas perspectivas conforme seus valores, reafirmando a prerrogativa que “[...] o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura” (CUNHA, 2009, p. 239).

As conexões cosmológicas se inscrevem de modo vigoroso na relação tempo/território/espaço, o que pode ser constatado na narrativa do Pai da Mata, quando há um tempo da caça, no respeito à Mãe D’Água, na proibição de ir ao Sucavão, de passar pelo Tronco em determinadas horas e nas punições. Tudo se manifesta no território e nessa relação com o tempo, o sagrado e o profano aparecem intensamente. Dessa forma, constata-se que os elementos culturais desempenham um papel determinante na definição das territorialidades, intervindo no modo como as pessoas e os lugares estão relacionados, quais usos e valores são atribuídos, conforme ressalta Sack (1986).

As lendas, crenças e manifestações cosmológicas se reproduzem a partir das interações territoriais que constroem territorialidades e identidades coletivas quilombolas. O território, abriga, portanto, um campo simbólico e imaterial que se correlaciona com o natural e sobre o qual se processam ações da organização social (HAESBAERT, 1997). Perceber a visão simbólica deles é fundamental para entender os múltiplos enfoques e dimensões desse território imaterializado. (RAFFESTIN, 1993).

A compreensão dessas múltiplas dinâmicas de simbologias, magias e representações culturais revela um conjunto de valores e crenças que se faz presente nas práticas cotidianas dos quilombolas e condicionam seu modo de agir por meio da validação de padrões de comportamentos que se estabelecem no imaginário social ou em situações reais vivenciadas por moradores, se integram ao universo afetivo e representam suas tradições e referências morais (DIEGUES; ARRUDA, 2001; REGO; SILVA, 2012; LOURENÇO; SILVA, 2016). Esse conjunto de relações e significados fundamentam a cosmologia desses grupos sociais, por meio dos quais é possível identificar traços da constituição cultural de um povo, e assegurar a permanência e continuidade da sua ancestralidade e suas credences ao longo das gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrar no contexto cosmológico das comunidades Custaneira e Tronco, é possível tecer algumas considerações. A primeira se refere à multiplicidade de crenças, lendas e mitos presentes em seu cotidiano, os quais não puderam ser abarcados neste artigo em sua totalidade. A segunda observação é acerca do olhar técnico/científico que, muitas vezes, se mostra limitado

para retratar fenômenos muitas vezes inexplicáveis e incompreensíveis. Outro aspecto evidenciou que a pesquisa se concentrou com moradores de idade mais avançada, demonstrando que os mais velhos se mostram mais interessados em transmitir suas crenças, seus conhecimentos e suas histórias.

Os elementos cosmológicos se ressignificam ao longo das gerações, por meio da criação e recriação de conhecimentos e permanecem inseridos em suas realidades, por meio de uma relação de interdependência, da qual precisam da comunidade para existir. Assim, os moradores se mantêm alinhados com essas influências, respeitando o que é difundido por meio desse sistema de crenças.

Os mitos, as lendas e crenças trazem em sua essência uma verdade única para aqueles que o vivem, que se traduz por meio da simbologia que tal verdade representa em suas vidas, e que não consegue ser explicada em sua totalidade por meio do raciocínio lógico. Nessa teia de crenças, as forças sobrenaturais se fundem com as naturais, e revelam mistérios, segredos e relações místicas, misturando ficção com realidade.

No cotidiano das comunidades tradicionais e quilombolas, assim como nas comunidades Custaneira e Tronco, o arranjo cosmológico desempenha funções que organizam sua estrutura social e mantêm a conexão com seus antepassados e sua tradicionalidade. Seja nas atividades de caça, pesca, dança, alimentação, plantio, colheita, a cosmologia se firma como instrumento que tanto dá sentido à própria existência como traz solidez à identidade quilombola daquele grupo.

Por fim, a pluralidade de simbolismos manifestos na cosmologia das comunidades estudadas possibilitou conhecer suas formas particulares de interpretação do mundo e dos fenômenos a partir de suas representações simbólicas e relações sociais e ambientais estabelecidas entre os diversos seres, o homem, a natureza e seu território, denotando uma tessitura cosmológica muito mais extensa, rica e profunda que não foi possível esgotar neste estudo.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; SKÖLDBERG, K. **Reflexive methodology: new vistas for qualitative research**. London: Sage, 2000. 454p.

ANDRADE, M. O. A dimensão simbólica e espiritual da biodiversidade nas cosmologias indígenas e nas abordagens filosóficas. **Horizonte**, v. 8, n. 17, p.11-25, 2010.

BERNARD, H.R. **Research methods in cultural anthropology**. 2ª ed. USA: SAGE Publication, 1988, 520p.

- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2013. 416p.
- CASCUDO, L.C. **Literatura Oral no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2009, 486p.
- CUNHA, M. C. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 440p.
- DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia, In: CASTRO, E.; PINTON, F. (orgs.) **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Editora Cejup, p. 243-261, 1997.
- DESCOLA, P. A selvageria oculta. In: NOVAES, A. (org.) **A outra margem do cidente**. São Paulo: Companhia das Letras, p.107-24, 1999.
- DIAS, A. C. R.; REIS, W. C. A ecologia dos sentidos: percepções a partir dos saberes dos povos e comunidades tradicionais. In: **Anais**. II Congresso Nacional de Educação, 2015. Campina Grande, PB, 2015.
- DIEGUES, A. C. S. A etnoconservação da natureza. In: DIEGUES, A.C.A. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000a.
- DIEGUES, A. C. **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2000b. 208p.
- DIEGUES, A. C.S; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. 211p.
- DIEGUES, A. C. The role of ethnoscienc in the build-up of ethnoconservation as a new approach to nature conservation in the tropics: the case of Brazil. **Revue d’Ethnoécologie**, v. 6, n. 1, p. 1-14, 2014.
- DIEGUES, A. C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. 2007. Disponível em: < <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf> > Acesso em: 20/01/2020.
- DUQUE, A. N. F.; VIEIRA, M. A. B.; SOUZA, R. N. R. História e memória em quilombos do semiárido piauiense: patrimônio e identidade cultural. In: SANTOS, C. **O semiárido brasileiro e suas especificidades**. Atena Editora, p. 195–220, 2019.
- FARIAS, J. C.; VIEIRA, I. R.; FIGUEIREDO, L. S.; MAYO, J. S.; ANDRADE, I. M. Cosmovisión en el contexto del extractivismo de cajuí (*anacardium occidentale* L.) en el área de protección ambiental del Delta del Parnaíba, Piauí, Brasil. **Revista Etnobiología**, v. 18, n.3, .p: 3-19, 2020.
- FAUSTO, C. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. **Mana**, v.8, n.2, p.8, p.7-44, 2002.
- FETTERMAN D. E. In: BICKMAN L, R. D. J. **The SAGE Handbook of Applied Social Research Method**. London: SAGE Publications Ltda, p. 543–88, 2009.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009.164p.

FRANCO, M. C.; ALVES, R. P.; LEVIS, C.; WATLING, J.; JUNQUEIRA, A. B.; SHOCK, M. P.; FERREIRA, M. J.; ANDRADE, V. L. C.; FURQUIM, L. P.; COELHO, S. D.; TAMANAHA, E. K.; NEVES, E. G.; CLEMENT, C. R. Ethnobotany and Ethnoecology Applied to Historical Ecology. In: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C.; ALVES, R. R. N. (orgs.) **Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**. 2^aed. New York: Humana Press, p. 187-208, 2019.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006. 375p.

FREITAS, A.C.; CARDOSO, I.S.; JOÃO, M.C.A.; KRIEGLER, N. & PINHEIRO, M.A.A. Lendas, misticismo e credences populares sobre manguezais. In: PINHEIRO, M.A.A.; TALAMONI, A.C.B. (orgs.). **Educação Ambiental sobre Manguezais**. São Vicente: Editora UNESP, p. 144-165, 2018.

GOMES, B. F. P. **Performance ritual na umbanda**: corpos dançantes - saudando os ancestrais no terreiro Cantinho de Luz, em Altos-PI. 224p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997. 293p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <http://https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/paqueta/panorama>. Acesso em 02 de Novembro de 2019.

KARLBERG, L. G. L. Rezas, benzeduras, superstições em Sena Madureira, Acre. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, n. 11, v. 2, p. 127-142, 2012.

LEITE, M. C. S. Meu corpo até arrepia, só de falar. In: DIEGUES, A. C. **A imagens das águas**. São Paulo-SP: Hucitec, p. 143-156, 2000.

LOURENÇO, S. R.; SILVA, D. K. P. Uma análise antropológica sobre a cosmologia da comunidade quilombola de Lagoinha de Cima: entre santos, “arrumações” e seres não-humanos. **Aceno**, v. 3, n. 6, p. 71-86, 2016.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, p. 251-290, 2002.

MAGALHÃES, H. F.; COSTA NETO, E. M., SCHIAVETTI, A. Cosmovisão e etnoconservação nos manguezais do município de Conde, litoral norte do estado da Bahia, Brasil. **Etnobiología**, v. 12, n. 1, p. 23-29, 2014.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1922. 672p.

MALINOWSKI, B. **Magia, ciência e religião**. São Paulo: Editora FSP, 1988. 280p.

MALINOWSKI, B. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 96p.

MALUF, S. W. Além do templo e do texto: desafios e dilemas dos estudos de religião no Brasil. **Revista Antropologia em primeira mão**, v. 124, n. 1, p. 5-14, 2011.

MAUÉS, R. H. **A Ilha Encantada**: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores. Belém: UFPA, 1990. 271p.

_____. “Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião”. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 259 – 274, 2005.

MARQUES, J. G. W. Etnoictiologia: pescando pescadores nas águas da transdisciplinaridade. **Revista Ouricuri**, v. 2, n. 2, p. 9-36, 2012.

MATON, P. M. “**Capoeira de quilombo**”: **gingando corpos e tradição cultural**.. 92p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

MELO, M. F. T.; BARROS, F. B. O mundo segundo os quilombolas do bairro alto (Ilha de Marajó): cosmovisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza. **Aceno**, v. 3, n. 6, p. 120-136, 2016.

MOURA, T. N. B.; PEREIRA, S. A. P.; SANTOS, R. M.; SILVA, S. L. C.; MOURA S. G.; VIANA, P. F. S. Aspectos culturais da comunidade quilombola Custaneira-Tronco do município de Paquetá-PI: relato de experiência. **Revista Interdisciplinar**, v. 11, n. 2, p. 102-108, 2018.

PAES, G. S. M. Os negros d’água do rio Ribeira de Iguape: mito e história numa narrativa elaborada por comunidades negras do Vale do Ribeira. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 81, p.71-91, 2019.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 22, n.1, p. 37-50, 2010.

QUEIROZ, R. S. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (orgs.). **Águas doces no Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. 3. ed. São Paulo: Escrituras, p. 719-738, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

REGO, F. C. V. S.; SILVA, A. R. N. C. O pensamento social brasileiro em superstição e costumes de Luís da Câmara Cascudo. **Imburana**, v.3, n. 6, p. 60-70, 2012.

RIBEIRO, C. R.; LUNA, J. F.;ALMEIDA, B.C.K.B. **A importância dos mitos para as sociedades indígenas**. In: **Anais**. VII Congresso Internacional de História, 2015, Maringá. Ed. Universidade Estadual de Maringá, 2015.

SACK, R. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 272p.

SANTANA, R. **Poéticas do imaginário popular: serpentes no quilombo de Mata Cavalo – MT.** 176p. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso 2018.

SIEBER J. E.; TOLICH, M. B. **Planning ethically responsible research.** Thousand Oaks: SAGE Publications Ltda, 2012. 264p.

SILVA, P. V.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista Terapia Ocupacional**, v. 21, n.1.p. 68-73, 2010.

SILVA, A. B.; LOPES, J. B.; FIGUEIREDO, L. S.; BARROS, R. F. M. de.; SOUTO, W. M. S.; ALENCAR, N. L.; LOPES, C. G. R. Water spirits within the fishers' worldview: implications for fishing management in Northeast Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 15, n. 70, p. 1- 10, 2019.

SILVA, G. D. **Do fogo da terra à cozinha: uma etnografia sobre o campesinato quilombola.** 152p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

SILVA, A. J.; MONTEIRO, M. S. L.; BARBOSA, E. L. Contrapontos entre o tradicional e o moderno no rural. **Boletim de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 81-97, 2016.

SOUSA, A. J. **Etnicidade e territorialidade na comunidade quilombola Custaneira/Tronco, município de Paquetá – PI, Brasil.** 454p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015

SPINDOLA, T.; SANTOS, S. R. **Trabalhando com a história de vida:** percalços de uma pesquisa (dora?) *Revista Escola Enfermagem*, v. 37, n. 2, p. 119-26, 2003.

TAVARES, L. C. M. **Roupa de santo:** marcadores identitários das religiões de matriz africana. 214p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

TOLEDO, V.C.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, n. 1, p. 31-45, 2009.

VIEIRA, I. R.; OLIVEIRA, J. S. O.; SANTOS, K. P. P.; VIEIRA, F.J.; BARROS, R. F. M de. Cosmovisión y etnoconservación en morichales (buritizales), estado de Maranhão, Brasil. **Espacios**, v. 37, n. 24, p.1-5, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Araweté: povo do Ipixunas.** Rio de Janeiro: Artes Gráficas LDA, 1986. 239p.

_____. **A Inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002a. 552p.

_____. O Nativo Relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002b.

_____. Economic development, anthropomorphism, and the principle of reasonable sufficiency. In: GAGLIARDI, P.; REIJNEN, A. M.; VALENTINI, P. (orgs). **Protecting**

nature, saving creation: ecogival conflicts, religious passions, and political quandaries. New York: Palgrave Macmillan, p. 161-180, 2013.

_____. **Araweté:** um povo tupi da Amazônia. 3ª edição. São Paulo: Edições Sesc SP, 2017. 301p.

3.5 Capítulo de livro: A produção do conhecimento sobre etnoturismo em comunidades quilombolas: contextos e perspectivas

Capítulo submetido em 25.09.2020

Livro “Etnobiologia e Etnoecologia da região Meio Norte do Brasil”

ORGANIZADORES

José Rodrigues de Almeida Neto

Roseli Farias Melo de Barros

**ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA NA REGIÃO MEIO NORTE
DO BRASIL**

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ETNOTURISMO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: CONTEXTOS E PERSPECTIVAS

INTRODUÇÃO

A rica diversidade de povos, expressões culturais e recursos naturais é uma marca indelével da sociedade brasileira (FREYRE, 2006). Toda essa tessitura que se forma a partir da pluralidade étnica e ambiental presente no país sempre se constituiu terreno fértil para o turismo, que se apropria e explora esses elementos, visando, muitas vezes, apenas satisfazer os interesses capitais. Aliado a isso, durante muitas décadas, a atividade turística se ressentiu de planejamento, ocasionando um crescimento desordenado da atividade, com impactos de grandes proporções às localidades visitadas (FONTELES, 2004; CORIOLANO, 2014).

Com a eclosão dos movimentos ambientais a partir da segunda metade do século XX, e a consequente difusão da questão ambiental nas diferentes arenas de discussões (políticas, sociais, econômicas, jurídica, além da ambiental propriamente dita) de governos e da sociedade civil, desdobramentos de diversas ordens foram ocasionados à sociedade e ao mercado (BERKES; FOLKE; GADGIL 1995; FUKS, 1998; ACSELRAD, 2004; LEITE LOPES, 2006; VIEIRA, 2009, p.27). O setor do turismo foi um dos que se sentiu fortemente impactado e, em resposta aos novos paradigmas propagados, precisou se redesenhar trazendo o meio ambiente para o centro da sua pauta.

Doravante, o planejamento ambiental passou a ser ferramenta essencial na organização do setor (RUSCHMANN, 2009). Concomitantemente, havia sinais de mudança nos padrões comportamentais e nas preferências da demanda, que queria fugir dos destinos já consolidados, do chamado turismo de massa e buscar experiências diferenciadas que propiciassem maior contato com o meio natural e cultural. Esse contexto favoreceu a expansão do ecoturismo e do turismo cultural, que ganharam projeção mercadológica (REJOWSKI, 2002; FONTELES, 2004; BRASIL, 2006).

A consolidação desses dois segmentos abriu espaço para novas interesses, que ao longo dos anos vêm ganhando expressividade. Uma dessas novas modalidades é o Etnoturismo ou Turismo Étnico, que se contrapõe ao turismo de massa, quando deixa de reproduzir roteiros mercadológicos a grandes centros ou destinos já consolidados e busca oferecer ao turista vivências culturais únicas.

De acordo com Brasil (2006), o Etnoturismo compreende as “[...] atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais”. Essas dinâmicas abrigam uma multiplicidade de expressões, que se manifestam na oralidade e transmissão dos conhecimentos tradicionais, nas danças, no artesanato, nas crenças, na contação de histórias, no modo de vida, nas festas, na música, na religiosidade, na culinária e na hospitalidade.

O etnoturismo circunscreve-se ao ambiente das chamadas comunidades tradicionais, grupos sociais que se caracterizam pela forte relação com seu território, com sua cultura, sua tradicionalidade e com os conhecimentos de seus ancestrais (YAN; BRAMWELL, 2008; YANG, 2011; VIVEIROS DE CASTRO, 2013). Marisqueiras, caiçaras, seringueiros, pescadores, castanheiras, indígenas e quilombolas fazem parte desse universo. É no território desses grupos que a prática acontece e se reveste de importância, apresentando-se como um produto de grande viabilidade no Brasil.

De acordo com Vatin (2008), as primeiras iniciativas de turismo étnico afro no mundo surgiram nos Estados Unidos, com visitas aos bairros de origem negra, por meio das quais os visitantes conheciam as experiências de cunho étnico-cultural daqueles povos. No Brasil, conforme Ribeiro e Santos (2018) essa prática teria sido implementada introdutoriamente na Bahia, tendo a cultura negra como principal atrativo, por volta dos anos 1990.

Embora ainda seja recente, sua prática vem ocorrendo com maior intensidade em territórios indígenas e, em menor proporção, nas comunidades quilombolas, grupos sociais que resultam de um processo histórico marcado por resistência e fuga ao sistema de escravidão. Nesse contexto, a cultura quilombola é o recurso primordial para o desenvolvimento do etnoturismo afro e deve ser compreendida em sua totalidade a partir de uma perspectiva histórica que evidencie sua abundância, seu valor, bem como suas lutas e seu protagonismo na sociedade e no turismo, em particular. Ou seja, as atividades etnoturísticas devem estar fortemente “[...] relacionadas à identidade cultural representativa dos grupos étnicos que, no caso dos quilombos, dizem respeito à herança africana.” (RIBEIRO; SANTOS, 2018, p. 80).

Por ser uma atividade nova, somente há pouco tempo passou a ser objeto de estudo, justificando o limitado número de pesquisas na área (TRIGO; PANOSSO NETO, 2014). Isto posto demonstra a imprescindibilidade de ampliar o debate dessa temática. Outrossim, é importante apreender os contextos e perspectivas inerentes a esse campo de estudo, que ainda apresenta multiplicidade de terminologias, conceitos e carências de ordem teórica e epistemológica (NECHAR; PANOSSO NETO, 2010; GRACIANO; HOLANDA, 2019).

Cientes desses reveses, esse estudo objetiva analisar a produção científica sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas a partir da análise bibliométrica e da revisão de literatura como forma de reconhecer a evolução desse conhecimento, apontar tendências, identificar lacunas, assim como aprofundar o assunto investigado.

O estudo constatou que a preservação dos valores culturais e o planejamento são o principal foco das pesquisas desenvolvidas até o momento, respondendo por 67,74% dos trabalhos analisados. O interesse no planejamento do etnoturismo bem como na manutenção dos elementos culturais quilombolas sinalizam a preocupação em fincar bases sustentáveis para a implementação e o desenvolvimento dessa prática, legitimando seu propósito de propiciar experiências genuínas ao visitante e melhoria na qualidade de vida da comunidade receptora.

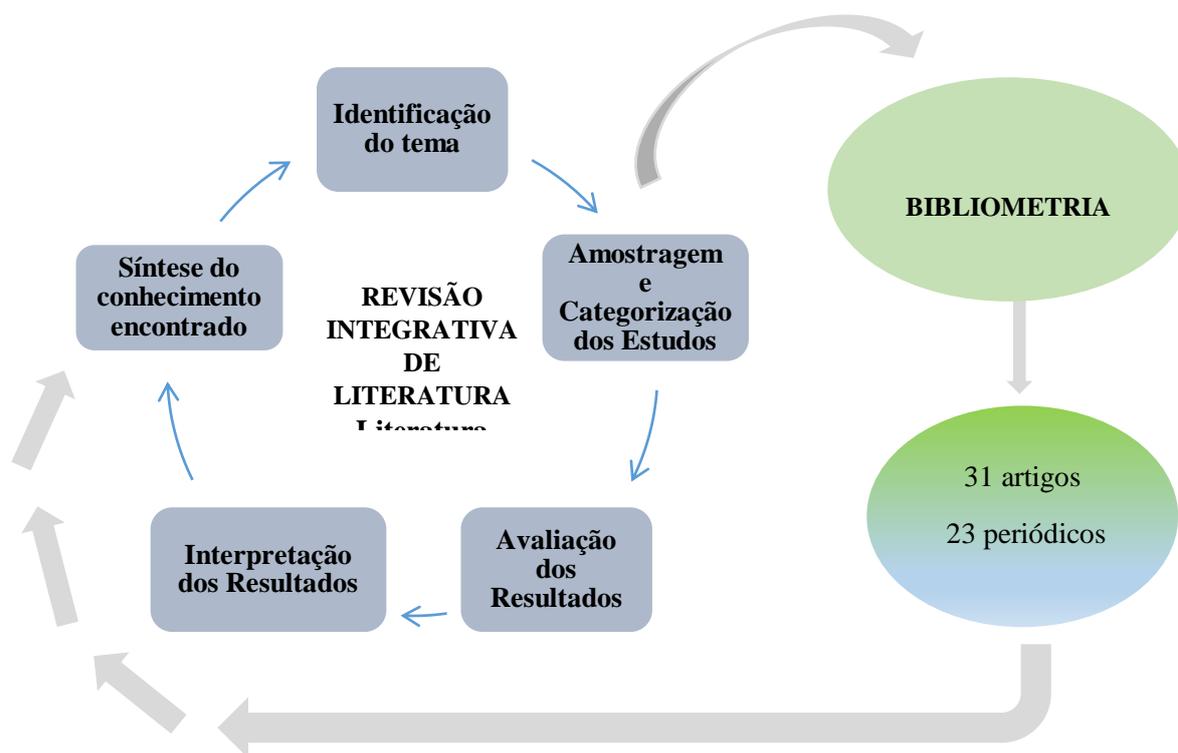
PERCURSO METODOLÓGICO

O desenvolvimento deste estudo está subsidiado na Revisão Integrativa da Literatura (RIL) aliado ao Estudo Bibliométrico (EB), adaptado de Graciano e Holanda (2020). A RIL constitui-se de abordagens quantitativas e qualitativas por meio da análise de produções científicas teóricas e está estruturada em seis etapas: identificação do tema; amostragem; categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados e síntese do conhecimento encontrado (TORRACO, 2016).

A análise bibliométrica se propõe a estudar quantitativamente as atividades científicas, mensurar o conhecimento produzido, identificar padrões da escrita científica e elementos da literatura. Dessa forma, apresenta-se como ferramenta essencial para reconhecer a evolução desse conhecimento, apontar tendências e identificar hiatos do assunto investigado (SPINAK, 1996; MACIAS-CHAPULA, 1998; KOSEOGLU *et al.*, 2016).

Procedeu-se com a busca de dados no Portal de Periódicos da CAPES, que funciona como plataforma digital e contém arquivos e publicações científicas internacionais, congregando mais de 45 mil títulos, 130 bases indexados em 130 bases referenciais (PORTAL CAPES, 2020). Não obstante o Portal CAPES apresentar limitações no que se refere aos filtros da pesquisa, que possibilitam melhor ordenamento e identificação do material pesquisado, seu significativo acervo concentrado em um único canal justifica a escolha para a realização desta investigação posto que dispensa a necessidade de pesquisa nas diversas outras bases de dados existentes.

Figura 1 – Desenho metodológico da pesquisa



Fonte: Adaptado de Graciano e Holanda (2020)

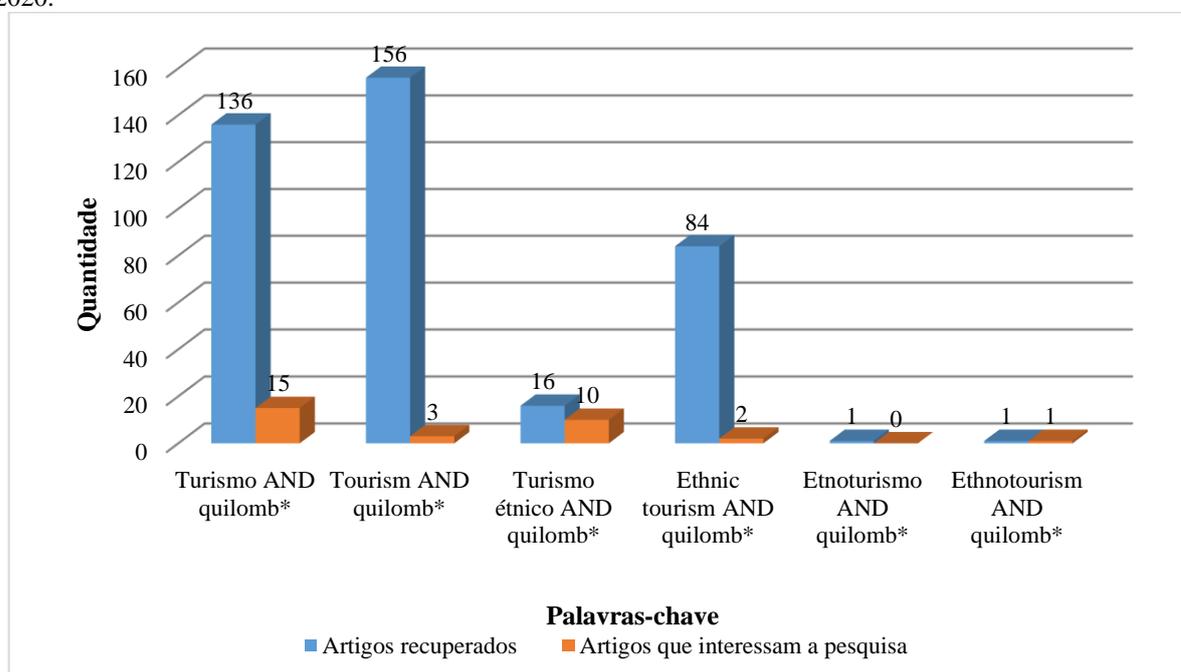
Na opção “por assunto”, selecionou-se o campo “busca avançada” utilizando três combinações de palavras-chave: turismo AND quilomb*, etnoturismo AND quilomb* e turismo étnico AND quilomb*. Fez-se uso do boleano AND para direcionar e especificar os resultados, aproximando-os do objetivo pretendido nesta investigação e optou-se pelo uso do asterisco ao final do prefixo “quilomb” visando capturar trabalhos tanto com a palavra quilombo como quilombola. Como forma de alargar os resultados, a busca de dados também foi realizada no idioma inglês utilizando as mesmas alianças de palavras.

A partir da busca empreendida, foram selecionados os artigos que interessavam ao escopo desta investigação. O passo seguinte foi categorizar as pesquisas conforme conteúdo principal abordado. Em seguida, os trabalhos foram avaliados e interpretados, observando padrões, inconsistências e lacunas. Por fim, os dados foram sintetizados e organizados em planilhas do programa Excel. Por se tratar de uma análise bibliométrica não houve necessidade da consulta ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Portal CAPES recuperou um total de 394 resultados, dos quais 153 em português e 241 em inglês. Desse total, 92,14% foi descartado por motivos de duplicidade ou abordar assuntos que se distanciam da temática em questão, sendo retidos apenas 31 pesquisas que correspondem a 7,86% do universo coletado. Para a combinação de palavras turismo AND quilomb* e *tourism* AND quilomb* foram obtidos 292 resultados, todavia apenas 18 estavam relacionados à temática pesquisada. Em relação à segunda associação turismo étnico AND quilomb* e *ethnic tourism* AND quilomb* recuperou-se 100 trabalhos, dos quais somente 12 respondiam ao interesse do estudo. Para a terceira aliança de palavras-chave etnoturismo AND quilomb* e *ethnotourism* AND quilomb* foram capturadas duas pesquisas, das quais apenas uma foi integrada ao escopo pretendido. A Figura 2 apresenta os resultados.

Figura 2 - Número de registros (artigos revisados por pares) encontrados no Portal de Periódicos CAPES sobre o tema Etnoturismo em comunidades quilombolas e selecionados para análise, dentro do recorte temporal 2000 a 2020.



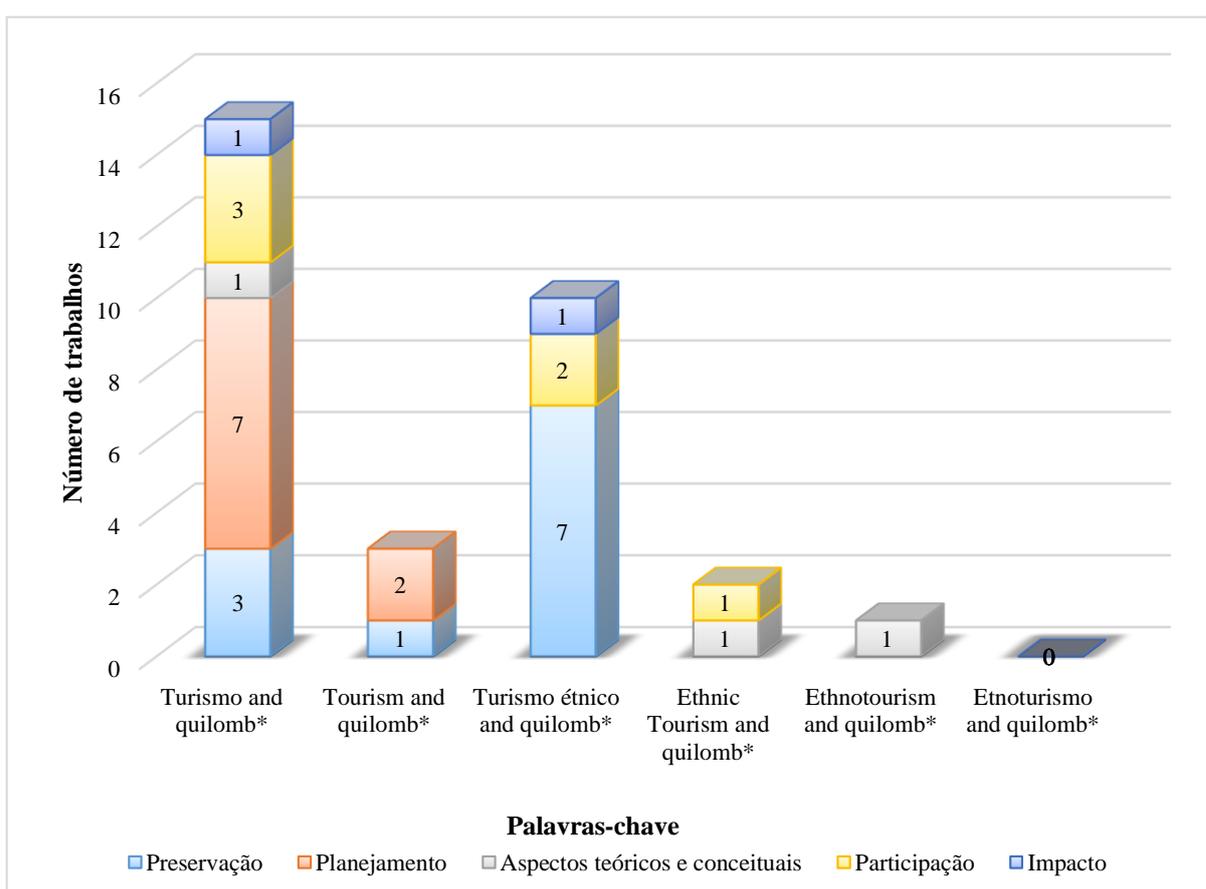
Fonte: Autores (2020)

Não obstante o recorte temporal compreender o intervalo de 2000 a 2020, o Portal Capes não localizou resultados entre os anos 2000 e 2004. Dos 31 artigos selecionados para análise, a publicação mais antiga data de 2005 e a mais atual de 2019. A partir da combinação Turismo AND Quilomb* os artigos capturados foram incluídos nos cinco conteúdos principais. O mesmo resultado não se repetiu para as demais combinações submetidas Tourism AND Quilomb*, Tourism AND Quilomb*, Turismo Étnico AND Quilomb*, Ethnic Tourism AND

Quilomb*, Etnoturismo AND Quilomb*, Ethnotourism AND Quilomb*, alcançando apenas dois, três, dois, um e zero categorias, como se observa na Figura 3.

No que se refere ao ano que acumulou o maior registro de publicações para as palavras-chave Tourism AND Quilomb* e Tourism AND Quilomb* foi o de 2010 e 2017. Para a aliança de palavras Turismo Étnico AND Quilomb* e Ethnic Tourism AND Quilomb* foi 2016 e 2017, enquanto para o termo Etnoturismo AND Quilomb* e Ethnotourism AND Quilomb* o único resultado data de 2017.

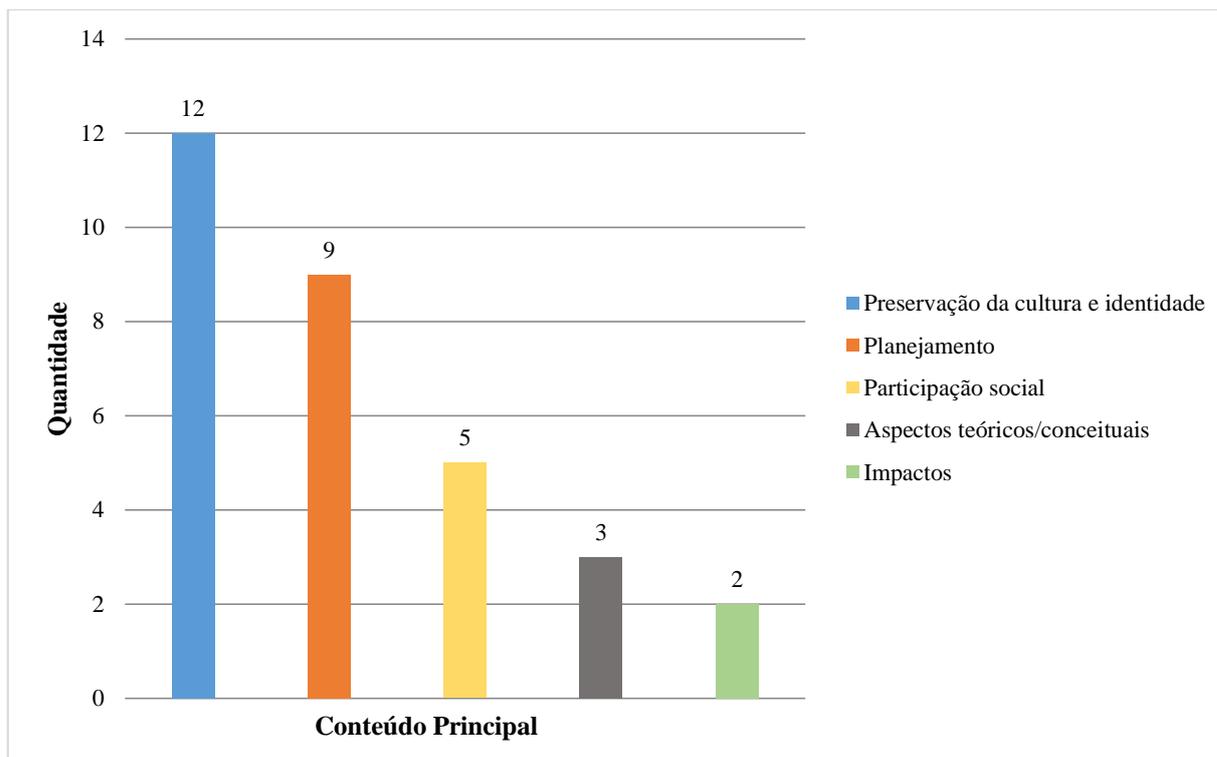
Figura 3: Conteúdos abordados nos artigos capturados no Portal CAPES a partir combinação de palavras sobre a temática Etnoturismo em comunidades quilombolas, no período de 2000 a 2020.
Fonte: Autores (2020)



Fonte: Autores (2020)

No que se refere à abordagem central discutida nos estudos selecionados, foi possível identificar cinco categorias presentes (Figura 4). Verifica-se que a “preservação dos valores culturais” é a categoria mais enfatizada nos artigos encontrados, presente em 12 trabalhos (38,70%), seguido da abordagem “planejamento”, explanada em nove estudos (29,03%). Esse resultado aponta que estudiosos da área têm inserido o planejamento para o centro das discussões, o que é de grande importância quando se trata de uma atividade que se organiza e se beneficia da cultura desses povos.

Figura 4: Principais abordagens dos artigos capturados no Portal CAPES sobre o tema Etnoturismo em comunidades quilombolas no intervalo de 2000 a 2020 e selecionados para análise.



Fonte: Autores (2020)

Na esteira dessa reflexão, não só a academia, mas também gestores públicos e comunidades quilombolas precisam se apropriar dos princípios éticos que alicerçam e norteiam o etnoturismo, dentre eles a participação e protagonismo social da comunidade na implementação e avaliação dos projetos e ações; escala limitada; impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à comunidade, o “encontro” como condição essencial entre visitantes e visitados; e, diretrizes orientadas para a preservação dos ambientes naturais e culturais (IRVING, 2009; SILVA; MARTINS, 2012; SOUZA; PINHEIRO, 2018). Para Trigo e Panosso (2014), o desenvolvimento de novos segmentos exige uma análise rigorosa dos roteiros no intuito de maximizar os benefícios da riqueza étnica e cultural desses povos, evitando esteriótipos ou preconceitos.

Tabela 1 – Conteúdos discutidos nas publicações divulgadas no Portal de Periódicos Capes sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas no período de 2000 a 2020.

Conteúdo central	Autores/ano
Preservação valores culturais	Oliveira e Marinho (2005); Vatin (2008); Silva e Carvalho (2010); Moreira e Almeida (2013); Pinheiro (2014); Deus e Carmo (2016); Bezerra et al. (2017); Aguiar e Souza (2017); Montero (2017); Ribeiro e Santos (2018); Gomes e Santos (2019); Lusby e Pinheiro (2019)

Participação social	Beares e Cabral (2008); Oliveira e Jesus (2010); Silva e Midlej (2012); Rabinovici (2012); Souza, Santos e Cançado (2017)
Planejamento e organização	Gaiotto (2008); Sahaidak (2010); Silva e Carvalho (2010); Silva (2014); Silva, Matta e Sá (2016); SilvaE (2016); SilvaL (2016); Guedes e Bastos (2017); Arruda e Gonçalves (2018);
Aspectos teóricos/conceituais	Carneiro, Oliveira e Carvalho (2010); Trigo e Panosso Neto (2014); Noronha (2015);
Impactos	Bowen (2016); Almeida (2017)

Fonte: Autores (2020)

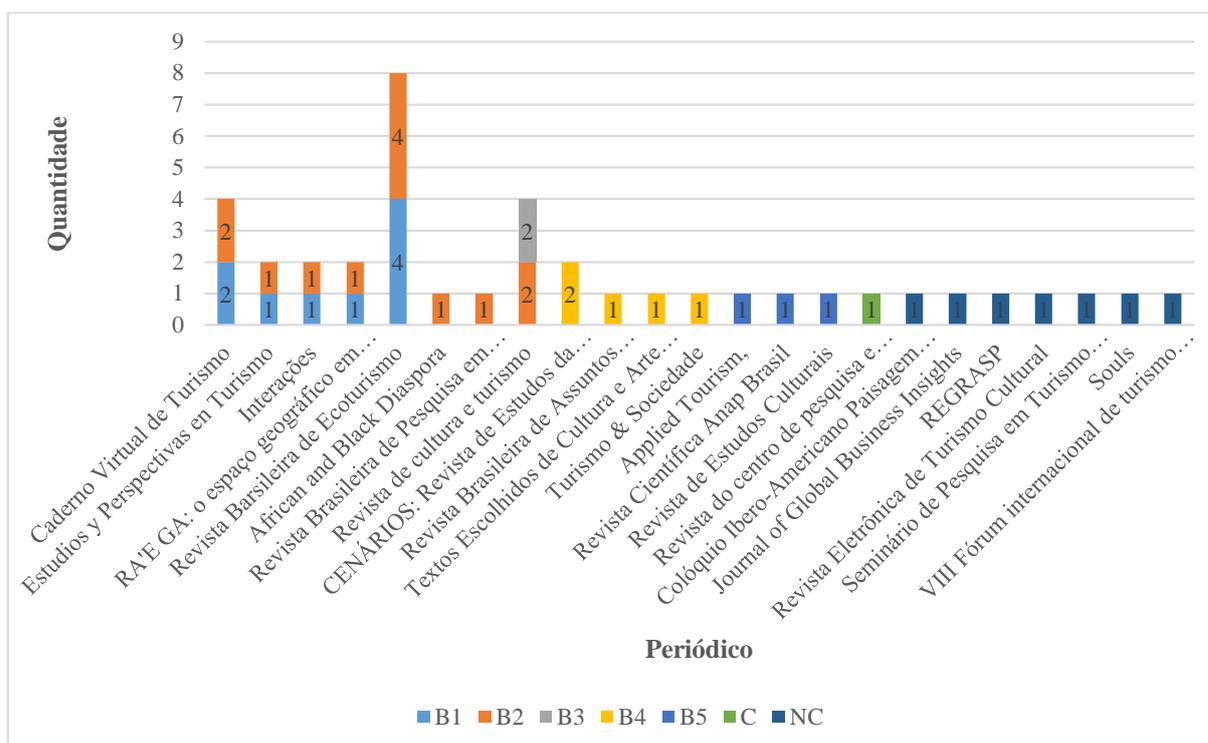
No tocante aos 23 periódicos científicos em que foram publicados, são majoritariamente nacionais, respondendo por 90,33% contra 9,67% internacionais. A Revista Brasileira de Ecoturismo é a que registra a maior quantidade, com quatro publicações, seguida da Revista de Cultura e Turismo, Caderno Virtual de Turismo, Cenários, Turismo & Sociedade e Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, com duas publicações cada. As demais apresentaram apenas um artigo publicado, conforme demonstra a Figura 5.

Em relação ao sistema de classificação Qualis/CAPES 2013-2016, que estabelece uma série de critérios para mensurar a qualidade da produção intelectual no Brasil, onde A1 é o nível mais elevado e C o menos, os dados demonstram que 9,04% são de periódicos B1, 25,81% pertencem a periódicos não classificados pela CAPES, 19,35% são revistas da faixa B4, 9,68% pertencem ao estrato B5, 6,45% dos artigos possui classificação B2, 6,45% são B3 e 3,22% fazem parte do nível C.

Os dados são indicativos de uma produção científica frágil e pulverizada em razão de vários fatores. A análise dentro da área de avaliação das Ciências Ambientais constatou que oito trabalhos (25,81%) foram publicados em periódicos que não se enquadram na classificação Qualis Capes. Esse dado pode sinalizar que sejam estudos de baixo rigor científico, conquanto foram divulgados em periódicos que não alcançaram a pontuação mínima exigida por parte do Sistema Qualis/Capes.

Outra constatação importante que reforça essa ideia de uma produção fragmentada sob o viés científico e epistemológico é que não há trabalhos publicados em periódicos de excelência internacional, representados pelo estrato A. Em agravamento à esse fato, o termo Etnoturismo ou Turismo Étnico ainda é pouco difundido e muitas vezes confundido com o turismo de base comunitária, turismo afro, turismo cultural, turismo social e turismo comunitário. Para Ribeiro e Santos (2018), “não há um modelo de turismo étnico afro: o que existe são experiências e vivências que fluem e transitam nas comunidades quase de maneira intuitiva”.

Figura 5. Relação de Periódicos em que foram publicados os artigos sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas e estrato correspondente conforme o Sistema de Classificação Qualis/Capes **Legenda:** NC: Não Consta.



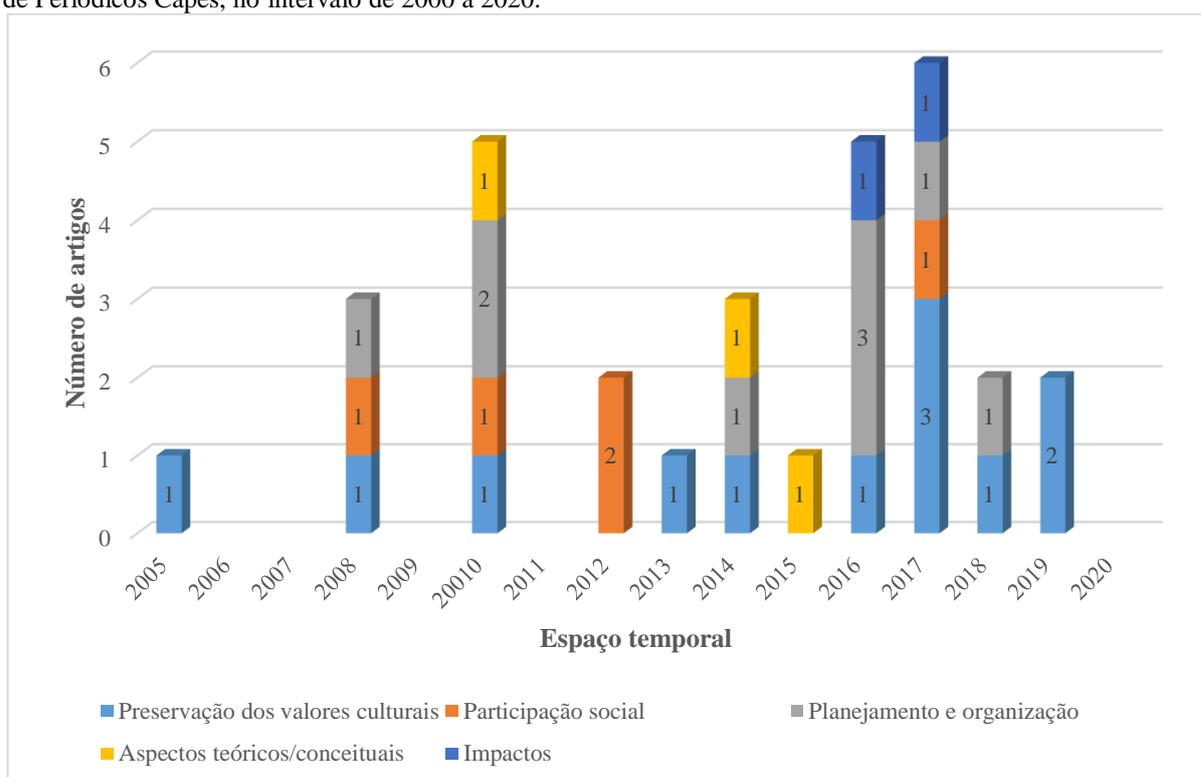
Fonte: Autores (2020)

A despeito do Etnoturismo manifestar pontos em comum com o turismo de base comunitária como a vivência cultural, o respeito ao modo de vida, o planejamento sustentável e a garantia de benefícios a serem gerados a comunidade receptora, é fundamental promover o alinhamento e esclarecimento desses conceitos (SILVA; MARTINS, 2012; BRASIL, 2006). Esse cenário reflete o panorama do campo de estudos relacionados ao turismo, que ainda se reveste de uma pluralidade de definições e terminologias e de publicações rasas, descritivas, que não aprofundam o debate, dificultando a evolução científica dessa área de estudo (NECHAR; PANOSSO NETO, 2010; GRACIANO; HOLANDA, 2020).

Enquanto objeto de investigação, o Etnoturismo em comunidades quilombolas começou a ser discutido a partir de uma iniciativa do Ministério do Turismo por volta do ano 2000 com a intuito de fincar marcos conceituais para os diversos tipos de segmentos de turismo existentes até então no mercado, incluindo o turismo étnico enquanto uma vertente do turismo cultural. A inclusão do conceito de turismo étnico nessa ação institucional pode ser entendida como desdobramento da trajetória empreendida em favor do reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais e dos movimentos quilombolas vivenciados sobretudo nas décadas de 1980 e 1990.

A partir dos resultados obtidos no Portal Capes, constata-se que entre os anos 2000 e 2004 não se registram pesquisas (Figura 6). O estudo de Oliveira e Marinho (2005) introduz o debate do etnoturismo em comunidades quilombolas, focalizando a preocupação com a preservação dos valores culturais em uma comunidade matogrossense. Esse mesmo conteúdo novamente foi citado por Vatin (2008) na análise dos mecanismos identitários e étnicos em ação nesse novo mercado “etno-turístico” em uma comunidade da Bahia. O ano de 2008 introduziu a participação social e o planejamento como pautas de discussão, conforme se observa nos trabalhos de Beares e Cabral (2008) e Gaiotto (2008).

Figura 6. Evolução temporal das pesquisas sobre Etnoturismo em comunidades quilombolas capturadas no Portal de Periódicos Capes, no intervalo de 2000 a 2020.



Fonte: Autores (2020)

Dois anos após, as pesquisas inseriram o debate dos elementos conceituais e teóricos, com o estudo de Carneiro, Oliveira e Carvalho (2010). Nos anos subsequentes, 2012, 2014, 2015 novas pesquisas surgiram abordando as diversas categorias, com destaque para o estudo de Trigo e Panosso Neto (2014) que discutiu de maneira crítica as bases teóricas que constroem o turismo étnico afro no Brasil. Somente no ano 2016 o conteúdo sobre impactos emerge com a investigação de Bowen (2016) que ressaltou o risco da mercantilização da cultura quilombola e afirmou que o fenômeno da etnomercadoria não é um modelo de desenvolvimento escalável ou equitativo para os quilombos brasileiros. A pesquisa mostrou que as comunidades quilombolas implementaram o turismo motivadas pela perda de alternativas de emprego, baixos

salários e políticas ambientais que ameaçam seus meios de subsistência. No ano seguinte sobressai a pesquisa de Montero (2017) que questiona como a autenticidade quilombola é vivenciada dentro do contexto do etnoturismo enquanto meio de resistência, de interconexão e soberania.

Os anos 2018 e 2019 inscreveram novas pesquisas sobre o tema, mas até o mês de agosto quando foi realizada a coleta de dados, o Portal Capes não apresentou estudos no ano de 2020. Metodologicamente, a maioria dos artigos analisados trouxe como técnicas de pesquisa a roda de conversa e a observação participante e não participante. Os anos de 2010 e 2017 assinalam o maior número de publicações e o estado do Maranhão foi o mais pesquisado com seis trabalhos, quatro deles na comunidade Filipa. A comunidade Campinho da Independência (RJ) também foi objeto de estudo de quatro investigações. A comunidade Kalunga (GO) e as comunidades do Vale do Ribeira (SP) receberam duas pesquisas.

Em relação aos pesquisadores, a maioria é do estado de São Paulo (25,80%), seguido do Maranhão (22,60%), Rio de Janeiro (12,90%), Goiás (12,90%) e Estados Unidos (9,70%). Há ainda pesquisadores do Distrito Federal, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Ceará, registrando cada uma pesquisa para cada, que em somatório totalizam 16,10%.

No campo de estudos do turismo, a bibliometria se posiciona como um importante caminho em razão da necessidade de ampliação dos estudos na área, da colaboração de indivíduos, publicações e instituições para esse campo teórico; e da avaliação do desempenho das pesquisas (HALL, 2011; GRACIANO; HOLANDA, 2020).

Diante da análise, observou-se que todas as pesquisas trazem elementos comuns como a preocupação sobre a forma como a atividade turística vem explorando os recursos culturais dessas comunidades e a necessidade de se monitorar os impactos dessa prática, evitando prejuízos e perdas às comunidades, principalmente no que se refere à sua identidade cultural. Outrossim, os estudos recomendam a inserção participativa da comunidade em todas as etapas de implementação e avaliação, considerando, prioritariamente as demandas locais em detrimento dos interesses mercadológicos. Constatou-se que apesar do esforço desses pesquisadores, a quantidade de estudos que discutem os elementos teóricos/epistemológicos do etnoturismo ainda é pequena e precisa ser fortalecida com novas pesquisas e reflexões críticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica apresenta-se como um importante instrumento tanto para difundir e democratizar o conhecimento, como para fornecer à sociedade ideias que possibilitem a solução de problemas nos mais diversos campos do saber. Não obstante os estudos que permeiam o debate sobre a produção científica em etnoturismo quilombola sinalizarem uma conjuntura de expansão, o desafio foi mapear essa produção, analisando suas possibilidades, contextos, bem como lacunas.

O Etnoturismo disponibiliza roteiros formatados a partir de elementos do cotidiano relacionados à simbologia, ao processo histórico, ao sistema cultural e aos elementos sagrados e profanos que constituem o modo de vida dos povos tradicionais. Para tanto, é fundamental que as comunidades estejam fortalecidas da sua riqueza e do seu legado, estabeleçam os limites, não permitam a usurpação de suas identidades para atender aos interesses do mercado e assumam seu protagonismo. Por outro lado, é importante o acompanhamento de ações e políticas direcionadas à manutenção dos recursos culturais e tradicionais e para o monitoramento de impactos nas comunidades.

A análise revelou que a preservação dos valores culturais e o planejamento constituem as categorias mais presentes nas publicações analisadas, além de serem essenciais na manutenção dos territórios quilombolas. A ênfase no planejamento e na manutenção dos elementos culturais quilombolas aponta um cenário promissor para o expansão do etnoturismo no Brasil e constituem questões centrais do futuro dessas comunidades.

Por fim, a análise possibilitou extrair informações valiosas, revelando, dentre outros aspectos, a insuficiente produção científica sobre etnoturismo em comunidades quilombolas, tanto sob o viés quantitativo como qualitativo. Uma vez que a produção ainda se apresenta fragmentada e superficial, emerge a necessidade de investimentos e avanços acadêmicos, por meio da ampliação e aprofundamento do debate dessa temática com análises mais críticas e cientificamente mais rigorosas que permitam a organização da atividade em pilares sustentáveis e possam fomentar a ampliação desse segmento para todo o território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. HERCULANO, S. E PADUA, J. (orgs.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Damará: Fundação Ford, 2004. 303p.

ALMEIDA, M. G. Território quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás. **RA'E'GA**, v. 40, p. 130 -144 , 2017.

ARRUDA, D. O.; GONÇALVES, J. P. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola, **Interações**, v. 21, n. 1, p. 107-123, 2020.

BEARES, L. A.; CABRAL, S. G. Percepção da hospitalidade na visitação turística de comunidades isoladas na região de Paraty: guaranis, caiçaras e quilombolas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 3, p. 19-40, 2008.

BERKES, F.; FOLKE, C.; GADGIL, M. Traditional ecological knowledge, biodiversity, resilience and sustainability. In: PERRINGS, C. A.; MAHLER K.; FOLKE, C.; HOLLING, C.; JANSSON, B. (orgs.) **Biodiversity conservation: problems and policies**. Dordrecht (The Netherlands): Kluwer Academic, p. 281–299, 1995.

BEZERRA, D. V. S.; NUNES, J. R.; NASCIMENTO, R. S.; NASCIMENTO, V. L. Q. Turismo de base comunitária: proposta para o resgate cultural da comunidade quilombola Alto Itacuruçá, Abaetetuba (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 9, n. 6, p. 584-590, 2017.

BOWEN, M. Who owns Paradise? Afro-Brazilians and Ethnic tourism in Brazil's quilombos. **African and Black Diaspora**, v.10, n.2, p. 179-202, 2017

BRASIL. **Cadernos de Segmentação do Turismo**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2006. 61p.

CARNEIRO, E.; OLIVEIRA, S. A.; CARVALHO, K. D. Turismo cultural e sustentabilidade: uma relação possível? **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2010.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistência**. 2ª ed. Fortaleza: EdUECE, 2014. 444p.

DEUS, J. A. S.; CARMO, L. P. Rota dos quilombos: identidade quilombola, etnodesenvolvimento e paisagens culturais no Vale do Jequitinhonha/ Minas Gerais – Brasil. In: **Anais**. 4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2016, Belo Horizonte: UFMG, 2016.

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004. 218p.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006. 375p.

GAIOTTO, M. A. Turismo étnico: conceitos e práticas: uma proposta para o cafundó, em salto de Pirapora – SP. **Revista da ANAP**, v. 1, n. 1, p. 129-146, 2008.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020.

GUEDES, A. S.; BASTOS, S. R. Potencialidade de visitação e reflexão acerca da comida e religiosidade como memória e patrimônio imaterial do remanescente de quilombo cafundó, em Salto de Pirapora-SP. **Cultur**, v. 11, n. 2, p. 155-182, 2017.

GOMES, C. M.; SANTOS, S. R. Turismo cultural e as divinas caixeiros de Alcântara, Maranhão (MA), Brasil. **Turismo e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 110-129, 2019.

HALL, C. M. Publish and perish? Bibliometric analysis, journal ranking and the assessment of research quality in tourism. **Tourism Management**, v. 32, n. 1, p. 16–27, 2011.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (orgs.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Ed. Letra e Imagem, p. 108-121, 2009.

KOSEOGLU, M. A.; RAHIMI, R., OKUMUS, F.; LIU, J. Bibliometric studies in tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 61, 180–198, 2016.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

LUSBY, C.; PINHEIRO, T. Case study: Tourism in traditional brazilian quilombo communities – From theory into practice. **Journal of Global Business Insights**, v.4, n.2, p. 118-124, 2019.

MACIAS-CHAPULA. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998

MONTERO, C. M. G. “To Preserve is to Resist”: Threading black cultural heritage from within in quilombo tourism. **Souls**, v.19, n.1, p. 75-90, 2017.

MOREIRA, J. F. R.; ALMEIDA, M. G. O lugar Kalunga como lugar turístico: um olhar sobre o turismo rural no Engenho II em Cavalcante (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n.3, p.708-721, 2013.

NECHAR, M. C.; PANOSSO NETTO, A. Implicaciones epistemológicas en la construcción del conocimiento del turismo. In: M. C. Nechar & A. Panosso Netto (orgs.) **Epistemología del turismo: estudios críticos**. México: Editorial Trilhas, p. 15–40, 2010.

NORONHA, R. G. Era uma vez no quilombo: narrativas sobre turismo, autenticidade e tradição entre artesãs de Alcântara (MA). **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, v.12, n.1, p. 43-60, 2015.

PINHEIRO, T. R. O turismo étnico de base comunitária e a reconstrução da cultura quilombola: o caso do quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio e Janeiro. In: **Anais**. VIII Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2014, Foz do Iguassu: UFSC, 1994.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC. **Histórico**. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 21 set 2020

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998.

RABINOVICI, A. Formatando roteiros turísticos quilombolas no entorno de áreas protegidas

no Vale do Ribeira (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 2, p. 153-172, 2012.

REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. 153p.

RIBEIRO, D. W. A.; SANTOS, C. F. Patrimônio afro-brasileiro e turismo: comunicando o modo de ser quilombola. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação** (Edição Especial - Ética no Turismo), v.1, n.1, p. 71-88, 2018.

RUSCHMANN, D. V. M.. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2009. 199p

OLIVEIRA, A. M.; JESUS, D. L. Territórios étnicos: narrativas de um processo participativo para o desenvolvimento da atividade turística. **Cultur**, v. 4, n. 1, p. 59-75, 2010.

SAHAIDAK, A. Turismo em uma comunidade quilombola: a cultura com suas possibilidades e alcances. In: **Anais**. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2010, Caxias do Sul: UCS, 2010.

SILVA, R. E. O turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local nos territórios quilombolas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n.1, p.178-197, 2014.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. Turismo Étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 203-219, 2010.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. Legados étnicos turismo e sustentabilidade: um olhar sobre a comunidade quilombola de Filipa, Maranhão. In: **Anais**. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2010, Caxias do Sul: UCS, 2010.

SILVA, F. P. S.; MARTINS, L. C. A. “Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária”. **Revista Sustentabilidade em Debate**, v. 3, n. 2, p.61-70, 2012.

SILVA, R. E.; MIDJEI, M. M. B. Tierras de Preto de Filipa (MA) – Brasil: identidad, territorialidad y turismo comunitario en la lucha por el reconocimiento, **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 21, n. 1, p. 180 – 202, 2012.

SILVA, E. L. Possibilidades do desenvolvimento do turismo étnico nas comunidades quilombolas de Diamantina/MG: oportunidades e desafios, **Applied Tourism**, v. 1, n. 1, p. 83-96, 2016.

SILVA, L. S. Turismo étnico-afro na cidade de São Paulo: um conceito a ser empreendido, **REGRASP**, v. 1, n. 1, p. 72-98, 2016.

SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R.; COIMBRA DE SÁ, N. Turismo de base comunitária no antigo quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 79-92, 2016.

SOUZA, M. A. V.; SANTOS, N. S.; CANÇADO, A. C. O turismo de base comunitária no Território da Cidadania do Jalapão (TO): a experiência das comunidades quilombolas prata e mumbuca. **Baru**, v. 3, n. 2, p. 226-241, 2017.

SOUZA, N. N. S.; PINHEIRO, T.R. **Turismo étnico**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018. 124p.

STEWART, A. Reconfiguring Agrobiodiversity in the amazon estuary: market integration, the açai trade and smallholders' management practices in Amapá, Brazil. **Human Ecology**, v. 41, n. 1, p. 827–840, 2013.

SPINAK, E. **Dicionario enciclopédico de bibliometría, cienciometría e informetria**. Caracas: UNESCO, 1996. 244p.

STEWART, A.; LIMA, D. “We also preserve”: *quilombola* defense of traditional plant management practices against preservationist bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 37, n. 1, p. 141–165, 2017.

TEIXEIRA, R.; SOUZA, L. Comunidade quilombola Barra da Aroeira (TO): abordagem fenomenológica das práticas ecológicas. **Redes**, v. 21, n. 2, p. 63 - 86, 2016.

TORRACO, R. J. Writing Integrative Literature Reviews. **Human Resource Development Review**, v. 15, n. 4, p. 404–428, 2016.

TRIGO, G.L.; PANOSSO NETO. A. Ethnical Afro Tourism in Brazil. **Revista Estudos Culturais**, v.1, n.5, p. 1-18, 2014.

VATIN, X. “O desenvolvimento do turismo étnico na Bahia: o caso da cidade de Cachoeira”. In: **Anais. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, Bahia, 2008.

VIEIRA, P. F. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Política e Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 27-75, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Economic development, anthropomorphism, and the principle of reasonable sufficiency. In: Pasquale Gagliardi; Anne Marie Reijnen; Philipp Valentini. (orgs.). **Protecting nature, saving creation**. Ecological conflicts, religious passions, and political quandaries. 1ed. New York: Palgrave Macmillan, p. 161-180, 2013.

YAN, H.; BRAMWELL, B. Cultural tourism, ceremony and the state in China. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 4, p. 969–989, 2008.

YANG, L. Ethnic tourism and cultural representation. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 2, p. 561–585, 2011.

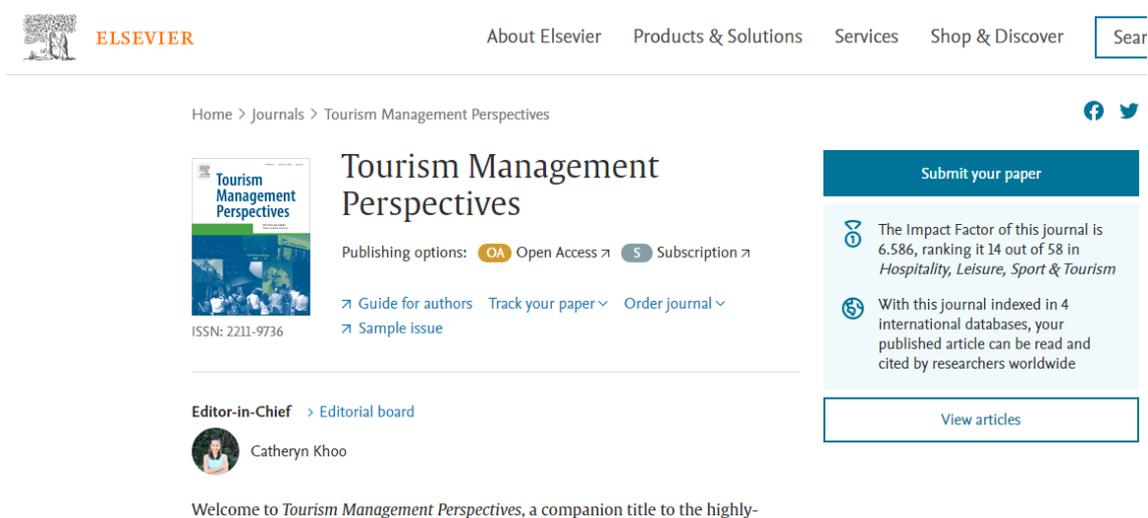
3.6 Artigo 6: Possibilidades do Etnoturismo em comunidades quilombolas do semiárido piauiense, Nordeste do Brasil.

Artigo a ser submetido

Periódico: **Tourism Management Perspectives**

ISSN 2211-973

Qualis A2



The screenshot shows the journal's homepage on the Elsevier website. At the top left is the Elsevier logo. The navigation menu includes 'About Elsevier', 'Products & Solutions', 'Services', 'Shop & Discover', and a search box. The breadcrumb trail reads 'Home > Journals > Tourism Management Perspectives'. The main title 'Tourism Management Perspectives' is prominently displayed, along with its ISSN (2211-9736). Below the title, there are links for 'Publishing options' (Open Access and Subscription), 'Guide for authors', 'Track your paper', 'Order journal', and 'Sample issue'. The Editor-in-Chief, Catheryn Khoo, is listed with a profile picture. A sidebar on the right features a 'Submit your paper' button and two informational icons: one regarding the journal's Impact Factor (6.586) and another about its indexing in 4 international databases. A 'View articles' button is located at the bottom of the sidebar. The page concludes with a welcome message: 'Welcome to *Tourism Management Perspectives*, a companion title to the highly-

POSSIBILIDADES DO ETNOTURISMO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE, NORDESTE DO BRASIL

RESUMO

O caminho percorrido pelo turismo tem apontado um significativo crescimento de viagens, cujas principais motivações são culturas autênticas e roteiros que fujam de destinos comumente ofertados pelo mercado. No Brasil, são poucas ainda as comunidades quilombolas que vivenciam o etnoturismo e esse contexto se reflete também na limitada quantidade de pesquisas sobre o tema. Objetivou-se analisar as possibilidades de implementação do etnoturismo em duas comunidades quilombolas do semiárido piauiense situadas no Nordeste do Brasil. O percurso metodológico está alicerçado nos métodos história de vida e abordagem etnográfica, com adoção da observação participante e das ferramentas de apoio diário de campo e gravador de voz. Em adição, adaptou-se a metodologia de inventariação turística. Os resultados apontam um contexto favorável à prática etnoturística por meio da oferta de atrativos locais, representados nas paisagens cênicas, culinária, lugares sagrados, festividades, danças, cosmologia e artesanato. Ademais, as comunidades promovem a manutenção dos conhecimentos tradicionais e das suas expressões culturais quilombolas e dispõem de sólida organização política, capaz de assegurar que os interesses sociais suplantem os econômicos. Embora se difunda como ferramenta viável e propulsora do fortalecimento do sistema cultural, tão determinante para a organização social local, o fortalecimento desse segmento deve ser acompanhado de um planejamento que contemple a participação ativa dos moradores e do governo, por meio de políticas de fomento a um etnoturismo sustentável.

Palavras-chave: Turismo étnico. Quilombos. Planejamento.

ABSTRACT

The path taken by tourism has shown a significant growth in travel, whose main motivations are authentic cultures and routes that run away from destinations commonly offered by the market. In Brazil, there are still few quilombola communities that experience ethnotourism and this context is also reflected in the limited amount of research on the topic. The aim of this study was to analyze the possibilities of implementing ethnotourism in two quilombola communities in the semi-arid region of Piauí. The methodological path is based on the methods of life history and ethnographic approach, with the adoption of participant observation and tools for daily field support and voice recorder. In addition, the tourist inventory methodology was adapted. The results point to a favorable context for the practice of ethnography through the offer of local attractions, represented in scenic landscapes, cuisine, sacred places, festivities, dances, cosmology and handicrafts. In addition, communities promote the maintenance of traditional knowledge and its quilombola cultural expressions and have a solid political organization, capable of ensuring that social interests supplant economic ones. Although it is disseminated as a viable tool and propeller of the strengthening of the cultural system, so determinant for the local social organization, the strengthening of this segment must be accompanied by a planning that contemplates the active participation of the residents and the government, through policies to foster sustainable ethnotourism.

Keywords: Ethnic tourism. Quilombos. Planning.

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, as múltiplas expressões que constituem a cultura dos povos têm ampliado sua importância e participação dentro do turismo. Como forma de responder às novas demandas que vêm surgindo e que caminham na contramão dos roteiros já consolidados e comercializados de forma massiva pelo mercado, a atividade turística precisou se reinventar e se abrir a novos espaços e caminhos (CARDOZO, 2006).

Nesse contexto, os aspectos culturais despontam como atrativos determinantes de um novo modelo de turismo que tem na autenticidade dos modos de ser e viver dos povos e etnias sua principal âncora (YANG, 2011). Ao considerar que o Brasil possui hoje mais de 600.000 comunidades e povos tradicionais (MPF, 2019), descortina-se um universo de possibilidades para esse novo segmento denominado Etnoturismo ou Turismo étnico.

O Etnoturismo teve início na década de 1990, motivado, dentre outros fatores, pelos movimentos que eclodiram em nível mundial evidenciando o debate ambiental e a manutenção e salvaguarda da biodiversidade. Pela primeira vez, a sustentabilidade e a sobrevivência desses povos despontaram como preocupação e ganharam notoriedade no plano político e social. Nesse contexto, a atividade etnoturística foi promovida como importante ferramenta de proteção dessas culturas, além de importante fonte geradora de emprego e renda (PINHEIRO, 2014). Na concepção de McIntosh e Johnson (2005), o Etnoturismo foi concebido como estratégia de visibilidade e promoção do desenvolvimento socioeconômico dos grupos minoritários étnicos.

Na década de 2000, a prática etnoturística se projetou mundialmente e hoje ocorre em quase todos os países (WING SUN TUNG; RITCHIE, 2011). De forma crescente e contínua, turistas têm buscado conhecer as tradições, os valores culturais, religiosos, espirituais e rituais peculiares dos distintos povos que habitam o planeta (MIDDELKAMP, 2020). Nesse sentido, o Etnoturismo apresenta-se como segmento cuja principal motivação é a vivência de experiências que retratem fielmente o cotidiano das comunidades tradicionais, abarcando todo sistema social e cultural constituinte do modo de vida desses povos, que compreende desde sua alimentação, moradia, modo de vestir, uso de objetos, artesanato, festas, musicalidade, danças, religiosidade, memórias, tradicionalidade, cosmologias, identidade, percepções, lugares, relações e simbologias.

No Brasil, o Etnoturismo vem sendo desenvolvido especialmente em comunidades indígenas e quilombolas, no entanto, o envolvimento dessas comunidades com uma atividade

mercadológica que tem no lucro seu maior objetivo requer atenção e cuidado, além de demandar um planejamento minucioso.

É indiscutível que se organizado de forma responsável, o Etnoturismo oferece possibilidades de melhoria da qualidade de vida para os moradores, por meio de ganhos financeiros, todavia, pode acarretar mudanças comportamentais que se constituem ameaças à cultura desses povos (MALDONADO, 2009; CHISTYAKOVA, 2020).

Os estudos que existem sobre o Etnoturismo no mundo e no Brasil ainda são escassos, mas já sinalizam a preocupação com os impactos dessa atividade sobre essas comunidades, cujo modo de vida associa-se a um sistema tradicional de saberes e fazeres, manifestados em práticas agrícolas de subsistência (VIVEIROS DE CASTRO, 2013; LIMA; KING, 2019). Diante disso, o que se espera do Etnoturismo? No processo de gestão, como se equalizam os interesses? O Etnoturismo pode propiciar sustentabilidade e desenvolvimento para as comunidades quilombolas? Estes são alguns questionamentos que denotam a importância de pesquisas dessa natureza. Objetivou-se, portanto, analisar as possibilidades de desenvolver o Etnoturismo em duas comunidades quilombolas do semiárido piauiense.

Ao discutir o modo como a identidade desses grupos vem sendo apropriada pelo Etnoturismo, o desempenho dos papéis e o comportamento associado a eles, de acordo com as necessidades, circunstâncias e interesses, este estudo fornece lições valiosas para outras comunidades quilombolas, especialmente as situadas no Nordeste brasileiro, que apresentam características similares às estudadas.

Pensando o etnoturismo em comunidades quilombolas

Em suas primeiras décadas de comercialização, o turismo brasileiro foi sinônimo de exploração desordenada. Por ser uma atividade vinculada ao interesse capital, há uma tendência de enfatizar os interesses econômicos em detrimento dos sociais. Em adição, havia o despreparo dos turistas, as iniciativas inconsequentes em busca do lucro imediato por parte de empresários, e a ausência de políticas públicas que estabelecessem limites e planejamento. O resultado soou o alerta de que em algumas localidades o turismo estava fazendo mais mal do que bem, ocasionando sérias vulnerabilidades de diversas ordens nesses espaços, que, nem sempre, conseguiam ser resilientes (LUSBY; PINHEIRO, 2019).

Esta conjuntura modificou-se na década de 1990, quando o planejamento emergiu como categoria central na organização da atividade. Concomitante, foram implementadas políticas públicas direcionadas a segmentação do turismo, com fins de atender aos novos modelos de

consumo do produto turístico, cujo maior interesse se relacionava ao meio ambiente e à cultura. Dentre os numerosos segmentos que hoje existem no mercado, o Etnoturismo ganhou projeção no Brasil especialmente na última década (BRASIL, 2010).

Consoante Trigo e Panosso (2014), o crescimento do Etnoturismo no Brasil foi impulsionado por políticas públicas que tiveram início em 2006, quando o Ministério da Cultura (MC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) lançaram o livro *Os tambores da Ilha*, enaltecendo as manifestações culturais do Maranhão. Em 2009, a publicação *Turismo étnico afro na Bahia*, evidenciou a diversidade dos grupos étnicos locais, sobretudo relacionados à cultura negra. Outra ação foi a criação do Circuito Quilombola Rota da Liberdade na região do Vale do Paraíba, entre São Paulo e Rio de Janeiro, que promoveu a valorização da cultura negra por meio do turismo.

No estado do Piauí, o livro *Bens Negros – referências culturais em comunidades quilombolas do Piauí* publicado pelo IPHAN no ano de 2012, embora não faça associação com o turismo, retrata a diversidade dos bens culturais materiais e imateriais das comunidades quilombolas do estado. Na concepção de Lifschitz (2014), essas políticas culturais, somadas às fundiárias, valorizaram identidades étnicas que permaneceram relegadas no âmbito cultural e promovem o reconhecimento institucional da pluralidade cultural desses povos.

O Etnoturismo se diferencia sobremaneira da prática tradicional do turismo. No modelo convencional, o controle da gestão pertence a grandes empreendedores, destinados ao acúmulo de capital, por meio da exploração dos recursos locais. Na atividade etnoturística, esse comando é da comunidade e o foco se dirige para as vivências autênticas dos povos tradicionais. Porém, nem toda experiência de turismo em comunidades tradicionais se enquadra como Etnoturismo. Na concepção de Yang (2011), somente quando a principal motivação da demanda turística for a interação com a cultura dos distintos povos étnicos é que a atividade etnoturística acontece.

Balizado por princípios éticos, que envolvem a participação e o protagonismo social da comunidade em todas as fases do planejamento, os projetos de etnoturismo devem estar alinhados aos princípios do turismo de base comunitária, que se ancoram na autogestão sustentável, por meio de iniciativas comunitárias organizadas coletivamente e solidariamente (MALDONADO, 2009; MENDONÇA; MORAES, 2012). Seus fundamentos alicerçam-se na escala limitada; impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à comunidade, afirmação cultural, o “encontro” como condição essencial entre visitantes e visitados e diretrizes orientadas para a preservação e conservação dos ambientes naturais e culturais (IRVING, 2009).

O Etnoturismo oferece um produto diferenciado, que, acima de tudo, deve priorizar os interesses da comunidade, no qual o turista precisa se adequar ao modo de vida do grupo visitado, conhecendo e participando do seu cotidiano, sua estrutura, seus hábitos e suas expressões culturais (CHISTYAKOVA, 2020). Ademais, é um meio pelo qual as comunidades transmitem suas crenças e valores e se comunicam com o mundo dos visitantes, promovendo intercâmbios culturais e contribuindo para a manutenção das suas tradições (RIBEIRO; SANTOS, 2018).

Não obstante ser uma ferramenta que propicia bem-estar para os moradores locais, promove maior integração e possibilita uma educação voltada para o ambiente natural e cultural, o Etnoturismo não deve ser visto como uma panaceia para essas comunidades (LIMA; KING, 2019). Quando não planejado e/ou desenvolvido sem a participação efetiva dos moradores, o ônus é maior que o bônus, provocando invasão de privacidade, desrespeito ao modo de vida local, foco apenas no lucro, criação de condições e cenários favoráveis ao turista que se distanciam do lugar real, introdução de elementos externos nocivos à comunidade, risco de alteração da forma como essas comunidades entendem e atuam no seu meio, assim como de fragmentação das identidades e homogeneização das culturas (BRUNER, 2004).

No Brasil, as experiências mostram que os indígenas têm primazia na organização do nesse segmento, mas, gradualmente vem crescendo o número de comunidades quilombolas interessadas em promover intervenções práticas do Etnoturismo. As comunidades quilombolas constituem grupos sociais cuja identidade foi construída e moldada ante as lutas de resistência dos povos negros contra a estrutura opressora escravocrata. Como forma de fugir desse sistema desumano, os negros se agrupavam em locais denominados quilombos, normalmente situados distantes dos centros urbanos. Com o passar dos anos, o conceito de quilombola agregou novos simbolismos representando não apenas os descendentes de pessoas escravizadas, mas todos cujas raízes étnicas se identificam com elementos da ancestralidade africana e do propósito quilombola na batalha para efetivação dos seus direitos sociais e do reconhecimento do seu legado cultural (LEITE, 2000; ARRUTI, 2006; FIGUEIREDO, 2011).

Os quilombolas estão em todo país e suas condições de vida são comumente desfavoráveis. A própria localização afastada impede ou dificulta o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, limpeza pública e saneamento. Quando existem, são disponibilizados ainda com alguma limitação. No aspecto educacional, o percentual de quilombolas ainda sem escolaridade ou que tenham cursado apenas o ensino fundamental é elevada em todo país, fato que cria barreiras para exercer atividades externas às do campo (BRASIL, 2009).

Como consequência, quase todos desenvolvem atividades de subsistência, por meio da produção e do cultivo especialmente do milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) em seus quintais. Para a maioria, a renda não ultrapassa um salário mínimo e está vinculada aos benefícios governamentais. Todo esse quadro é representativo da realidade vivenciada nas comunidades em estudo, Custaneira e Tronco (MACÊDO *et al.*, 2020).

Frente a todos esses problemas, os quilombolas registram avanços e conquistas. Em 1988, o texto constitucional reconheceu oficialmente direitos e garantias ao seu território. Em 2004, foi lançada a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa Brasil Quilombola que reinseriu o debate sobre etnia e comunidade na arena política e cultural. Para ser contemplado por essas políticas, as comunidades tinham que validar indicadores étnicos que atestassem o pertencimento, tais como a ancestralidade, as tradições, a religiosidade, as danças e as memórias. Em paralelo, foram implementadas de ações direcionadas à promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas da saúde, educação, infraestrutura e cultura, contribuindo, assim, para incrementar a expansão do Etnoturismo nessas comunidades (PINHEIRO, 2014; MARINHO, 2017).

No Nordeste, a Bahia desponta como o estado onde se observa essa prática de forma mais intensa, sendo explorada tanto por grupos indígenas como quilombolas (SILVA, 2016). Na região Centro Oeste, os povos Kalungas se destacam pela forma responsável como vêm desenvolvendo o Etnoturismo afro, gerando benefícios coletivos aos mais de 11 mil quilombolas (MARINHO, 2017). No Norte, o Etnoturismo vem se consolidando nas comunidades indígenas (SANTOS; CARVALHO; TRICÁRICO, 2019). Na região Sul, a atividade se fortalece nas comunidades imigrantes europeias, sobretudo italianas (CÉSAR, 2016). Por fim, no Sudeste, esse segmento vem se consolidando como um segmento promissor, especialmente no interior de São Paulo, onde há o Circuito Quilombola do Vale do Ribeira; no Rio de Janeiro, com destaque para a comunidade Campinho do Canto Verde e em numerosas comunidades quilombolas de Minas Gerais (AGUIAR; SOUZA, 2017; LUSBY; PINHEIRO, 2019).

Para Pinheiro (2014) e Marinho (2017), a avaliação que se faz do Etnoturismo nas comunidades quilombolas Kalunga, situadas na Chapada dos Veadeiros e Campinho do Canto Verde, em Paraty é positiva, porquanto a atividade tem impactado no revigoramento das práticas culturais e dos conhecimentos tradicionais, atuando como mecanismo de afirmação da identidade afro e de visibilidade a esses grupos sociais.

Trigo e Panosso (2014) apontam que essa crescente valorização do etnoturismo afro também é fruto dos movimentos que tem acontecido nas comunidades e que concorrem para o reconhecimento e orgulho das suas raízes, seus traços físicos, seus aspectos étnico-culturais e, principalmente sua religiosidade em um processo que se manifesta de dentro para fora. Toda essa mobilização reverbera nas diversas esferas da sociedade atingindo setores como o turismo, que se utilizam dessa estrutura cultural para inseri-la no mercado sob a forma de destinos e roteiros etnoturísticos.

Além de conhecer a moradia, o território, o modo de vida, participar de eventos étnicos e festivais, assistir a danças ou cerimônias tradicionais, a experiência etnoturística abarca todo conjunto de elementos que se associam à própria natureza da atividade, a exemplo da comercialização de produtos relacionados ao artesanato, à religiosidade, à culinária e à medicina tradicional (YANG; WALL; SMITH, 2008; LI *et al.*, 2021).

Para Lima e King (2019), tem chamado atenção o interesse cada vez maior de ONGs, pesquisadores e profissionais do turismo em serem facilitadores do desenvolvimento do Etnoturismo em comunidades. Diante disso, os autores reforçam a importância da comunidade estar fortalecida coletivamente em conformidade com suas necessidades e expectativas, de forma a desempenhar um papel vital na condução de ações afirmativas que lhes assegurem o controle e o poder das decisões, impedindo, assim, a introdução de valores e práticas empresariais exploratórias.

A comunidade precisa compreender e examinar os compromissos individuais e coletivos de todos os envolvidos sejam agentes internos ou externos ao território. Consoante expressa Moraes (2010) e Silva e Carvalho (2010), é substancial que essa população esteja engajada politicamente, consciente do seu protagonismo na condução de sua história e na construção coletiva de novas realidades inovadoras que promovam transformações sociais, beneficiando a comunidade.

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo compreende duas comunidades quilombolas localizadas no município de Paquetá, estado do Piauí. Situadas na região semiárida nordestina, estão distantes cerca de 330 km da capital Teresina, e cerca de 8 km da sede do município de Paquetá. Por serem territórios contíguos, estão localizadas sob as coordenadas geográficas 7° 09'49.0''S e 41° 42'52.0''W, compartilham do mesmo sistema social, cultural, institucional e territorial e estão distribuídos em 48 famílias (SOUSA, 2015).

O reconhecimento e a certificação das suas identidades quilombolas junto aos órgãos oficiais competentes estão contidos na Portaria nº 189/2012, de 28.09.2012 da Fundação Cultural Palmares – FCP. A trajetória histórica das comunidades remonta ao período de colonização no Município de Picos/PI, quando as famílias de colonizadores brancos “Moura” ou “Moura Fé” e “Borges Leal” fincaram suas moradias em grandes fazendas, atuando como senhores de escravos na região (LIMA, 2005).

O clima predominante é Tropical Semiárido Quente, com duração de sete a oito meses de período seco. Os meses de janeiro, fevereiro e março os mais úmidos (CEPRO, 2017). As estradas que dão acesso às comunidades são de terra e sem sinalização, mas em boas condições. Todas as casas possuem banheiro e são majoritariamente de alvenaria, com cobertura de telha e piso de cimento, oferecendo condições de alojamento para visitantes e turistas. Há energia elétrica e água em todas as residências, todavia, para ser consumida, não é filtrada na maioria das residências (MACÊDO *et al.*, 2020).

Concernente aos aspectos éticos, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), sob parecer nº 2.627.953 e cadastrada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SISGEN), por meio do processo A68AC38.

A pesquisa iniciou-se com a técnica do *rapport* que possibilitou instituir uma relação de confiança entre os pesquisadores e moradores das comunidades (BERNARD, 1998). O método da abordagem etnográfica subsidiou este estudo, de forma a conhecer e interpretar as experiências vividas manifestadas no modo de vida e nos valores que integram as memórias coletivas e históricas (MALINOWSKI, 1922; FLICK, 2009). A técnica da observação participante foi utilizada como possibilidade de aproximar e envolver o pesquisador com a realidade estudada. Dispôs-se, ainda, das ferramentas de apoio diário de campo e gravador de voz foram como forma de captar informações informais relevantes ao estudo (MACEDO, 2006).

Em adição, adaptou-se a metodologia do Inventário Turístico (INVTUR) para identificar os atrativos, serviços, produtos associados e infraestrutura local (BRAGA, 2013; RUSCHMANN; SOLHA, 2015). A metodologia do INVTUR objetiva catalogar e registrar os atrativos naturais e culturais, serviços e equipamentos existentes na localidade. Seus formulários estão estruturados em três principais categorias, cada uma contemplando tipos e subtipos. A primeira relaciona-se à infraestrutura de apoio ao turismo (instalações, serviços públicos e privados existentes). A segunda categoria são os serviços e equipamentos turísticos e a terceira abrange o conjunto de atrativos turísticos (BRASIL, 2015).

O INVTUR traz em seu escopo uma extensa relação de formulários, que contemplam o levantamento detalhado de serviços, infraestrutura e atrativos. Ao considerar aspectos particulares das duas comunidades quilombolas em estudo, fez-se necessário adequar a metodologia INVTUR, descartando variáveis que não se inscrevem até então no contexto local, como por exemplo serviços de agências de viagens, locadoras de carros, etc. Ademais, foi dada maior ênfase à categoria que contempla os atrativos turísticos. O Inventário Turístico é um importante instrumento para a gestão de destinos turísticos e localidades, pois fornece elementos úteis ao planejamento do turismo porquanto possibilita conhecer e gerenciar a oferta turística existente.

Procedeu-se com a coleta de dados, realizada entre maio de 2019 a janeiro de 2020 com entrevistas semiestruturadas, aplicadas por meio de formulários padronizados a 144 pessoas, que respondem por 86% dos moradores, e ainda, por meio dos formulários adaptados para inventariação turística das comunidades. Os dados foram sistematizados e tabulados no programa Excel em planilhas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os territórios quilombolas constituem-se núcleos simbólicos de pertencimento, que refletem vivências, crenças, ritos, rituais, celebrações, costumes e estilos de vida dessas comunidades (SILVA; CARVALHO, 2010). Nas comunidades Custaneira e Tronco, as expressões culturais são representativas e se expressam por meio da religiosidade, manifestadas no catolicismo, na umbanda, no candomblé, na dança lezeira, nas rodas de tambor, nos benditos, nas festas e rituais, nas crenças e simbolismos, no preparo e consumo de alimentos, na utilização da flora local e na confecção de artefatos de artesanato e remédios caseiros (MACÊDO *et al.*, 2020).

Na organização sociopolítica local, as relações de poder se estabelecem de forma coesa, solidária, inclusiva e horizontal, por meio da associação local que tem a participação massiva dos moradores sob a intensa atuação do líder Arnaldo de Lima. Na questão fundiária, as terras que integram os territórios das duas comunidades foram adquiridas por recursos dos próprios moradores.

Observa-se ainda nas duas comunidades a vontade de promover melhorias contínuas que se fundamentam em ações de revigoração da identidade étnica quilombola e valorização da ancestralidade africana, mobilizando os moradores a estabelecer elos comunitários que propiciem a criação de espaços para discutir interesses coletivos e buscar avanços.

Para além desses fatores que são estímulos à implementação da atividade etnoturística nas duas comunidades, o desejo dos moradores é o que deve ser levado em consideração prioritariamente. Outro aspecto é a manutenção dos seus valores e expressões culturais e o vigoroso sentimento de pertencimento e identidade. Ainda que os recursos tecnológicos tenham inevitavelmente produzido impactos, especialmente nos jovens, não abalou a solidez do conjunto cultural local.

Outro fator relaciona-se à posse das terras e ao gerenciamento das decisões, que pertence aos moradores, o que lhes confere poder, autonomia e controle do território. Um quarto enfoque é a possibilidade de incrementar a renda dos moradores, que é baixa. O último aspecto associa-se ao fato das comunidades já serem visitadas por pesquisadores, estudantes e visitantes de todo país que se alojam e se alimentam nas casas dos moradores, no entanto, toda essa movimentação ainda ocorre de forma não planejada e organizada.

Esse contexto é corroborado por Benevides (2002) quando aponta a manutenção da identidade cultural local e um ambiente democrático direcionado para o desenvolvimento com a participação ativa dos moradores como condições essenciais para o estabelecimento do etnoturismo.

Por ser um traço marcante, o sistema cultural das comunidades Custaneira e Tronco se revela como um conjunto de atrativos de acentuado valor ao Etnoturismo. Nesse composto, sugere-se que o planejamento de roteiros etnoturísticos para as comunidades Custaneira e Tronco deve integrar seu legado, suas memórias, suas tradições e seus costumes, conforme atestam Souza e Pinheiro (2018).

Ademais, devem circunscrever toda a paisagem característica do semiárido nordestino, evidenciando os recursos naturais, a tranquilidade, a culinária, as roupas, a simplicidade, as formas de comunicação, a organização dos núcleos familiares, a agricultura de subsistência, os lugares, o valor das expressões culturais, os conhecimentos tradicionais, a contemplação da natureza, as histórias de vida e a cosmologia local.

Os roteiros turísticos objetivam organizar e divulgar a oferta turística de uma localidade de forma integrada e ordenada e [...] “compreendem um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro.” (BRASIL, 2007, p. 13). Na concepção de Oliveira e Marinho (2009), são estratégias que possibilitam o planejamento participativo, o reconhecimento e a organização dos elementos socioculturais e naturais, integrados a uma gestão que priorize os interesses locais e conduza a um desenvolvimento alicerçado em princípios sustentáveis. Todavia, a elaboração dos roteiros em

comunidades tradicionais não deve se prender às orientações técnicas e metodológicas adotadas na roteirização turística tradicional, porquanto tais comunidades apresentam peculiaridades que lhes conferem um caráter único.

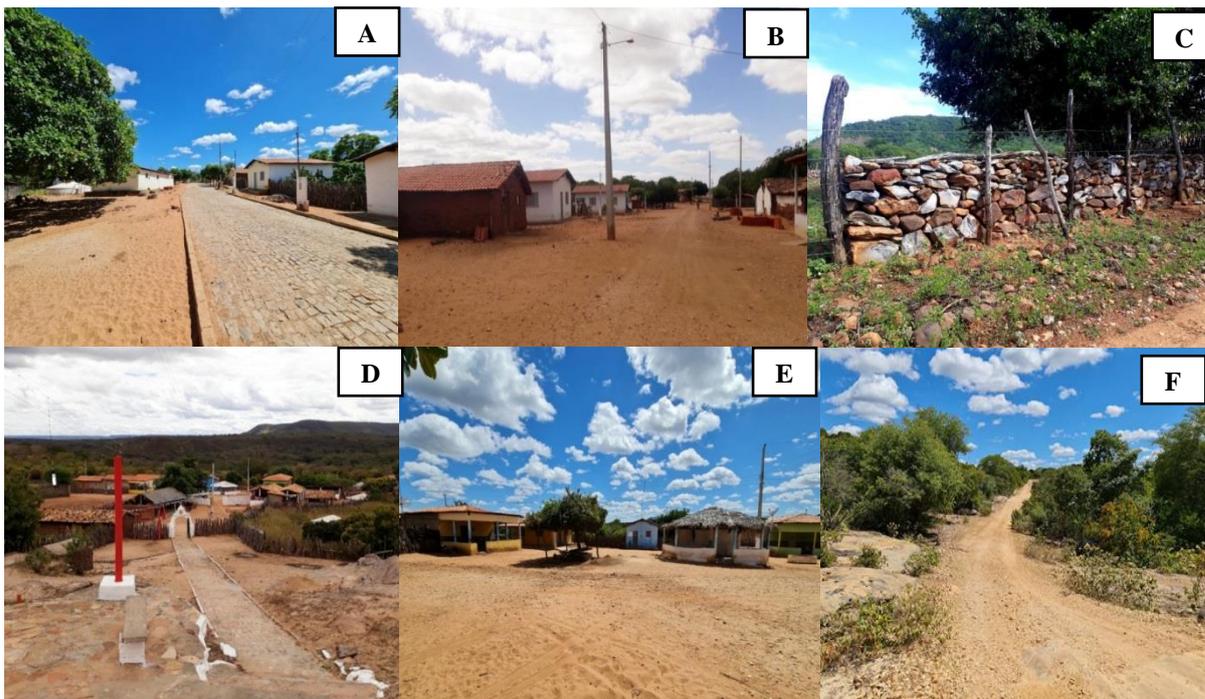
A perspectiva antropológica deve transitar em todas as fases desse processo, enfatizando os aspectos humanos e sociais que envolvem os moradores, de forma a compreender o que as comunidades querem com o Etnoturismo, o que desejam mostrar ao turista e que permissões serão concedidas. Macedo (2006) e Silva (2008) apontam os instrumentos etnográficos como facilitadores dessa construção, porquanto possibilitam conhecer as dinâmicas socioculturais que fazem parte desses espaços integrados a uma vasta rede de relações culturalmente mediada por seus cotidianos.

No caso das comunidades Custaneira e Tronco, os lugares, as manifestações culturais e os produtos associados elencados para a composição dos roteiros baseiam-se nos interesses e nos valores constituintes do seu modo de vida, expressados na sacralidade, na relação com a natureza, na religiosidade, na cosmologia e na ancestralidade.

Partindo dessa premissa, que os roteiros devam começar com a recepção aos turistas. Importa ressaltar que o modo acolhedor e hospitaleiro oferecido nas duas comunidades é um diferencial e se constitui o principal atrativo da experiência etnoturística. Em seguida, propõe-se uma roda de conversa na palhoça central integrando turistas e moradores por meio do relato das memórias, origens e lutas que marcam a história da Custaneira e do Tronco. Nesse contexto, o planejamento deve contemplar orientações sobre o papel do turista na experiência etnoturística, de forma a sensibilizá-lo à adoção de comportamentos que manifestem respeito aos elementos naturais e culturais.

A proposição de roteiro etnoturístico para as comunidades em estudo deve inserir a visita aos núcleos familiares, objetivando aproximar turistas e moradores, assim como conhecer suas condições de moradia e a estrutura das comunidades como um todo. A Figura 2 apresenta imagens das casas, ressaltando as residências da comunidade Tronco (A; B), as cercas de pedra ainda tão comuns na região (C) que emolduram todo cenário do sertão piauiense, o núcleo residencial da comunidade Custaneira (D; E), assim como os aspectos de infraestrutura da comunidade, como a estrada que dá acesso às comunidades (F). Embora seja de terra, suas condições são boas. No entanto, não há qualquer placa de sinalização indicando o caminho a seguir para chegar às comunidades.

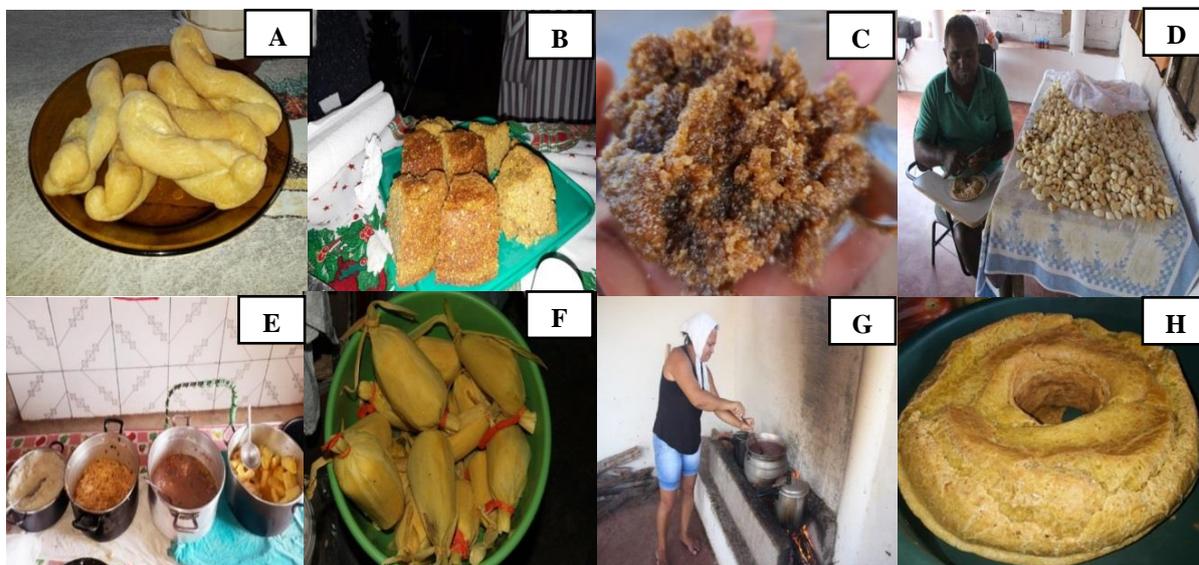
Figura 2 – Núcleo residencial das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



Fonte: (A); (B); (C); (D); (E); (F): Macêdo, 2020.

A culinária é um componente essencial a compor o roteiro nas comunidades Custaneira e Tronco, porquanto possibilita sentir os sabores que remetem às memórias quilombolas, representativos de seus traços culturais, como o bolo frito (A), manuê (B), doce de gergelim (C), sequilhos (D); refeição habitual com arroz, feijão, macarrão, mandioca e carne caprina (E); pamonhas doces e salgadas (F); modo de preparo dos seus antepassados, utilizando fogão a lenha (G) e rosca (H). Todos os ingredientes são retirados do próprio território.

Figura 3 – Alimentos e pratos da culinária das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



Fonte: (A); (B); (C); (E); (H): Macêdo, 2020; (D); (F); (G): Pereira, 2020.

Ainda nesse contexto, é fundamental conhecer a Casa da Farinha, onde ocorrem os processos necessários à produção de farinha, polvilho e goma, que se iniciam com a retirada da mandioca (A), que é descascada (B), ralada, prensada (C), peneirada (D) e exposta para ser seca (E), torrada para produzir a farinha (F) ou transformada em goma para beiju (G; H). Não apenas no Nordeste, mas em todo contexto brasileiro, a mandioca é considerada o principal alimento de famílias de baixa renda e seu uso se associa a aspectos históricos da cultura brasileira, (XAVIER; LIMA, 2020). Nos meses de junho a agosto ocorrem as farinhadas, momento em que as comunidades celebram a fartura na colheita da mandioca.

Figura 4 – Processos da Farinhada nas comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



Fonte: (A); (B); (G); (H): Pereira, 2020; (C); (E); (F): Macêdo, 2020; (D): Holanda, 2020

Em relação às festas religiosas católicas das comunidades, a Figura 5 destaca o festejo do Sagrado Coração de Jesus (A) que ocorre no mês de junho, onde os moradores sobem em procissão, promovem celebrações com missas e pagam promessas subindo até a Capela ajoelhados (B). É um período em que toda a comunidade se envolve desde os preparativos com a decoração, com o uso de roupas de cor vermelha, até a celebração final com uma missa solene que atrai moradores de cidades vizinhas. No mês junino, celebram o São João quando os moradores decoram a palhoça central com bandeirolas e artefatos juninos (C). Aguardada o ano inteiro por moradores e visitantes, a celebração do Reisado em homenagem aos reis magos acontece nos meses de dezembro e janeiro e integra momentos de orações e brincadeiras em seu ritual (D; E; F). A cada ano atrai um número maior de pessoas.

Figura 5: Celebrações católicas festivas das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



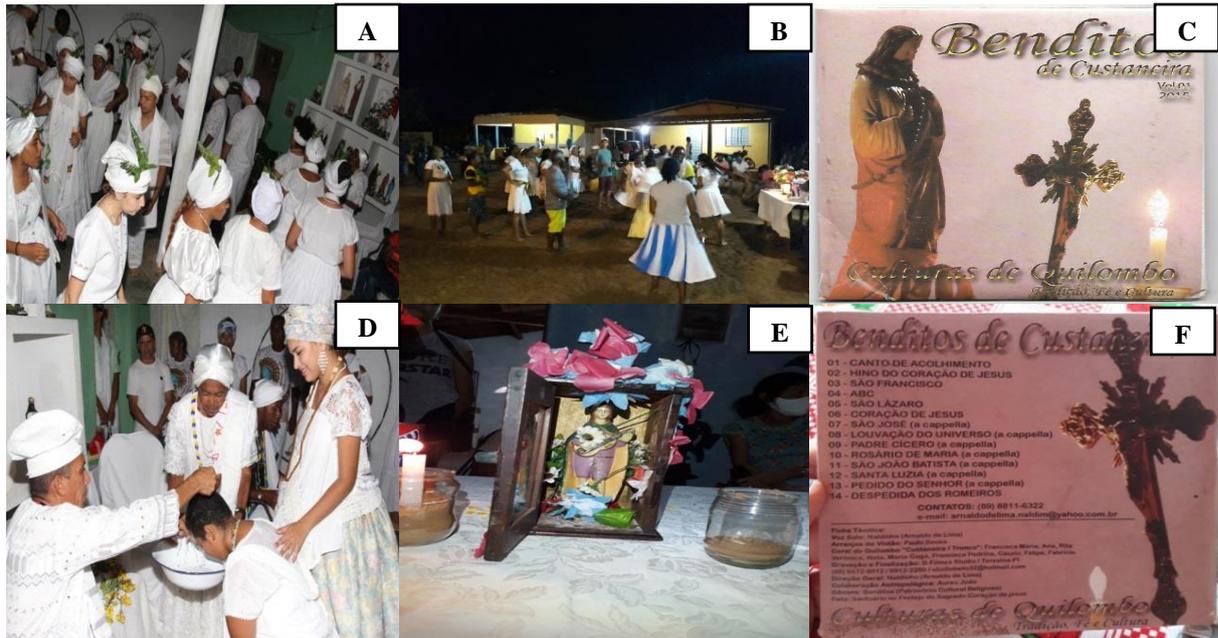
Fonte: (A); (B); (C): Pereira, 2020; (D); (E); (F): Macêdo, 2021.

A Figura 6 apresenta outra importante celebração religiosa e festiva a ser incorporada no roteiro etnoturístico que é o São Gonçalo (B; E). Envolve a participação de homens e mulheres da comunidade que se reúnem, dançam rodas, cantam e rezam em homenagem ao santo ao som da sanfona, do pandeiro e do tambor. Não há um mês específico do ano para celebrar o São Gonçalo. Os rituais ocorrem de forma esporádica durante o ano a partir de manifestações que partem dos próprios moradores, alguns deles com o intuito de pagar promessas em agradecimento ao santo.

De igual relevância são as manifestações da umbanda e do candomblé que acontecem na Casa de Caboblo Guerreiro de Oxóssi, espaço construído pela própria comunidade para abrigar os cultos e festas alusivas às religiões de matriz afro. A festa de Iemanjá e dos Pretos Velhos são alguns exemplos comemorativos e ocorrem nos meses de fevereiro e maio, respectivamente. No decorrer dos meses do ano, a casa sempre promove rituais celebrativos às entidades protetoras e todas as quartas feiras os moradores praticantes das religiões afro se reúnem em oração para atender pessoas e para celebrar com a roda de tambor. (A; D)

Ademais, importa mencionar que especificamente na comunidade Custaneira, os benditos (C; F), orações em louvor aos santos, são cantados em todos os momentos celebrativos da comunidade e essa valorização da etnicidade local é um componente essencial nos roteiros etnoturísticos, porquanto expressa traços singulares inseridos no cotidiano das comunidades.

Figura 6: Comemorações e rituais religiosos das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



Fonte: (A); (B); (D): Pereira, 2020; (C); (E); (F): Macêdo, 2021.

As danças são elementos culturais de virogoso valor para as comunidades, porquanto proporcionam momentos de sociabilidade e alegria entre os moradores, além de contribuírem para a continuidade dessas práticas, que normalmente são originárias de seus antepassados. São expressões a serem agregadas ao roteiro etnoturístico como forma de valorizá-las ou ainda promover momentos de integração entre visitantes e moradores (F). Nas comunidades Custaneira e Tronco, destacam-se o samba de cumbuca (A; D) e a lezeira (B; C; E).

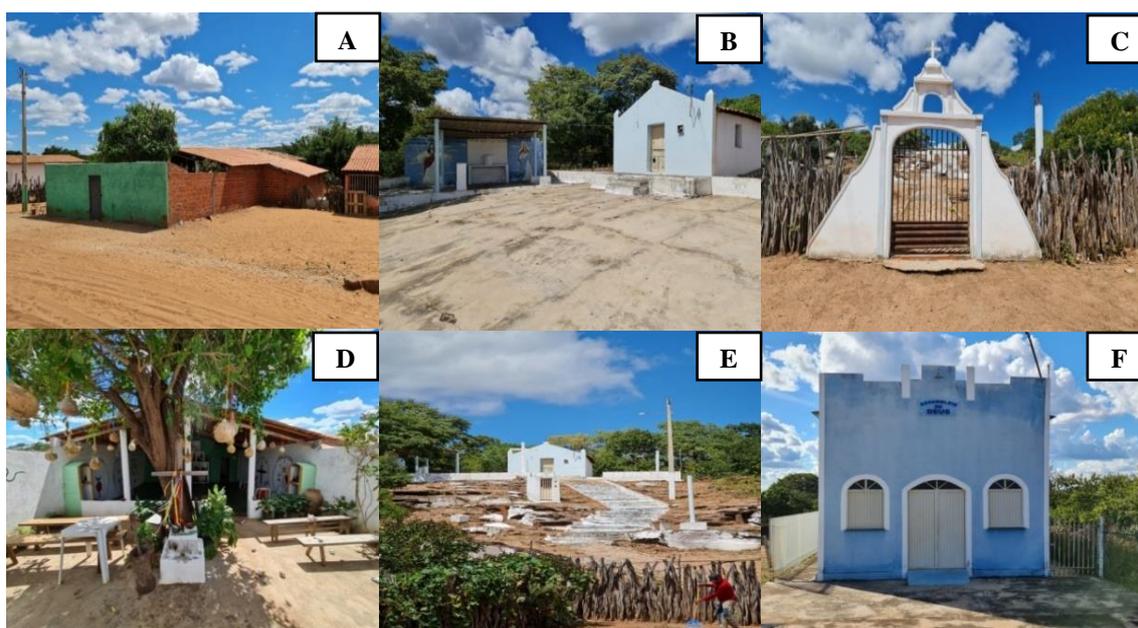
Figura 7: Comemorações religiosas das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



Fonte: (A); (C); (D); (F): Pereira, 2020; (B); (E): IPHAN/PI, 2012.

O roteiro deve abranger ainda a visita aos lugares considerados sagrados para os moradores. A Capela (B; E) situa-se no alto do morro emoldurando o núcleo central das comunidades e seu acesso se dá por um portal (C). A Casa de Caboblo Guerreiro de Oxóssi (A; D) é o templo onde ocorrem as manifestações da umbanda e do candomblé e onde são apresentadas preces e oferendas aos orixás e entidades protetoras do território. Os evangélicos estão presentes em menor quantidade. Os cultos ocorrem na igreja que fica localizada na sede do município do Paquetá, pois no Tronco está temporariamente desativada.

Figura 8: Lugares sagrados das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.

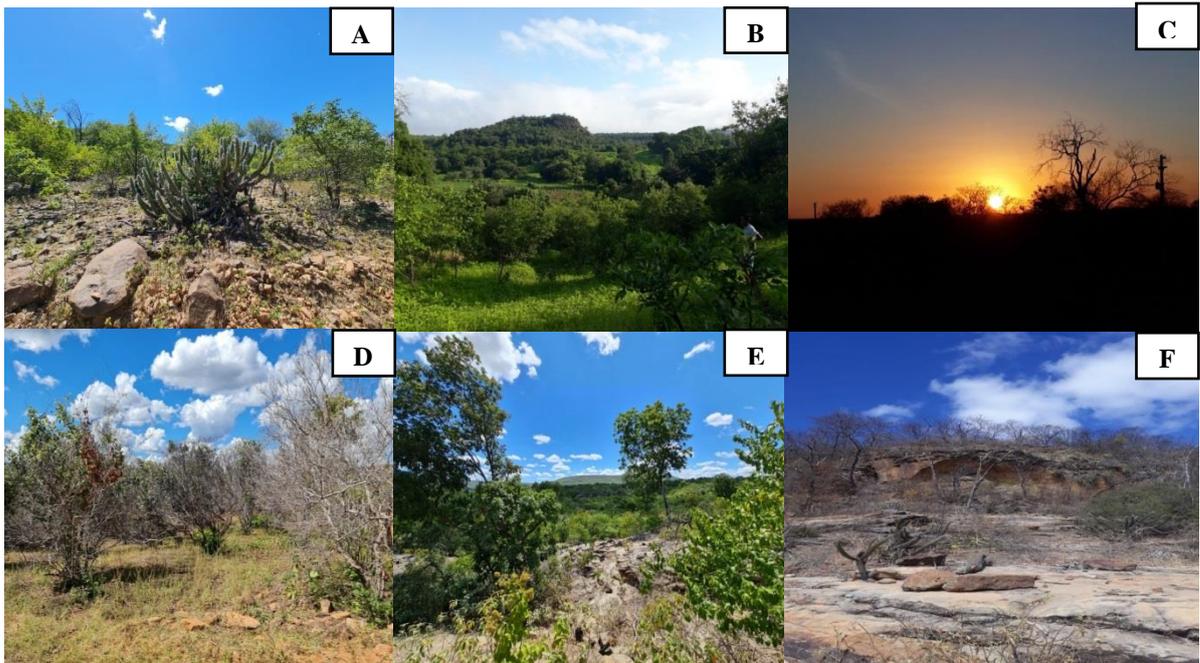


Fonte: (A); (B); (C); (D); (E); (F): Macêdo, 2021.

A vegetação local se constitui elemento de fundamental importância a compor a roteirização, conforme demonstra a Figura 9. A caatinga arbórea e arbustiva e manchas de campo cerrado e cerrado são predominantes na região onde as comunidades estão inseridas (IBGE, 2010). Tanto no período chuvoso (A; B; E) compreendendo janeiro, fevereiro e março, como no seco (D; F), que tem duração entre os meses de abril a dezembro (CEPRO, 2017), a paisagem do semiárido revela os aspectos singulares próprio do sertão do nordeste brasileiro, a exemplo do pôr do sol (C).

A contemplação desses elementos naturais deve ser promovida em associação com a diversidade da fauna e especialmente da flora local, enfatizando as plantas e suas formas de utilização pelos moradores, principalmente para remédios caseiros e tratamento de enfermidades, por meio de banhos, garrafadas, chás, benzimentos e outros procedimentos.

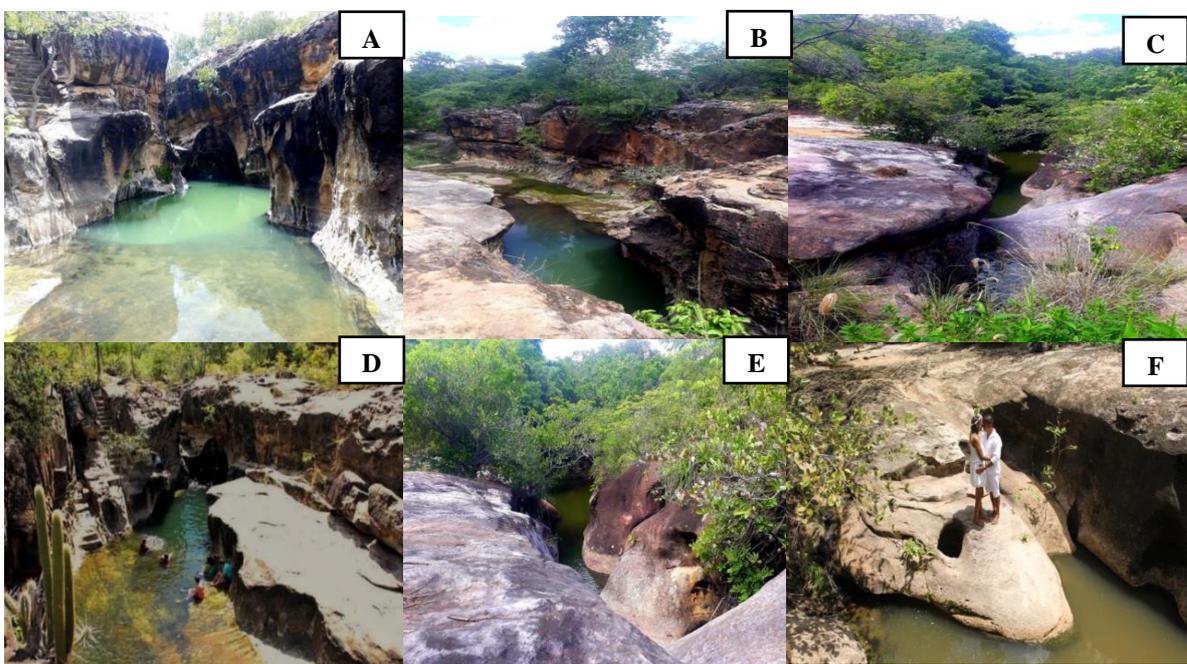
Figura 9: Paisagens naturais das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



Fonte: (A); (B); (C); (D); (E); (F): Macêdo, 2020, 2021.

Muito frequentados pelos moradores para banho e lazer, o Sucavão (D) e o Poço do Jacaré (E) ficam no entorno do território, situados cerca de 3 km do conjunto residencial, e devem compor o roteiro etnoturístico. O Sucavão é um riacho cercado por paredões que se assemelha a um cânion. O Poço do Jacaré é um olho d'água natural que fica no entorno do núcleo residencial da comunidade Custaneira.

Figura 10: Espaços naturais das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



Fonte: (A); (B); (C); (E); Macêdo, 2021. (D); (F); Pereira, 2020.

O artesanato se constituiu um componente essencial a ser agregado na prática etnoturística. Nas comunidades Custaneira e Tronco, a produção artesanal dispõe de artigos confeccionados com a palha da carnaúba, a exemplo das vassouras e tapetes (A), assim como bijuterias (B), banhos, lambedores, xaropes e garrafadas (C), objetos decorativos, amuletos (E).

Figura 11: Produtos artesanais das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



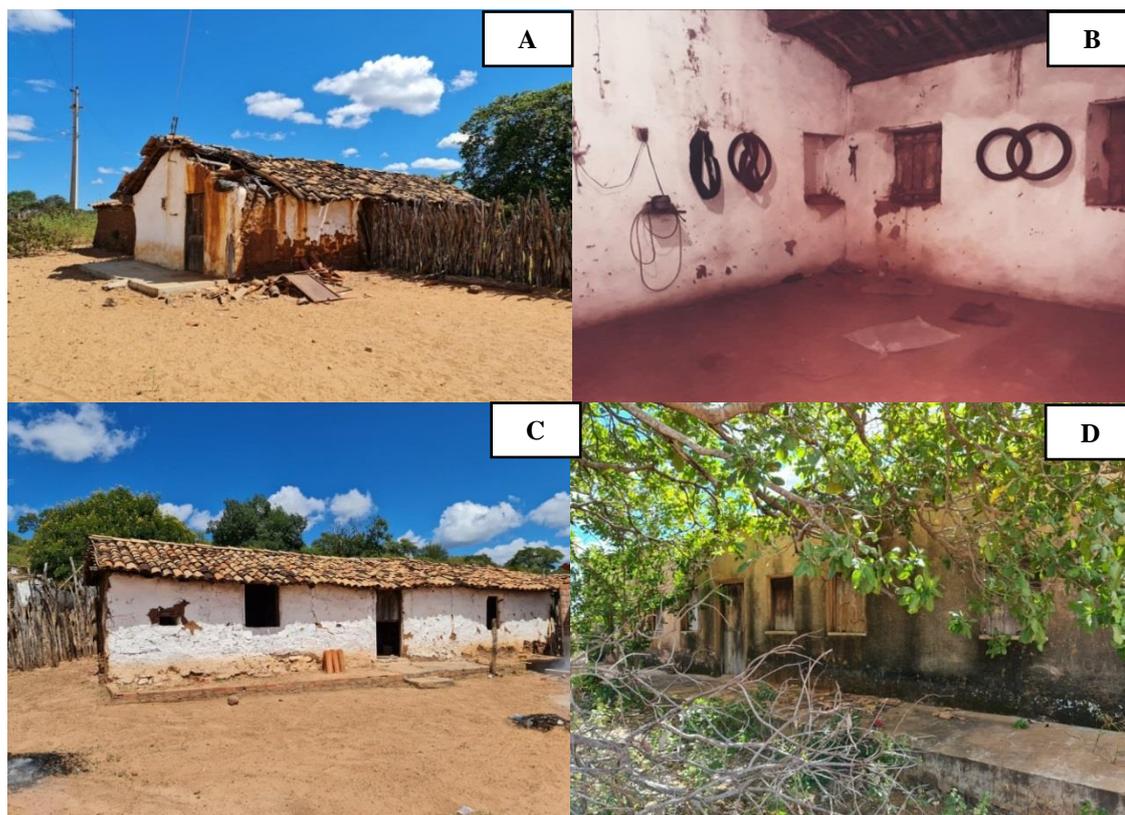
Fonte: Fonte: (A): Pereira, 2020; (B); (E): Susa, 2020; (C); (D); (F): Macêdo, 2020

As antigas casas de moradores e de fazendeiros (A; B; C; D) situadas nos territórios das comunidades e em áreas do entorno são locais que testemunham histórias de vida constituintes do passado das comunidades e também devem integrar a roteirização etnoturística na Custaneira e no Tronco, conforme demonstra a Figura 12.

Embora muitas delas estejam em completo processo de deterioramento e abandono, revelam traços de memórias intercoloniais, detalhes da arquitetura da época, além de registrarem lembranças que remetem às relações sociais estabelecidas entre fazendeiros e trabalhadores, às práticas laborais exercidas e às vivências manifestadas nas narrativas dos moradores.

As moradias revelam ainda aspectos relacionados às mudanças na estrutura habitacional local, com a substituição das casas de pau a pique em que viviam os antigos moradores por residências de alvenaria, que têm primazia hoje nas comunidades.

Figura 12: Antigas casas de moradores e fazendeiros no entorno das comunidades Custaneira e Tronco, município de Paquetá/PI.



Fonte: (A); (B); (C); (D): Macêdo, 2021.

Todo esse arcabouço compõe um robusto conjunto a ser incorporado nos roteiros turísticos, de forma a promover e evidenciar suas singularidades, suas crenças, rituais, danças, paisagens, lugares, conhecimentos tradicionais e práticas culturais locais representativas da identidade quilombola. No entanto, por ser um campo novo, as pesquisas sobre as expectativas do turista que buscam o Etnoturismo ainda são insuficientes. O que se conhece ainda é com base no turismo tradicional. Portanto, no etnoturismo, as expectativas serão construídas à medida que as experiências forem praticadas, o que reforça o caráter inovador desse estudo.

As motivações para o etnoturismo afro estão centradas no modo de vida tradicional quilombola, “cuja essência está na reatualização do passado para o presente.” (MARINHO, 2017, p. 368). O interesse por esta modalidade de vida cultural e econômica, outrora considerada extinta é agora consumida com saudade e romantismo pelos turistas, estimulados pela ausência desta autenticidade tradicional e rural no cotidiano urbano e tecnológico das cidades. Neste sentido, é notório o prestígio dos patrimônios natural e histórico cultural nos territórios, em especial das identidades quilombolas que se revestem de tradicionalidade e se tornam um produto a ser consumido pelos turistas.

Todavia, Trigo e Panosso (2014) atentam que é preciso tocar com zelo, respeito e sensibilidade nas marcas indelévels e danosas do sistema escravocrata, o que requer do etnoturismo afro uma profunda consciência e compreensão da dimensão histórica, cultural, social e econômica em que se insere. No âmago dessa discussão, a religiosidade é um componente que necessita ser abordado com prudência, porquanto ainda são expressivos o preconceito e os estigmas atribuídos às expressões de matriz africana, predominantes nas comunidades quilombolas brasileiras, especialmente a umbanda e o candomblé (NASCIMENTO; ABIB, 2016; CUSTÓDIO, 2019).

O planejamento deve, portanto, contemplar ações direcionadas à educação e sensibilização do turista, conduzindo-os a comportamentos que não os tratem como exóticos em virtude de sua cultura, não enxerguem seus territórios como ‘não lugares’ e, acima de tudo, exprimam respeito com a ancestralidade negra e suas distintas manifestações religiosas. O modo como o turista olha para o desconhecido e para o outro é uma atitude determinante, sobretudo no etnoturismo (URRY, 2002; CHISTYAKOVA, 2020).

Neste contexto, muitos estudos apontam que a elaboração de roteiros etnoturísticos afro deve evitar relembrar momentos de sofrimento e tortura. Nas comunidades em estudo, ao contrário, essas experiências são verbalizadas e revigoradas não numa narrativa de vitimização, mas de afirmação da memória e de orgulho das lutas travadas por seus antepassados, focalizando na garantia da integridade e ganho à comunidade, o que converge para análises críticas e reflexivas que partam, prioritariamente, de diálogos com e entre a comunidade, de forma a desenhar os caminhos a serem planejados e operacionalizados em bases sustentáveis. Sugere-se ainda pensar na possibilidade de desenvolver roteiros regionalizados, integrando os municípios de Picos, Oeiras, Floriano, Amarante e São Ramundo Nonato, que também apresentam atrativos de acentuado valor para o turismo. Na concepção de Lima e King (2019), a comunidade precisa compreender a dinâmica mercadológica inerente à atividade, uma vez que muitos desses roteiros serão comercializados por empresas do setor.

A construção de estratégias que assegurem a sustentabilidade no etnoturismo afro transita, sobretudo, por uma análise multidisciplinar e integral da dinâmica dessas comunidades considerando suas limitações, necessidades, particularidades e expectativas a longo prazo (IRVING, 2003). Outrossim, depende do nível de comprometimento dos moradores e do governo, por meio de ações públicas que fortaleçam a participação do Estado, mas que não interfiram na autonomia decisória e na autogestão das comunidades. A organização de uma agenda política deve corrigir fragilidades e promover melhorias nas duas comunidades especialmente voltadas à educação, pavimentação e sinalização das estradas, sinalização

turística, serviços de limpeza pública, serviços de tratamento de água, coleta de lixo, implantação de um posto de saúde e serviços de acessibilidade.

Da mesma forma, é importante atuar no registro e reconhecimento de suas expressões culturais, como a criação de espaços destinados ao incentivo da produção e venda do artesanato e produtos associados, proposição de legislações de tombamento, recuperação e proteção das antigas fazendas e senzalas, e valorização das oportunidades e potencialidades locais associadas ao Etnoturismo.

A implementação das ações governamentais deve contribuir diretamente para o alcance da sustentabilidade, que também se manifesta por meio das oportunidades de trabalho geradas no exercício das funções de condutor, artesão, gestor de hospedagem familiar e outras formas de atuação, possibilitando aos moradores, principalmente os jovens, a trabalharem em seus próprios territórios, aprenderem mais sobre sua cultura e suas tradições, reforçarem o valor de sua ancestralidade e seus conhecimentos tradicionais e, permanecerem em seus ambientes (SILVA; CARVALHO, 2010; WANG *et al*, 2020; MARAGH; SIMPSON, 2021).

O alcance dessa sustentabilidade está condicionado ao enfrentamento dos desafios intrínsecos à prática etnoturística especialmente no que se refere à participação ativa da comunidade; à introdução e gerenciamento de novos negócios; à insegurança para acessar o mercado; ao controle da capacidade de carga e das decisões locais; a uma possível dependência econômica desproporcional nessa atividade; à possibilidade da demanda gerar significativas mudanças, descaracterizando o modo de vida local; à turistificação das expressões culturais e à manutenção da autenticidade (MIELKE; PEGAS; 2013; ARRUDA; GONÇALVES, 2020).

Acredita-se, portanto, que o etnoturismo é uma atividade com substancial viabilidade de ser desenvolvida nas comunidades Custaneira e no Tronco, podendo funcionar como ferramenta estruturante e propulsora da inclusão social, da redução do êxodo de jovens, da preservação dos valores culturais, da promoção sustentável e da melhoria na qualidade de vida desses povos. Os caminhos traçados por intermédio de ações planejadas coletivamente devem convergir para o equilíbrio positivo entre a exploração da atividade, a construção de roteiros que propaguem e valorizem seus recursos naturais e culturais e o respeito ao modo de vida e às decisões locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos estudos que existem acerca da prática turística apontam o turismo como importante vetor de geração de emprego e renda para as localidades. Para acompanhar as mudanças que ocorrem a todo instante no mercado, o turismo precisou se moldar e desenvolver

estratégias que fornecessem respostas às novas demandas dos consumidores que fugissem dos grandes centros e de destinos consolidados. Neste contexto, o Etnoturismo alcançou proeminência em diversos países evidenciando o tradicional como produto a ser comercializado em uma sociedade moderna e globalizada.

Nas comunidades quilombolas, o Etnoturismo afro vem ganhando projeção, sobretudo, no Brasil, que possui a maior representatividade desses povos em nível mundial. No caso das comunidades Custaneira e Tronco, sua cultura que os diferencia e os mobiliza a desenvolver ações de bases sustentáveis que asseguram a manutenção dos seus conhecimentos e da sua ancestralidade, fortalecendo vínculos comunitários, políticos, territoriais e cosmológicos.

Nesse sentido, a possibilidade de implementar o etnoturismo nas comunidades Custaneira e Tronco é legitimada por meio da coesa organização sociopolítica e das ações afirmativas que evidenciam e valorizam sua musicalidade, danças, religiosidade, simbolismos, lugares, flora e fauna local e crenças constitutivas de suas expressões culturais locais. Todavia, para que a atividade se desenvolva é fundamental a articulação com a gestão pública por meio de políticas direcionadas, sobretudo, à infraestrutura de acesso e sinalização, limpeza pública, criação de espaço para venda do artesanato, programas de qualificação e fortalecimento do sistema cultural local.

O processo de planejamento e a organização da atividade etnoturística nas comunidades Custaneira e no Tronco, a direção do pensamento político e das ações devem enfatizar as identidades e os conhecimentos tradicionais construídos e mantidos no decurso das gerações dessas comunidades, porque são esses elementos que lhes conferem maior poder e domínio para perceber e controlar impactos, tornando-os protagonistas na participação do seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, H. J. P.; SOUZA, S. R. Circuito Quilombola (Eldorado-SP): possibilidades para o turismo cultural. **Cenário**, v. 5, n. 8, p. 99– 111, 2017.

ARRUDA, D. O.; GONÇALVES, J. P. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de turismo de base comunitária em um território quilombola. **Interações**, v. 21, n. 1, p. 107-123, 2020.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006. 368p.

BERNARD, H. R. **Research methods in cultural anthropology**. 2ª ed. USA: Sage Publication, 1988. 520p.

- BRAGA, D. C. **Planejamento turístico: teoria e prática**. São Paulo: GEN LTC, 2013. 275p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015.
- _____. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170p.
- _____. **Roteirização turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. 56p.
- _____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: comunidades quilombolas brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas**. Brasília, DF, 2009. 115p.
- BENEVIDES, I. P. **Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria**. Fortaleza: EUFC, 2002. 166p.
- BRUNER, E. M. **Culture on tour: ethnographies of travel**. Chicago: University of Chicago Press, 2004. 312p.
- CARDOZO, P. F. Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. **Pasos**, v. 4, n. 2, p. 143-152, 2006.
- CAROSO, C.; TAVARES, F.; BASSI, F. Paisagens, memória e identidade: vulnerabilidade socioambiental do patrimônio cultural quilombola. **Acesso Livre**, v. 9, n.1, p. 41-60, 2018
- CÉSAR, P. A. B. Roteiros turístico-culturais na Serra Gaúcha (RS-Brasil): escolha e formação dos percursos e seu apelo histórico memorial. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 3, p. 416-434, 2016.
- CHISTYAKOVA, O. V. Ethnic Tourism as Knowing Other. **RUDN Journal of Philosophy**, v. 24, n. 4, p. 720-729, 2020.
- CUSTÓDIO, E. S. Expressões religiosas de matriz africana em quilombo protestante no Amapá. **Revista de Estudos de Religião**, v. 10, n, 1, p. 71-90, 2019.
- FIGUEIREDO, A. V. **O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico**. Curitiba: Appris, 2011. 211p.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009.164p.
- FUNDAÇÃO CEPRO. **Compatibilização entre territórios de desenvolvimento e instâncias de gestão regionais**. Teresina: Fundação CEPRO, 2017. 44p.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. 2010. Disponível em: <http://https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/paqueta/panorama>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.
- IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-121, 2009.

- LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.
- LI, X.; XIE, C.; MORRISON, A. M.; NGUYEN, T. H. H. Experiences, motivations, perceptions, and attitudes regarding. **Sustainability**, v. 13, n. 2364, p. 1-18, 2021.
- LIFSCHITZ, J. A. Rural communities and ethnic identities in Latin America. **CIES e-Working Papers**, v. 190, n.1, p. 1-22, 2014.
- LIMA, I. M. M. F. **De Moura aos Moura Fé**: resgate de uma trajetória. Teresina: Expansão, 2005. 450p.
- LIMA, I. B.; KING, V. T., **Tourism and ethnodevelopment**: inclusion, empowerment and self-determination. New York: Routledge, 2019. 320p.
- LUSBY, C.; PINHEIRO, T. Case study: Tourism in traditional brazilian quilombo communities: from theory into practice. **Journal of Global Business Insights**, v. 4, n. 2, p. 118-124, 2019.
- MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Liber Livro EDITORA, 2006. 179p.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1922. 672p.
- MACÊDO, E. M.; BATISTA, M. L. P.; FIGUEIREDO, L. S.; BARROS, R. F. M. de. Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. 1-28, 2020.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.) **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 25-44, 2009.
- MARINHO, T. A. Territorialidade e cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo. **Caderno CRH**, v. 30, n. 80, p. 353-370, 2017.
- MARAGH, G. S.; SIMPSON, S. B. Heritage tourism and ethnic identity: a deductive thematic analysis of jamaican maroons. **Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing**, v. 7, n. 1, p. 64-75, 2021.
- MCINTOSH, A. J.; JOHNSON, H. Exploring the nature of the maori experience in New Zealand: views from hosts and tourists. **Tourism**, v. 52, n. 2, p. 117-129, 2005.
- MIDDELKAMP, E. Understanding the experience of ethnic tourism from the needs of domestic and international tourists: a case study of Sade Rembitan, Indonesia. **Dos Algarves**, v. 36-, n.1, p. 1-21, 2020.
- MIELKE, E.J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de base comunitária no Brasil: insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170- 89, 2013.

MENDONÇA, T. C. M. ; MORAES, E. A. Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no “Paraíso Proibido”: Vila do Aventureiro – Ilha Grande – Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v. 17, n. 18, p.1169-1183, 2012.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL. **Plataforma digital com informações sobre territórios e comunidades tradicionais**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-lanca-plataforma-digital-com-informacoes-sobre-territorios-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MORAES, E. A. Ferramentas convivenciais para a gestão do turismo de base comunitária em reservas extrativistas na Amazônia. In: **Anais**. IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

NASCIMENTO, S. A.; ABIB, P. O efeito da cruzada neoevangélica sobre remanescentes de quilombo: questões sobre educação e identidade quilombola. **Horizontes**, v. 34, n. 1, p. 33-44, 2016.

OLIVEIRA, A. M.; MARINHO, M. Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio aspectos relacionais entre cultura, turismo e desenvolvimento local. Turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 334-347, 2009.

PINHEIRO, T. R. O turismo étnico de base comunitária e a reconstrução da cultura quilombola: o caso do quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio e Janeiro. In: **Anais**. VIII Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2014, Foz do Iguaçu: UFSC, 2014.

RIBEIRO, D. W. A.; SANTOS, C. F. Patrimônio afro-brasileiro e turismo: comunicando o modo de ser quilombola. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação** (Edição Especial - Ética No Turismo), p. 71-88, 2018.

RUSCHMANN, D.; SOLHA, K. **Planejamento Turístico**. São Paulo: Manole, 2015. 360p.

SANTOS, D. M. A.; CARVALHO, J. M.; TRICÁRICO, L. T. Patrimônio imaterial e o turismo étnico em comunidade indígena, em Iranduba, Amazonas. **Turismo e Sociedade**, v. 12, n. 3, p. 16-35, 2019.

SILVA, Y. F. Antropologia, conceito de cultura e o campo de pesquisa etnográfico na pesquisa em turismo. In: **Anais**. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. Belo Horizonte, 2008.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. Turismo étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 203-219, 2010.

SILVA, E. L. Possibilidades do desenvolvimento do turismo étnico nas comunidades quilombolas de Diamantina/MG: oportunidades e desafios. **Applied Tourism**, v.1, n.1, p. 83-96, 2016.

SOUSA, A. J. **Etnicidade e territorialidade na comunidade quilombola Custaneira/Tronco, Município de Paquetá – PI, Brasil**. 454p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2015

SOUZA, N. N. S.; PINHEIRO, T. R. **Turismo étnico**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018. 124p.

TRIGO, G.L.; PANOSSO NETO. A. Ethnical Afro Tourism in Brazil. **Revista Estudos Culturais**, v.1, n.5, p. 1-18, 2014.

URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: Editora Studio Nobel/SESC, 2001. 232p.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Economic development, anthropomorphism, and the principle of reasonable sufficiency. In: GAGLIARDI, P.; REIJNEN, A. M.; VALENTINI, P. (orgs.). **Protecting nature, saving creation: ecological conflicts, religious passions, and political quandaries**. New York: Palgrave Macmillan, p. 161-180, 2013.

WANG, Y.; SHEN, H.; YE, S. ZHOU, L. Being rational and emotional: an integrated model of residents' support of ethnic tourism development. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v.44 , p. 112–121, 2020.

WING SUN TUNG, V.; RITCHIE, J. B. Exploring the essence of memorable tourism experiences. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 4, p. 1367–1386, 2011.

YANG, L.; WALL, G.; SMITH, S. Ethnic tourism development: chinese government perspectives. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 3, p. 751–771, 2008.

YANG, L. Ethnic tourism and cultural representation. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 2, p. 561–585, 2011.

XAVIER, A. R.; LIMA, L. A. Saberes tradicionais do cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*) e a produção de farinha: estudo em Beberibe, Ceará. **Revista Cocar**, v. 14, n.28, p.781-801, 2020.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão contemporânea que busca encontrar soluções para o alcance do tão propagado desenvolvimento aliado a princípios sustentáveis cada vez mais se amplia e seu debate hoje se faz presente nos campos da academia, do governo, dos movimentos sociais, das organizações não governamentais, da sociedade civil e das comunidades tradicionais, que se caracterizam por reproduzirem um modo de vida fundamentado em conhecimentos tradicionais, vínculos de cooperação, coletividade, territorialidade, e, relação equilibrada com a natureza.

As últimas décadas registram um significativo investimento em medidas protetivas aos povos e comunidades tradicionais, mormente aos quilombolas. Seja por meio de políticas públicas ou ações empreendidas por organismos internacionais, são conquistas que revelam um olhar mais atento para a defesa dos interesses desses grupos e para a valorização da sua cultura e, em especial, seus conhecimentos, que se constituem instrumentos de domínio cultural mantenedores da biodiversidade dos seus territórios. Não obstante serem valorizados em razão da sua importância, esses conhecimentos, se não internalizados, protegidos e repassados, perdem seu vigor.

A maioria das comunidades quilombolas piauienses estão localizadas no semiárido, região que traz consigo memórias de um desenvolvimento desigual que sempre privilegiou interesses particulares e marginalizou a maior parte de sua população. No entanto, apesar dessas marcas representarem uma herança negativa, é possível também identificar heranças positivas como o potencial e a diversidade natural local, a riqueza dos saberes tradicionais e a força do seu povo.

Norteados por esse pensamento, buscou-se responder ao questionamento central: A forma com que as experiências socioprodutivas estão organizadas nas comunidades quilombolas promovem dinâmicas socioambientais? A primeira hipótese defendeu que as atividades produtivas desenvolvidas para o sustento dos moradores não degradam o meio ambiente e promovem a sustentabilidade ambiental, social e cultural, embora sua sustentabilidade econômica seja ameaçada por elementos como a estiagem e a seca, que podem comprometer a sua sobrevivência. A segunda assentiu que essas experiências socioprodutivas seguem os padrões estabelecidos pela ciência, seguindo o que a teoria prediz, por meio de uma racionalidade que parte de modo intuitivo pelos moradores.

A pesquisa constatou que nas comunidades quilombolas Custaneira e Tronco a resistência das experiências socioprodutivas, representadas na tradicionalidade do modo de fazer dos alimentos, na forma de utilização dos recursos naturais, na relação sagrada com os animais e plantas, os lugares, na obediência ao ciclo lunar, nas manifestações culturais, no

calendário festivo, no artesanato, na confecção de garrafadas, nos bezimentos, nos banhos, na relação com o território, na crença nos elementos cosmológicos integram práticas que concorrem para a sustentabilidade porquanto desenvolvem modos de manejo dos recursos naturais que preservam sua biodiversidade e asseguram uma organização social sustentada por relações de reciprocidade. Essa sociabilidade fortalece o capital social local e conduz para a manutenção de suas experiências socioprodutivas, que se alicerçam no conhecimento tradicional.

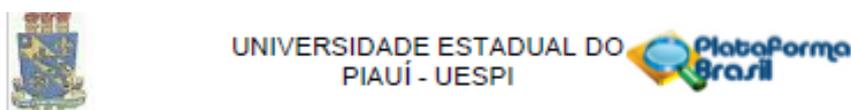
Dessa forma, ao se edificarem sob pilares da tradicionalidade e dos valores culturais, as experiências socioprodutivas viabilizam dinâmicas socioambientais que se reproduzem a partir das interações homem/sociedade/natureza e concorrem para o desenvolvimento e a sustentabilidade local. Nas comunidades Custaneira e Tronco é perceptível a racionalidade no uso do território porquanto os moradores agem conscientes dos seus papéis, perpetuando comportamentos ao longo das gerações. Como consequência desse processo, o tradicional e os saberes simbólicos emergem como elementos de grande valor para o mercado, o que pode ser comprovado na expansão do etnoturismo em comunidades quilombolas.

A investigação pôde comprovar ainda a intensa relação que os quilombolas mantêm com seus territórios, evidenciando suas múltiplas territorialidades e identidades coletivas manifestadas sob os enfoques produtivo, social, simbólico, natural, cultural, institucional e político. A compreensão dessa relação mais íntima com o território que se estabelece nas conexões entre o social e o físico repercute nessa análise cultural antropológica das comunidades.

No âmago desse contexto, estudos dessa natureza fornecem elementos sob um ponto de vista multidisciplinar por meio do registro desses conhecimentos, fundamentais para todas as sociedades, mormente as tradicionais, porquanto defendem a manutenção e revalorização dos saberes locais como ferramentas determinantes para apontar os caminhos e pensar o desenvolvimento dessas comunidades construtivamente por meio do planejamento de ações e políticas que identifiquem as potencialidades presentes em seu território, dialoguem com suas reais necessidades, e, principalmente, reconheçam sua capacidade e protagonismo na construção da sua história.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS LOCAIS EM QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Pesquisador: ERMINIA MEDEIROS MACEDO

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 82989917.2.0000.5209

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.627.953

Apresentação do Projeto:

A área de estudo desta pesquisa é a comunidade quilombola Custaneira/Tronco, situada no semiárido nordestino, dentro dos limites do município de Paqueta – PI, todavia, a sua população está presente também no município de Santa Cruz do Piauí. Esta investigação será constituída da pesquisa bibliográfica/documental e pesquisa de campo. Na pesquisa teórica, serão coletados dados secundários através de literaturas específicas sobre o tema, acesso ao campo documental e base de dados de órgãos oficiais como IPHAN, INCRA, Fundação Cultural Palmares, Fundação Coisa de Nego, Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, SASC, dentre outras instituições). Para a fase de campo, o percurso metodológico será construído em quatro etapas e está alicerçado na abordagem etnográfica e história de vida. A primeira etapa da pesquisa de campo objetiva caracterizar as principais atividades produtivas desenvolvidas na comunidade quilombola Custaneira tomando como recorte temporal a última década, de 2006 a 2016. Esses conhecimentos serão captados através da abordagem etnográfica, cujos objetos, inseridos em suas esferas cotidianas, são refletidos em sua totalidade, e não reduzidos em partes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as experiências produtivas locais na comunidade quilombola Custaneira/Tronco a partir

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335
Bairro: Centro/Sul **CEP:** 64.001-280
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (88)3221-6658 **Fax:** (88)3221-4740 **E-mail:** comitedeeticauespi@hotmail.com



Continuação do Parecer: 2.627.953

da concepção do desenvolvimento sustentável.

Objetivo Secundário:

- Caracterizar as principais atividades produtivas desenvolvidas na comunidade Custaneira a partir do recorte temporal de 2006 a 2016;
- Identificar a forma de exploração dos recursos naturais locais como forças de trabalho;
- Reconhecer o nível de sustentabilidade e inclusão social nas experiências de desenvolvimento local;
- Identificar as alternativas possíveis para fortalecer o desenvolvimento local, através da viabilidade da exploração do etnoturismo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Por envolver investigações sobre comportamento, atitudes e crenças dos pesquisados seres humanos, esta pesquisa assume o compromisso de atender às exigências éticas e científicas estabelecidas nas Resoluções CNS 466/12 e 510/16, amparando-se nos princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Assim, cabe ao pesquisador maximizar os benefícios e minimizar ou, se possível, evitar que possíveis riscos e danos possam ocorrer aos entrevistados. Nesta investigação, os possíveis riscos e danos são: constrangimento para expor o que pensa sobre o tema em estudo, esgotamento físico-mental em relação ao tempo de duração da entrevista, ou ainda, a divulgação das informações fornecidas. Todavia, caso algum desses danos venha a ocorrer, o pesquisador assume a responsabilidade imediata de oferecer total assistência ao entrevistado, garantindo o bem-estar do mesmo ou, se necessário, a suspensão da entrevista. Dentre as formas de assistência, o pesquisador se propõe a combinar o horário da entrevista, de forma que seja o mais adequado para o participante; sugere, quando necessário, a realização de entrevistas parceladas, buscando evitar o esgotamento do entrevistado; e, propõe ainda que, nos casos em que o participante da pesquisa não se sentir à vontade para exprimir sua opinião próximo aos demais pesquisados, a realização da entrevista possa ocorrer em uma sala reservada. Esta pesquisa se compromete em preservar o anonimato dos participantes em todos os momentos do estudo, especialmente na divulgação e publicação dos seus resultados. Ademais, para quaisquer possíveis gastos decorrentes da participação dos membros da comunidade na pesquisa, a pesquisadora assume o compromisso de ressarcimento dos mesmos. A participação de todos os pesquisados não é obrigatória, cabendo ao participante decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Todos os pesquisados terão tempo necessário que precisar para decidir sobre a sua participação. Ao término da pesquisa, todos os participantes

Endereço: Rua Cláudio Biliac, 2335
 Bairro: Centro/Sul CEP: 64.001-280
 UF: PI Município: TERESINA
 Telefone: (86)3221-6658 Fax: (86)3221-4740 E-mail: comitedeeticasuespi@hotmail.com



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PIAUI - UESPI



Continuação do Parecer: 2.627.953

terão acesso aos resultados desta pesquisa. Todas as pessoas selecionadas para colaborar com esta pesquisa através da concessão de entrevistas serão antecipadamente esclarecidas sobre os benefícios da pesquisa, que, neste caso, estão relacionados à produção de conhecimentos que poderão ser de grande proveito para a comunidade, através da possibilidade de despertar novas oportunidades locais, como a prática do etnoturismo, um tipo de turismo sustentado por pilares como solidariedade, sustentabilidade e respeito, possibilitando contatos enriquecedores com povos e culturas tradicionais.

Benefícios:

Os benefícios desta pesquisa estão relacionados à produção de conhecimentos que poderão ser de grande proveito para a comunidade, através da possibilidade de despertar novas oportunidades locais, como a prática do etnoturismo. Esta pesquisa prevê ainda que seus benefícios sejam superiores, ou, pelo menos, iguais, às possibilidades mencionadas para a prevenção dos possíveis riscos. Noutras palavras, o risco se justifica pela

relevância dos benefícios que são esperados. A referida pesquisa respeita os valores éticos e morais, conforme as Resoluções CNS 466/12 e 510/16, em relação às informações obtidas através dos pesquisados, de forma que os dados não sejam utilizados para prejudicar pessoas, comunidades ou instituições e que se restrinjam a fins exclusivamente científicos e sociais, amparando-se nos princípios de autonomia,

beneficência, não maleficência e justiça. Os fins sociais aqui estão relacionados aos resultados alcançados e ao retorno social que esta investigação proporcionará.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa viável.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios foram apresentados, inclusive a pendência gerada anteriormente:

1. Declaração de Infraestrutura datada.
2. Princípios éticos do projeto baseados na resolução CNS 196/96.
3. Riscos, benefícios e formas de assistência não estão corretamente dimensionados no Projeto, formulário PB e TCLE.

Endereço: Rua Odevo Biliac, 2335
 Bairro: Centro/Sul CEP: 64.001-280
 UF: PI Município: TERESINA
 Telefone: (86)3221-8658 Fax: (86)3221-4749 E-mail: comitedeeticauespi@hotmail.com



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PIAUI - UESPI



Continuação do Parecer: 2.027.953

Recomendações:

Acesse o link do CEP UESPI no site da UESPI para orientações, modelos de documentos e localizar as pendências: http://www.uespi.br/site/?page_id=107158

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a análise, conforme a Resolução CNS/MS Nº466/12 e seus complementares, o presente projeto de pesquisa apresenta o parecer APROVADO por apresentar todas as solicitações indicadas na versão anterior.

Considerações Finais a critério do CEP:

APRESENTAR/ENVIAR O RELATÓRIO FINAL APÓS O TÉRMINO DA PESQUISA.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1044412.pdf	29/04/2018 20:01:50		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/04/2018 19:59:50	ERMINIA MEDEIROS MACEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	29/04/2018 19:59:08	ERMINIA MEDEIROS MACEDO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.pdf	29/04/2018 19:58:54	ERMINIA MEDEIROS MACEDO	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	16/03/2018 09:34:28	ERMINIA MEDEIROS	Aceito
Parecer Anterior	JUSTIFICATIVA.pdf	16/03/2018 09:33:09	ERMINIA MEDEIROS	Aceito
Outros	Instrumentos.pdf	16/01/2018 13:15:32	ERMINIA MEDEIROS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo.pdf	10/01/2018 17:48:50	ERMINIA MEDEIROS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Olevo Bilac, 2335
 Bairro: Centro/Sul CEP: 64.001-280
 UF: PI Município: TERESINA
 Telefone: (86)3221-6658 Fax: (86)3221-4749 E-mail: comitedeeticoespi@hotmail.com

ANEXO B – COMPROVANTE DE CADASTRO DA PESQUISA NO SISGEN



Ministério do Meio Ambiente
CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

Comprovante de Cadastro de Acesso

Cadastro nº A68AC38

A atividade de acesso ao Patrimônio Genético/CTA, nos termos abaixo resumida, foi cadastrada no SisGen, em atendimento ao previsto na Lei nº 13.123/2015 e seus regulamentos.

Número do cadastro: **A68AC38**
 Usuário: **Universidade Federal do Piauí**
 CPF/CNPJ: **06.517.387/0001-34**
 Objeto do Acesso: **Patrimônio Genético/CTA**
 Finalidade do Acesso: **Pesquisa**

Espécie

Anacardium occidentale

Flora útil

Fonte do CTA

CTA de origem identificável diretamente com provedor

Provedor

Presidente da Associação de Desenvolvimento Rural Quilombola de Custaneira

Título da Atividade: **Comunidades tradicionais e sustentabilidade: experiências produtivas locais com quilombolas do semiárido piauiense**

Equipe

ROSELI FARIAS MELO DE BARROS	Universidade Federal do Piauí
Erminia Medeiros Macêdo	Universidade Estadual do Piauí
Luciano Silva Figueiredo	Universidade Estadual do Piauí

Data do Cadastro: **30/07/2018 11:36:33**

Situação do Cadastro: **Concluído**



Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
 Situação cadastral conforme consulta ao SisGen em **9:56 de 11/09/2018**.



SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO
 DO PATRIMÔNIO GENÉTICO
 E DO CONHECIMENTO TRADICIONAL
 ASSOCIADO - SISGEN

**ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLA
CUSTANEIRA E TRONCO**

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL QUILOMBOLA DE
CUSTANEIRA**

CNPJ: 10.405.075/0001-06

Comunidade Quilombola Rural, Município Paquetá, Piauí

CARTA DE ANUÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos com o desenvolvimento do projeto de pesquisa do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí intitulado “**COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS LOCAIS EM QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE**”, sob a coordenação da doutoranda Ermínia Medeiros Macêdo e orientação da Professora Doutora Roseli Farias de Melo Barros.

Desta forma, permitimos a realização do projeto acima mencionado nas Comunidades Quilombolas de Custaneira, e Tronco, pertencentes ao município de Paquetá, Piauí, por um período de quatro anos.

Picos-PI, ____/____/____.

Arnaldo de Lima

**Arnaldo de Lima
Líder das Comunidades Quilombolas**

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROF. BARROS ARAÚJO
TERMO DE
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



1. Prezado participante, você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS LOCAIS EM QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE** desenvolvida por Ermínia Medeiros Macêdo, professora efetiva, lotada no Curso de Administração da Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof Barros Araújo. O objetivo geral deste estudo é analisar as experiências produtivas locais na comunidade quilombola Custaneira/Tronco a partir da concepção do desenvolvimento sustentável.
2. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você tem o tempo necessário que precisar para decidir sobre a sua participação. No entanto, caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma, você não será penalizado de nenhuma maneira.
3. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.
4. A sua participação será em responder uma entrevista sobre questões relacionadas ao modo de vida, às atividades produtivas desenvolvidas na comunidade. A previsão de duração é de uma a duas horas.
5. Os riscos na sua participação serão constrangimento para expor o que pensa sobre o tema em estudo, esgotamento físico-mental em relação ao tempo de duração da entrevista, ou ainda, a divulgação das informações fornecidas. Para minimizar esses riscos, o pesquisador se propõe a combinar o horário da entrevista, de forma que seja o mais adequado para você; sugere, quando necessário, a realização de entrevistas parceladas, buscando evitar o seu esgotamento; e, propõe ainda que, nos casos em que você não se sentir à vontade para exprimir sua opinião próximo aos demais pesquisados, a realização da entrevista possa ocorrer em uma sala reservada.
6. Todavia, caso algum desses danos venha a ocorrer, o pesquisador assume a responsabilidade imediata de oferecer total assistência, garantindo o seu bem-estar, ou, se necessário, a suspensão da entrevista. Esta pesquisa se compromete ainda em preservar o anonimato dos participantes em todos os momentos do estudo, especialmente na divulgação e publicação dos seus resultados. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro, garantindo seu sigilo e privacidade, mantendo sua integridade física e psicológica.
7. Os benefícios desta pesquisa estão relacionados à produção de conhecimentos que poderão ser de grande proveito para você e todos os membros da comunidade, através da possibilidade de despertar novas oportunidades locais, como a prática do etnoturismo, um tipo de turismo sustentado por pilares como solidariedade, sustentabilidade e respeito, possibilitando contatos enriquecedores com povos e culturas tradicionais.
8. Em caso de danos decorrentes da sua participação nesta pesquisa, você poderá requerer indenização ao pesquisador.

- 9.** Não haverá gastos na sua participação, porém caso seja confirmada alguma despesa decorrente da pesquisa, você será ressarcido(a) pelo pesquisador.
- 10.** Ao término da pesquisa, você terá acesso aos resultados desta pesquisa.
- 11.** Este documento é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. No caso de aceitar participar, assine este documento e rubrique as demais páginas.
- 12.** Em caso de dúvidas quanto à ética da pesquisa, você poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da UESPI, localizado na Rua Olavo Bilac, 2335, Centro Teresina-PI. Tel: (86) 3221-6658. Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 09 às 17h00.
- 13.** O Comitê de Ética em Pesquisa é um grupo de profissionais que avaliam a ética em pesquisas que envolva seres humanos, preservando a dignidade e respeito dos participantes.

LOCAL, ____ de _____ de _____.

Contato do Pesquisador(a) Responsável: (89) 9 9994-5252/ (89) 99433-4554
Nome completo: ERMÍNIA MEDEIROS MACÊDO
Telefone/endereço: BR 316, Km 299. Bairro Altamira. CEP 64602-000

Assinatura do Pesquisador(a) responsável
Bacharelado em Administração / UESPI Picos

Concordo em participar da pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA



PRODEMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Av. Universitária, 1310, Campos da Ininga, TROPEN, Teresina (PI), CEP: 64049-550

PESQUISA: COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE: EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS LOCAIS EM QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Código de Identificação: _____ Data: ____/____/____

Comunidade: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Gênero: ()M ()F

CPF: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Cor: _____

Onde o/a senhor/a nasceu? _____

Estado Civil: () Casado () Mora com companheiro independente de estado civil

() Viúvo, sem companheiro () Separado ou divorciado, sem companheiro

() Solteiro, sem companheiro () NS/NR

Quantos Filhos: _____

2. ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

2.1 Escolaridade

Sem instrução () Escolarizado/a () EFI I -1º ao 4º ano () EFI I cursando -1º ao 4º ano ()

EFI C-º ao 4º ano () EFII I-(5º ao 9º ano) () EFII I cursando(5º ao 9º ano) () EFIIC - 5º ao 9º ano ()

EMI () EM cursando () EMC ()

Superior – Incompleto () Superior – cursando () Superior – Completo () EJA ()

2.2 Atualmente você faz algum curso?

2.3 Gostaria de participar de algum/outro curso? () Sim () Não

2.4 Qual curso mais interessa a você?

2.5 O que a impede de voltar a estudar ou de fazer o curso?

2.6 Qual foi seu primeiro trabalho?

2.7 Com que idade iniciou?

2.8 Já trabalhou com carteira assinada? () Sim () Não

2.9 Se sim, onde?

2.10 Profissão atual:

2.11 Onde você exerce sua ocupação principal?

2.12 É satisfeito com sua profissão? Sim () Não ()

2.13 Por

que? _____

2.14 Além do trabalho principal, você exerce outra atividade remunerada? Sim () Não ()

2.15 Qual?

2.16 Recebe algum auxílio governamental?

() Bolsa Família () Bolsa alimentação () Bolsa escola () Aposentadoria () Cartão cidadão/alimentação
() outros _____ () Não recebe

2.17 A renda da família é: () menor que um SM () SM () maior que um e menor que dois SM () dois SM () maior que dois e menor que três SM () três a cinco SM

2.18 Quantas pessoas, além de você, contribuem com a renda familiar?

2.19 Qual a principal origem da renda da família

() Produção no campo/na roça () Auxílio governamental () Empregado () Criação de animais () Extrativismo () Artesanato () Outros? _____

2.20 Se produção agrícola, principais culturas:

2.21 Quantas pessoas de sua família trabalham no campo? _____

() na e para unidade familiar () em outras propriedades, mas em atividades campo/na roça

() no campo, mas outras atividades

2.22 A renda obtida é suficiente para o sustento da família? () sim () pouco () insuficiente

2.23 Você considera sua condição econômica? () ruim () média () boa

2.24 Fornece alguma mercadoria/produto para a comunidade local? Sim () Não ()

2.25 Caso forneça, qual seria? _____

2.26 Recolhe INSS? Sim () Não ()

2.27 Participa da associação local? Sim () Não ()

2.28 Moradia () Própria () Doada () Alugada () herdada () Outros

2.29 Há quanto tempo reside no atual endereço? _____

2.30 Com quem você mora? (mais de uma opção poderá ser marcada) () Pais () Cônjuge ()

Companheiro (a) () Filhos () Sogros () Parentes () Amigos () Empregados domésticos () Outros () (ou) Sozinho (a)

2.31 Numero de pessoas na família que moram no local: _____

Adultos: _____ Jovens: _____ Crianças: _____ (mencionar a idade de cada)

2.32 Os jovens e as crianças estudam? () sim

Série? _____ () não

2.33 Qual o tipo de cobertura de sua casa? () Telha () Amianto () Palha () Outros

2.34 Qual o tipo de parede?

() casa de pau-a-pique sem reboco () casa de pau-a-pique com reboco

() casa de tijolos sem reboco () casa de tijolos com reboco

() casa parede de pedra sem reboco () casa parede de pedra com reboco

2.35 Qual o tipo de piso? () Cerâmica () Barro () Cimento () Outros

3. SAÚDE

3.1 Existe posto de saúde na comunidade? () Sim () Não

3.2 Se não, existe um posto próximo? () Sim () Não

3.3 Sua família recebe visita de agente de saúde? () Sim () Não

3.4 Se sim, qual a frequência?

3.5 Distância para posto de saúde ou hospital mais próximo:

3.6 O número de doenças aumenta em períodos de seca? () Sim () Não

3.7 Caso afirmativo, quais doenças são mais frequentes nesse período?

3.8 Como vocês costumam tratar/curar essas doenças?

3.9 O número de doenças aumenta em períodos de chuva? () Sim () Não

3.10 Caso afirmativo, quais doenças são mais frequentes nesse período?**3.11 Como vocês costumam tratar/curar essas doenças?****Saneamento básico:****3.12 Como é o abastecimento de água na sua casa?**

Encanada Rio açude ou lago Poço Cisterna Outros

3.13 Como é o tratamento da água na sua casa?

Filtrada Fervida Nenhuma Outra

3.14 Para onde vai a água utilizada na sua residência?

Esgoto a céu aberto Fossa Diretamente no solo Outras

3.15 Para onde vão os dejetos humanos?

Céu aberto Diretamente no rio Fossa séptica Outros

3.16 Sua residência possui energia elétrica? Não Sim**3.17 Há quanto tempo? _____****3.18 Na sua comunidade é feita coleta de lixo? Sim Não** **3.19 Se sim, como ela é realizada?**

Caminhão fechado Caminhão aberto Outros

3.20 Com que frequência?

Diariamente Uma vez por semana Duas vezes por semana Três vezes por semana

3.21 Se não, qual é o destino do lixo?

Lixo jogado ao céu aberto, canais e superfícies Parte do lixo enterrado ou queimado

Não soube responder Outros

3.22 Qual a sua opinião sobre a limpeza de sua comunidade?

Péssima Regular Ruim Boa Ótima Não soube responder

4. DADOS CULTURAIS**Religião**

4.1 Qual sua religião? Católico Umbanda Protestante Não possui

Outros

4.2 Quais os principais festejos religiosos da sua comunidade?

4.3 Você retira alguma renda desse festejo? Sim Não

4.4 Se sim, qual seria essa renda (R\$)? _____

4.5 Participa com frequência das atividades religiosas na sua comunidade? Sim Não

Manifestações culturais**4.6 Quais as principais manifestações culturais da sua comunidade?**

dança (leseira) festejos religiosos comemorações alusivas aos quilombolas Reisado

Outros: _____

4.7 Você participa dessas manifestações culturais? Sim Não

4.8

Porque? _____

4.9 Você acredita que esta manifestação cultural contribui positivamente para a comunidade?

Sim Não

4.10 Por que?

4.11 Você segue o calendário lunar para orientar suas atividades diárias? Sim Não

4.12 Em caso positivo, de que forma o calendário lunar influencia?

4.13 Em relação aos alimentos, existe algum que tenha o consumo proibido? Sim Não

Desconheço

4.14 Se sim, em qual(is) situação(ões) é proibido?

4.15 Qual(is) é/são o(s) alimento(s)?

4.16 Existem alimentos que são considerados sagrados pela comunidade? () Sim () Não () Desconheço

4.17 Se sim, qual(is) são o(s) alimento(s)?

4.18 Existem alimentos que só podem ser consumidos em determinadas épocas do ano? () Sim () Não () Desconheço

4.19 Se sim, qual(is) são o(s) alimento(s) e épocas do ano?

4.20 Na sua comunidade, são realizados rituais fúnebres para os falecidos? () Sim () Não () Desconheço

4.21 Em caso positivo, como são os rituais?

4.22 De que forma você participa?

4.23 Na sua comunidade, existem benzedeiros/benzedeadoras ? () Sim () Não

4.24 Em caso positivo, você já utilizou o serviço deles? () Sim () Não

4.25 Quais as situações que utilizou?

4.26 Quais materiais foram utilizados pelos benzedeiros/benzedeadoras?

5. ATIVIDADES PRODUTIVAS

Produto	Calendário das atividades				Quantidade da produção			
	Preparo da terra	Plantio	Colheita	Vendas	Plantada	Colhida	Destino	Vendida
(Atividades permanentes)								
Feijão							() Consumo () Venda	
Arroz							() Consumo () Venda	
Milho							() Consumo () Venda	
Mandioca							() Consumo () Venda	
Frutas							() Consumo () Venda	
Hortaliças							() Consumo () Venda	
Forageiras							() Consumo () Venda	
(Atividades temporárias)								
Farinha							() Consumo () Venda	
Goma							() Consumo () Venda	
Mel							() Consumo () Venda	
Extrativismo							() Consumo () Venda	

5.3 Como é feito o preparo da terra e o plantio?

5.4 Quais os principais fatores que influenciam no preço dos produtos?

Estado de conservação oferta/demanda época do ano/sazonalidade outro(s)

5.5 Onde são obtidas as mudas para o plantio?**5.6 Como aprendeu a plantar?** Assistência técnica Conhecimento tradicional

Outros

5.7 Se a resposta foi conhecimento tradicional, qual a origem do conhecimento?

Avó - paterna materna

Avô - paterno materno

Mãe Pai Outros: _____

5.8 Você acha que esses conhecimentos estão se perdendo com o passar dos anos? Sim

Não

5.9 O que pode causar a perda desse conhecimento sobre as atividades produtivas da comunidade?

Emigração da população mais jovem

Desinteresse dos jovens em manter-se nas mesmas atividades produtivas

Morte dos mais velhos

Dificuldade de acesso aos recursos naturais

Formação escolar deficitária sobre essas questões

5.10 Você repassa seus conhecimentos sobre as atividades produtivas locais para os mais jovens?

Sim Não

5.11 Caso sua resposta seja positiva, de que forma você faz isso?

De forma planejada

De forma não planejada, normalmente nas conversas informais e atividades habituais

5.12 Qual o maior benefício que a transmissão de conhecimentos para comunidade pode gerar?

Manter viva as tradições e a cultura da comunidade

Assegurar meios de sobrevivência da comunidade

Manter a biodiversidade local

5.13 Mão de obra: familiar externa (não familiar)**5.14 Quais os envolvidos e a função desempenhada por cada integrante?****5.15 Forma da relação do trabalho:** verbal escrita**5.16 Pessoas contratadas:** da própria comunidade de outras comunidades**5.17 Pagamento:** dinheiro troca**5.18 Forma de comercialização:** diretamente pelo produtor por intermédio da associação na própria comunidade em feiras livres para o setor público outra**5.19 Problemas relacionados à comercialização:****5.20 De onde vem a água para a irrigação das plantas cultivadas?****5.21 Quanto tempo usa a mesma área (em anos)?****5.22 Ferramentas:** machado foice enxada chibanca facão grade motoserra outros: _____**5.23 Máquinas e equipamentos:**

Trator - individual coletivo

Máquina de beneficiamento - individual coletivo

Caminhão - individual coletivo

5.24 Financiamento da produção: PRONAF Próprio Banco Outros:**5.25 OUTRAS ATIVIDADES PRODUTIVAS**

	Produção	Tipo de produto	Matérias-primas utilizadas	Destino	Valor de venda	Compradores
Artesanato	<input type="checkbox"/> produz <input type="checkbox"/> não produz			<input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Venda		<input type="checkbox"/> própria comunidade <input type="checkbox"/> municípios próximos <input type="checkbox"/> visitantes <input type="checkbox"/> empresários locais <input type="checkbox"/> outros
Garrafadas	<input type="checkbox"/> produz <input type="checkbox"/> não produz			<input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Venda		<input type="checkbox"/> própria comunidade <input type="checkbox"/> municípios próximos <input type="checkbox"/> visitantes <input type="checkbox"/> empresários locais <input type="checkbox"/> outros
Produtos alimentícios	<input type="checkbox"/> produz <input type="checkbox"/> não produz			<input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Venda		<input type="checkbox"/> própria comunidade <input type="checkbox"/> municípios próximos <input type="checkbox"/> visitantes <input type="checkbox"/> empresários locais <input type="checkbox"/> outros
Criação de animais	<input type="checkbox"/> ovinos <input type="checkbox"/> caprinos <input type="checkbox"/> bovinos <input type="checkbox"/> suínos			<input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Venda		<input type="checkbox"/> própria comunidade <input type="checkbox"/> municípios próximos <input type="checkbox"/> visitantes <input type="checkbox"/> empresários locais <input type="checkbox"/> outros